

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

LEVON DO NASCIMENTO

JOVENS VÍTIMAS FATAIS DO TRÁFICO DE DROGAS EM TAIÓBEIRAS/MG: O papel
das políticas públicas e dos programas sociais (2013-2017)

SÃO PAULO

2018

Levon do Nascimento

JOVENS VÍTIMAS FATAIS DO TRÁFICO DE
DROGAS EM TAIÓBEIRAS/MG: O papel das
políticas públicas e dos programas sociais (2013-2017)

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Liebling Kopittke Winogron

São Paulo

2018

Ficha Catalográfica

NASCIMENTO, Levon do

Jovens vítimas fatais do tráfico de drogas em Taiobeiras/MG: o papel das políticas públicas e dos programas sociais (2013 - 2017) / Levon do Nascimento. São Paulo: FLACSO/FPA, 2018.

206 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2018.

Levon do Nascimento

JOVENS VÍTIMAS FATAIS DO
TRÁFICO DE DROGAS EM
TAIOBEIRAS/MG: O papel das
políticas públicas e dos programas
sociais (2013-2017)

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Aprovada em

Prof. Dr. Alberto Liebling Kopittke Winogron
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Juliana Teixeira de Souza Martins
Universidade de São Paulo

Profa. Ms. Cristina Neme
Universidade de São Paulo

Para minha esposa Flaviana, meus filhos Maria Clara, Tiago Levon e Pedro Francisco, minha mãe Adelina e meu pai Sebastião, minha madrinha Dozinha e meu padrinho Odílio.

In memoriam de meus avós maternos, Manoel José e Maria Euflosina, e paternos, Antônio e Dalvina; também de madrinha Donila e padrinho Leordino; como homenagem do primeiro desta nossa família nordestina-mineira a atingir este nível acadêmico; para honrá-los.

A Luiz Inácio Lula da Silva, livre!

AGRADECIMENTOS

Ao **Deus** da religiosidade popular, amoroso e presente na caminhada, companheiro dos bons e dos justos, motivador da defesa dos direitos humanos, inimigo de todos os preconceitos e intolerâncias, benfazejo como os ramos das benzedeiras, suave como a água benta medicinal guardada com zelo pelas avós sertanejas, pai de **Jesus de Nazaré**, amigo de **Nossa Senhora** e dos **santos** festeiros, sincrético nas forças vivas e transcendentais reverenciadas pelos povos negros e índios do Brasil, *Abba*, Mãe e Pai, Nosso Senhor.

Ao amigo **Romário Fabri Rohm**, grande companheiro que me alertou para a abertura das inscrições do processo seletivo para este Mestrado Profissional em Estado, Governo e Políticas Públicas, em outubro de 2015, num momento em que eu havia deixado de crer na continuidade da formação acadêmica.

Em especial, ao meu orientador, Professor Dr. **Alberto Liebling Kopittke Winogron**, que das lonjuras do Rio Grande do Sul me supriu nos sertões geraizeiros de informações, sugestões, textos e correções de rumo, nem sempre aproveitados da melhor maneira, por conta das próprias limitações deste orientando, mas para sempre acolhidas, na certeza de que serão úteis em minha vida militante e acadêmica pelo futuro.

A todos os companheiros da **Turma 03**, pelo tempo precioso de aprendizado e amizade que passamos juntos. Unidos do primeiro dia de aula, o da trágica e injusta condução coercitiva do presidente **Lula** (04/03/2016), até o presente, através de um grupo em rede social. Com intenso carinho, quero levar para o resto da vida as memórias do que aprendi com vocês. E entre todos, abraçar aqueles com quem tive mais proximidade, pelo companheirismo e troca de experiências: **Márcia Regina**, **Patrícia Fornitani**, **Bruna Monalisa**, **Maurias Alves Costa**, **Paulina Christov**, **José Viana Filho**, **Jorge Silva** e **Nilson Braga**.

Ao conjunto do **Partido dos Trabalhadores**, grande ferramenta do povo brasileiro nas lutas por justiça social, igualdade e direitos, que proporciona à sua militância a possibilidade de se formar academicamente em alto nível. Agradecimento estendido à equipe da **Fundação Perseu Abramo**, nas pessoas de **William Nozaki** e **Andrea Azevedo**, que com zelo levaram essa missão adiante, e à **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)**, pela parceria e confiança.

Aos **jovens** que se dispuseram a responder o questionário da *Pesquisa sobre a percepção dos adolescentes e jovens acerca de violência e outros temas*, e às **mães** de jovens vítimas de homicídios relacionados ao tráfico de drogas em Taiobeiras, que não se furtaram a responder minha entrevista, mesmo tendo de revolver do fundo da memória um passado doloroso. Também, à amiga e comadre **Neide Ferreira de Souza**, que me acompanhou numa dessas entrevistas, realizando a mediação necessária.

Especialmente à **Escola Estadual Presidente Tancredo Neves**, na pessoa da diretora **Ivo-nilde Rodrigues de Sousa Costa**, pela compreensão e apoio na questão do tempo em que me ausentei para a dedicação a este mestrado; e à nossa querida supervisora **Vanusa Freitas de Almeida**, pelo suporte nas atividades docentes.

Às professoras **Cleunice Lemos** e **Cristiane Brito**, pelos *insights* para a melhor escrita da dissertação; e ao amigo **Carlos Dayrell**, por me orientar sobre as terminologias próprias à conceituação das personagens do sertão.

À professora **Maria Vilma Silva Rocha**, pelo brilhante trabalho de correção para os padrões de nossa última flor do Lácio; e à professora **Delma Miranda**, por verter o resumo à língua de Shakespeare.

A todos os que colaboraram na cessão de dados técnicos para a pesquisa, a saber:

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais em Taiobeiras (EMATER-MG).
- Equipe do Departamento de Trabalho, Assistência Social e Cidadania (DTASC) da Prefeitura Municipal de Taiobeiras, nas pessoas de **Fernanda Lucas** e **Thiara Márcia Mendes**.
- Equipes de direção e secretaria das instituições estaduais de ensino público de Taiobeiras: Escola Estadual Deputado Chaves Ribeiro, Escola Estadual Dona Beti, Escola Estadual Doutor José Americano Mendes, Escola Estadual Oswaldo Lucas Mendes, Escola Estadual Presidente Tancredo Neves e Escola Estadual Professora Dona Preta.
- Polícia Civil de Minas Gerais, na pessoa do bacharel **Alessandro Lopes**, delegado de polícia da Comarca de Taiobeiras.
- Polícia Militar de Minas Gerais, através do major PM **Giovane Rodrigues de Oliveira**, ex-comandante da 2ª Companhia Independente de Polícia Militar de Taiobeiras e do 2º sargento PM **André Luiz Marques dos Reis**, responsável pelo PROERD.

- Secretaria Municipal de Educação de Taiobeiras.

Ao Jornal Folha Regional, através do diretor **Alex Sandro Mendes**, pelo banco de dados no qual pude buscar informações históricas sobre as questões relativas à violência em Taiobeiras.

Aos amigos **Lídio Ita Blue** e à **Márcia Barreto**, por lerem os meus textos, apontarem as necessidades de correção e, principalmente, pela amizade; Também, aos queridos **Rubens Silva** e **Vanilza Jacundino**, por plantarem em mim, ainda na graduação, o sonho e a vontade de prosseguir na trilha do conhecimento acadêmico.

A gratidão é a parte amorosa da memória. MUITÍSSIMO GRATO!

RESUMO

Este trabalho tem como foco a observação da aplicação das políticas públicas e dos programas sociais sobre a população de jovens que se tornou vítima fatal do tráfico de drogas na cidade de Taiobeiras, Minas Gerais, entre o ano de 2013 e o mês de maio de 2017, realizando uma análise interpretativa sobre se essas políticas públicas e esses programas sociais interferiram ou não nas condições de vida daquele público antes da ocorrência de seus óbitos. A abordagem teórica desta dissertação se faz com base nos seguintes conceitos: i) De violência, a partir de Marilena Chauí, especificamente aquela que impede o direito fundamental à vida; de Fabio de Sá e Silva, sobre as linhas teóricas que abordam as origens e causalidades do fenômeno violento; de Célia Nonata da Silva, no tocante à violência cultural registrada na história dos sertões mineiros; e de aumento da violência nas pequenas cidades, em Angela Maria Endlich e Pedro Henrique Carvanelli Fernandes; ii) De juventudes, em Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro, com foco na juventude pobre e periférica; de disposicionalidade violenta ou como os jovens se formam violentos, em Marcos Rolim; e de violência específica contra jovens, extraídos dos dados do Mapa da Violência, em trabalho de Julio Jacobo Waiselfisz. São escrutinadas a Política Pública de Educação e os Programas de Transferência de Renda que alcançam alguma cobertura no município. A história do município de Taiobeiras é tomada como elemento processual, para explicar a emergência da violência contra jovens pobres na atualidade.

Palavras-chave: 1. Juventudes – 2. Violências - 3. Políticas Públicas para a Juventude – 4. Programas Sociais de Transferência de Renda – 5. Taiobeiras/MG.

ABSTRACT

This study focuses on the observation of the application of public policies and social programs on the youth population that became a fatal victim of drug trafficking in the city of Taiobeiras, Minas Gerais, between 2013 and May 2017, performing an interpretative analysis on whether these public policies and these social programs interfered or not in the conditions of life of that public before the occurrence of their deaths. The theoretical approach of this dissertation is based on the following concepts: i) Violences from Marilena Chauí, specifically that which impedes the fundamental right to life, by Fábio de Sá e Silva, on the theoretical lines that approach the origins and causalities of the violent phenomenon; by Célia Nonata da Silva, regarding the cultural violence registered in the history of the mineiros sertoes and of the increase of violence in the small towns, in Angela Maria Endlich and Pedro Henrique Carvanelli Fernandes; ii) Youths, in Miriam Abramovay and Mary Garcia Castro, focusing on poor and peripheral youth; of violent disposition or how young people form violent ones, in Marcos Rolim, and of specific violence against young people, extracted from the data of the Violence Map, in work of Julio Jaboco Waiselfisz. They are scrutinized the Education Public Policy and the Income Transfer Programs that reach some coverage in the municipality. The municipality of Taiobeiras history is taken as a procedural element, explaining the violent emergence against poor young people today.

Key Words: 1. Youths – 2. Violences – 3. Public Policies for Youth – 4. Social Programs of Transfer of Income – 5. Taiobeiras/Minas Gerais.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Homicídios consumados – 11ª RPM (01/01/2016 e 26/12/2017)	35
Tabela 02 – Autodeclaração cor/raça de cadastrados – CadÚnico/Taiobeiras (12/2017)	41
Tabela 03 – Pirâmide Etária, com destaque para as faixas de juventude	79
Tabela 04 – Causa mortis e observação policial acerca do Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)	127
Tabela 05 – Passagens policiais dos membros do Grupo de Vítimas	130
Tabela 06 – IDEB/Metas País, Anos Iniciais, Rede Pública	159
Tabela 07 – IDEB/Metas País, Anos Finais, Rede Pública	160
Tabela 08 – IDEB/Metas País, Ensino Médio, Rede Pública	160
Tabela 09 – Educação em Taiobeiras	161
Tabela 10 – Docentes em Taiobeiras (2015)	161
Tabela 11 – IDHM e componentes, Taiobeiras, 1991–2010	170
Tabela 12 – Atendimentos e serviços prestados pelo DTASC/Taiobeiras (jun. 2015 a jun. 2016)	175
Tabela 13 – Descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, Taiobeiras (jul. 2016)	177

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS

Figura 01 – Capa de jornal revela visão de violência como fato esporádico que “explode” de tempos em tempos	37
Figura 02 – O “susto” da violência – capa do jornal e debate sobre Segurança Pública	37
Figura 03 – Matéria de jornal revela máfia do carvão	39
Figura 04 – Matéria de jornal informa sobre atentado a conselheiro tutelar	43
Figura 05 – Matéria em site inglês denuncia exploração sexual de crianças e adolescentes em Taiobeiras	44
Figura 06 – Matéria de jornal sobre denúncias de compra de votos	44
Figura 07 – Matéria de jornal sobre caso de violência contra a mulher	47
Figura 08 – Matéria de jornal sobre quadrilha de jovens traficantes de drogas	48
Figura 09 – Matéria de jornal sobre situação de criminalidade generalizada	49
Gráfico 01 – Renda <i>per capita</i> das famílias e pessoas inscritas no CadÚnico, Taiobeiras, maio/2016	40
Gráfico 02 – Já lhe ofereceram algum tipo de droga proibida fora da escola?	53
Gráfico 03 – Qual o tipo de violência presenciado na escola?	54
Gráfico 04 – Observações policiais nos Boletins de Ocorrência do Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)	64
Gráfico 05 – Participação % das causas de mortalidade. População Jovem e Não Jovem. Brasil. 2011	99
Gráfico 06 – Vítimas de homicídio em Taiobeiras, por idades, em ordem cronológica (2013 a maio/2017)	117
Gráfico 07 – Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)	118

Gráfico 08 – Homicídios: idades de maior incidência no Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)	118
Gráfico 09 – Bairros de residência – Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)	120
Gráfico 10 – Grupo de Vítimas por etnia (2013 a maio/2017)	121
Gráfico 11 – Escolaridade máxima do Grupo de Vítimas	122
Gráfico 12 – Naturalidade do Grupo de Vítimas	124
Gráfico 13 – Grupo de Vítimas por sexo	125
Gráfico 14 – Causa mortis do Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)	129
Gráfico 15 – Autodeclaração cor/raça do Grupo Espelho	140
Gráfico 16 – Idades do Grupo Espelho	140
Gráfico 17 – Região de residência do Grupo Espelho	141
Gráfico 18 – Estilos musicais preferidos – Grupo Espelho	141
Gráfico 19 – Tipos de drogas que já recebeu oferta para fazer uso – Grupo Espelho	142
Gráfico 20 – Atividades profissionais mais realizadas pelo Grupo Espelho	146
Gráfico 21 – Renda familiar mensal do Grupo Espelho	146
Gráfico 22 – Quantidade de moradores na casa (Grupo Espelho)	147
Gráfico 23 – Matrículas na Rede Municipal de Ensino de Taiobeiras (2013–2016)	162
Gráfico 24 – Matrículas na Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras (2013)	163
Gráfico 25 – Matrículas na Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras (2014)	163
Gráfico 26 – Matrículas na Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras (2015)	164
Gráfico 27 – Matrículas na Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras (2016)	164
Gráfico 28 – Organização dos Serviços de Assistência Social em Taiobeiras/MG	174
Gráfico 29 – Folha de Pagamento – Programa Bolsa Família – Taiobeiras (set. 2016)	176

Mapa 01 – Município de Taiobeiras no mapa de Minas Gerais	23
Mapa 02 – Microrregião do Alto Rio Pardo (Região Norte de Minas Gerais)	34
Quadro 01 – Passagem dos membros do Grupo de Vítimas pelas Políticas Públicas e Programas Sociais	132 a 136

LISTA DE ABREVIATURAS

11ª RPM – 11ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais

2ª CIA. IND. PMMG – 2ª Companhia Independente de Polícia Militar de Minas Gerais

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNH – Banco Nacional de Habitação

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BVJ – Benefício Variável Jovem

CADÚNICO – Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CBCs – Conteúdos Básicos Comuns

CEMEIs – Centros Municipais de Educação Infantil

COPANOR – COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A

COPASA-MG – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S/A

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DAP – Declaração de Aptidão para as Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

DARE – Drug Abuse Resistance Education

DTASC – Departamento Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social

EAD – Educação à Distância

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EE – Escola Estadual

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EUA – Estados Unidos da América

FIES – Programa de Financiamento Estudantil

FJP – Fundação João Pinheiro

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

FPA – Fundação Perseu Abramo

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MEC – Ministério da Educação e do Desporto

MG – Minas Gerais

MJ – Ministério da Justiça

MS – Ministério da Saúde

MSEs – Medidas Socioeducativas

NEV – Núcleo de Estudos da Violência da USP

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integrado à Família

PCMG – Polícia Civil de Minas Gerais

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIB – Produto Interno Bruto

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNE – Plano Nacional de Educação

PNPC – Programa Nacional de Papel e Celulose

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

PRONAT – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSNCV – Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal

PT – Partido dos Trabalhadores

REDS – Registro de Ocorrências da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SCSV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Sistema Único de Assistência Social

SEE/MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIM/DATASUS – Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde

SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação da Educação

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TICs – Novas Tecnologias de Informações

UNESCO – Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 VIOLÊNCIAS	32
2.1 História das Violências em Taiobeiras	33
2.2 Eixos teóricos sobre a violência brasileira	50
2.3 Cultura da violência nos sertões mineiros	60
2.4 Aumento da violência nas pequenas cidades	68
3 JUVENTUDES	78
3.1 Conceitos e perfis da juventude	79
3.2 Disposicionalidade violenta dos jovens	88
3.3 O Mapa da Violência e a juventude	96
3.4 Relatórios de CPIs correlatas à juventude	103
4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE	113
4.1 Grupo de Vítimas	115
4.2 Grupo Espelho	138
4.3 As mães	149
4.4 Educação Pública em Taiobeiras	157
4.5 Transferência de Renda em Taiobeiras e outros programas	169
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	190
APÊNDICE A – Ficha de dados do (a) jovem vítima de homicídio em Taiobeiras, de 2013 a maio de 2017 – Com o Grupo de Vítimas	200

APÊNDICE B – Pesquisa sobre a percepção dos adolescentes e jovens acerca de violência e outros temas – Com o Grupo Espelho	201
APÊNDICE C – Roteiro informal da entrevista com as mães de vítimas de homicídios relacionados ao tráfico de drogas em Taiobeiras	206

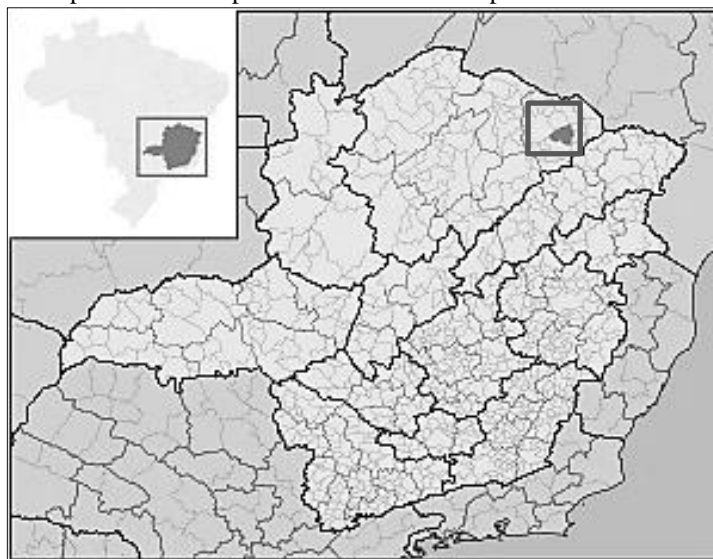
“A realidade dos dados expostos coloca em evidência mais um de nossos esquecimentos. Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas das torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação, e daí medeia só um pequeno passo para a repressão e punição”.

Julio Jacobo Waiselfisz.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho ora apresentado, denominado *Jovens vítimas fatais do tráfico de drogas em Taiobeiras/MG: o papel das políticas públicas e dos programas sociais (2013–2017)*¹, constituiu-se na culminância do estudo e da pesquisa realizados no decurso do Mestrado Profissional “Estado, Governo e Políticas Públicas” – Turma 3, ofertado pela Fundação Perseu Abramo (FPA), do Partido dos Trabalhadores (PT), e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO – Brasil).

Mapa 01 – Município de Taiobeiras no mapa de Minas Gerais



Fonte: IBGE (*site*). Acesso: 17 jan. 2018.

Tem como *locus* de observação a cidade de Taiobeiras, situada no extremo Norte de Minas Gerais (MG), região do polígono das secas, possuidora de população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 33.824² habitantes no ano de 2017. Município que se afligiu, desde meados da última década, conforme registros policiais e matérias jornalísticas, pelo número crescente de jovens assassinados em conflitos relacionados com as atividades ilícitas do tráfico e do consumo de drogas. Segundo a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), através da 2ª Companhia Independente de Taiobeiras (2ª Cia. Ind. PMMG), entre 2013 e maio de 2017, vinte e quatro pessoas adolescentes e jovens, com idades entre 14 e 30 anos, foram assassinadas no território taiobeirense, sendo vinte e três em situações liga-

¹ Embora a proposta do projeto de pesquisa circunscrevesse a investigação entre os anos de 2013 e 2016, ao longo do processo, e em razão da qualidade dos dados alcançados, decidiu-se por alargar o período observável até maio de 2017.

² FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Brasil Em Síntese: Taiobeiras*. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/taiobeiras/panorama>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

das ao tráfico de drogas, do sexo masculino e moradores de bairros periféricos, e uma mulher, vítima de feminicídio. Além desses, mais quatro homens adultos, acima de 30 anos, também foram assassinados em circunstâncias correlatas ao tráfico, no espaço temporal já mencionado, sendo que a morte de jovens representa, portanto, 75% do total de homicídios que a cidade teve no referido período.

Nesse tempo – ou mesmo anterior a ele – políticas públicas e programas sociais tornaram-se realidades no campo das intervenções estatais junto ao público-alvo do escopo desta pesquisa: a adolescência e a juventude. Exemplos dessas ações são: o Programa Bolsa Família, o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) e a cobertura da educação pública, com a oferta de um ano de escolaridade a mais no Ensino Fundamental e a ampliação do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o que alargou a concepção de Educação Básica da creche ao Ensino Médio e incluiu a valorização dos trabalhadores em educação na política orçamentária.

Com características de execuções sumárias, os homicídios, mortes súbitas por serem jovens transbordantes de vitalidade, ainda que em muitos casos jurados a fenecer pelas pendências do tráfico, e as marcas de crueldade estampadas nas vítimas, acirram no senso comum as percepções de uma guerra social e de que as famílias sofrem punição por terem falhado na educação da prole. Involuntariamente, revelam um processo de individualização e privatização da tragédia, o qual exime a esfera pública de responsabilização perante a opinião da sociedade. São vidas humanas, juvenis, pobres e mestiças que se perdem violentamente.

Em primeiro momento, esses assassinatos deixam um rastro de questionamentos, medos e indignações. Noutro, são esquecidos pela repetição trágica, e absorvidos pela histórica cultura fatalista da sociedade sertaneja dos gerais. A respeito disso, escreve BORSOI (2005, p.23): “A morte súbita geralmente causa espanto, dor e até desespero somente aos que estão ao redor. E, geralmente, diante da surpresa do sofrimento, quem fica tende a buscar explicação e conforto na determinação divina ou no destino”. Ao analisar atitudes fatalistas em casos de acidentes de trabalho e mortes deles ocasionadas, BORSOI (2005) agrega contribuição explicativa que pode, comparativamente, servir à descrição de como a sociedade percebe os casos de homicídios analisados nesta pesquisa.

Para além dos dados numéricos da violência, fornecidos pelas polícias militar e civil, costumeiramente apresentados em audiências públicas que tratam sobre a segurança e a criminalidade na cidade, não existem estudos técnicos ou teóricos disponíveis sobre o extermínio da juventude na comunidade de Taiobeiras. Há apenas manifestações isoladas, em matérias no jornal local ou em atividades e panfletos dos grupos políticos que disputam o poder durante as campanhas eleitorais municipais³. A ideia que hegemoniza é a aceitação trágica, conformista e moralista de que tais mortes estão inexoravelmente destinadas a ocorrer, porque as vítimas estão envolvidas com o tráfico e o consumo de drogas, por deliberação exclusiva de suas vontades individuais e em face de deficiências de caráter que possuem.

O desespero é privatizado no núcleo dos familiares e se estende, no máximo, à vizinhança e aos amigos próximos, conforme se nota em entrevistas amostrais com mães das vítimas. A sociedade compartilha apenas do espanto, que fortalece o medo. A fobia, por consequência, orquestra os apelos por mais repressão policial e punição, estampados no jornal local ou em comentários ácidos depositados em redes sociais. As políticas públicas de caráter preventivo ou de garantia de direitos aos cidadãos não são consideradas socialmente como práticas para a intervenção no drama. Conforme BORSOI (2005), “a determinação divina” e o “destino” se encarregam das vítimas. Os que restam vivos não se organizam para a superação coletiva da dor da violência, permanecendo passivos a ela ou embrenhando-se em sua espiral.

A par desse contexto, ainda assim, as políticas públicas de inclusão, redução de desigualdades e transferência de renda se fizeram presentes no município, estabelecendo uma aparente contradição que serviu de dúvida hipotética para este trabalho.

Tomando como referência o impacto de políticas públicas e de programas sociais sobre os indicadores de desenvolvimento humano das jovens vítimas fatais da guerra do tráfico de drogas na cidade de Taiobeiras, entre 2013 e maio/2017, ao longo de suas vidas findadas tragicamente, a hipótese principal desta pesquisa foi subdividida em três alíneas, listadas a seguir:

I. Foram parcialmente ausentes na maioria dos casos;

³ O plano de governo apresentado pela campanha do candidato a prefeito da oposição de Taiobeiras, em 2012, timidamente já apontava a juventude como foco para políticas públicas, de modo a se alcançar um incremento na segurança, implicitamente admitindo a relação entre jovens e criminalidade. No capítulo sobre Segurança e Cultura de Paz, afirmava: “Em conjunto com a sociedade e unindo as ações de todos os setores da administração municipal, atuar para criar mais e melhores oportunidades e situações saudáveis, de modo que a juventude se volte e se encante com o exercício da prática de valores éticos e morais, não se tornando ‘matéria-prima’ a ser explorada e manipulada pelo crime organizado”; e na parte específica sobre Juventude, o seguinte texto: “Os jovens são os grandes destinatários das ações sociais que visam ao equilíbrio e à segurança da sociedade” (COLIGAÇÃO TAIOBEIRAS MERECE MAIS – VAMOS JUNTOS, 2012, p.17.26). O candidato não se elegeu.

- II. Apresentaram insuficiência relativa perante as demandas suscitadas durante a luta pela sobrevivência empreendida pelas famílias desses jovens, além de não estarem adequadas às suas características sociais, étnicas, migratórias e econômicas;
- III. Fracassaram na obtenção dos objetivos planejados.

A suposta ou aparente contradição decorre da ideia primitiva de que a cobertura proporcionada pelas políticas públicas sociais tenderia a melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das famílias e dos jovens. Conforme esse raciocínio, a integridade física de indivíduos e grupos sofreria menos ataques onde há maior presença das ações dessas políticas.

Especificamente, especulou-se que as políticas sociais os protegeria socialmente da violência desencadeada pelo assim designado tráfico de drogas. E, acrescente-se ao que utopicamente se esperava, se não em todas as necessidades demandadas pela ideia de pleno desenvolvimento humano, resguardaria pelo menos as características iminentes ao direito à vida e a possibilidade própria da juventude de sonhar e almejar posições de maior conforto para a vida adulta.

Em definitivo, não é o que ocorreu com aqueles que provinham das classes pobres e trabalhadoras. A despeito das políticas sociais executadas, para as quais se mostrarão os limites e ineficiências no quarto capítulo, os dados mostram que eles continuaram a se embrenhar no universo marginal do consumo e do tráfico de drogas. Para esses, pareceu não existirem sonho, oportunidades ou esperança de usufruto do direito à vida.

Então, buscou-se realizar um estudo de caso, perfazendo o itinerário de execução de algumas políticas públicas e programas sociais (Subcapítulos 4.4 e 4.5) que têm como destinatários os jovens na faixa de 15 a 29 anos de idade, no período entre 2013 e maio/2017, na cidade de Taiobeiras, inclusive resgatando a história da passagem daqueles atores que foram vítimas fatais da violência do tráfico de drogas pelas ações de tais políticas (Subcapítulo 4.1, Quadro 01).

O objetivo geral traçado foi o de analisar se ocorreu algum tipo de interferência, previsto ou não nos planos de ação, das políticas públicas e dos programas sociais, geridos e aplicados, sobre o desenvolvimento humano dos jovens que viriam a se tornar vítimas fatais da guerra de facções do tráfico de drogas na cidade de Taiobeiras entre 2013 e maio de 2017.

Ao lado de outras políticas e programas, duas em especial foram tomadas como elementos-chave de observação: a educação pública e a rede de seguridade social. A primeira pela ampli-

tude de atores adolescentes e jovens que atende e, por extensão, convive, conhece e compartilha de seus dramas e tragédias. A segunda, por ser a gestora dos programas sociais de transferência de renda e a executora das Medidas Socioeducativas (MSEs) definidas pelo Poder Judiciário para os adolescentes e jovens considerados infratores, de acordo com as condições estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A abordagem teórica desta dissertação se faz com base nos seguintes conceitos:

- I. De violência, a partir de Marilena Chauí, especificamente aquela que impede o direito fundamental à vida; de Fabio de Sá e Silva, sobre as linhas teóricas que abordam as origens e causalidades do fenômeno violento; de Célia Nonata da Silva, no tocante à violência cultural registrada na história dos sertões mineiros; e de aumento da violência nas pequenas cidades, em Angela Maria Endlich e Pedro Henrique Carvanelli Fernandes, dentre outras sobre a mesma temática;
- II. De juventudes, em Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro, com foco na juventude pobre e periférica; de disposicionalidade violenta ou como os jovens se formam violentos, em Marcos Rolim; e de violência específica contra jovens, extraídos dos dados dos Mapas da Violência da UNESCO, em trabalhos de Julio Jacobo Waiselfisz;

O recorte temporal adotado, de 2013 a 2017, embora não observado como fronteira inflexível, evoca a promulgação do Estatuto da Juventude, Lei Federal nº. 12.852, de 5 de agosto de 2013, com desaguadouro no momento de construção do projeto para esta dissertação, mas também por se constituir no período de intenso acirramento dos conflitos que culminaram em assassinatos de jovens em Taiobeiras.

Os passos metodológicos acertados e empreendidos para a construção do que ora se descreve, partiram da definição da pesquisa como um estudo de caso, sobre a juventude vítima do tráfico e do consumo de drogas e do papel das políticas públicas e dos programas sociais em suas trajetórias de vida antes de virem a óbito.

Inicialmente, buscou-se realizar um levantamento das histórias de violência (de quaisquer violências) no município, desde seu surgimento como povoado, em fins do século XIX, até o presente, recorrendo a bibliografias locais e regionais, memórias do próprio autor da dissertação e matérias jornalísticas. A intenção foi demonstrar historicamente os caracteres processual e social da violência, que atualmente é detectada no formato do assassinio de jovens ligados ao tráfico, e assim interligá-la às abordagens teóricas explicativas assumidas por este trabalho.

O mapeamento de matérias em jornais impressos – especialmente o Jornal Folha Regional, único em circulação na cidade – em *sites* da internet, mesmo se atendo à compreensão de que revelam uma informação de momento, eivada de interpretações subjetivas e contaminadas pelo contexto, foi realizado com o propósito principal de permitir à pesquisa imiscuir-se no “campo sentimental”, emotivo, dos dramas, e observar a maneira como se concebem e se revelam os fatos. Algumas das matérias jornalísticas foram transformadas em figuras e estampadas ao longo do subcapítulo 2.1, ou em notas de rodapé na mesma seção.

No passo seguinte, uma lista de homicídios ocorridos no município foi apurada junto à 2ª Companhia Independente de Polícia Militar de Minas Gerais (2ª Cia. Ind. PMMG Taiobeiras), com sede em Taiobeiras, constando vinte e oito assassinatos registrados entre 2013 e maio de 2017. A partir dessa lista, mapearam-se os jovens de 14 a 30 anos de idade e buscou-se examinar os passos de suas vidas, antes do óbito, nas esferas da segurança (passagens policiais), da educação (política pública de educação) e da assistência social (programas sociais), de modo a se concluir um quadro que permita responder aos questionamentos do projeto de pesquisa (Quadro 01).

O grupo de jovens vítimas fatais, de 14 a 30 anos de idade, foi denominado nesta dissertação de **Grupo de Vítimas**. Uma *Ficha de dados do (a) jovem vítima de homicídio em Taiobeiras, de 2013 a maio de 2017*, constando como Apêndice A ao final deste texto, foi elaborada e preenchida com os dados aferidos de cada partícipe do Grupo de Vítimas, para auxiliar na coleta de informações.

Noutra frente, elaborou-se o questionário denominado *Pesquisa sobre a percepção dos adolescentes e jovens acerca de violência e outros temas*, devidamente registrado no Apêndice B, composto de sessenta e uma questões, sobre temas variados, que incluem desde informações pessoais do entrevistado até dados socioeconômicos. Responderam-na vinte e três jovens, com idades de 13 a 21 anos, sociologicamente identificados como vivendo em realidade estreitamente parecida com a do Grupo de Vítimas. Este conjunto foi denominado **Grupo Espelho**. O propósito foi o de realizar um esforço comparativo acerca de visões de mundo, carências econômicas e sociais, e percepção de violência entre este grupo e o primeiro.

Duas mães de membros do Grupo de Vítimas foram entrevistadas, através de um roteiro informal, sucintamente apresentado no Apêndice C. As conversas versaram basicamente sobre as memórias delas em relação aos filhos assassinados, sobre como enxergam o fato, a violência e os motivos pelos quais seus filhos terminaram por adentrar ao universo do consumo e

do tráfico de drogas. Também houve questões relacionadas ao acesso delas e de suas famílias às políticas públicas e aos programas sociais.

Ocorreram, ainda, diversas conversas com autoridades policiais civis e militares, sociólogas do Centro de Referência em Assistência Social do Centro de Taiobeiras (CRAS–Centro) e gestoras e educadores do sistema público de ensino (estadual e municipal), além dos executores do PROERD e do PRONAF-Jovem.

Em síntese – e seguindo as orientações de MINAYO (2015) em *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* – as etapas da pesquisa se organizaram conforme a descrição a seguir:

- I. Leitura e análise crítica de bibliografia pré-existente correlacionada ao tema.
- II. Pesquisa e leitura de bibliografia da história local e regional.
- III. Pesquisa de matérias sobre a violência em Taiobeiras em jornais locais e *sites* da internet.
- IV. Identificação e descrição das políticas públicas e dos programas sociais empregados no município sobre a população estudada.
- V. Definição das políticas públicas e dos programas sociais relevantes para a pesquisa, considerando-se a abrangência e a efetividade sobre o Grupo de Vítimas. A escolha recaiu sobre Educação Pública e Programas Sociais de Transferência de Renda.
- VI. Levantamento quantitativo do número de vítimas para a composição da população pesquisada. Estruturação do Grupo de Vítimas.
- VII. Identificação sociológica do Grupo de Vítimas – “jovens vítimas de homicídio”. Montagem e preenchimento da ficha que consta no Apêndice A.
- VIII. Realização de entrevistas-questionários com amostra de jovens em situação semelhante à população da pesquisa, denominada de Grupo Espelho.
- IX. Entrevistas com algumas mães de jovens que compõem o Grupo de Vítimas.
- X. Conversas informais com autoridades policiais, educadores e gestores dos sistemas públicos de educação e de assistência social.
- XI. Correlação dos dados acerca da aplicação das políticas públicas e dos programas sociais definidos como relevantes para esta pesquisa com os dados sociológicos do Grupo de Vítimas.
- XII. Submissão dos resultados verificados na etapa de correlação à análise crítica propiciada pela leitura da bibliografia pré-existente.

- XIII. Reflexão qualitativa acerca das interferências das políticas públicas sobre o Grupo de Vítimas do estudo e as correlações que se estabelecem entre eles.
- XIV. Escrita, correções e reescrita da dissertação.

Para o propósito da pesquisa, ainda serviu a vivência profissional do autor, professor da educação básica, trabalhador em escola pública de anos finais do ensino fundamental situada em Taiobeiras, conhecedor do espaço por onde passaram, no papel de estudantes, alguns dos jovens que compõem o Grupo de Vítimas.

Também, a sua militância em movimentos como a Pastoral da Juventude, nos anos 1990 e 2000, com participação na elaboração e execução de campanhas contra o extermínio e por políticas públicas para os jovens, contribuiu para o engajamento acadêmico na temática discutida.

As conclusões, no capítulo quarto e nas considerações finais, após o transcurso da leitura dos capítulos intermediários, expressarão a avaliação, grosso modo, das ineficiências e ineficácias das políticas públicas e programas sociais focados em jovens no contexto do caso estudado.

No entanto, a se valer da ciência para o rompimento da bolha fatalista em que se encontra encastelado o imaginário sertanejo norte-mineiro, é a busca por respostas ou o aprofundamento dos questionamentos levantados pela sociedade de Taiobeiras, mutilada pelas mortes trágicas de seus jovens – frise-se: jovens pobres – que são as forças a motivar o que aqui se debate. Evidentemente, como primeiro esforço de reunir as informações, sem a pretensão da palavra final.

*Não tem dinheiro
Moleque vagabundo
Vai trabalhar
Pra comprar biscoito
Na venda de Alfredo
Maracujá*

Alfredo Cândido Leão.

2 VIOLÊNCIAS

DAHLBERG & KRUG (2002), pesquisadores da *Division of Violence Prevention, National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention* da Organização Mundial de Saúde (OMS), em Atlanta, Estados Unidos, afirmam:

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (DAHLBERG & KRUG, 2002, p.1164).

A violência que causa a morte de jovens ou a que prejudica o pleno desenvolvimento de seus intentos como seres humanos, privando-os de um convívio harmonioso segundo as regras e normas da cultura humana, da sociedade em que estão inseridos e do Estado brasileiro, são os tipos que delimitam o escopo do objeto de análise deste estudo.

Violências de origem heterônoma, isto é, advindas do exterior do indivíduo, provenientes da estrutura social que o produziu e rodeia, que lhe condicionam o arbítrio e lhe imbuem de uma não-ética, uma vez que “ética e violência são opostas”, conforme CHAUI (1999), são observadas sobre o prisma da capacidade das políticas públicas de as refrearem ou não.

Também as violências conceituadas como “éticas particularistas”, segundo SILVA. F. (2014, p.19), ou próprias de um “*etos* de guerreiro” (ZALUAR, 1994 *apud* SILVA, F, 2014, p.21), ainda que formuladas e vivenciadas em grupos, mas que apelam a elementos específicos da identidade individual, são levadas em consideração para a análise do perfil do Grupo de Vítimas – vítima de homicídio – que se toma como objeto de estudo de caso.

Tratar-se-á, neste capítulo, do termo *violências*, caracterizando-o historicamente no município de Taiobeiras e, conceitualmente, a partir das obras teóricas tomadas como referência da pesquisa.

Para tanto, o subcapítulo 2.1 elenca diferentes nuances da violência ao longo da história taiobeirense, utilizando das contribuições de obras escritas por historiadores locais e regionais, de matérias jornalísticas e da memória do próprio autor, num esforço para estabelecer uma linha de raciocínio processual, a qual permita tomar os fatos do estudo de caso – os homicídios de jovens através do envolvimento destes com o crime organizado do tráfico de drogas, entre 2013 e maio/2017 – como elementos partícipes e endógenos à dinâmica da própria

sociedade em que ocorreram, e não como coisas extraordinárias ou extemporâneas, ainda que em completa sintonia com o *zeitgeist*⁴ vigente no país.

Na segunda seção (2.2), toma-se o estudo de Fábio de Sá e Silva sobre *Violência e Segurança Pública* para a Fundação Perseu Abramo, publicado em 2014. Mais precisamente, o que ele nomeia de os quatro eixos em que se dividem (e tensionam) os textos reflexivos acerca do fenômeno da violência brasileira, a saber: (i) “predisposição, criação cultural ou dado da realidade”; (ii) “positividade ou negatividade da violência”; (iii) “pobreza e violência”; e (iv) “legitimidade do Estado no trato com a violência”. Através desses eixos, busca-se dirimir (ou lançar iluminação para) as dúvidas hipotéticas levantadas no projeto de pesquisa. Substancialmente aquela que associa e estabelece interseção entre as formas de como se ofertam e executam políticas públicas e os dados reais de violência. Especificamente entre políticas públicas para os jovens e violência contra a vida, que sofre ou pratica a juventude.

Na terceira seção (2.3), através de um pequeno resumo de *Territórios de Mando – Banditismo em Minas Gerais, século XVIII*, de Célia Nonata da Silva, busca-se na historiografia mineira alguns paralelos entre a violência e a criminalidade dos espaços sertanejos das Minas com o contexto no qual jovens têm sido vítimas da violência do tráfico de drogas em Taiobeiras.

Por último, na quarta parte deste capítulo (2.4), toma-se um artigo de Angela Maria Endlich e Pedro Henrique Carnevalli Fernandes sobre o *Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social*.

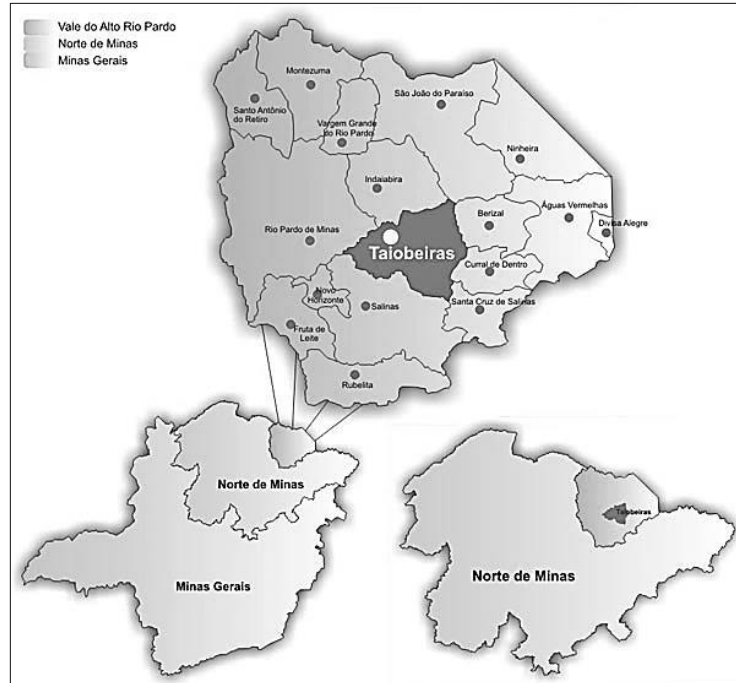
2.1 História das Violências em Taiobeiras

A juventude está a morrer. Mais do que isso, são jovens pobres, mestiços e meramente nomeados pela sociedade como bandidos: membros de bandos de traficantes. Inconvenientes em vida à pequena ordem burguesa e quase estamental, e também na morte, pelo escândalo que representam ao provinciano “bom nome” da localidade, eles incomodam a consciência

⁴ Em alemão, algo como “o espírito do tempo”, ou livremente, a tendência do momento.

(ou inconsciência) coletiva. A adjetivação de cidade mais violenta da microrregião do Alto Rio Pardo⁵ incomoda Taiobeiras.

Mapa 02 – Microrregião do Alto Rio Pardo (Região Norte de Minas Gerais)



Fonte: Prefeitura de Taiobeiras (*site*). Acesso em: 15 jan. 2018.

Igualmente, figurar em índices elevados no ranking de violência entre os municípios que compõem a 11ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais (RPM), que abrange o Norte do estado, constrange a localidade. De acordo com dados da PMMG, Taiobeiras está na quinta posição, numa lista de 61 cidades, em número de homicídios consumados no período de 2016 e 2017. Enquanto houve variação negativa de 17%, na totalidade da 11ª RPM, de um ano para o outro, e também nos quatro primeiros colocados – em sequência: Montes Claros (cidade-polo norte-mineira), Janaúba, Jaíba e Nova Porteirinha, no município de Taiobeiras a quantidade de mortes por assassinato aumentou em 29%.

⁵ De acordo com o IBGE, o município de Taiobeiras se encontra na microrregião de Salinas, mesorregião Norte de Minas Gerais. No entanto, por motivações políticas e culturais, durante os anos de 1990 foi forjado o termo Alto Rio Pardo, valendo-se do fato de que a maioria dos dezessete municípios que compõem tal seção territorial se encontram na bacia do Rio Pardo, único curso d'água que surge no Norte-mineiro, segue diretamente ao Atlântico e cuja nascente se localiza numa das municipalidades que a compõem. Tal expressão – Alto Rio Pardo – reúne em si a representação de elementos comuns à maioria desses municípios, tais como: identidade cultural, características socioeconômicas e lutas organizativas de seus atores políticos, tanto da esfera pública quanto da sociedade civil. Com o advento do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), efetivado a partir de 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram respectivamente criados o Território Rural Sustentável do Alto Rio Pardo e o Território da Cidadania do Alto Rio Pardo, reconhecendo e consagrando o topônimo, tanto internamente à sociedade da microrregião, quanto externamente, perante as esferas e poderes do Estado e órgãos de governo. O autor desta dissertação concorda com as reivindicações de cunho territorial, conforme preconiza o geógrafo Milton Santos, político e econômico estandardizadas no signo Alto Rio Pardo e, por esse motivo, utilizará neste trabalho tal designação quando se referir à microrregião onde se situa o *lugar* de sua investigação.

Tabela 01 – Homicídios consumados – 11ª RPM (01/01/2016 e 26/12/2017)

Ranking	Município	2016	2017	Total Geral	Var%
1	MONTES CLAROS	57	37	94	-35%
2	JANAÚBA	37	35	72	-5%
3	JAÍBA	25	17	42	-32%
4	NOVA PORTEIRINHA	9	7	16	-22%
5	TAIOBEIRAS	7	9	16	29%
6	PORTEIRINHA	6	9	15	50%
7	JANUÁRIA	7	7	14	0%
8	MANGA	9	5	14	-44%
9	SÃO FRANCISCO	9	3	12	-67%
10	ITACARAMBI	8	4	12	-50%
11	VERDELÂNDIA	4	8	12	100%
12	BRASÍLIA DE MINAS	5	4	9	-20%
13	SALINAS	4	4	8	0%
14	BOCAIUVA	2	6	8	200%
15	CORACÃO DE JESUS	6	2	8	-67%
16	ESPINOSA	3	3	6	0%
17	MONTE AZUL	5	0	5	-100%
18	BONITO DE MINAS	4	1	5	-75%
19	SÃO JOÃO DAS MISSÕES	1	4	5	300%
20	JAPONVAR	3	2	5	-33%
21	MONTALVÂNIA	2	2	4	0%
22	CRISTÁLIA	3	1	4	-67%
23	FRANCISCO SÁ	3	1	4	-67%
24	PAI PEDRO	2	2	4	0%
25	CAPITÃO ENÉAS	1	3	4	200%
26	MIRABELA	3	1	4	-67%
27	MATIAS CARDOSO	3	1	4	-67%
28	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	2	1	3	-50%
29	RUBELITA	1	2	3	100%
30	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO	1	2	3	100%
31	LAGOA DOS PATOS	1	2	3	100%
32	MATO VERDE	2	1	3	-50%
33	PATIS	2	0	2	-100%
34	MAMONAS	1	1	2	0%
35	MIRAVÂNIA	0	2	2	100%
36	FRANCISCO DUMONT	0	2	2	100%
37	ICARAÍ DE MINAS	1	1	2	0%
37	CURRAL DE DENTRO	0	2	2	100%
39	BOTUMIRIM	0	2	2	100%
40	FRUTA DE LEITE	2	0	2	-100%
41	SANTA CRUZ DE SALINAS	0	2	2	100%
42	MONTEZUMA	0	2	2	100%
43	SÃO JOÃO DA PONTE	2	0	2	-100%
44	GAMELEIRAS	1	1	2	0%
45	VARZELÂNDIA	1	1	2	0%
46	PADRE CARVALHO	2	0	2	-100%
47	GRÃO MOGOL	0	2	2	100%
48	IBIRACATU	1	0	1	-100%
49	JOSENÓPOLIS	0	1	1	100%
50	NINHEIRA	1	0	1	-100%
51	LONTRA	0	1	1	100%
52	PINTÓPOLIS	1	0	1	-100%
53	OLHOS-D'ÁGUA	1	0	1	-100%
54	SERRANÓPOLIS DE MINAS	0	1	1	100%
55	JUVENÍLIA	0	1	1	100%
56	UBAÍ	0	1	1	100%
57	IBIAÍ	0	1	1	100%
58	RIO PARDO DE MINAS	0	1	1	100%
59	SÃO JOÃO DA LAGOA	1	0	1	-100%
60	RIACHO DOS MACHADOS	1	0	1	-100%
61	LUISLÂNDIA	0	0	0	0%
	TOTAL 11ª RPM	253	211	464	-17%

Fonte: 10º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais/ Armazém/ SIDS. Elaboração do autor.

Se se observarem esses dados exclusivamente dentro da microrregião do Alto Rio Pardo, a distância entre Taiobeiras e o município imediatamente mais próximo é de oito casas, até alcançar Salinas, que não teve variação, permanecendo estável no número de homicídios consumados entre 2016 e 2017. É necessário anotar que Salinas está localizada num entroncamento viário mais movimentado do que as rodovias que conduzem a Taiobeiras, cortada pela BR-251, e possui população de 41.678⁶ pessoas, de acordo com estimativa do IBGE para 2017, 23% maior que a de Taiobeiras.

A propósito de contribuir para a compreensão da violência no contexto geral da sociedade brasileira, CHAÚÍ (1999) afirma:

Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, o autoritarismo que regula todas as relações sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, as intolerâncias religiosa, sexual e política não são considerados formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não percebida como estruturalmente violenta e por isso a violência aparece como um fato esporádico superável.

A se fazer um esforço interpretativo, as formas de violência citadas por CHAÚÍ (1999) podem ter em Taiobeiras um microcosmo de observação. Elas promovem na sociedade local um incômodo, e da mesma forma são percebidas como se fossem “fato esporádico superável”, extemporâneas, alheias e externas ao que se processa em seu interior. Extraordinárias. As análises, de senso comum ou mesmo as processadas em audiências para o debate da segurança pública e da violência, apresentam o que CHAÚÍ (1999) classifica como os dispositivos que ocultam a realidade violenta. Por ela própria:

3) Um dispositivo de exclusão, isto é, a distinção entre um “nós brasileiros não-violentos” e um “eles violentos”, “eles” sendo todos aqueles que, “atrasados” e deserdados, empregam a força contra a propriedade e a vida de “nós brasileiros não-violentos” (CHAÚÍ, 1999).

O estupor da exclusão está em matérias do jornal local^{7 8}, nos comentários deixados em redes sociais da internet, na informalidade das conversas de vizinhos e conhecidos, nos pronunciamentos das autoridades e lideranças sociais e nas manifestações orais em audiências⁹ pú-

⁶ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Brasil Em Síntese: Salinas*. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/salinas/panorama>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

⁷ *Criminalidade assusta Taiobeiras* (FOLHA REGIONAL, 2007a, p.1)

⁸ *Depois do susto, sociedade de Taiobeiras debate Segurança Pública* (FOLHA REGIONAL, 2013a, p.1.5).

⁹ Entre 2012 e 2017, várias audiências públicas, reuniões e debates ocorreram para a discussão dos temas relacionados ao aumento da violência e da criminalidade em Taiobeiras. Destacam-se duas, a primeira, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, acontecida em 4 de maio de 2012, no Plenário da Câmara Municipal, cujo assunto principal foi a dificuldade da Polícia Civil em desvendar a autoria de assassinatos cometidos no município, impossibilitando o trabalho punitivo da Justiça, e a segunda, convocada pelo Prefeito Municipal a partir de reivindicações populares em redes sociais da internet, aconteceu em 5 de maio de

blicas especialmente convocadas para a discussão da violência na cidade. Termos como “índole” são utilizados em explicações que privatizam a violência. O desprezo pela análise do pretérito e a incapacidade de crítica ao edifício social são regras tácitas. O olhar romanceado, voltado a um passado mítico, supostamente ameno e pacífico, é uma tentação às generalizações e ao discurso fácil dos que apregoam soluções violentas para a contenção da violência.

Figura 01 – Capa de jornal revela visão de violência como fato esporádico que “explode” de tempos em tempos



Fonte: Jornal Folha Regional, 2017, edição impressa.

Figura 02 – O “susto” da violência – capa do jornal e debate sobre Segurança Pública



Fonte: Jornal Folha Regional, 2013, edição impressa.

2017, no Salão Frei Jucundiano de Kok OFM, para a qual escolas, sindicatos e entidades de classe previamente se reuniram a elaborar propostas de “contenção da violência”, que foram apresentadas durante o encontro. Naquela data, uma comissão para dar encaminhamento às sugestões da sociedade foi criada, a ser presidida pelo Prefeito, porém jamais convidada a se reunir até a finalização da escrita desta dissertação.

Seguindo o raciocínio de Marilena CHAUI, pode-se afirmar que as violências em Taiobeiras são estruturais e históricas. E podem ser descritas numa linearidade pedagógica a partir da economia, perpassando a cultura, as posições do *status quo* e culminando no esgarçamento do tecido social perante o fenômeno do extermínio da juventude que se envolve com o consumo e o tráfico de drogas.

Há a violência gerada pela riqueza exuberante concentrada em mãos da pequena elite econômica, desde os antigos senhores de terras¹⁰ e escravos, mascates e tropeiros do Alto Rio Pardo e até por meio dos atuais empreendedores do agronegócio, que ainda se valem do trabalho em regime de boia-fria.

Violência que segue no reflorestamento de eucalipto e pinus¹¹, incentivado pela Ditadura Militar em todo o semiárido mineiro a partir dos anos 1970, responsável pela expulsão das populações tradicionais de *geraizeiros*¹² para as cidades da região e de longe. Povos que por séculos foram posseiros das terras em que habitavam e retiravam o sustento através do extrativismo do pequi e das demais plantas típicas do cerrado, apesar de não possuírem os registros formais de propriedade. Com a invasão das reflorestadoras, reduziram-se a empregados de baixa remuneração dessas empresas, das carvoarias e do agronegócio ou a moradores das periferias das cidades do Alto Rio Pardo, de outras regiões de Minas, como a capital Belo Horizonte, ou preferencialmente do interior de São Paulo, prejudicando-se economicamente, na

¹⁰ MIRANDA (1997, p.26–27) informa que o terreno onde se formou o povoado de Taiobeiras era denominado Sítio Bom Jardim. Essa propriedade foi registrada pela primeira vez em livro próprio da Paróquia Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo, Comarca de Jequitinhonha, Província de Minas Gerais, no ano de 1856, seguindo os dispositivos da então recente “Lei de Terras” do Império do Brasil (Lei Imperial Nº. 601, de 18 de setembro de 1850). Como que a prefigurar a história de violências que se seguiria, Taiobeiras surgiu exatamente no lugar onde se encontrou uma pessoa assassinada, sepultada onde foi achada, dali se formando um cemitério, por determinação de Vitoriano Pereira Costa, dono do Sítio Bom Jardim, seguido de capela, venda e estalagem para tropeiros. A data não é exata, assim como o nome e o sexo da pessoa falecida não ficaram registrados para a história, mas há a hipótese de que tal fato tenha ocorrido em meados da década de 1870, amparada em documentos que comprovam a visita do pároco de Rio Pardo de Minas para dispensar os sacramentos na localidade de Taiobeiras.

¹¹ Em sua dissertação de mestrado, DAYRELL (1998, p.76–77) afirma: “Entretanto, a partir dos anos 70, uma série de programas e projetos, tanto do governo federal quanto do estadual, foram implementados no intuito de *integrar a região na dinâmica da economia nacional, eliminar os bolsões de pobreza e combater os efeitos maléficos da seca*.” [...] “Com o objetivo de atender à crescente demanda por carvão vegetal para o pólo siderúrgico do Estado e, por madeira, pelas indústrias de papel e celulose, as empresas siderúrgicas e de celulose receberam recursos fiscais, financeiros e aportes legais para aquisição de terrenos e para a implantação de monoculturas de eucalipto e pinus. Por parte do governo federal, dois programas foram a base para implantação dos empreendimentos florestais em Minas Gerais: o Programa Nacional de Papel e Celulose – PNPC – e o Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal – PSNCV”.

¹² De acordo com DAYRELL (1998, s/p), “O signo identitário dos geraizeiros está vinculado àquela formação a que se denomina gerais, ou sejam, os planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados, com suas vastidões que dominam as paisagens do bioma Cerrado. O aspecto que os distingue é uma forma singular de apropriação da natureza regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos”. A cidade de Taiobeiras e a maior porção de seu território rural se encontram em área do bioma geraizeiro, ou seja, o Cerrado mineiro.

identidade cultural e no sentido subjetivo de pertença territorial, além do agravamento da situação de pobreza que já lhes era peculiar.

Prossegue a violência, através da ação dos donos de carvoarias que produzem para as siderúrgicas instaladas nas áreas industriais de Minas Gerais. Violência perpetrada em regime de compartilhamento com o item descrito anteriormente: reflorestadoras de eucalipto e carvoarias unidas através das máfias de grileiros de terras e do carvão. Ainda que desmontadas periodicamente por ações governamentais, resistem e atuam amparadas na pobreza econômica da maioria da população e na leniência das autoridades constituídas. No caso das carvoarias, entre 1990 e 2000, foram alvos de diligências de fiscais do Ministério do Trabalho, em todo o Alto Rio Pardo, muitas delas flagradas a explorar trabalho análogo ao escravo¹³, mas contando com a simpatia e o apoio de lideranças políticas e jurídicas locais. Já as máfias da grilagem de terras e do carvão¹⁴ foram desbaratadas no final da década de 2000, inclusive se descobrindo a atuação conivente de altos membros da cúpula do governo mineiro de então. As terras, porém, permanecem concentradas em propriedades dos mesmos indivíduos ou empresas. Realidades criminais que revelam o desenvolvimento de um capitalismo predatório e violento na região, que se vale da ilegalidade e da corrupção como formas de incremento dos lucros de seus agentes, privados e públicos.

Figura 03 – Matéria de jornal revela máfia do carvão



Fonte: Jornal Folha Regional, 2009, edição impressa.

¹³ No artigo *A luta dos camponeses do Alto Rio Pardo – Norte de Minas pelo direito ao território e à educação do campo*, publicado na *Entrelaçando: Revista Eletrônica de Culturas e Educação*, SANTOS & GARCIA (2016, p.8–9) informam: “A primeira grande ação coletiva dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios do Alto Rio Pardo aconteceu por volta de 1993 com uma ação de denúncia no mistério do trabalho das condições escravas que se encontravam os trabalhadores das carvoarias da região”.

¹⁴ *Máfia do carvão falsificava documentos* (FOLHA REGIONAL, 2009b, p.8).

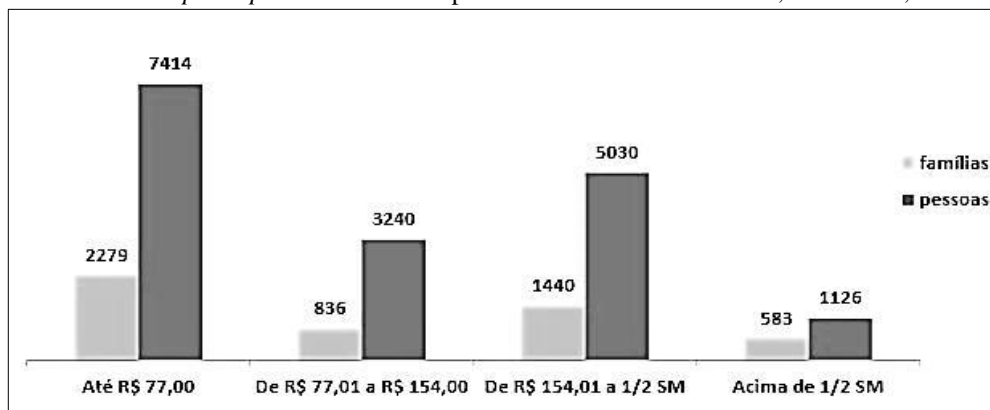
Violência contínua no comércio urbano – que ainda se vale de trabalho não formalizado e de baixos salários, inferiores ao mínimo nacionalmente instituído – e nos especuladores imobiliários, os quais, em período recente de bonança econômica nacional, conduziram à estratosfera os preços dos terrenos e imóveis urbanos, ocasionando a superexploração dos trabalhadores, a periferização do espaço urbano e o déficit habitacional.

E a violência econômica se conclui na pobreza da metade do total de habitantes, taxa que embora manifestasse tendência significativa de queda entre 2000 e 2010 – justamente o período de incremento das políticas públicas e dos programas sociais de transferência de renda e de redução de desigualdades por parte do Governo Federal, demonstra que há um percentual ainda elevado de cidadãos que dependem das ações desenvolvidas e/ou executadas pelo Departamento Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social (DTASC) para garantir o mínimo necessário à subsistência.

Através do *Diagnóstico Socioterritorial de Taiobeiras 2016 – Uma análise dos serviços de Assistência Social do município frente às situações de vulnerabilidades e riscos sociais configuradas no território*, as próprias autoridades municipais da área de assistência social, a partir dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), reconhecem o seguinte:

Conforme informações extraídas do CadÚnico, em maio de 2016, havia 5.138 famílias com baixa renda no município incluídas neste cadastro, o que representa 16.810 pessoas, ou seja, 50,07% da população estimada para o ano de 2016. Isso quer dizer que metade da população está vulnerável, em maior ou menor grau, aos riscos que a pobreza expõe (MENDES, 2016, p.34).

Gráfico 01 – Renda *per capita* das famílias e pessoas inscritas no CadÚnico, Taiobeiras, maio/2016



Fonte: DTASC (Prefeitura de Taiobeiras).

Os dados ofertados pelo CadÚnico revelam que quase a metade das famílias taiobeirenses, tinham renda *per capita* de até R\$ 77,00 (setenta e sete reais)/mês em maio de 2016. Um dado gravíssimo, se levado em conta que pelos padrões de segurança alimentar e social implanta-

dos pelo Ministério do Desenvolvimento Social brasileiro, famílias cuja renda mensal de cada indivíduo que as compõem chega a apenas R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) são consideradas extremamente pobres, tornando-se destinatárias principais do benefício do Programa Bolsa Família. 44,35% dos taiobeirenses se encontravam, em 2016, em situação inferior ao padrão de extrema pobreza.

Acrescente-se o dado de que esse grupo discriminado no Gráfico 01 é majoritariamente composto de indivíduos que se autodeclaram 65% como pardos, 12% como não-brancos e com baixa escolaridade. Dessa forma, desvelar-se-á também o caráter racial da pobreza e do pouco acesso à educação formal, componentes que podem ser classificados como violências de fundo estrutural e estruturante, que se julga serem elementos complexamente partícipes do processo histórico permeado de vulnerabilidades sociais, no qual se constituiu a localidade de Taiobeiras e seu caráter negador de direitos.

Tabela 02 – Autodeclaração cor/raça de cadastrados – CadÚnico/Taiobeiras (Dezembro/2017)

COR OU RAÇA	Recebe Programa Bolsa Família - por Família			TOTAL	%
	NÃO	SIM	SEM RESPOSTA		
BRANCA	1535	2109	0	3644	23%
PRETA	274	370	0	644	4%
AMARELA	530	904	0	1434	8%
PARDA	4412	6128	0	10540	65%
INDÍGENA	1	4	0	5	0%
SEM RESPOSTA	8	2	0	10	0%
Total	6760	9517	0	16277	100%

Fonte: DTASC (Prefeitura de Taiobeiras). Elaboração do autor.

A Tabela 02 revela que o universo de pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluídas no CadÚnico, autodeclaram-se acerca de cor ou raça, como 65% pardas, 23% brancas, 8% amarelas e 4% pretas. O autor, com base na observação pessoal, conclui que aquelas que se autodeclaram amarelas, em tese de origem asiática, em verdade também poderiam ser incluídas no universo das pessoas pardas, haja vista a quase inexistência de asiáticos ou descendentes destes no município de Taiobeiras. Também se pode deduzir, por observação, que o universo de pessoas negras ou pretas, na localidade, é maior do que o autodeclarado, podendo-se subtraí-las da totalidade de pardos. Ainda assim, o espectro racial dos destinatários preferenciais de programas sociais de transferência de renda, metade da população municipal, é o exemplo da desigualdade de raça que aflige os não-brancos de todo o Brasil.

Há também a violência sexista e estamental, sentida nos costumes patriarcais de homens que, no passado, mantinham família clandestina – socialmente de segunda categoria, alcunhada culturalmente de “mulher e filhos particulares” – desprovida dos direitos legais reconheci-

dos à matriz do casamento e aos rebentos legítimos dessa instituição. Numa localidade pequena e de processo de imigração lento, é de se supor que a parcela hoje empobrecida é diretamente descendente desses indivíduos de “segunda classe”, frutos de hábitos excludentes e autoritários do patriarcalismo. E é justamente nesse chão que florescem os sujeitos que, durante a juventude, têm as vidas ceifadas na guerra do tráfico de drogas.

Patriarcal e de gênero, tal violência que segrega e sujeita o feminino a acessório do masculino, também se estendeu para o universo das relações políticas. Em 64 anos de emancipação administrativa, Taiobeiras elegeu somente três representantes do sexo feminino à Câmara Municipal e uma prefeita. Essa última, escudada na figura do marido ex-prefeito. É exemplar que se destaque que o mandato dessa chefe do executivo, entre 1993 e 1996, sofreu severas censuras sociais, naturais na democracia, porém permeadas de ofensas que se distinguem das dirigidas a qualquer governante homem, pela ferocidade e forte conteúdo de misoginia, preconceitos de gênero e violências simbólicas contra a figura feminina.

Outro capítulo de memória dolorida ao histórico de violência em Taiobeiras é o dos abusos contra crianças e adolescentes, no que se convencionou denominar de exploração da prostituição infantil. Embora fosse algo que desde há muito qualquer morador soubesse que acontecia, nos anos 1990 o fato se tornou de conhecimento da Justiça e da imprensa. Homens ricos e políticos do alto escalão municipal, incluindo a figura notória de um ex-prefeito eleito por quatro vezes, foram citados como exploradores e incentivadores de pessoas que agenciavam meninas menores de idade para a prática de atos sexuais com eles, em troca de valores em dinheiro e de presentes, em geral na forma de roupas de marcas da moda, bicicletas, aparelhos de telefonia celular e até mesmo de alimentos.

O jornalista Luiz Ribeiro, à época escrevendo para jornais da cidade de Montes Claros, investigou a situação de vários municípios. Algum tempo depois, publicou o livro *Corpos à venda: um relato sobre a prostituição infantil e suas causas*, pela editora da Universidade Estadual de Montes Claros. Um dos capítulos da obra é sobre Taiobeiras. RIBEIRO (2001, p.113) relata:

O escândalo “estourou” com a prisão da cafetina Gilda Aparecida Rocha, apontada como principal intermediária da prostituição infantil no município. A partir da sua detenção, foram apontados nomes de pessoas influentes e de maior poder aquisitivo da cidade, que estariam envolvidos no esquema. Foram citados até dois prefeitos da região, à época, como supostos clientes da agenciadora.

A cafetina “foi a única punida no caso das denúncias sobre prostituição infantil em Taiobeiras”, segundo RIBEIRO (2001, p.117). Em março de 2009 ela terminou sumariamente executada, em evento criminal cercado de mistério, numa rua da cidade. Crime que não foi desvendado pela polícia¹⁵.

Em fevereiro de 2008, Ronaldo Saturnino, um conselheiro tutelar de Taiobeiras bastante atuante nas denúncias e investigações dos casos de abusos sexuais contra menores, sofreu uma emboscada enquanto se dirigia a uma comunidade rural do município. Escapou com vida após longo período de convalescença. Entre os acusados desse atentado¹⁶, figuras ligadas ao ex-prefeito que, desde a década anterior, movimentos sociais organizados e o Ministério Público acusavam de envolvimento com a exploração de menores para a prostituição¹⁷.

Figura 04 – Matéria de jornal informa sobre atentado a conselheiro tutelar

Pág. 12 - setembro/2007

FOLHA REGIONAL

Autêntico e Independente

Polícia apresenta suspeitos do crime contra Ronaldo

indiciamentos dos acusados: João Batista Rodrigues Sampaio, vulgo “João Cipó”, 39 anos, comerciante e fazendeiro; Derlindo de Freitas Lima, vulgo “Galego de Satil”, 48 anos, casado, despachante de veículos; Clemente José da Silva, motorista, conhecido como “Lezim” e o ex-prefeito de Taiobeiras, Joel Cruz, 67 anos, fazendeiro e empresário.

De acordo as investigações da equipe de detetives, no dia 27 de fevereiro Joel alugou o veículo VW Gol, de cor prata, placa GYL 6456, mas quem apareceu para apanhar o carro na locadora foi o indiciado “João Cipó”, sujeito que é tratado pela polícia como pistoleiro. A partir de então, juntamente com o indiciado “Lezim”, o delegado relatou que os dois passaram a andar pela cidade com o claro intuito de que o pistoleiro João Cipó conhecesse a vítima Ronaldo e, na melhor oportunidade, o surpreenderia e o mataria. “Esta oportunidade aconteceu na madrugada do dia 3 de março, quando Ronaldo voltava da Festa do Pequi”, explicou Dr. Edson.

Relata-se que Ronaldo retornava da festa para levar uma pessoa em outra ocasião, tos depois, um andarilho de Taiobeiras, conhecido por Maicon, passava pela estrada em direção à Festa do Pequi, oportunidade em que Ronaldo lhe ofereceu R\$ 1.000 para entrar embaixo do carro e tentar consertar o escapamento. Neste momento, o GOL prata foi estacionado próximo a eles e Ronaldo voltou a pedir socorro, ocasião em que “João Cipó” desceu do carro e disse: “Seu socorro chegou Ronaldo!”, passando a efetuar os disparos.

De acordo as investigações, Galego de Satil e Lezim estavam dentro do veículo, mas não desceram no momento dos disparos. Em entrevista a nossa reportagem, Ronaldo disse que no momento dos disparos ouviu vários gritos dentro do carro chamando o atirador para ir embora. A polícia anunciou também que após o crime, os autores fugiram em direção à cidade de Montes Claros.

Galego de Satil e João Cipó estão presos no Departamento de Investigações, em Belo Horizonte. Se forem a julgamento, os dois poderão ser condenados a mais de 12 anos pelo crime. Segundo uma fonte deste Jornal, os advogados de Galego de Satil estão tentando transferir, no caso a Justiça Pública do

Delegado Edson Moreira, chefe do Departamento de Investigações da Polícia Civil, foi o responsável pelo desvendamento do crime

conduziu Galego e João Cipó para Salinas, onde dormiram, e na manhã do dia seguinte, eles foram apresentados ao juiz Evandro Cangussú, que está respondendo pela Comarca de Taiobeiras. Na ocasião, os advogados “negociaram” com o juiz para ouvi-los no dia 25. Logo após, os dois acusados foram encaminhados para a Cadeia Pública de Taiobeiras, sob forte esquema de segurança, onde esperam pelo julgamento da liberdade provisória.

Nossa reportagem conversou com o juiz Evandro Cangussú e ele explicou que o

TAIOBEIRAS – Após três meses de intensa investigação, as equipes do DEOESP e da Divisão de Crimes Contra a Vida da Polícia Civil de Minas Gerais chegaram aos supostos autores da tentativa de homicídio qualificado, que vitimou o colunista deste Jornal e ex-membro do Conselho Tutelar de Taiobeiras, Ronaldo Saturnino, de 41 anos, que foi alvejado com 6 tiros no último dia 03 de março, e mesmo assim, sobreviveu aos disparos de arma de fogo calibre 38. Os tiros acertaram o rosto, cabeça, peito, braço e perna. “Foi um verdadeiro milagre, a vítima ter sobrevivido”, comentou o chefe do Dep.

Fonte: Jornal Folha Regional, 2007, edição impressa.

Porém, somente em março de 2016, um ex-prefeito de Taiobeiras foi preso após comoção gerada internacionalmente por conta de uma matéria sobre os abusos de crianças e adolescentes no município, publicada em um site da Inglaterra¹⁸ (Figura 05). Acusado de estupro de vulnerável e exploração sexual de crianças e adolescentes, em dezembro do mesmo ano o

¹⁵ Outra execução à queima roupa (FOLHA REGIONAL, 2009b, p.8).

¹⁶ Atentado a Ronaldo continua misterioso (FOLHA REGIONAL, 2007b, p.8).

¹⁷ Polícia Civil desvenda crime contra Ronaldo (FOLHA REGIONAL, 2007c, p.1).

¹⁸ Em sua edição de abril de 2016, o jornal taiobeirense Folha Regional noticiou: “A pressão pela prisão de Joel Cruz era enorme. O delegado Alessandro Lopes chegou a receber mais de 800 cartas de pessoas de vários países, como Inglaterra, Suíça, Austrália, Canadá e Estados Unidos.” [...] “A pressão também veio da imprensa internacional. O jornal britânico Daily Mail, um dos maiores do mundo, publicou extensa reportagem sobre as acusações contra Joel Cruz, fato que gerou enorme repercussão no mundo” (FOLHA REGIONAL, 2016a, p.8).

político foi sentenciado a pena de reclusão estimada em mais de 26 anos¹⁹. Porém, nada faz supor que a chaga da pedofilia tenha se curado²⁰, uma vez que a revelação de que o topo da pirâmide social fazia uso dela é também emblemática de como deve pensar e agir parte significativa da sociedade²¹.

Figura 05 – Matéria em site inglês denuncia exploração sexual de crianças e adolescentes em Taiobeiras²²

MailOnline News

Home | News | U.S. | Sport | TV&Showbiz | Australia | Femail | Health | Science | Money | Video | Travel | Fashion Finder

Latest Headlines | News | World News | Arts | Headlines | France | Pictures | Most read | Videos | Discounts | Login

Seen this ad multiple times | Ad was inappropriate | Ad covered content | Not interested in this ad | Seen this ad multiple times

'We ate candy and played with toys. Then he took us to his bedroom one by one': Brazilian schoolgirl, 10, raped by paedophile mayor who gave girls he abused pink bikes

By Matt Roper in Brazil for MailOnline
05:48 EST 15 Dec 2015, updated 09:21 EST 15 Dec 2015

- Mayor of Brazilian town Taiobeiras accused abusing children for 40 years
- Joel Cruz, 75, is said to have preyed on hundreds, if not thousands, of girls
- Poor mothers handed over their daughters for abuse in exchange for cash
- Town knew of the abuse but Cruz was so powerful he acted with impunity
- Harrowing testimony of ten-year-old abused girl could bring him to justice
- She was 'forced to sleep with up to eight men a night' said town prosecutor
- Cruz has fled town, warrant out for his arrest and prosecutors want justice

By MATT ROPER IN BRAZIL FOR MAILONLINE
PUBLISHED: 10:48 GMT, 15 December 2015 | UPDATED: 14:21 GMT, 15 December 2015

10 +15

Fonte: Daily Mail (*site*). Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3359310/We-ate-candy-played-toys-took-bedroom-one-one-Brazilian-schoolgirl-10-raped-paedophile-mayor-gave-girls-abused-pink-bikes.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Figura 06 – Matéria de jornal sobre denúncias de compra de votos

Pág. 9 - Outubro/ 2012

FOLHA REGIONAL Autêntico e Independente

Eleitores cobram apuração das denúncias

TAIOBEIRAS – Um grupo de manifestantes, formado por eleitores da oposição, por três vezes, realizou protestos na porta do Fórum dessa cidade. Com faixas, cartazes e um megafone, eles cobraram da Justiça Eleitoral mais agilidade na apuração das denúncias contra o prefeito eleito Danilo Mendes (PSDB), acusado pelo Ministério Público de compra de votos e uso da máquina pública na campanha.

Em todos os três protestos dos eleitores, a Polícia Militar foi acionada e o trânsito foi interditado. A juíza Marcela Decat e a promotora Ana Gabriela só receberam os manifestantes no terceiro protesto, realizado dia 22 de outubro, oportunidade em que foi formada uma comissão de 10 pessoas.

Na ocasião, a juíza e a promotora afirmaram que estão trabalhando para sentenciar os processos ainda este ano, deixando entender que as denúncias são realmente graves.

Grupo de eleitores da oposição de Taiobeiras cobra apuração das denúncias feitas pela promotora

Fonte: Jornal Folha Regional, 2012, edição impressa.

¹⁹ Joel é condenado por abuso sexual de crianças (FOLHA REGIONAL, 2016c, p.8).

²⁰ Novo flagrante de prostituição infantil (FOLHA REGIONAL, 2006a, p.1).

²¹ Homem acusado de abusar de crianças é preso (FOLHA REGIONAL, 2014b, p.12).

²² Título traduzido: “‘Comíamos doces e usávamos os brinquedos. Depois, ele nos levava ao quarto uma a uma’: Estudante brasileira, 10, estuprada por prefeito pedófilo que dava às sexualmente abusadas bicicletas rosas.”

A violência persiste também contra a democracia, na medida em que a cada pleito municipal se avolumam denúncias e provas de que a vontade popular é manietada pelos cabrestos desonestos da compra e da venda de votos²³, a despeito de leis mais rigorosas sancionadas no país e de alguma organização da sociedade local²⁴ a fim de coibir fraudes eleitorais.

Recorrer ao passado histórico, da formação de Taiobeiras no último quarto de século dos oitocentos, ao tempo presente, é necessário para lançar iluminação à natureza dos fatos violentos que ocorrem no período de cobertura da pesquisa.

Avay Miranda, autor da única monografia a recontar a história do município, colheu documentos em arquivos públicos e privados para escrever os dois volumes da obra *Taiobeiras: seus fatos históricos*. Livros lançados em 1997, ambos os textos foram concebidos em caráter provincianamente laudatório à terra natal, mas representam grande valor na preservação da memória e dos relatos orais. As informações contidas neles demonstram factualmente o quanto a violência é um elemento que permeia o decurso histórico e social de Taiobeiras. A história da violência é tão antiga quanto a própria localidade, muito antes da emancipação a 12 de dezembro de 1953.

Recorrendo a MIRANDA (1997) e ao cômico ÂNGELIS (1998), historiadores do Alto Rio Pardo, é possível trazer do passado uma lista de outras violências que marcam a região em que se formou Taiobeiras.

Na noite de 23 de setembro de 1911, o pistoleiro Hipólito, jagunço de um coronel de Salinas, deu dois tiros certos em Martinho Rêgo, líder do povoado, a mando de Quinca Roxo, homem que tempos antes havia sido preso por Martinho ao promover brigas na feira livre de Taiobeiras. ÂNGELIS (1998, p.35) acrescenta:

O Sr. Martinho era tropeiro, que também mascateava na região, fixando residência em Taiobeiras, depois do 2º casamento; vereador da 18ª Câmara Municipal 1898/1902 em Rio Pardo de Minas, representando o povoado de Taiobeiras, forte negociante e de considerável prestígio político e social.

Em 1919, um homem registrado na memória histórica apenas pelo prenome Leonídio, ou o “forasteiro baiano”, achacava pessoas em troca de dinheiro, jurando-lhes de morte e, em alguns casos, executando a jura. Como em cenas típicas de filmes e séries sobre o Cangaço, ia ao velório dos que assassinava carregando velas acesas. Teatralmente, entrava reverente à

²³ Promotora de Taiobeiras afirma em processo eleitoral que houve compra de votos (FOLHA REGIONAL, 2016b, p.1).

²⁴ Eleitores cobram apuração das denúncias (FOLHA REGIONAL, 2012b, p.9).

igreja em dias santos, de arma em punho, retirando a munição e pondo-a sobre a toalha do altar enquanto rezava. Foi assassinado por uma liga de “pessoas de bem”²⁵ do povoado num dia de sexta-feira da Paixão. Tinha mulher e filha e a história não registra o destino delas.

Em 1927 houve a contenda política²⁶ na qual o coronel Idalino Ribeiro, por meio do intermediário Olyntho Prediliano de Santana, foi autorizado pelo presidente de Minas Gerais, Melo Viana, a depor²⁷ violentamente do comando da cidade de Salinas o chefe político e professor Juventino Nunes. Para isso, contratou mercenários baianos sob as ordens de Maneca Primo, bandoleiro de Vitória da Conquista/BA. Vitorioso na “terra da cachaça”, Manuel Gusmão, nome de batismo de Maneca Primo, e seu bando escolheram o caminho do distrito de Taiobeiras, à época desmembrado de Rio Pardo de Minas e incorporado a Salinas, para retornarem ao estado baiano. Passando pelo arraial, cercaram-no, saquearam as casas, os poucos comércios e cometeram diversas brutalidades com a população. Foram detidos e mortos em emboscada quando planejavam fazer o mesmo em São João do Paraíso, outro distrito de Rio Pardo de Minas por aquela quadra, perto da fronteira dos Gerais com a Bahia.

Também segundo MIRANDA (1997, p.105), em janeiro de 1981, o comerciante Tezinho Mendes foi assaltado e assassinado em sua loja num evento que entrou para a história de Taiobeiras como o primeiro latrocínio amplamente registrado no município. Um dos assassinos, antigo empregado da loja, antes da conclusão do processo, fugiu da cadeia e, em seguida, foi encontrado morto numa fazenda próxima à cidade, com sinais de tortura, a configurar o que deve ter sido mais uma execução sumária.

²⁵ Expressão registrada textualmente por MIRANDA (1997, p.76) para o caso de Leonídio e que remete ao texto de CHAUI (1999): “nós brasileiros não-violentos” contra “eles violentos”. No caso em questão, o forasteiro Leonídio é o “eles violentos”, julgado sumariamente e executado por uma turba de “pessoas de bem”, sem passar pelo crivo dos poderes de Estado. Para os jovens assassinados em Taiobeiras entre 2013 e maio/2017, uma sentença é repetida boca a boca pelas “pessoas de bem” da sociedade: “Ele estava envolvido com droga”, como que a tacitamente concordar com a execução.

²⁶ Avay Miranda registra no primeiro volume de *Taiobeiras: seus fatos históricos*, entre as páginas 96 e 102 essa história da “Revolução de Salinas”. Quanto à autorização do alto escalão mineiro para que a ordem constitucional fosse quebrada em Salinas, o autor narra: “Quando os entendimentos já estavam bem avançados, o Sr. Olyntho Prediliano de Santana foi encarregado pelo grupo para se entender com o Presidente do Estado, Dr. Melo Viana, que naquele ano faria uma visita a Araçuaí. Exposto o problema dos correligionários de Salinas, Melo Viana teria dito para Olyntho Santana: ‘Vocês ganham o poder por qualquer meio que eu garanto’.” (MIRANDA, 1997, p.97).

²⁷ Embora contada com certa riqueza de detalhes em *Taiobeiras: seus fatos históricos*, de MIRANDA (1997), a história da “Revolução de Salinas”, segundo apuração, é descrita com maior fidedignidade no livro *Octaciliada: uma odisséia do Norte de Minas*, escrito por Abdênago Lisboa e lançado em poucos volumes por seu filho Apolo Heringer Lisboa no ano de 1992, após a morte do pai. Pela raridade, o autor desta dissertação não teve acesso ao texto original, apenas a relatos de leitores.

Entre 1990 e 1991²⁸, dois crimes contra mulheres, no que hoje podem ser qualificados de feminicídio, estremeceram a cidade. Uma delas foi morta pelo marido portador de ciúmes exacerbados, pelas costas, enquanto preparava o almoço, na frente dos filhos ainda crianças, com golpes de punhal. A segunda foi assassinada à noite, pelo companheiro, e seu corpo jogado em um poço de captação de água do lençol freático. Nas duas primeiras décadas do século XXI, são vários os casos registrados de agressões contra mulheres²⁹ por parte de seus namorados, companheiros ou até de parentes³⁰ do sexo masculino: físicas, estupro, exploração sexual, feminicídio.

Figura 07 – Matéria de jornal sobre caso de violência contra a mulher

Pág. 7 - janeiro/2009

FOLHA REGIONAL

Autêntico e Independente

Mulher denuncia agressão do marido



Sandra mostra as marcas da Violência

TAIOBEIRAS – No dia 23, a doméstica Sandra Aparecida de Sousa, 30 anos, acompanhada de sua mãe Divina Aparecida de Sousa, procurou nossa redação para denunciar a violência de Jailton Diamantino de Oliveira, com quem é amasiada há 5

mim joga pra fora da casa”, reclama Sandra, que estava indignada, pois, segundo ela, procurou o Ministério Público e a Polícia, mas não foi atendida, além de não ser tomada nenhuma providência contra o agressor.

Segundo Sandra, as agressões começaram há 3 meses, depois que sua irmã Mirian, de 22 anos, passou a dormir em sua casa. *“Ele começou a assediar minha irmã e a brigar comigo”, disse. “A situação ficou ainda mais difícil depois que ele começou a transar com Mirian na minha frente”, denuncia a esposa, que passou a ser espancada frequentemente, até que começou a ter distúrbio mental e foi parar no caps. “A humilhação é muito grande”, chorou. “Um dia ele mim obrigou a sair da minha cama pra poder transar com minha irmã”, disse Sandra, informando ainda que eles chegaram a transar no quintal, na frente de seu filho de 11 anos.*

Conforme Sandra, o pior momento aconteceu no dia 22 de janeiro, quando chegou do serviço e Jailton começou a acusá-la de traição. *“Ele mim bateu muito e ainda jogou no meio*

minhas vizinhas mim ajudaram”, relatou, dizendo ainda que no dia seguinte voltou a ser agredida e todas as suas roupas foram jogadas na rua.

Depois disso, Dona Olívia, mãe de Sandra, foi acionada. *“Quando cheguei na casa ela estava sagrando na boca e muito machucada”, disse a mãe, que saiu pra pedir ajuda ao conselheiro tutelar Ronaldo Saturnino, tido na cidade como defensor dos oprimidos. “Quando cheguei na casa, ela já estava amarrada e para justificar, Jailton disse que a amarrou porque estava doida”, disse Ronaldo, que encaminhou a vítima para a Delegacia de Taiobeiras. “Infelizmente, o delegado não resolveu o problema como manda a Lei Maria da Penha”, lamentou o conselheiro, que também levou o problema para o promotor da cidade.*



Fonte: Jornal Folha Regional, 2009, edição impressa.

Também em 1990, um trabalhador de posto de combustíveis, preso sob a acusação de furto no local de trabalho, “apareceu”³¹ morto na cadeia pública de Taiobeiras com todos os traumas de tortura. Caso nunca apurado, porém revelador, através de relatos memoriais de moradores antigos, de como se processava o tratamento aos presidiários taiobeirenses desde que a

²⁸ O autor se baseia em suas memórias para relatar estes fatos.

²⁹ Na edição de junho de 2006, o periódico taiobeirense Folha Regional estampou na capa a manchete “Crime bárbaro choca Taiobeiras”. Relatava o estupro seguido de assassinato uma jovem de 17 anos de idade. O suspeito foi preso no mês seguinte e confessou o crime. Era o namorado da vítima (FOLHA REGIONAL, 2006b, p.1). Em janeiro de 2009, o mesmo jornal trouxe matéria sobre uma mulher de 30 anos de idade que havia procurado a redação para mostrar as marcas de agressões físicas do companheiro e acusa-lo de cárcere privado contra ela e estupro de sua irmã de 22 anos. O jornal informou, ainda, que o caso já havia sido denunciado à Polícia Civil e ao Ministério Público de Taiobeiras (FOLHA REGIONAL, 2009a, p.7).

³⁰ Em outubro de 2010, Folha Regional publicou: “Pai tratava filha como esposa: lavrador molestava filha desde os 7 anos. Ele foi preso e confessou o crime” (FOLHA REGIONAL, 2010, p.11).

³¹ O autor se baseia em suas memórias para relatar este fato.

cadeia pública fora instalada pela ocasião da elevação a distrito. Nos mesmos dias da morte do frentista, três corpos de homens assassinados foram abandonados às portas do Cemitério do Santo Cruzeiro, com marcas de tortura, restando aos parentes prantear e enterrar os mortos, sem que ocorresse qualquer investigação de responsabilidades ou punições.

A partir de 2007³², ano em que várias pessoas jovens foram assassinadas, têm se tornado corriqueiras, até mesmo comuns, as notícias de execuções sumárias na cidade e em alguns pontos do meio rural, até o presente em que esta pesquisa se desenrola, taxativamente associadas ao tráfico de drogas.

Figura 08 – Matéria de jornal sobre quadrilha de jovens traficantes de drogas



Fonte: Jornal Folha Regional, 2009, edição impressa.

Ainda em 2007, a sociedade já começava a perceber que a questão da juventude que se envolvia com o uso de drogas e o tráfico já se descortinava como um problema social de Taiobeiras, a ser tratado com o envolvimento das instituições da comunidade. O relatório de uma assembleia da Igreja Católica local, ocorrida em dezembro daquele ano, intitulado *Documento do 1º Concílio Paroquial de Taiobeiras*, porém publicado em 2008, em sua seção sobre direitos humanos, afirma:

O empobrecimento de grande número de pessoas devido à falta de oportunidade e de reconhecimento dos direitos humanos é outra realidade de Taiobeiras. Historicamente isto tem provocado a delinquência em determinados setores da sociedade. [...] A Igreja Católica [...] não pode se calar ou se omitir diante destes fatos que escandalizam e desfiguram o rosto de Deus estampado no semblante de crianças e adolescentes vítimas da prostituição infantil, da delinquência e do tráfico de drogas (PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO DE TAIOBEIRAS, 2008, p.27).

Embora a ênfase ainda fosse para a temática da exploração sexual de crianças e adolescentes ("prostituição infantil"), assunto que monopolizou as atenções sociais dos taiobeirenses

³² Idem.

por duas décadas, já se tinha textualmente presente a menção ao tráfico de drogas e à “delinquência”, provavelmente a se referir ao envolvimento da juventude com o universo criminal. A noção de que isso teria um fundo social e econômico ligado à pobreza da sociedade e aos direitos (humanos) negados, também já prevalecia.

Em 2014, no povoado de Mirandópolis, pertencente ao município de Taiobeiras, um homem foi morto, decapitado e esquartejado³³. O assassino, um jovem, ainda ateou fogo aos restos mortais. Preso, confessou o crime e atribuiu a motivação passional, devido à vítima ter se insinuado sexualmente à sua parceira.

Há outros casos de maus-tratos, torturas e mortes eivadas de brutalidade e ódio, contra homens, mulheres e jovens. Idosos³⁴ do meio rural ou da periferia da cidade sofrem com assaltos por conta do salário mínimo que recebem de aposentadoria. Um casal aposentado rural terminou assassinado pela neta e uma companheira dela porque resistiram em entregar o dinheiro poupado em casa, num sítio distante³⁵ da sede municipal.

Também se destacam os casos de suicídios, especialmente de jovens, sem que haja políticas públicas de saúde para enfrentar essas tragédias reveladoras de uma sociedade em estado patológico.

Figura 09 – Matéria de jornal sobre situação de criminalidade generalizada



Fonte: Jornal Folha Regional, 2013, edição impressa.

³³ Jovem de 20 anos detalhou o assassinato do fazendeiro Gilmar Ferreira Santana, que foi esquartejado e queimado (FOLHA REGIONAL, 2014c, site).

³⁴ Polícia prende estelionatária em flagrante (FOLHA REGIONAL, 2006c, p.8).

³⁵ O autor se baseia em suas memórias para relatar este fato.

De forma fatalista, a sociedade tem “se acostumado” com a tragédia (Figura 09). O que antes era notícia de televisão, relacionada aos grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo, atualmente é realidade nas ruas e nas praças: balas perdidas, juras de morte, vidas ceifadas, inocentes atingidos³⁶.

A violência também encontra guarida em práticas de corrupção investigadas e denunciadas pela Polícia Federal (PF), quanto a desvios em programas sociais que justamente serviriam para proporcionar qualificação profissional a mil jovens de Taiobeiras. Trata-se da Operação Esopo³⁷, que em 2013 conduziu coercitivamente, para prestar esclarecimentos, um ex-prefeito da cidade, acusado de fraudar licitações do ProJovem³⁸.

Por fim, jovens estão morrendo executados³⁹ muito novos pelo que se convencionou popularmente chamar de “a guerra do tráfico”. São os inconvenientes e os excluídos. Suas mortes, assim como suas vidas, demandam compreensão apurada dos diversos campos do conhecimento. As políticas públicas que acessaram ou não são uma chave para o início dessa atividade de investigação.

2.2 Eixos teóricos sobre a violência brasileira

O projeto de pesquisa que culminou nesta dissertação trouxe como problema a análise de como determinadas políticas públicas e programas sociais atuaram sobre o desenvolvimento humano de indivíduos jovens que, em seguida, seriam vitimados de homicídio pela guerra do tráfico de drogas.

A ideia subjacente ao problema é a de que a intervenção estatal através das políticas e dos programas poderia, de alguma forma ou nível, melhorar as condições de sobrevivência daquelas famílias e pessoas e, em algum grau, protegê-las do fenômeno violento, pelo menos dos fatores de risco aos quais especialmente os jovens estão à mercê, inclusive minorando as chances deles não alcançarem o fim que acabaram por tomar.

³⁶ *Bala perdida acerta cabeça de criança em Taiobeiras: Traficantes queriam matar desafetos, mas acertaram um inocente* (FOLHA REGIONAL, 2014a, p.1.12).

³⁷ *Polícia Federal investiga Denerval* (FOLHA REGIONAL, 2013b, p.1.4–5).

³⁸ De acordo com o site da Secretaria de Governo da Presidência da República, o ProJovem “É um novo programa unificado de juventude que visa ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional e foi criado a partir da integração de seis programas já existentes – Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica” (SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007, *site*).

³⁹ *Jovem é executado em Taiobeiras* (FOLHA REGIONAL, 2012a, p.12).

Em síntese, isso seria a suposta contradição apontada no texto da introdução, a de que uma melhora no acesso a direitos básicos, em forma de ações governamentais que reduzem a pobreza, também poderia atuar no freio a atos violentos, principalmente entre a juventude. Claro que essa contradição só encontraria terreno de discussão teórica se tais políticas e programas fossem verificados em toda a sua extensão prática e, além disso, alcançassem índices elevados de sucesso, situação que será mais bem explicitada no quarto capítulo, quando da análise do que realmente existe de política pública para a juventude na localidade de pesquisa e no período tomado como delimitador.

Desdobrando o raciocínio, implicitamente, a situação de pobreza foi tomada como a causadora da incursão daqueles atores observados no estudo, as jovens vítimas do tráfico de drogas, pelo mundo da violência e da criminalidade.

Dessa ótica, analisar-se-ia simplesmente os aspectos de execução de determinadas políticas e programas, de modo a aferir suas eficiências, eficácias, sucessos e fracassos, e desse modo se alcançaria o resultado pretendido no estudo.

No entanto, as leituras mais apuradas dos teóricos acerca das discussões que se fazem sobre as causas da violência no Brasil ou sobre a definição ontológica do fenômeno violento em si, alargaram e determinaram, para o bem da melhor compreensão dos fatos, a visão de realidade e propiciaram abrir caminhos interpretativos novos. Contudo, sem mudar o enfoque de análise das políticas públicas, dos programas sociais e de seus resultados para a vida real dos jovens envolvidos em violências, mas igualmente sem os preconceitos primitivos de que apenas o signo da pobreza e/ou a ação/inação do Estado seriam os causadores da incursão desses sujeitos pelo universo da criminalidade.

Há uma multiplicidade de interpretações e conceituações sobre as causas da violência. A pobreza, e os riscos dela decorrentes, ou o acesso precário aos elementos básicos de cidadania, são apenas alguns dos itens que se pode tomar durante a discussão de ações de prevenção e controle do fenômeno violento, muito embora ocupem espaço preponderantemente significativo.

Entender ou – pelo menos – sintonizar nas discussões teóricas sobre os significados de *violência* e de *criminalidade*, de suas origens e potências, bem como dos fatores de risco que as disparam, é pertinente para os objetivos deste estudo. Especialmente porque ajuda a entender as intervenções no fenômeno por parte da esfera pública, quaisquer que sejam, quando essa

tenta conter o crime e/ou promover alternativas não-violentas para a vida em sociedade, como no caso de políticas públicas e programas sociais para a juventude.

Para tanto, a leitura de *Violência e Segurança Pública* (SILVA. F, 2014) foi fundamental para esclarecer os quatro eixos em que a discussão sobre a gênese do fenômeno violento brasileiro se processa nos meios sociais, políticos e acadêmicos. A contribuição dos estudos sobre violência da OMS, mais precisamente os que recebem a nomenclatura de fatores de risco, também permite clarificar os caminhos que conduzem à disparada violenta.

Passar-se-á a uma síntese disso e, posteriormente, a uma aplicação para o contexto verificado nesta pesquisa. Em princípio, o termo violência é esclarecido por SILVA. F (2014) da seguinte forma:

Embora a expressão violência possa ser compreendida e abordada sob várias perspectivas no âmbito da filosofia e das ciências sociais, não há dúvida de que, no Brasil contemporâneo, ela é portadora de um núcleo de sentido bem mais claramente determinado: a violação da lei penal (o cometimento de condutas definidas legalmente como crimes), que atravessa sistematicamente o cotidiano da maioria das nossas cidades, trazendo implicações negativas (lesões ou ameaças de lesão) para bens como a vida, a integridade física e o patrimônio de indivíduos (vítimas) (SILVA. F, 2014, p.9).

É fato que a quase totalidade das vinte e três vítimas de homicídio relacionadas ao tráfico de drogas em Taiobeiras, cerceadas em seu direito mais fundamental, o da vida, antes disso também estiveram em litígio com a lei. Conforme SILVA. F (2014) define, estavam em situação de “violação da lei penal”. Os menores pelo cometimento de atos infracionais e os maiores, através da realização de “condutas definidas legalmente como crimes”.

Os dados dos Boletins de Ocorrência e dos demais registros policiais acerca dos antecedentes daqueles que sofreram homicídio em Taiobeiras, entre 2013 e maio de 2017, e as impressões colhidas nas respostas aos questionários da *Pesquisa sobre a percepção de adolescentes e jovens acerca de violência e outros temas*, revelam a “violação da lei penal” conceituada por SILVA. F (2014) em uma escalada na vida daqueles indivíduos, especialmente os do sexo masculino. Desde as incipientes brigas na escola ou nas ruas, “rachas”, demonstrações de força masculina através de desafios de caráter quase infantil, uso de bebidas alcoólicas antes da idade de 18 anos, até a entrada em faltas mais graves ou gravíssimas: uso de maconha, pequenos furtos, consumo do crack, da cocaína, agressões físicas mais pesadas contra adversários ou, a propósito de resguardar a liderança de um bando, a utilização de arma de fogo, venda de substâncias entorpecentes proibidas a serviço de líderes que representam maior força, até a

cobrança de dívidas pessoais ou do tráfico, com a consequente execução do devedor (homicídio), são exemplos de violência conquanto ela seja conflito declarado com a lei penal.

Ainda sobre o fenômeno violento, a propósito de o identificarem como “Um problema mundial de saúde pública” e apresentarem os conceitos e definições básicos sobre os quais a OMS trabalha com essa temática, em particular, DAHLBERT & KRUG (2002, p.1164) afirmam:

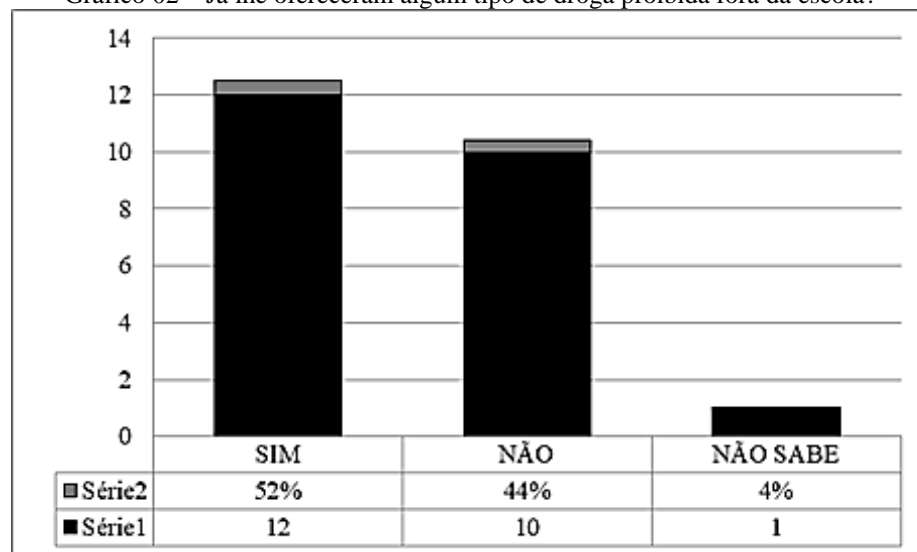
A violência, provavelmente, sempre fez parte da experiência humana. Seu impacto pode ser mundialmente verificado de várias formas. A cada ano mais de um milhão de pessoas perdem a vida, e muitas mais sofrem ferimentos não fatais resultantes de autoagressões, de agressões interpessoais ou de violência coletiva. Em geral, estima-se que a violência seja uma das principais causas de morte de pessoas entre 15 e 44 anos em todo o mundo.

E ainda:

A violência pode ser evitada, e suas consequências, reduzidas, da mesma forma que a saúde pública conseguiu prevenir e reduzir, em todo o mundo, as complicações relacionadas à gravidez, aos ferimentos em locais de trabalho, às doenças contagiosas e enfermidades causadas por alimentos e água contaminados (DAHLBERT & KRUG, 2002, p.1164).

Obviamente que DAHLBERT & KRUG escrevem numa referência à sua área de atuação e foco de atenção teórico: a saúde pública. Porém, desvelam algumas contribuições que podem ser somadas ao esforço interpretativo deste trabalho, a saber: conhecer as características da violência e as possíveis formas de contenção ou diminuição de seus impactos à sociedade humana através da atuação da esfera pública.

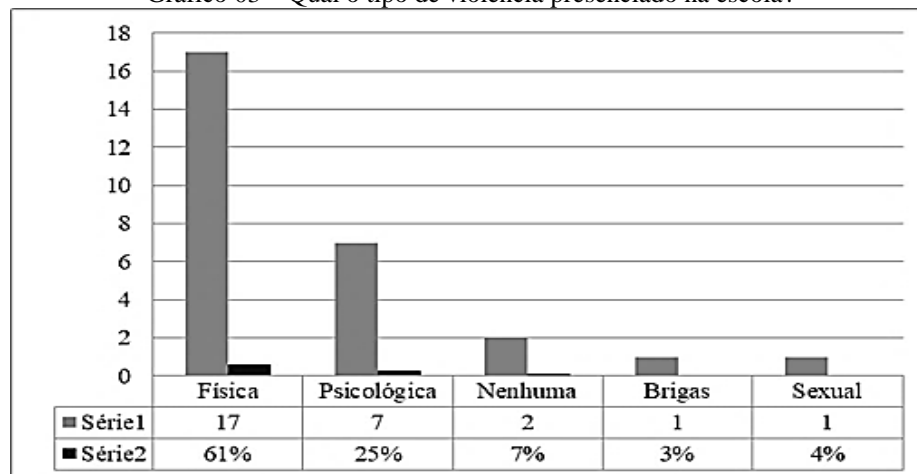
Gráfico 02 – Já lhe ofereceram algum tipo de droga proibida fora da escola?



Fonte: Questionário. Elaboração do autor.

No item estrito das características da violência, a citação de DAHLBERT & KRUG (2002) revela algo que ficou patente no histórico dos vinte e três jovens que responderam o questionário da *Pesquisa sobre a percepção dos adolescentes e jovens acerca de violência e outros temas*, deste trabalho, qual seja, o drama das agressões interpessoais, praticadas por outrem ou pelos próprios entrevistados. As agressões físicas, morais e entorpecentes estão presentes na vida da quase totalidade do grupo entrevistado. Apenas a título de exemplo, mais da metade (52%) dos entrevistados afirmam já terem recebido a oferta para utilizar algum tipo de droga ilícita no espaço fora da escola (Gráfico 02). 61% afirmam já terem presenciado agressões físicas, enquanto 25% (Gráfico 03) já viram agressões psicológicas, totalizando o alarmante número de 86% de entrevistados com contato direto a situações extremas de violência.

Gráfico 03 – Qual o tipo de violência presenciado na escola?



Fonte: Questionário. Elaboração do autor.

Para a discussão teórica acerca das origens do fenômeno violento, SILVA. F (2014) aponta os eixos de polarização do debate. O primeiro deles é o que denota uma predisposição cultural dos brasileiros de serem violentos, em oposição ao mito sociológico da cordialidade brasileira ou à ideia de democracia racial. A violência seria um dado da formação do país enquanto Nação, inerente ao processo de colonização de exploração que combinou, por séculos, monocultura, latifúndio, relações de trabalho escravas, segregação de raça e patriarcado cristão.

Os teóricos da “predisposição” reconhecem que a violência é fruto da substância “hierárquica/autoritária” da formação nacional. Substância que faz do Estado brasileiro e da sociedade sujeitos propensos a atos de violência, ao mesmo tempo imersos numa convivência violenta, em si, e estruturalmente reprodutores de incivilidade e crimes, ou seja, em litígio com a própria ordem que deveriam instituir, representar e garantir.

Ao se estabelecer uma espécie de linha do tempo da história da violência em Taiobeiras, no subcapítulo anterior (2.1), de certa forma de seguiu o eixo de raciocínio da “predisposição violenta” da constituição social brasileira, alinhando-o aos fatos próprios deste estudo de caso. Embora incompleto, como todas as demais teorias interpretativas da violência, esse eixo tem o mérito de permitir que se enxergue nas nuances sociais, sobretudo nas contradições, no autoritarismo e nas desigualdades, os elementos qualitativos que enriquecem a análise dos fatos que vitimaram o Grupo de Vítimas. Privilegiou-se a observação processual da violência, como fruto de uma predisposição estrutural da sociedade, para se vislumbrar o contexto violento em que se inserem as vítimas investigadas neste estudo.

Ainda nesse eixo da predisposição, SILVA. F (2014) cita os teóricos que concebem a violência como uma espécie de reflexividade espiral, provocada por um sistema de mídia que se alimenta da exibição das tragédias violentas. *Medios*, estes, que ao espelhar fatos violentos terminam por lhes amplificar e indiretamente reproduzi-los em outros ambientes, além de pressionarem o Estado a agir através de políticas repressivas, que por sua vez são geradoras e impulsionadoras de mais violências.

SILVA. F (2014) conclui que esse eixo tem óbvias limitações teóricas, porque não soluciona a origem primeira do fato violento. Apenas demonstra sua manifestação e reprodução. Porém, não deixa de reconhecer a potência explicativa, haja vista a factualidade do autoritarismo brasileiro, sobretudo de suas forças policiais para com determinados setores sociais – os pobres e os negros, em destaque – bem como o potencial propagador de estereótipos e de condução das massas por parte dos meios de comunicação comerciais. Inclusive, a mídia contribui sobremaneira à predisposição violenta quando manipula a percepção social sobre assuntos como segurança pública, insegurança social e papel das polícias; e, ainda, quando vocaliza/manipula quais deveriam ser as medidas de punição dos crimes cometidos e de repressão aos litigantes com a lei.

O segundo eixo, talvez o “mais político” dos quatro, por ser um objeto caro à sociologia, tanto a crítica quanto a criminológica, é o que trata da positividade/negatividade da violência. As análises teóricas se oporiam entre os que veem na violência um óbvio fator negativo, pelas dores e prejuízos evidentes que causa aos indivíduos, grupos humanos, à economia das sociedades e à ordem pública, e um romântico fator positivo, elemento de uma espécie de reação ou sublevação de determinadas parcelas da prateleira social à “ética hegemônica” (ética bur-

guesa?). Sublevação quase revolucionária, fruto de uma “ética particularista” (SILVA. F, 2014, p.19), “uma maneira de se fazer escutar” e de dar “visibilidade a exclusões”.

A “positividade” da violência, para esses teóricos, se encontraria no suposto fato de ela representar, para certos grupos sociais marginalizados e excluídos, espasmos que seriam como reações adversas e contradições ao autoritarismo da ordem estabelecida pelos agentes do Estado (polícias, governos, políticas), pela sociedade (moralidade, família, religião) e pela economia (propriedade, desigualdade, exploração, riqueza).

SILVA. F (2014) expõe os limites desse eixo quando revela os dilemas dos teóricos que não conseguem contornar os problemas de legitimidade da “violência positiva” dos grupos de “ética particularista”. Exemplifica os dilemas através da demonstração de que determinadas organizações, supostamente marginalizadas (à margem da lei), como as milícias, o tráfico de drogas e os grupos de extermínio, formadas no vácuo da “ética geral” do Estado e da sociedade burgueses, numa ponta proporcionam sociabilidade a determinados agrupamentos humanos, porém noutra, se regem pelas mesmas ou mais duras formas autoritárias de controle, pelo terror, imposição da vontade dos chefes e cruéis maneiras de exploração dos indivíduos que, ao invés de libertos, se subjugam muito mais do que no modelo hegemônico.

A suposta positividade da violência, romantizada por certas teorias, inclusive presente em obras da cinematografia e das telenovelas nacionais recentes, poderia muito bem se encaixar no sonho da revolução social levada a cabo pelos “de baixo”, insubordinando-se contra a “burguesia parasitária”. Porém, a factualidade revela formas muito mais complexas, à margem da lei burguesa, de se levar a efeito modos de satisfação consumista, representação social de poder e exploração do trabalho, presentes nos grupos marginais. Enfim, coisas típicas do capitalismo, envoltas em roupagens diferentes.

O terceiro eixo da polarização teórica sobre a gênese violenta é a que se tomou inicialmente na formulação do problema deste trabalho, a questão da pobreza como “fator de causa e fator de vitimização adicional” (SILVA. F, 2014, p.20). Sobre essa abordagem teórica:

[...] ela enfatizava os déficits da ação do Estado na garantia de direitos e meios de vida decente para esses amplos segmentos populacionais que, privados de condições mínimas de sobrevivência, tinham muito menos condição de resistir ao chamado do crime. O Estado, assim, era visto não apenas como o responsável principal pela produção da violência, mas, em última análise, como o seu principal perpetrador – ora porque negava sistematicamente às camadas mais humildes direitos básicos ao trabalho, à moradia, à saúde e à educação; ora porque acionava sua máquina repressiva para a contenção preferencial das ilegalidades cometidas por essas mesmas camadas,

em detrimento das elites e dos criminosos de colarinho branco. (SILVA. F, 2014, p.20–21)

Tornar-se-ia repetitivo afirmar que essa abordagem da pobreza como incitadora da violência norteou a formulação do projeto de pesquisa que se concluiu nesta dissertação, bem como a ideia de que no Estado residem as forças necessárias para contê-la ou promovê-la, de acordo com as direções políticas escolhidas. No entanto, é útil extrair alguns elementos da afirmativa de SILVA. F (2014). Tanto acerca da prerrogativa do Estado enquanto formulador de políticas, instituidor e garantidor de direitos inerentes ao desenvolvimento humano, quanto ao seu papel deletério através de instituições que perpetuam as desigualdades sociais, estimulam discriminações, protegem determinados setores que estão à margem da lei (colarinhos brancos e etc.), enquanto se excedem na punição a outros em igual desrespeito às regras legais (favelados, negros, jovens pobres usuários de drogas ilícitas, agricultores familiares sem Carteira Nacional de Habilitação durante o transporte de sua produção às feiras livres urbanas, etc.).

Nesse eixo, é sobremaneira ressaltado o papel do Estado no controle ou promoção da violência, tanto quanto as determinantes econômicas são consideradas as origens do fenômeno violento, principalmente a desigualdade, que deságua na pobreza e condiciona a agência violenta dos indivíduos pela adesão ao crime.

Um dos limites dessa teoria é aquele que desliga a conectividade entre os setores do povo e da classe média que criticam a violência *per se* e aqueles militantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) de Direitos Humanos, partidos políticos progressistas e acadêmicos das áreas sociais e humanas que se perfilam na percepção teórica ou militante de que a violência é fenômeno socioeconômico originado da pobreza.

A desconectividade é nociva na medida em que os primeiros observam a violência pelo prisma do pavor e das crueldades dos fatos em si, enfim, do medo ocasionado pela sensação “crescente” de insegurança, exigindo do Estado um papel meramente repressor. Enquanto que os segundos só suportam a crítica à violência na medida em que ela vem acompanhada de uma referência que contemple a inevitabilidade de se transformarem os sistemas econômicos, políticos e culturais que acusam de provocá-la, sobretudo as subdesenvolvidas condições de vida dos pobres, igualmente exigindo do Estado outra postura, a de redistribuidor de renda e garantidor de direitos. Em ambos, prevalecem a fé inabalável nos poderes estatais e a noção de sociedade passiva ante o fenômeno da violência. O social é mera vítima das consequências violentas e em nenhum momento sujeito de transformação. Ao estatal cabem culpas e responsabilidades.

A intransitividade do diálogo, aliás, é materializada nas intolerâncias tão facilmente verificáveis em diálogos familiares e, sobretudo, nas redes sociais. Oculta-se nas opções que os pontos de vista tomam para esse debate, se a violência é fruto de uma opção moral, “de índole”⁴⁰, ou se é ocasionada pela miséria, ausência de atuação positiva do Estado em relação aos pobres e à não-garantia dos direitos a todos os cidadãos em igual escala.

Nesses termos, os que observam a violência sob o prisma da moralidade, facilmente caem na armadilha das proposições fascistoides da mídia comercial e dos grupos políticos reacionários, numa interseção com o eixo primeiro, o da teoria da predisposição violenta, enquanto que aqueles que têm a pobreza e a ausência da garantia de direitos pelo Estado como os cerne de origem do fenômeno violento, isolam-se em guetos acadêmicos, ideológicos e partidários que não se intercomunicam com o restante da sociedade. Muito embora, estes últimos, se não explicam em totalidade o porquê da existência da violência em demasia na sociedade humana brasileira, acertam em muitas abordagens sobre o que fazer para enfrentá-la e minorá-la, a partir da ação reparadora e preventiva das políticas públicas.

Um último fator dessa abordagem que tem na pobreza e na privação de direitos os elementos mobilizadores para a ocorrência da violência, confrontando-os e, em alguns casos negando-os, é aquele que ZALUAR (1994) *apud* SILVA. F (2014) denomina de “*etos de guerreiro*”, predominante entre jovens do sexo masculino, não necessariamente pobres ou em estado de vulnerabilidade social, o qual significaria muito mais uma cultura de afirmação dos valores e do poder do “macho” (masculino) do que uma atitude específica gerada pela miserabilização social.

No transcorrer desta pesquisa, inclusive, observou-se que a totalidade dos jovens assassinados em Taiobeiras, no período observado, em decorrência do tráfico de drogas, era composta de pessoas do sexo masculino, como que a indicar a prevalência dessa análise conceitual do “*etos de guerreiro*”, muito embora também a totalidade fosse de pessoas originárias das classes pobres e trabalhadoras, favorecendo um entrelaçamento de contextos que enriquece e complexifica o esforço interpretativo.

Ademais, o subcapítulo que se segue a este, ofertará um breve ensaio analítico que talvez corrobore a questão cultural e de gênero como elemento chave para a disposição violenta de

⁴⁰ “De índole”, conforme afirmado ao autor por um importe secretário municipal da Prefeitura de Taiobeiras, durante uma conversa informal, antes da realização de um Tribunal Popular de Júri para o qual ambos foram convocados pelo juízo da Comarca.

determinados grupos e indivíduos, ao sintetizar a história dos territórios de mando do banditismo em Minas Gerais, a qual poderia se associar à explicação de ZALUAR (1994).

Por fim, o quarto e último eixo de interpretação das origens da violência por parte das teorias que a este fim se propõem, é aquele que tem no Estado um importante personagem, relativamente aos quesitos de ilegitimidade e necessidade.

A ilegitimidade ou a não autoridade moral do Estado sobre vastas porções da população, que se entregam ou estão à mercê da negação da lei (o crime), encontraria motivos em diferentes abordagens teóricas devido à maneira truculenta e letal com que as instituições estatais, principalmente as forças de repressão, como as polícias, se portam na história nacional, principalmente durante a ditadura militar (1964–1985), muito mais como elementos de manutenção da ordem dos vitoriosos do que promotores de segurança pública como bem coletivo. Também, a corrupção policial, o envolvimento de agentes do Estado em milícias e esquadrões da morte, os “autos de resistência”⁴¹ e a não-educação para a vivência e pleno exercício dos direitos constitucionais, após a redemocratização, seriam fatos a confirmar que o Estado brasileiro não é tido como sujeito legítimo para amplos espectros da sociedade, que se sentem mais representados (não necessariamente protegidos) por organizações que, por seu caráter conflitivo com a lei, são designadas de criminosas.

No entanto, o outro polo desse eixo interpretativo é justamente levantado por SILVA. F (2014) quanto ao que se colocar no lugar do Estado e de suas instituições, especialmente das forças de repressão, quando se questiona a legitimidade. Pergunta não respondida por aqueles que apontam a ilegitimidade como causadora de violência. Um outro debate se abre, o de qual Estado é necessário ao enfrentamento do fenômeno violento.

SILVA. F, valendo-se das contribuições de ADORNO (2002) e TAVARES DOS SANTOS (2004), indica para a tendência que aborda a ilegitimidade do Estado a seguinte assertiva: “O contraponto a esta perspectiva passava pela advertência de que o reconhecimento do Estado e das polícias nas políticas antiviolência era um elemento definidor da própria democracia (Adorno, 2002; Tavares dos Santos, 2004)” (SILVA. F, 2014, p.23).

⁴¹ SILVA. F (2014, p.23) assim descreve os autos de resistência: “[...] figura estatística utilizada pelas polícias em centros como São Paulo para contabilizar indivíduos mortos no contexto da ação policial, por alegada resistência ou reação à abordagem policial. O aumento do número de autos de resistência e, principalmente, a maior proporção ocupada por esses eventos em relação ao total de homicídios, é um indicador de excesso na ação das polícias (Bueno, no prelo) – como execuções sumárias ou práticas de ‘justiçamento oficial’ –, formando um quadro que alguns têm denominado, sem maiores rodeios, de ‘letalidade policial’.”

A preocupação inerente à advertência é a de que não se deve fazer confusão entre o que é empiricamente observável com aquilo que se projeta e pretende para instituições as necessárias ao edifício democrático do Estado e da sociedade. Em outras palavras, aponta para não se confundir a ação truculenta de forças policiais de um Estado formado em tradições e bases não democráticas, com aquilo que se deseja e se pode construir: um Estado Democrático de Direito, composto de instituições que poderiam ser socialmente aprimoradas.

Em síntese, apesar da crítica a um Estado que se ilegitimiza por ações truculentas e autoritárias de seus agentes e/ou instituições, não se pode lograr abrir mão da intromissão do Estado na busca de soluções antiviôlentas, inclusive, sob pena de se corroborarem teorias neoliberais de diminuição das prerrogativas estatais e da entrega de suas funções para entes empresariais privados. A secundar ADORNO (2002), SILVA. F (2014, p.23–24) predica:

[...] uma eventual perda de centralidade das polícias nas políticas antiviôlência poderia representar, na verdade, a concretização do projeto neoliberal, com o esvaziamento do Estado, o fortalecimento de soluções “privadas” e o reforço de hierarquias e fragmentações sociais na garantia de um bem público tão importante.

A par de todas essas linhas de discussão teórica acerca do que seja a violência, de suas origens e causalidades, dos atores envolvidos e fenômenos inerentes, dos papéis que em tese caberiam ao Estado e à sociedade, das éticas, não-éticas ou éticas particularistas correlacionadas, dos agentes que podem tanto perpetrar quanto controlar a criminalidade, enriquece-se a análise e se amplia a margem interpretativa a que a pesquisa se propôs.

2.3 Cultura da violência nos sertões mineiros

A historiadora Célia Nonata da Silva ao escrever a tese historiográfica *Territórios de Mando – Banditismo em Minas Gerais, século XVIII*, em 2007, analisou a formação de uma sociedade mestiça, excluída, à parte do poder colonial emanado da coroa portuguesa, nos vastos campos, veredas e chapadas, territórios de fronteira, entre a Capitania da Bahia e as áreas de mineração de ouro achadas pelos bandeirantes paulistas, no que ela denomina de “Minas setecentistas”.

Tratava-se das populações que se estenderam ao longo das margens do Rio São Francisco e afluentes, e de outros vales como do Rio Jequitinhonha e do Rio Pardo, nas porções nomeadas como sertões mineiros. Habitantes de espaços necessários à economia colonial, porém relegados à participação coadjuvante e de segunda categoria no palco da dominação portuguesa,

prensados histórico-geograficamente entre os grandes ciclos priorizados pelo europeu, o do açúcar (em decadência) e o do ouro (em ascensão).

Nesses espaços, instituiu-se um modelo de sociedade – e uma cultura específica – à parte do poder das autoridades coloniais. Modelo caracterizado por códigos e rituais de mando, quase sempre em litígio com as leis do Rei. “Mandonismo” cuja identidade se revelava em elementos como vingança, valentia, honra, misticismo e masculinidade, produzindo controle paralelo ou interseccionado ao do Estado, amparado em carisma pessoal e no uso da crueldade.

O autor compartilha da concepção de HOBBSAWM (1971), presente na obra *Bandidos*, tomada como referência pelo trabalho de SILVA. C (2007), de que os fenômenos sociais, como a violência e a criminalidade, são produtos históricos; de que se alimentam da predisposição social local construída em diversos períodos, mas também de elementos externos que se achegam, num contexto de receber e doar.

A par disso, optou por trazer um resumo das descrições analíticas e históricas contidas no trabalho de SILVA. C (2007), acerca da constituição histórica da sociedade mineira, mais especificamente do chão em que se encontra o município de Taiobeiras no presente, para investigar se há sinais de uma violência contínua e estrutural que perpassa a linha de sua história.

Assim, compreende-se que a presente violência que extermina jovens por meio das disputas inerentes ao tráfico de drogas na cidade de Taiobeiras, embora seja fenômeno nacional e contemporâneo, não deixa de se acoplar aos elementos regionais, históricos e culturais já presentes na genealogia processual em que se constituiu a sociedade geraizeira.

Em linhas gerais, SILVA. C (2007) organizou sua argumentação acerca da violência específica dos bandidos no meio social do sertão mineiro em quatro eixos: i) as formas de representação; ii) os rituais de poder; iii) os símbolos e as linguagens; iv) o alcance e a expansão da violência exercida por aqueles atores. A seguir se resumirá cada um desses pontos, em ordem aleatória, de acordo com as possibilidades que apresentam para analogias com o escopo desta pesquisa.

Inicialmente, SILVA. C (2007) critica a historiografia brasileira por se dedicar pouco ao tema da violência e da criminalidade, no que se ajunta a ROLIM (2014), que se abordará no subcapítulo 3.2, naquilo em que este último classifica como “deserto teórico” da sociologia

brasileira acerca desse assunto tão caro à vida cotidiana nacional. Segundo ela, as fontes para a análise desses fenômenos ainda bebem na historiografia marxista. Afirma:

A historiografia brasileira tem sido pouco produtiva sobre um tema tão específico. A violência é a grande matriz de questões que envolvem desordens e criminalidade. Violência coletiva, violência cotidiana, violência descentralizada são formas nas quais elementos como a guerra, o banditismo, o clientelismo político, a esfera privada, a valentia, a desordem e a criminalidade aparecem imbricadas, como um fenômeno único, sem análises que percebam a diferença entre comportamento criminoso e violência social (SILVA. C, 2007, p.31).

Nessa citação, através da crítica, SILVA. C (2007) elenca uma série de elementos que caracterizam o fenômeno da violência para em seguida categorizá-los em duas vertentes, o comportamento criminoso e a violência social. Fica nítido no pensamento da historiadora que são situações distintas, mas para as quais há tratamento indiscriminado e não adequado nas análises acadêmicas e intelectuais. Como “joio e trigo” misturados na grande seara historiográfica e teórica, as abordagens se confundem quanto à capacidade de se extrair dos fatos as motivações de fundo, se caso para a criminologia apenas, ou para estudos mais complexos de questões abordadas pelas demais ciências sociais.

“A maioria dos bandidos e das quadrilhas de criminosos nas Minas setecentistas surgiu no vasto sertão” (SILVA. C, 2007, p.49). O sertão era o lugar profundo e distante, a fronteira última da colonização, o espaço ocupado pelo diferente, “botocudos” e “negros fugidos”, os não-brancos, em resumo, pelos “incivilizados”. O poder da Coroa, materializado nos governadores gerais assentados no litoral ou nos distritos auríferos, não alcançava essas áreas com a mesma intensidade do que nos locais de maior interesse econômico: os engenhos e as minas.

Foi nesses espaços fronteiros da civilização colonial que a violência social e a violência criminal se impuseram como formas de disputa dos fragmentos de poder que a administração colonial deixou escapar, quer pela distância, quer pelo desinteresse imediato que os ciclos econômicos impunham. Essa disputa se fazia no próprio sistema de exclusão no qual uns dominavam a terra e os corpos dos trabalhadores, violência de cunho estritamente social, ou na figura de mestiços que ora mimetizavam governantes e sacerdotes, pela exibição de pompa, riqueza e superstições rústicas, e em outras oportunidades se faziam sentir como bárbaros sanguinários, tal a ferocidade de seus “assaltos e mortes cruéis”, ou seja, na violência criminal.

Também foi nesse sertão que o poder se privatizou na personalidade dos potentados, homens que se apossaram de grandes porções de terra, donos de escravos e subjugadores de pes-

soas legalmente livres, e que detinham relações com as autoridades da colônia, mas que garantiam posses territoriais e controle social através da associação com bandos de criminosos, capangas e jagunços. A figura do mandonismo se estrutura na interação entre bandidos e potentados, num paralelo de força policial ou estatal, porém particular, paraestatal, à margem da lei.

Neste emaranhado complexo, o roubo e o assalto se assemelham à posse do butim de guerra, o prêmio pela coragem e valentia, muito embora permaneçam mantendo a característica criminal. O bandido imita o guerreiro, a despeito de sua guerra não conduzir a objetivos e sentimentos coletivos. Da mesma forma, a ação do bandido, de executar a violência que é privativa do Estado, diminui a figura deste nos contextos sociais e culturais. Aliás, a imposição do terror pelo criminoso e sua certeza de que não será punido pela Justiça oficial, acrescentam mais força ao seu poder sobre os sertões. Ademais, somam-se a esse quadro suas relações privilegiadas com figuras estatais, produzindo estranha aliança entre quem estabelece a lei e quem a desafia, criando na sociedade mais receio do que confiança nas instituições.

Ao se fazer representar por figuras alegóricas e míticas, como a lenda de origem africana do “corpo fechado”, por realizar “pactos com Deus ou o Diabo”, ou mesmo por se ligar aos deuses africanos ou às liturgias da pajelança indígena, num sincretismo místico e político (SILVA. C, 2007, p.145), o bandido exerce dominação carismática sobre os vastos sertões. A sociedade mestiça o teme e adora, pelo medo que sua crueldade inspira, pela relação sobrenatural com os poderes ocultos que faz crer que tem ou pelo desconhecimento de outra autoridade que esteja tão presente e eficaz no território em que ele atua. Idem aos potentados, pela sua relação com a bandidagem, pelo fausto de suas posses materiais e através das implicações de sua influência nos esquemas econômicos de sobrevivência da população.

Sobre como essa bandidagem típica do sertão fronteiro das Minas é percebida pelo público, em sua época e nas memórias históricas, SILVA. C (2007, p.14–15) afirma:

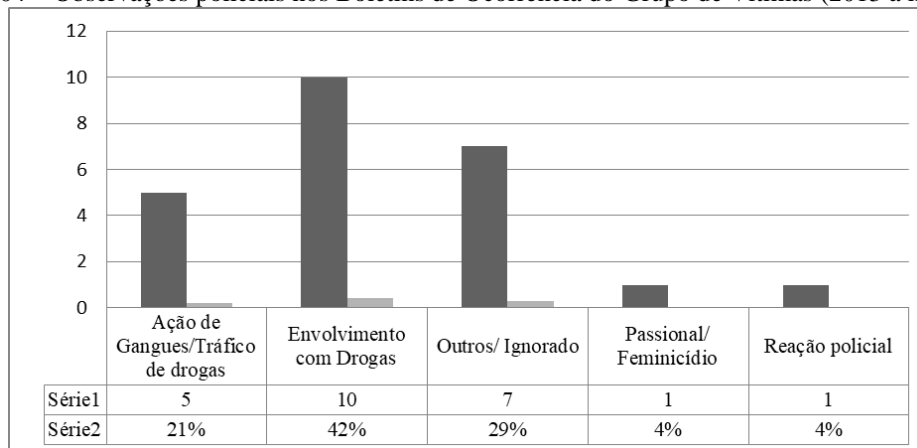
Primeiro, o bandido justiceiro. Aquele que faz da generosidade e da bondade um equivalente moral para sua atuação e seu poder de mando. Manuel Nunes Viana foi o “Senhor dos Caminhos”, um bandido que ficou na memória popular como homem bom, destruidor dos pilares e do crédito da justiça oficial junto à população. [...] Ele institui o mito do bandido justo e honrado. Por ele percebemos um ressignificação da justiça [...] Outra investida diz respeito às quadrilhas e aos bandos. Alguns deles se organizam antes mesmo da justiça oficial e do poder local. [...] Outros bandos e quadrilhas que surgiram foram tipos que se enquadram num paradigma cultural da época, construído a partir de uma referência aos métodos da violência empregada. [...] a espetacularização da violência vingativa que justifica suas vítimas. [...] resulta de seu interesse na aplicação de uma justiça trágica como justificativa para a vida criminosa também de seus homens. Foram os “filhos do juramento”, homens vinga-

tivos, que usaram das formas de matar, construindo práticas sangrentas e violentas, aumentando a fama e o medo, como componentes ativos de sua memória. Verdadeiros mitos do sertão por seu terror.

A par disso, algumas analogias são possíveis de serem executadas. A tomar a constituição histórica e cultural como paradigma importante para se compreender o solo fértil em que a violência do tráfico de drogas extermina jovens, no sertão atual, mais especificamente na cidade de Taiobeiras, é justo que se faça esse ensaio comparativo. Sem maiores pretensões, se não o de iniciar uma vertente para o debate futuro.

Um dado bastante recorrente nos Boletins de Ocorrência lavrados pelas autoridades policiais para os casos de homicídios dos vinte e três jovens do sexo masculino que compõem o Grupo de Vítimas da pesquisa, há a observação dos policiais militares que acorreram, no momento do ocorrido, ao cenário da tragédia, informado que os fatos se tratavam de presumida “Ação de Gangues/Tráfico de Drogas” ou de “Envolvimento com Drogas”.

Gráfico 04 – Observações policiais nos Boletins de Ocorrência do Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)



Fonte: Boletins de Ocorrência da PMMG. Elaboração do autor.

A se mirar nas “Observações policiais” constantes dos Boletins de Ocorrência (Gráfico 04) lavrados no ato do encontro dos corpos jovens assassinados em Taiobeiras (2013 a maio/2017), e tomando os termos “Ação de Gangues/Tráfico de Drogas”, que representa 21%, e “Envolvimento com Drogas”, que alcança 42%, como figuras de linguagem para o universo criminal em que esses jovens se envolveram, pode-se concluir que se tratam de elementos analíticos presentes na historiografia de SILVA. C (2007). São como a existência de bandos à margem e/ou contrários à lei e, também, de tentativa violenta de ocupação de territórios espaciais por estes mesmos grupos.

Em entrevista⁴² com uma autoridade policial Taiobeiras, o autor ouviu que a origem das gangues de tráfico de drogas na cidade começou por volta do ano de 2005, quando traficantes adultos chegaram à cidade, provenientes do interior paulista, indo residir nos bairros mais populosos da periferia: Planalto e Bom Jardim. Geralmente nascidos em Taiobeiras, quando crianças migraram ao estado de São Paulo nos fluxos sazonais da cana-de-açúcar, do tomate, etc., em face da seca e da pobreza, retornando adultos e graduados na atividade criminal.

Em seguida, passaram a arregimentar meninos pobres, na faixa de oito a doze anos de idade, para atividades de lazer, como torneios de futebol em campos de várzea, à margem desses bairros periféricos. Desenvolveram, com eles, uma identidade afetiva e paternal, oferecendo-lhes aquilo que nem o poder público, por meio de políticas inexistentes ou ineficazes, ou mesmo a sociedade oficialmente organizada, com sua ética geral, não lhes alcançava: lazer, ocupação de tempo ocioso, pertença, “projeto de vida”⁴³ e envolvimento pessoal nalguma coisa agradável.

O bairro periférico, as ruas pobres e os campos de várzeas vertem-se na nova fronteira e no novo sertão mineiro. Longe do centro físico da cidade e da centralidade social que as áreas mais beneficiadas detêm, quer pelos recursos econômicos, quer pela legitimidade social e cultural. É nesse sertão novo, à margem, onde os indicadores sociais do CadÚnico do Governo Federal apontam que perto dos 50% das famílias (em pleno 2016) viviam com cerca de R\$ 77,00 (setenta e sete reais) *per capita*/mês, que o poder paraestatal do crime foi estabelecer moradia.

É dessa base humana, fronteira, marginal e desocupada pela institucionalidade, assim como nos antigos sertões mineiros setecentistas, que florescem as gangues, as quais em princípio servem como grupos de socialização e de pertença, num processo também muito imbricado de apropriação territorial. Ao ocupar o espaço do campo de várzea, o grupo se afirma como posseiro daquele território. O território, assim compreendido, passa a ter significação muito maior do que um terreno físico. Ele é a materialização do elo que sedimenta a união daqueles indivíduos identificados entre si.

⁴² A entrevista ocorreu em 08 de dezembro de 2017, na sede da Delegacia Regional da Polícia Civil de Minas Gerais, em Taiobeiras.

⁴³ Livre interpretação do autor, com base em depoimentos de sala de aula, de alunos, quanto às possibilidades de ganho de dinheiro que esses menores passam a ter com o tráfico, podendo se tornar consumidores dos produtos e bens mais desejados por eles: aparelhos de telefonia celular, roupas e calçados de marca, motocicletas, etc.

Ainda, segundo a autoridade policial, o passo seguinte dado pelos traficantes foi o de imbuir naquelas crianças e pré-adolescentes um espírito de desafio constante, forçando-os a provar a lealdade e o compromisso para com a defesa do grupo (ganguê) e do território (o espaço tomado nos fundos do bairro). As provas aplicadas se constituíram nas primeiras atividades ilícitas a se cometer: pequenos furtos, surras em desafetos, entrega de drogas a clientes do tráfico, o consumo pessoal de drogas. O passo seguinte, à medida em que foram crescendo e persuasivamente se enredando, passou a ser a competição com os grupos similares dos demais bairros, ou seja, a identificação do rival, do competidor, do outro a ser combatido ou o estabelecimento de alianças tênues, como a interdição de se locomover pelos espaços de outras facções, sob pena de brigas, captura, tortura e morte.

Além disso, porém, os indivíduos mais valorosos, nos critérios éticos particulares do bando, passaram a se destacar “politicamente”, à medida em que foram chamados a substituir os traficantes originais no comando da facção, quando esses eram capturados e recolhidos à cadeia local ou a presídios estaduais, durante ações policiais.

Em analogia com o passado, determinadas superstições místicas são criadas e ressignificadas através dos códigos que as gangues estabelecem entre si, seja na indumentária utilizada, no estilo musical predileto, no formato de festas em que se divertem, nos terços e rosários que utilizam em volta do pescoço, como a mimetizar o velho “corpo fechado” dos antigos bandidos mineiros, ou nas siglas das facções.

Assim como no antigo sertão, as condições econômicas de pobreza estão dadas, mas não são as determinantes. Há um caldo cultural, no passado e no presente, um trânsito entre uma região e outra, um querer se fazer notar individualmente e um desejar se engajar na identidade de um determinado grupo marginal, que fortalecem o apreço pela ilicitude. Esse caldo se manifesta no desprezo ao que representam os valores da sociedade formalmente instituída, ao que a escola ensina e à lógica burguesa da meritocracia do trabalho duro. Acredita-se que isso é fruto da ausência positiva das instituições na vida dessas pessoas, ou da violência estereotípica que o desdém da sociedade burguesa por essas populações é capaz de produzir.

Quando o indivíduo que se envolveu no consumo de drogas e no tráfico comete um homicídio ou é vítima de um, é como se aquele universo criminoso do qual ele pertence desdenhasse dos valores considerados sacrossantos pela sociedade instituída. O desdém tem mão dupla. É pelo abandono a que foi relegado por parte daquela sociedade, mas também para ferir o que essa mesma sociedade considera sagrado. Agora, como outrora os bandidos justiceiros do

sertão mineiro setecentista, ao matar um rival por vingança, sob tortura ou ateando fogo ao cadáver, os jovens do tráfico tentam expressar para a sociedade que são mais fortes do que ela, que não podem ser alcançados por ela, que sua Justiça oficial é tardia e que dela nada necessitam para viver ou para alcançar as coisas que desejam consumir.

Quando os homicídios de jovens passaram a despertar atenção como fenômeno local e regional, em fins de 2007, todos os elementos conflituosos, tais como: o “*etos* guerreiro”, a disputa territorial, a cobrança de dívidas físicas e de honra, a vingança e as tentativas de expansão espacial, já estavam presentes no imaginário, na cultura e nas ações desses indivíduos agrupados em facções do crime. A sociedade taiobeirense e as instituições estatais presentes *in loco* é que não foram potentes o suficiente para detectar o processo em tempo e agir para detê-lo. Era a repetição, em outros termos e contextos, da tradição marginal fronteiriça do sertão e da administração leniente e retardatária.

Por último, a figura dos potentados do passado encontra reflexo na ação de grupos empresariais que se associam ao crime para expandirem os negócios e as margens de lucro, comprovando uma estreita relação entre corrupção e capitalismo, entre crime e enriquecimento, entre violência e ostentação de riqueza. Assaltos a agências bancárias⁴⁴ e postais, no Alto Rio Pardo e entorno, e roubo de cargas⁴⁵, nas rodovias que cortam a região, têm sido revelados pela investigação policial como uma expansão dos negócios de capitalistas de Taiobeiras, esses em associação com congêneres de outras localidades. Isso leva a intuir que o tráfico de drogas, que ceifa a vida de jovens, também pode se constituir em mais um lucrativo negócio de setores da elite econômica local/regional.

⁴⁴ Sob o título “Polícia anuncia prisão de empresário de Taiobeiras”, a versão *online* do jornal Folha Regional, de Taiobeiras, noticiou a prisão de um empresário da cidade, no domingo do Carnaval de 2018, flagrado e acusado de comandar uma rede de assalto a agências bancárias na região. Disponível em: <<http://jornalfr.blogspot.com.br/2018/02/policia-anuncia-prisao-de-empresario-de-11.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018. Tal fato, embora único e não servindo por si só de dado comprovador da hipótese, se insere em relatos orais ouvidos sob anonimato de que, na verdade, as fortunas locais e a criminalidade, incluindo a do tráfico de drogas, estão associadas e se retroalimentam. A questão do assalto a bancos na região Norte de Minas e no Sudoeste da Bahia, que lhe faz fronteira, tem sido chamada por órgãos de imprensa de “Novo Cangaço”. Para além da questão específica do crime de furto, deixa como consequências a precarização dos serviços bancários para a população das pequenas localidades, haja vista que as instituições financeiras reduzem ou deixam de prestar tais serviços alegando insegurança para tal.

⁴⁵ Uma rápida consulta em *sites* de busca na internet revela várias reportagens sobre roubos de carga no Norte de Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha. Na maioria delas, as apurações policiais apontam a participação de indivíduos taiobeirenses.

2.4 Aumento da violência nas pequenas cidades

Em artigo apresentado ao XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, ocorrido em maio de 2014, na cidade de Barcelona, os pesquisadores Angela Maria Endlich e Pedro Henrique Carnevalli Fernandes trataram sobre o *Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social*. Texto que se julgou importante resenhar, em parte, neste capítulo sobre as violências, a fim de se contextualizar com maior propriedade o fenômeno que ora se debate, qual seja a morte de jovens envolvidos no tráfico de drogas numa pequena cidade do sertão Norte-mineiro, Taiobeiras, também sob a perspectiva da interiorização do fenômeno violento.

ENDLICH & FERNANDES (2014, p.2) iniciam por afirmar que seu objetivo é “desmitificar as pequenas cidades como espaços tranquilos e seguros mostrando dados e informações que indicam uma modificação da realidade nesse sentido”. Conduziram sua investigação em pequenas cidades do interior do Paraná, embora se munissem de dados estatísticos e de literatura científica acerca de fenômenos análogos de outras partes do Brasil e do mundo.

Durante a pesquisa, observaram que entrevistados de pequenas cidades ora louvavam a tranquilidade e lentidão com que a vida se desenrolava nessas localidades, noutras já se queixavam da sensação de insegurança. Dessa dubiedade na percepção dos moradores, deduziram que um processo de mudança recente estava a ocorrer, no qual a sociabilidade das pequenas localidades já se via desafiada por elementos típicos do que se convencionou chamar de “violência urbana” e “insegurança urbana” (ENDLICH & FERNANDES, 2014, p.10–11), até pouco tempo associadas à dinâmica de regiões metropolitanas.

A fim de demonstrar o processo de transformações na sociabilidade das pequenas cidades, contexto que as tem tornando mais violentas e inseguras, comparadas a si mesmas em passado recente, e em relação às regiões mais habitadas, no atual período temporal, apontaram alguns motivos ou fatores que poderiam ocorrer isoladamente ou em combinação, quais sejam:

[...] maior diversificação social provocada pela instabilidade demográfica que pode ocorrer por vários motivos, a mobilidade de fim de semana acarretada pela difusão das residências secundárias, a presença de categorias socioprofissionais com mobilidade espacial intensa, a falta de integração entre migrantes e moradores mais antigos, além de outras alterações possíveis no perfil demográfico da população, como a mudança na composição etária (ENDLICH & FERNANDES, 2014, p.3).

E salientaram outro elemento de fundo geral ou da própria dinâmica da sociedade globalizada, o de que cada vez mais “as interações sociais ocorrem em detrimento das formas de

sociabilidade de tipo comunitário, em favor de uma sociabilidade resultante da aproximação das pequenas cidades com valores difundidos pela dinâmica urbana mundial” (ENDLICH & FERNANDES, 2014, p.3).

Em outras palavras, o avanço da divisão social do trabalho típica da sociedade capitalista globalizada e de suas formas refinadas de exploração também chegaram às pequenas cidades, aquelas com população de até 50 mil habitantes. Isso tem imposto a elas um *etos* geral e comum a todos os espaços territoriais, sejam eles vilarejos ou metrópoles. Um *etos* de individualização, em contraposição a um modo de vida pretérito ou em decomposição, que era comunitário e baseado em laços de confiança entre a pequena vizinhança.

ENDLICH & FERNANDES também põem em xeque os conceitos de lentidão e tranquilidade, miticamente associados às pequenas cidades como elementos tradicionalmente positivos. Quanto à lentidão, relembram que ela não é exatamente escolha ou estilo de vida saudável, mas uma imposição. O modo de vida lento é fruto da segmentação social em que se encontram as classes, da forma como puderam apropriar-se ou não do progresso técnico e da mobilidade advinda dele. É resultado da posição em que elas se inserem no mercado e no poder de consumo, se senhoras deles ou apenas negociadoras de seu tempo livre em troca dos meios de subsistência. “Portanto, registra-se um sentido dúbio para a lentidão” (2014, p.3).

ENDLICH & FERNANDES assinalam, ainda, que o ritmo de vida das pequenas cidades, próprio delas por suas especificidades, é definido pela condição social dos indivíduos. Não se deve negligenciar as relações de trabalho, o despotismo delas, as maneiras como ocorrem a apropriação do tempo e o grau de desenvolvimento das forças técnicas, nessas localidades, quando se vai realizar a comparação sobre tranquilidade, lentidão e a suposta segurança nelas encontrada. Igualmente, as relações sociais e políticas devem ser analisadas para se observar a sociabilidade nesses lugares pequenos, uma vez que situações violentas, como a perseguição política e o coronelismo, sempre estiveram presentes em tais espaços (2014, p.8).

Em resumo, situações exploratórias e desconfortáveis para a maioria da população – os trabalhadores e pobres – já existiam nas cidades pequenas, ainda que ocultadas através de “relações de natureza comunitária que tendem a suprimir os conflitos de classes” (ENDLICH & FERNANDES, 2014, p.4). Porém com as recentes transformações do modelo capitalista globalizado, mostram sua face mais aguda através da acentuação nos modos de sociabilidade, principalmente através de outras e latentes formas de violência e de insegurança urbanas.

Para confirmarem o que enunciavam, nas páginas seguintes do artigo, ENDLICH & FERNANDES (2014, p.4–7) apresentam uma série de dados contendo quadros informativos de notícias veiculadas em mídias locais (interior do Paraná) e nacionais, no período temporal observado, demonstrando o crescimento exponencial dos registros de atividades criminosas em pequenas cidades brasileiras e paranaenses. No geral, as notícias revelaram que, às violências já cometidas historicamente nessas localidades, se somaram furtos, tráfico de drogas, explosões de caixas eletrônicos, assaltos a agências bancárias de pequeno porte, brigas e aumento do número de homicídios. As reflexões finais contidas do subcapítulo 2.3, que trata sobre os potentados e os bandidos sertanejos atuais, coincidem com essas notificações de ENDLICH & FERNANDES.

Evidentemente, fizeram uma observação acerca do significado de notícia e fato, salientando a diferença entre o ocorrido e o noticiado (interpretado). Mesmo assim, a quantidade de notícias impunha à análise o dado real de que a sociabilidade das pequenas cidades tinha se transfigurado em nova realidade. Contexto para o qual os meios de comunicação davam a sua versão, ainda que pela espetacularização e banalização da violência, transformada em objeto de entretenimento e consumo para as massas. Porém, estava dado: a violência, de diversos tipos, havia chegado às pequenas localidades brasileiras.

Toma-se, a título de exemplo do fenômeno, o que ENDLICH & FERNANDES anotaram sobre os indicadores mais frequentes de cometimento de crimes nas cidades da região de observação, o interior paranaense, e frisa-se a oscilação numérica em posição ascendente, numa série que abarca os anos de 2011 a 2013:

[...] em 2011 ocorreram 98 ataques (quarto em quantidade entre os Estados brasileiros), sendo oito explosões, 61 arrombamentos e 29 assaltos/furtos; em 2012, houve um crescimento assustador: o total de casos passou para 214 (terceiro em quantidade), aumento de quase 120% em comparação a 2011, sendo 106 explosões (aumento de 1.225%), 74 arrombamentos (aumento de 21%) e 34 assaltos/furtos (aumento de 17%). Para 2013, há apenas os dados consolidados para o primeiro semestre: 118 casos (terceiro em quantidade), ou aumento de 9% em relação ao mesmo período de 2012, divididos em 102 explosões ou arrombamentos (aumento de quase 10% no período) e 16 assaltos (valor equivalente ao mesmo período de 2012) (ENDLICH & FERNANDES, 2014, p.7–8).

No tocante específico a homicídios, ENDLICH & FERNANDES tomam o trabalho de WAISELFISZ, que se abordará noutra seção desta dissertação. No entanto, é válido registrar os dados que especificam as pequenas cidades, conforme os autores escreveram:

Waiselfisz utiliza os dados de homicídios em todos os municípios brasileiros e apresenta, como principal conclusão, a interiorização da violência no País, independentemente se a localidade é pequena, média ou grande, ou se está próxima às capitais

ou distantes dos principais centros urbanos. Entre as trinta primeiras colocadas, nove (30%) possuem menos de vinte mil habitantes, doze (40%) possuem menos de cinquenta mil habitantes e 17 (57%) até cem mil habitantes. Já entre as 500 cidades brasileiras com maiores taxas de homicídios, 328 (65,6%) possuem, no máximo, 50 mil habitantes de população urbana e podem ser consideradas pequenas cidades, sendo delas 33,5% com até dez mil habitantes, 44,8% com população entre 10.001 e 25 mil habitantes e 21,7% com população total entre 25 mil e cinquenta mil habitantes (ENDLICH & FERNANDES, 2014, p.8).

Apenas a título comparativo, a cidade de Taiobeiras, objeto da análise desta dissertação, se enquadraria analogamente nos 40% de municípios que possuem menos de cinquenta mil habitantes, segundo a citação direta acima. Também é localidade situada longe de Belo Horizonte, a capital, ou de Montes Claros, a cidade-polo da mesorregião Norte-mineira, distando da primeira 684,8⁴⁶ quilômetros e da segunda 261,5⁴⁷ quilômetros. Isso confirma que a interiorização da violência é fato inexorável e em processo acelerado de transformação, desde a primeira década do século XXI.

Em seguida, ENDLICH & FERNANDES (2014, p.9–12) dirimem os significados dos termos violência urbana e sentimento de insegurança, para denunciarem que a interiorização da violência atende a “uma nova forma de sociabilidade”, na qual “interesses individuais e imediatos de ganhar e lucrar, em detrimento dos interesses coletivos” são estabelecidos e se sobrepõem às formas pretéritas de organização comunitária a que essas localidades estavam acostumadas.

Tanto as novas formas de violência, que retiram a “tranquilidade” das pequenas cidades, quanto o discurso de insegurança, embasados claramente em fatos, como já apontado, mas sistematicamente apropriados por uma interpretação mercadológica-midiática, são resultantes do contemporâneo aspecto globalizado assumido pelo sistema capitalista. Tomando o estudo *Fobópole*, de Marcelo Lopes de Souza, como parâmetro, ENDLICH & FERNANDES sustentam o caráter originador de comportamentos criminosos do capitalismo. E sugerem: à medida em que as relações sociais próprias do capital avançavam sob a vida social e pelos espaços territoriais, levam consigo, a todas as localidades, o embrião da violência urbana.

As metrópoles serviram de palco primordial a esse modelo de violência de gênese capitalista, por serem o berço da industrialização e o lar do financismo. As médias e pequenas cidades, bem como a zona rural, vieram em seguida, por se integrarem gradativa ou tardiamente a essa dinâmica, principalmente pelo apelo consumista que o capital impõe e pela impossibilidade das classes pobres desses lugares em responderem satisfatoriamente ao consumo.

⁴⁶ Informação obtida através do *Google Maps*. Acesso em: 26 jan. 2018.

⁴⁷ Idem.

Sobre o caráter “criminógeno”⁴⁸ do sistema capitalista atual, como um todo, ENDLICH & FERNANDES (2014, p.10) assim escrevem:

[...] o modelo social de hoje é assim por despertar um irrefreável desejo de consumo, ao mesmo tempo em que propicia somente a poucos a chance de satisfazê-lo; por colocar o “eu” muito acima do “nós” e do “ter” acima do “ser”; por privilegiar a propriedade em detrimento da vida; por engendrar uma “indústria cultural” que se alimenta da criminalidade violenta; e, finalmente, por facilitar, por meio de desregulações, a lavagem de dinheiro, a corrupção e a injustiça social, onde os abastados tem privilégios, como não serem presos ou julgados.

Especificamente, quanto à violência urbana que se estende por força da expansão capitalista até o interior da Nação (ou das nações), chegando às pequenas cidades e à zona rural, anotam:

A violência urbana é todo o exposto anteriormente, tendo como lugar de ocorrência o espaço urbano. Ela é definida, também, como “derivada da organização do espaço urbano”, entre eles: a divisão social do trabalho, desigualdades sociais – emprego, moradia, transporte, educação, saúde, lazer, religião, conflitos sociais, ações do Estado, agentes valorizadores do solo urbano, estruturas físicas, entre outros. Na cidade contemporânea, à medida que a globalização divide-a em fragmentos antagônicos, transforma-a em um jogo de interesses. Logo, “o cenário urbano apresenta uma série de rupturas, fissuras, sinuosidades, conflitos, dissensões e distorções no campo social” (ENDLICH & FERNANDES, 2014, p.10–11).

Nessa citação, expõem elementos como a divisão social do trabalho, as desigualdades sociais, o mercado e as ações do Estado, dentre outros, como formadores do “jogo de interesses” que perpassa o “espaço urbano”, gerando as “distorções” que podem enveredar nas “rupturas, fissuras, sinuosidades, conflitos e dissensões” portadoras dos exemplares atuais de violência e insegurança.

Quanto especificamente à sensação de insegurança que aflige as pequenas cidades, em detrimento da antiga percepção de tranquilidade, ENDLICH & FERNANDES (2014, p.11) demonstram que “ocorre quando um indivíduo – ou um grupo – se sente inseguro em determinada localidade, por qualquer motivo que seja, real ou não”. Tal sensação seria fruto mais das fragmentações sociais do espaço urbano, mesmo o das pequenas cidades, próprias das divisões de classe, da migração ou dos novos hábitos individualistas, do que propriamente dos fatos criminosos ou violentos.

Em outras palavras, a sensação de insegurança ou o medo, seriam as manifestações do processo de individualização que torna visíveis as classes sociais, antes ocultadas pelos laços comunitários típicos das pequenas cidades. Esse processo opõe os cidadãos, à medida em que

⁴⁸ De acordo com consulta virtual ao Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, criminógeno é um adjetivo que pode ser descrito da seguinte forma: “Que origina ou pode originar comportamentos criminosos ou desviantes em relação ao comportamento normativo e socialmente aceite (ex.: fatores criminógenos)”. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/crimin%C3%B3geno>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

os antigos elos comunitários se rompem por força dos interesses próprios da dinâmica capitalista globalizada. O outro, o vizinho, o pobre, o diferente e o imigrante passam a ser vistos com desconfiança, medo e intolerância.

Em direção reversa, a sensação de insegurança é positivamente capitalizada pelo mesmo sistema que a produz, na medida em que alimenta a indústria e o comércio de sistemas privados de proteção: cercas elétricas, câmeras, alarmes, vigias motorizados, muros elevados, cercas e isolamento da classe média e alta em condomínios, etc.

Tomando o termo “capital do medo” de Zygmunt Bauman, ENDLICH & FERNANDES (2014, p.12) afirmam: “quanto mais se afasta da vizinhança, mais confiança é depositada na vigilância do ambiente”, e alertam para a epidemia social em que se tornou o fenômeno da violência e do sentimento de insegurança urbana em todos os espaços geográficos-territoriais, muitas vezes extrapolando a realidade dos fatos, contudo sem negarem a factualidade própria do fenômeno. Escrevem:

Esse fenômeno da violência e do sentimento de insegurança urbana alcançou um patamar de reprodução em pequenas cidades e até mesmo no campo muito próximo – e até superado em alguns casos – dos encontrados em cidades maiores. O fato é que a aceitação da existência da violência urbana na sociedade é percebida em todos os lugares, independentemente se a violência aumentou efetivamente, se a localidade é pequena, média ou grande, ou se está próximo as capitais ou distantes dos principais centros urbanos (ENDLICH & FERNANDES, 2014, p.12).

Diante da real ameaça do fenômeno violento nos anteriormente conformados ambientes das pequenas cidades, ou mesmo da hiperbólica espetacularização midiática da violência, que gera a sensação de insegurança em bases, muitas vezes, irreais, buscam-se explicações e possibilidades de interpretação. ENDLICH & FERNANDES (2014, p.12) esboçam três tentativas hipotéticas, as quais “não são excludentes entre si, mas complementares”, garantem. São elas:

[...] a) o crescimento do tráfico e consumo de drogas e produtos ilícitos levam consigo o aumento da violência; b) a violência difunde-se por todo o território a partir das áreas metropolitanas; e, c) as peculiaridades de áreas não-metropolitanas facilitam as ações violentas já que a presença policial e de equipamentos públicos de segurança nessas áreas são insuficientes ou mesmo inexistentes (ENDLICH & FERNANDES, 2014, p.12–13).

Com relação ao primeiro item, acerca do crescimento do tráfico e consumo de drogas e produtos ilícitos, que atinge principalmente as faixas etárias juvenis das pequenas localidades, os pesquisadores concordam que influenciam no dado real do aumento da violência e na percepção social de insegurança do interior. Isto porque, a exemplo do tráfico, são forças novas que mobilizam o uso do terror como instrumento de afirmação, rompendo com a acomodação tradicional de poder à qual esses lugares estavam habituados. E, no caso dos dependentes

químicos, jovens principalmente, por dissolverem as noções tradicionais de sociabilidade das comunidades, pela rebeldia, desobediência e transtorno que representam para as tradicionais noções de hierarquia geracional, ou pela prática deliberada de agressões, furtos, roubos, assaltos e outros delitos mais graves.

ENDLICH & FERNANDES (2014, p.13) também respondem afirmativamente para a segunda hipótese. Entendem que há uma relação causal entre a violência e insegurança urbanas das metrópoles e as das regiões não-metropolitanas. Relação esta de cunho complexo e interseccionado. Assim como as metrópoles são centros decisórios de poder político e econômico, tornam-se também centros de emissão dos elementos típicos da violência urbana, como o tráfico de drogas e a própria dinâmica violenta do sistema capitalista. Igualmente, a sensação de insegurança das pequenas localidades é marcadamente acentuada pela forma como recebem a incidência dos noticiários midiáticos, “principalmente a televisão”, os quais estão sediados nas metrópoles e realizam cobertura focada nos acontecimentos dessas regiões, mas se expandem tecnologicamente a todos os espaços territoriais com a mesma narrativa.

Com relação específica a consumo e violência, as regiões metropolitanas funcionam como centros espalhadores dos costumes e dos hábitos globais, os quais chegam às áreas não-metropolitanas, transformando-as simbolicamente e propiciando mudanças em sua sociabilidade, conforme já foi tratado anteriormente.

Por último, ENDLICH & FERNANDES abordam a precariedade dos serviços de Estado, principalmente os ligados à segurança pública, mas também outros equipamentos de caráter social, como as ações e programas típicos de políticas públicas sociais, ausentes ou incipientes nas áreas não-metropolitanas. Essa precariedade ou ausência, segundo os pesquisadores, impulsiona a insegurança urbana. “Não apenas no sentido de regulamentação ou fiscalização, mas no sentido de dar suporte à vida urbana: saúde, educação, saneamento, emprego, transporte, lazer, entre outros elementos”, afirmam (ENDLICH & FERNANDES, 2014, p.14). E acrescentam, sobre o espaço deixado pelo Estado, “faz com que crianças e adolescentes fiquem à mercê da violência e se tornem alvos do aumento dessa mesma violência, do sentimento de insegurança e do consumo de produtos ilícitos” (2014, p.14).

Na última parte do artigo, ENDLICH & FERNANDES tratam das formas mais comuns de controle social da violência urbana empregadas nas pequenas cidades. Destacam a medida do “Toque de Recolher” para jovens, adotado em muitas municipalidades. Também alertam para a polêmica dessa forma de controle, sobretudo no que tange à violação do direito à liberdade

dos jovens e na transformação das instituições que vocacionalmente serviriam como formuladoras e executoras de políticas públicas em órgãos policiais, típicos de regimes autoritários. Ademais, apontam para a superficialidade dos documentos que definem o toque de recolher, por proporcionarem uma suposta proteção a crianças e adolescentes apenas nos períodos noturnos, nos quais esses cidadãos seriam recolhidos por policiais, conselheiros tutelares ou comissários de menores, desprezando-se a proteção integral à qual esses cidadãos têm direito por lei, em quaisquer horários e situações, muito além do que mero recolhimento depois de determinadas faixas de horário da noite.

Em 2009, o Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Taiobeiras, por meio da Portaria 04/2009⁴⁹ daquele órgão, resolveu disciplinar, em todos os municípios sob sua jurisdição, a entrada e presença de crianças e adolescentes em eventos públicos noturnos. Esse ato judiciário ficou conhecido como “Lei do Toque de Recolher”. Entre as sete considerações preliminares observadas pela juíza que estabeleceu a portaria, destacam-se a segunda e a terceira, como demonstração de que a sociedade local já começava a perceber e a atuar em âmbito institucional sobre a temática do tráfico de drogas e do consumo de substâncias ilícitas, e ainda o da exploração sexual de crianças e adolescentes, problemática já citada no subcapítulo 2.1. Embora, a referida atuação possa ser criticada por se amparar mais em ideias de senso comum do que em estudos de caráter sociológico ou de outras áreas do conhecimento (“Deserto teórico” citado no subcapítulo 3.2). A seguir, ambas as considerações da portaria serão transcritas:

CONSIDERANDO o crescimento da violência na Comarca e o aumento do tráfico de drogas e da prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes, que têm alcançado índices alarmantes; CONSIDERANDO o crescente envolvimento de crianças e adolescentes em situação de risco e na prática de atos infracionais, em sua grande maioria em decorrência do tráfico de drogas e da prostituição e exploração sexual; (JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE TAIOBEIRAS, 2009, p.1).

Com esta citação acima, pretende-se demonstrar no *locus* da pesquisa elementos institucionais que comprovam a similaridade com o descrito pelo trabalho acadêmico dos pesquisadores ENDLICH & FERNANDES, tomado como roteiro acerca do aumento da violência em pequenas cidades.

Em conclusão, os pesquisadores apontam o quanto é frágil a forma de controle da violência urbana em pequenas cidades através da medida do “toque de recolher”. “Além de inadequada

⁴⁹ A Portaria 04/2009 foi reformulada posteriormente pelas Portarias 05/2009, 07/2009 e 08/2009. Vigorou efetivamente por cerca de um ano, até cair no esquecimento, pela inércia dos órgãos públicos.

[...] ela acentua atributos indesejados e tendências já tão problematizadas de esvaziamento dos espaços públicos. [...] mata a essência da cidade que são os encontros e a convivência social”, afirmam ENDLICH & FERNANDES (2014, p.18).

Os pesquisadores concluem admitindo a novidade do fenômeno do aumento da violência em pequenas cidades e vocacionando para novas e mais abrangentes pesquisas que escrutinem o fenômeno.

Neste capítulo, buscou-se abordar analiticamente o tema da violência sob diferentes óticas: histórica, quanto à formação social da cidade de Taiobeiras; acadêmica, a partir dos eixos nos quais os pesquisadores têm se debatido sobre o assunto; cultural, remontando ao passado conflituoso dos bandos de foras da lei dos sertões mineiros; e por analogia geo-territorial, mais especificamente sobre aquela violência urbana que passou a atingir as pequenas cidades, como Taiobeiras, nas décadas recentes e no presente. O objetivo disso foi extrair a contextualização para o estudo de caso que se segue nesta dissertação.

*A juventude unida
Clamando noite e dia
Com gritos de esperança
E de paz... De paz
A flor da liberdade em nosso olhar
Paixão ternura e sonho em nosso ar
De olho no futuro, nós estamos
É a vida que amamos e buscamos*

Zé Vicente.

3 JUVENTUDES

A proposta deste capítulo é delinear o conceito de juventude “enquanto construção histórica e social, para além da condição etária” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2015a, p.13), atendo-se à faixa de 15 a 29 anos, estabelecida pelo *Estatuto da Juventude* (2013), porém alargando as fronteiras dessa especificação temporal, flexibilizando-a quando se achar útil para a pesquisa e a análise. E, nesse objetivo, buscar referências factuais, teóricas e políticas acerca do envolvimento da juventude brasileira com as questões relativas à violência e à criminalidade.

No campo factual, os dados do Mapa da Violência de 2013 e 2014, que tratam respectivamente de *Homicídios e Juventude no Brasil* (WAISELFISZ, 2013) e *Os Jovens do Brasil* (WAISELFISZ, 2014) serão considerados como sinais balizadores para o estudo de caso do assassinato de jovens em Taiobeiras.

Para as referências teóricas, os trabalhos de Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro, *Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira* (2015a) e *Ser jovem hoje, no Brasil: desafios e possibilidades* (2015b). Também, a tese de doutorado de Marcos Rolim, *A formação de jovens violentos: Para uma etiologia da disposicionalidade violenta* (2014). Nelas serão buscadas algumas chaves explicativas dos motivos ou fatores que impulsionam a faixa da juventude ao cometimento de atos criminosos e violentos, no contexto do estudo de caso.

Por fim, na seara política, serão resenhados os relatórios de três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) correlacionadas a temas que tocam a vida da juventude. São eles, o *Relatório da CPI do Narcotráfico* (2001), da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o *Relatório da CPI da Violência Contra Jovens Negros e Pobres* (2015), da Câmara Federal, e o *Relatório da CPI do Assassinato de Jovens* (2015), do Senado da República. A intenção é ressaltar a tomada de conhecimento, por parte do Estado, das problemáticas próprias da juventude que sofre e pratica violência, especialmente a violência do tráfico de drogas, e investigar se nesses relatórios há algum indicativo de políticas públicas de enfrentamento para essas problemáticas.

A ordem de desenvolvimento do capítulo será a seguinte: i) conceitos e perfis da juventude; ii) disposicionalidade violenta; iii) Mapa da Violência; e iv) relatórios das CPIs.

3.1 Conceitos e perfis da juventude

Os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE (Tabela 03) revelam que, apesar da tendência de envelhecimento da população, as faixas etárias entre 15 e 29 anos de idade, consideradas oficialmente como juventude, são as que somadas concentram o maior contingente de brasileiros, alcançando 27% do total, ou 51.338.253 (cinquenta e um milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e três) pessoas em números absolutos, partes de um conjunto de 190.747.731 (cento e noventa milhões, setecentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e um) habitantes. Pouco mais de um quarto da população do país. No município de Taiobeiras, a proporção se mantém, oscilando levemente para cima, a 28%, devido à subfaixa de 15 a 19 anos apresentar proporcionalmente 1% a mais do que o país (Brasil, 9% X Taiobeiras, 10%).

Tabela 03 – Pirâmide Etária, com destaque para as faixas de juventude

Idade	Taiobeiras		Minas Gerais		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	1.116	1.128	649.660	627.206	7.016.614	6.778.795
5 a 9 anos	1.321	1.305	726.034	702.961	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	1.481	1.505	858.109	830.051	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	1.525	1.571	868.022	851.253	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	1.378	1.422	874.104	859.390	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	1.304	1.392	851.586	853.105	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	1.203	1.174	790.229	805.450	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	1.053	1.092	694.342	722.116	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	965	1.020	671.738	702.039	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	856	898	628.195	666.388	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	746	797	548.830	584.829	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	587	636	441.415	479.714	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	470	518	339.165	376.212	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	366	372	251.626	290.172	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	280	361	191.852	233.376	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	239	298	129.276	168.843	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	126	169	76.292	112.030	668.589	998.311
85 a 89 anos	64	80	34.862	56.569	310.739	508.702
90 a 94 anos	25	42	12.469	24.269	114.961	211.589
95 a 99 anos	7	15	3.332	7.576	31.528	66.804
Mais de 100 anos	5	5	739	1.904	7.245	16.987

Fonte: IBGE: Censo Demográfico, 2010.

A juventude, somadas as faixas adolescente-jovem (15 a 19 anos), jovem-jovem (20 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos), é do ponto de vista numérico um contingente nada desprezível. No entanto, a definição do que é ser jovem ultrapassa e muito a mera quantificação

etária. Acrescenta-se, ainda, muito mais importância a esse grupo geracional quando ele é observado pela ótica sociológica, econômica, cultural e política.

Estabelecer o que é ser jovem envolve variados elementos de diferentes ordens, desde a quantificação censitária até as subjetividades inerentes ao processo histórico que constitui cada realidade e contexto produzidos pela vida em sociedade.

Na sociedade de massas capitalista, fortemente marcada pela expansão da economia globalizada e de suas tecnologias, a juventude tem sido a destinatária primordial para a definição de estratégias de mercado, para a disseminação de informações e para a difusão dos valores culturais do neoliberalismo.

Até mesmo as bordas fronteiriças da idade variam conforme o tempo e o contexto. No passado, se uma pessoa passava da infância à idade adulta conforme estivesse biologicamente apta a constituir uma nova família; no presente, a fase juvenil se alargou para um processo mais amplo, interregno de transição entre a criança e o adulto, que engloba os períodos de formação escolar, a sedimentação psicológica da identidade e a capacidade do indivíduo jovem de se inserir no mercado de venda da mão-de-obra. A juventude, segundo a lógica do ideal para a sociedade contemporânea, seria uma fase de incompletude do indivíduo, na qual ele estaria a se preparar ao exercício pleno de sua autonomia pessoal.

Trata-se de uma visão tutelar da sociedade sobre o indivíduo jovem, tido como alguém ainda não capaz de exercer todas as potencialidades, mas protegido socialmente para que se forme e alcance sucesso nesse aprendizado. Como foi dito, isso em situação ideal. Porém, a complexidade de organização (ou desorganização) da própria sociedade, com suas contradições internas e exclusões, nega à maioria dos jovens esse estado perfeito de proteção.

ABRAMOVAY & CASTRO (2015b, p.8), questionam o conceito de juventude enquanto faixa geracional não preparada, predisposta à tutela dos adultos e meramente objeto (destinatária) das políticas públicas elaboradas para ela (e não por ela), ao passo em que contraditoriamente é cobrada autonomia e responsabilidades aos jovens pela sociedade. Escrevem:

Para muitos autores, juventude é uma invenção de adultos, que impõe significados ao ser jovem. Assim adolescência e até juventude são rotuladas como fases de transição para o mundo adulto, de preparação para tal mundo, ou seja, o adolescente e o jovem não é considerado como um ser pleno, mas um projeto, um vir a ser que por sua imaturidade, presumida, precisa ser tutelado. Será? Bozon (2004, p 120) chama atenção para o fato de vivermos em sociedades que ao mesmo tempo em que exigem autonomia dos indivíduos, esses continuariam sujeitos a distintos tipos de controle, “julgamentos sociais estritos que diferem segundo sua idade e gênero”. De fato para

os adultos a juventude é fase temida, ainda que invejada, e em nome da proteção se estaria substituindo diálogo por imposição de autoridade, repressões, proibições (ABRAMOVAY & CASTRO, 2015b, p.4).

É fato corrente nos meios sociais aquilo que está descrito na citação acima. Também nas práticas de Estado, em suas políticas, e nos acadêmicos, como no escopo original desta pesquisa. A própria ideia original deste presente estudo partiu da noção de tomar a ação das políticas públicas e dos programas sociais para jovens como os atores sobre a vida desse grupo geracional, sem levar em conta as dinâmicas internas próprias do sujeito-alvo. Muito embora, é preciso adicionar, já se tinha em mente a necessidade de acompanhar os elementos próprios que constituem a essência do “Ser Jovem” e de suas contradições, como a cultura juvenil e a visão de mundo própria dessa geração.

Mas, admita-se, é um erro recorrente tomar a juventude apenas como receptora, para o bem ou para o mal, das políticas públicas, da análise científica-sociológica ou do aliciamento criminoso, quer seja do tráfico ou de outras formas de violência que litigiam com a lei. Há algo inerente e próprio da juventude, nesse processo, que escapa à percepção das análises que estão focadas numa idealização e não no concreto perfil dos jovens, em seus desafios e em suas potencialidades reais.

O que ABRAMOVAY & CASTRO questionam, acerca da tutela juvenil, é a “substituição do diálogo pela imposição de autoridade, repressões e proibições” (2015b, p.8). Chega-se à conclusão, pelo esforço lógico, de que isso ocorre tanto na seara acadêmica, quanto na produção e execução de políticas públicas para a juventude e, é claro, também no universo do crime para o qual os jovens são recrutados. O jovem é compreendido apenas como alvo de ações e não como sujeito delas.

Portanto, faz-se necessário um esforço para compreender o “Ser Jovem” a partir das dinâmicas próprias da condição juvenil. É entre os jovens que se desenrola vigorosamente a produção de transformações societárias ou a reprodução, sob aspectos e roupagens novas, induzidas pela sociedade ou produzidas dentro da própria juventude, tais como: a capacidade de indignação ou resignação, de luta ou de acomodação, de superação de contextos opressores ou de reverberação de ideais violentos, de adesão a novos paradigmas ou de perpetuação de preconceitos antigos.

A juventude, sem prejuízo de outras formas de compreensão da diversidade humana, inclusive de maneira interseccional com as classes sociais, é um “estado” de excepcional valor para a análise dos fenômenos que promovem ou retardam os desenvolvimentos social, econômico

e político da humanidade. Por isso, a necessidade de se falar em juventudes, conforme sugerem as pesquisadoras ABRAMOVAY & CASTRO (2015a, p.14), porque “se constituem em um conjunto diversificado com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na nossa sociedade”.

As pesquisadoras escrevem sobre isso:

Cada experiência de ser jovem se realiza em um tempo, com certas possibilidades e limitações. Muitos da geração dos anos 60, que viveu no tempo da ditadura militar, se viram obrigados a lutar para garantir projetos de liberdade para a nação. Hoje as circunstâncias são outras e muitos, que querem um melhor país, lutam também, mas por diferentes e diversas formas, inclusive por políticas públicas, no seu bairro, na sua escola, por direitos de negros, de mulheres, dos grupos LGBT em movimentos ecológico, entre outros, em partidos políticos e agremiações com fins culturais ou estão em projetos pessoais. Mas os de ontem como os de hoje têm que enfrentar condições sociais, sendo, portanto relativo ontem como hoje, para a maioria, a autonomia para ser o que se quer. Mas se os jovens se deparam com limitações também têm a seu favor a garra, a vontade de mudar, ainda que por diversos caminhos (ABRAMOVAY & CASTRO, 2015b, p.9).

Seguindo a linha de raciocínio delas, a juventude é mais do que a faixa etária, mas uma “construção social” que varia de época para época, ou uma maneira social “de ver os jovens”, mas com características em comum: os limites para a autonomia em contraposição à vontade de mudar por diversos caminhos. Inclusive, as próprias definições etárias são frutos muito mais de decisões políticas do que uma norma técnica ou bio-psicológica, muito embora sem prejuízo destas últimas. Construção, aliás, que não está imune a arquétipos pré-concebidos ou a diferentes referências, apesar de apontarem para “elementos comuns” que subsistem no “conjunto dos jovens” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2015a, p.14).

Entre as coisas que os jovens compartilham em comum, a despeito dos elementos de contexto, e além da faixa etária, está aquilo que as pesquisadoras classificam como “culturas juvenis”: “danças, músicas, gostos [...] formas de expressar, impulso por mudanças, adrenalina ou impulso por correr riscos...” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2015b, p.9).

No intuito de se investigar quais as decisões políticas tomadas para definir o perfil de juventude que se adota no Brasil, descobriu-se aquelas que servem para a definição de políticas públicas para os jovens, como “o aumento do tempo dedicado à formação escolar e profissional” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2015b, p.7), e a estabelecida em cima de dados do contexto econômico que atinge essa população, a exemplo da dificuldade de se conseguir o primeiro emprego e do tempo maior de permanência com as famílias de origem.

Os jovens fazem jus à sua condição geracional específica sem deixarem de vivenciar o que é comum a todos os demais membros da sociedade: raça, gênero, classe social, desigualdades, grupo, contexto e fases. Porém, identificados por aspectos que os tornam “uma geração” singular entre as demais de seu tempo ou de outras épocas.

A título de exemplo, pode haver elementos comuns entre o jovem da favela e o jovem rural, entre o jovem da classe operária e o jovem de classe média, entre a jovem e o jovem, entre o jovem negro e o jovem branco, tais como a curiosidade, a descoberta e a vivência da sexualidade, o ímpeto de correr riscos considerados desnecessários ou perigosos a outras parcelas de idade, as indecisões quanto ao futuro, o *etos* violento, etc.

No entanto, sobre a mesma geração incidem elementos sociais diferenciadores, a partir do contexto em que estão inseridos no conjunto total da população. As descobertas proporcionadas a um jovem de classe média, como a possibilidade de viajar a outros países ou de estudar em escolas de melhor qualidade, podem não estar disponíveis a outro, da classe operária, o qual teria de se adequar e conformar em descobrir o mundo mais limitado que lhe é oferecido. Às jovens mulheres, o contexto do machismo lhes imporia limites que não haveria para os jovens homens, muito embora uma jovem de classe média teria mais chances econômicas e sociais do que uma que viva na periferia. Ao jovem negro, no Brasil, as possibilidades de morrer no tráfico ou em ações policiais seriam numericamente maiores do que para um jovem branco; etc.

Embora façam parte de uma mesma geração, sofrem as interferências da sociedade globalizada e neoliberal, compartilham de uma determinada cultura juvenil impregnada pelos valores de tal sociedade, vivem e sobrevivem em condições específicas ditadas pelos contextos que lhes tornam um todo, mas em partes, um conjunto em fragmentos, um grupo em subgrupos. Embora sejam todos jovens, as oportunidades, a educação, o acesso a bens e serviços e o olhar da sociedade não lhes atingem por igual. E, igualmente, todos dispõem daquilo que lhe é próprio, da capacidade de criticar e subverter a ordem e o contexto. Essa subversão, no entanto, nem sempre é de ordem política ou nos conformes do modelo de Estado de direito burguês imposto, mas também em situações de pleno confronto com os padrões éticos, estéticos, morais e legais da sociedade, como nos casos do tráfico de drogas ou na intensidade com que se vive a sexualidade.

É isso que faz da análise sobre juventude um exercício dinâmico. Atividade que não deve se situar apenas na constatação de faixa etária, tampouco em idealismos acerca do “valor posi-

tivo: um ideal, uma estética [...] um valor simbólico associado à beleza” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2015a, p.14) que se atribui ao ser jovem. Também não se pode compreendê-la puramente em frações de classe, raça ou gênero, ou numa escandalosa e preconceituosa noção de índole e propensão de determinados jovens ao crime. Mas, no conjunto complexo de fatores e elementos que a constituem. Elementos que demarcam sua passagem no tempo ou que provocam contradições internas à geração ou com o todo da sociedade. Inclusive o fator da própria autonomia que a juventude conquista em luta social. Tudo isso deve ser levado em conta na análise, proporcionando um entendimento em mosaico, longe da tentação linear e cartesiana de standardizar a juventude.

A tentativa de explicar alguns fenômenos que tornam a juventude mais vulnerável ou não do que outros grupos, como é o caso da violência do tráfico de drogas, é esforço que perpassa seu perfil enquanto geração específica. Deve agregar também elementos como classe social, gênero e raça, mas sem se deixar conduzir pelas “camisas de força” teóricas que estes últimos itens podem conferir ao aparato cognitivo do pesquisador.

No campo específico da “estética jovem”, o do ideal de beleza e aparência física, há um setor fundamental que precisa ser tomado para a análise, aquele ligado ao consumo demandado pelo sistema capitalista e por sua cultura de massas.

O consumo, que deságua na ideologia consumista e no individualismo hedonista, já foi apontado em outros textos tomados como referência nesta dissertação (ENDLICH & FERNANDES) como elemento que impele os jovens a assumirem atitudes de risco, como adentrarem ao universo do tráfico de drogas para conseguir dinheiro suficiente, tanto quanto lhes sirva para atenuar as necessidades de compra dos produtos ditados pela moda. Ou fator que lhes provoca frustrações, medos e rancores por não se ver atendido a contento, culminando em situações de estresse que levam a juventude à depressão, ao uso de drogas lícitas e ilícitas, ao mal rendimento escolar, a atitudes agressivas na vivência da sexualidade e à prática de violências simbólicas entre pares.

O consumismo, enquanto estratégia de mercado, ditado externamente pelo aparato de manipulação midiática do capital, constitui-se, talvez, na ação mais agressiva dentro do processo de constituição da identidade da geração jovem atual. Como não poderia deixar de ser, exerce uma força incomensurável nas formas de atuação e representação desses jovens, bem como em seus processos cognitivos de tomada de decisões.

O imediatismo consumista, associado ao imediatismo da essência de ser jovem, impulsiona para correr riscos, para a ausência de projetos de vida de longa duração, para as fronteiras da normatividade institucional e ao litígio com as formas de sociabilidade historicamente baseadas em subordinação, respeito e reprodução da tradição familiar. As próprias famílias jovens se estruturam neste novo normal. Um dos perfis da juventude atual é a inquietude associada à estética da violência e aos riscos do crime, das drogas e do tráfico.

ABRAMOVAY & CASTRO (2015b, p.10-12) apresentam uma lista de informações que contribuem para a elucidação dos perfis de juventude no Brasil, sintetizados nos tópicos a seguir:

- Representa um quarto da população brasileira, de acordo com o Censo Demográfico de 2010;
- Concentra-se na zona urbana. 80% dos jovens vivem nas cidades;
- Metade das jovens é feminina no meio urbano. Nas roças, são 47%;
- Na última década (2005-2015) houve melhorias na situação educacional, porém há preocupação quanto se analisa educação dos jovens considerando raça/cor, gênero, classe social e localização regional no Brasil: Os jovens das regiões Norte e Nordeste estudam menos tempo do que os jovens do Sul e Sudeste. Os rapazes aparecem mais nas listas de analfabetos ou sem instrução até o Ensino Médio incompleto, enquanto, em geral, as moças concluem o Ensino Médio e níveis mais altos de escolaridade. Mesmo assim, a renda salarial feminina é inferior em até a metade da masculina. Apenas 84,% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam a escola em 2012, revelando que o elevado número de 1,5 milhão estava fora da sala de aula, mesmo com o direito à gratuidade garantido. Mais alarmante é que apenas 14,2% dos jovens de 25 a 29 anos de idade conseguiram concluir o Ensino Superior, apesar de programas como ProUni (Programa Universidade para Todos), SISU (Sistema de Seleção Unificada) e FIES (Financiamento Estudantil);
- Apesar do crescimento da internet entre os jovens, 52,8% em 2008 e 69,7% em 2012, há uma disparidade de classe social nesse acesso. Os jovens 10% mais ricos acessam duas vezes mais a internet do que os 40% mais pobres (WAISELFISZ, 2015 *apud* ABRAMOVAY & CASTRO, 2015b).
- Em 2012, 36% dos jovens entre 15 e 24 anos trabalhavam. 22% eram trabalhadores, mas se encontravam desempregados. Esses jovens, inclusive, demoram 15 meses para

conseguir o primeiro emprego e 66% deles precisam trabalhar, ocasionando danos à vida escolar, porque com o salário complementam a renda familiar;

- Há também o fenômeno, registrado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2012, dos jovens “nem-nem”, os quais representam 20,7% entre os de 15 a 29 anos de idade e afirmam nem estudar nem trabalhar, revelando um contingente alto de desocupados, o qual se intui que possa se tornar matéria-prima para grupos de tráfico de drogas ou de outras atividades violentas;
- O Brasil em 2009 ostentava o desonroso posto de quarto país no mundo no quesito mortes por homicídio de adolescentes (10 a 14 anos), 3,4 por 100.000. De 15 a 24 anos, o país ocupava a sexta posição, de acordo com dados OMS. Números de violência muito superiores aos de países em situação de guerra declarada;
- Violência que vitima os jovens, porém mais especificamente aos jovens negros. De acordo com WAISELFISZ (2011, p.57–63), “Para cada branco assassinado em 2008, proporcionalmente mais de dois negros nas mesmas circunstâncias”.

Afora os dados acima, é conveniente observar que mulheres jovens também sofrem mais assédio, possibilidade de estupros ou de morte por abortos clandestinos. A população jovem LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) padece há séculos de tradicionais preconceitos e ainda é vítima de violências físicas, intolerância religiosa, discursos de ódio e homicídios por conta de sua condição e sexualidade.

Outro dado estarrecedor é o do número de jovens cooptados por ideologias reacionárias, nazifascistas e difusoras de ódio, através das redes sociais propiciadas pela pulverização do acesso às tecnologias de informação. Vítimas e artífices da disseminação de *Fake News* e do processo antidemocrático de patrulhamento dos profissionais de educação que lecionam conteúdos socialmente críticos, como história, geografia, sociologia e filosofia⁵⁰.

Os jovens também são influenciados pelo clima de intolerância política que se instalou no Brasil a partir das Jornadas de Junho de 2013⁵¹, dirigidas pelas classes média e média-alta, e

⁵⁰ O autor relata esses fatos a partir da experiência pessoal em sala de aula e, também, de leituras recentes em blogues e fóruns proporcionados pela assim denominada mídia alternativa, presente na rede mundial de computadores.

⁵¹ Nos meios acadêmicos e políticos, persiste o debate e a polêmica sobre o caráter de mobilização da direita sob as manifestações de junho de 2013 ou se elas de fato representavam uma insatisfação generalizada da sociedade com os rumos políticos e econômicos tomados pelo governo de centro-esquerda. Toma-se uma citação de Jessé Souza transcrita do livro *Brasil 2016: recessão e golpe*, publicado pelo Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo em 2017: “[...] foi um ponto de inflexão fundamental que ajuda a esclarecer a força narrativa e institucional do pacto conservador brasileiro contemporâneo. Foi a partir desse dia que as manifestações se tornaram massificadas e ganharam todo o apoio da mídia nacional, assumindo a ‘classe média verdadeira’ – os

agravado pelo golpe de Estado de 2016⁵². Aliás, em andamento processual, golpe que retira direitos da juventude: pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do teto, no final de 2016, a qual limita no orçamento público os investimentos em políticas de saúde, educação e seguridade social por 20 anos (2016–2036); através da reforma do Ensino Médio, que mutila o currículo das escolas públicas, sobretudo em conteúdos de caráter crítico e político; pelas antirreformas trabalhista e previdenciária, que dificultarão ainda mais aos jovens o já custoso acesso ao primeiro emprego formal e à previdência social pública.

A par de que não é possível falar apenas em uma juventude ou se entreter nos limites numéricos das faixas da pirâmide etária, mas enveredar pela complexidade de contextos que conduzem às várias nuances, as quais se poderia denominar “juventudes”, é preciso olhar para a realidade violenta dos jovens sob a ótica dos desafios e das potencialidades. ABRAMOVAY & CASTRO (2015b, p.13–15), apontam uma lista que se retomará no capítulo que aborda as políticas públicas para a juventude e os resultados da pesquisa com o Grupo de Vítimas de Taiobeiras.

Porém, antecipa-se os títulos dos desafios: 1) Concepção de Juventude; 2) Realidade Brasileira da Juventude/De Juventudes; 3) Violência; 4) Cultura de Violências; 5) Contexto Global – Jovens e o Mundo Espetáculo. E, também, o das potencialidades:

- Rebeliões sobre estereótipos, tabus, preconceitos;
- Vontade de saber e construir o novo
- Busca por autonomia e por participação crítica
- curiosidade, adrenalina
- Orientação gregária – fratrias (grupos de amigos)
- Apelo para diversas linguagens, como as TICs (novas tecnologias de informações) e artes, trânsitos entre vários tipos de organização (movimentos sociais e ONGs, inclusive partidos) recorrendo a culturas juvenis.
- Buscam autonomia, mas exigem redes de proteção social
- Mobilização – Participação política, buscas por formas diversificadas de fazer política (ABRAMOVAY & CASTRO, 2015, p.15).

Para o objetivo desta pesquisa, os itens sobre busca de autonomia, orientação gregária, adrenalina, exigências por redes de proteção e culturas juvenis poderão ser tomados como balizadores para o entendimento da dinâmica de envolvimento no tráfico de drogas e de como

20% mais escolarizados e de maior renda, segundo a pesquisa – de modo claro e incontestado o protagonismo do movimento.” (SOUZA, 2014 apud GUERRA ET AL, 2017, p.25).

⁵² Tratar o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 por golpe ainda é objeto de disputa política na sociedade e nos meios acadêmicos. Este trabalho, ao denominar o ocorrido como golpe, o faz a partir das observações do artigo *Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil*, escrito por Michael Löwy, especificamente na parte em que ele anota: “No caso do Brasil, temos um golpe pseudolegal, supostamente dentro do Estado de direito, mas com uma restrição cada vez maior de direitos [...] O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado. [...] instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, ‘pedaladas fiscais’, para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores!” (LÖWY, 2016, p.62.64).

acessaram ou deixaram de acessar os serviços próprios das políticas públicas e dos programas sociais.

3.2 Disposicionalidade violenta dos jovens

É natural que o senso comum e também o campo acadêmico questionem o porquê da violência. A mirar o escopo desta pesquisa, ganha relevo a busca dos motivos pelos quais os jovens se tornam violentos, ou de maneira mais incisiva no caráter processual do fenômeno, como se “formam” violentos, numa referência direta à gênese da relação de violência entre o sujeito e a sociedade.

A partir da hipótese já delineada no projeto de pesquisa e no transcorrer do texto desta dissertação, a ideia subjacente é a de que uma análise da execução de políticas públicas e programas sociais – se a contento ou não, inexistentes ou de existências precárias – possibilitaria entender a escolha ou não da violência pelo público-alvo: os jovens que se embrenham no universo do tráfico de drogas. Ou seja, de como a atuação organizada (ou desorganizada) do Estado sob um público-alvo explicaria a adesão – ou não – desse grupo ao hábito violento.

As literaturas, no entanto, embora reforcem o papel do Estado como estruturador de relações sociais e econômicas, apontam que a hipótese, em si, é incompleta, porque não dá conta de todas as nuances e complexidades que compõem o espectro da escolha de sujeitos e grupos. Especialmente mais grave, não explica por completo os motivos da aderência ao comportamento violento pelos sujeitos jovens, considerados social-teoricamente como indivíduos ainda em estágio de formação física, intelectual e de caráter.

Neste intento, Marcos Rolim, em sua tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande Sul, em 2014, buscou erigir um estudo que explique a “*Formação de jovens violentos: Para uma etiologia da disposicionalidade violenta*”, no qual sintetiza uma série de linhas interpretativas e consolida esse conhecimento na teoria do *habitus* violento. A partir da contribuição de ROLIM (2014), compreende-se que partes da estrutura social, como a economia, a política e a cultura, associadas a elementos interiores aos indivíduos, se mesclam, se intermodificam e se transformam em condicionantes diversas que encaminham ao ato delinquente/violento ou ajudam a explicá-lo.

Para uma melhor compreensão do estudo de ROLIM (2014), que não será resenhado em sua totalidade e complexidade, apenas tomado nas partes que podem lançar clareamento teórico à hipótese aventada nesta pesquisa sobre políticas públicas para a juventude vítima do tráfico em Taiobeiras, é necessário que se delimite o significado dos termos que o titulam: etiologia, que é “o estudo da origem das coisas”⁵³ e, disposicionalidade, no sentido processual, de estímulo ou incentivo para a realização de alguma coisa, no caso, de atitudes violentas. Sintetizando, a etiologia da disposicionalidade violenta é um esforço acadêmico de ROLIM para compreender a origem da formação violenta dos jovens.

Primeiramente, ROLIM (2014, p.22–24) denuncia o “deserto teórico” na tradição sociológica brasileira quanto a estudos acerca de fenômenos como crime e violência, o que para ele é um dado a mais na “tragédia nacional” e um componente que corrobora a maneira de “senso comum” com que mídia, autoridades de governo, operadores do direito, polícias e sociedade concebem, lidam e abordam a temática criminológica no país. Muito embora, nas notas de rodapé, ROLIM admita que “nos últimos 20 anos, pelo menos, avanços significativos têm sido verificados e vários são os trabalhos importantes que tratam especificamente das práticas violentas” (2014, p.23).

A par do que também adjetiva de “coma intelectual”, ROLIM (2014) aponta no trecho a seguir a gravidade e o risco disso para o desenvolvimento de qualquer política de segurança pública no Brasil, impedindo qualquer sombra de êxito, dado o elevado grau de “irreflexão” sobre o tema. Em suas palavras:

Enquanto este patamar de irreflexão – espécie de coma intelectual induzido – não for superado, seguiremos perplexos diante dos mencionados fenômenos, assistindo a repetição das mesmas receitas de desperdício, abandono, violência e intolerância oferecidas pelo Estado e, por decorrência, sendo testemunhas e vítimas do processo de disseminação das condutas delinquentes e de degradação da qualidade de vida para parcelas crescentes da população atormentadas pelo crime e pelo medo (ROLIM, 2014, p.24).

Em outras palavras, ROLIM refere-se à falta de profissionalismo técnico do Estado brasileiro em elaborar, executar e aferir os resultados de quaisquer políticas que minorem a tragédia que as condutas criminosas, *per si* violentas, acarretam ao desenvolvimento humano e social brasileiro. Também questiona a esterilidade da academia, que só produz trabalhos sem mensuração e sistematização sobre este campo da realidade social. Especificamente, no item “fenômenos mencionados”, descrito logo no início da citação, o pesquisador se refere ironi-

⁵³ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://priberam.pt/dlpo/etiologias>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

camente a uma série de teorias acerca de como a violência interpessoal é retratada na mídia brasileira e pelos agentes públicos, o que, em sua opinião, são platitudes que exemplificam o indigente estado reflexivo nacional sobre o fenômeno.

Usando as expressões do próprio ROLIM, seguem as disparatadas “teorias” brasileiras sobre as origens da violência:

[...] a “Teoria da Punição Exemplar”, a “Teoria da Tolerância Zero”, a “Teoria das Drogas como Origem de Todo o Mal”, a “Teoria da Família Desestruturada”, a “Teoria do Bandido Bom é o Bandido Morto”, a “Teoria da Redução da Idade Penal”, a “Teoria da Construção de Mais Presídios”, a “Teoria da Impunidade como a Origem de Todo o Mal”, a “Teoria da Educação Como Resposta para Todos os Problemas”, a “Teoria de que o Crime se Desloca de Carro, Logo as Barreiras Policiais são a Resposta” (esta de um ex-comandante da Brigada Militar do RS ainda hoje requisitado pela imprensa gaúcha), a “Teoria de que a Violência aumenta com o Vento Norte” (esta de um ex-chefe da Polícia Civil do RS), entre outras platitudes (ROLIM, 2014, p.23–24).

Deixando de lado ou para trás este ruído produzido pela letargia intelectual de quem deveria se aprimorar tecnicamente na discussão sobre os fenômenos originários da violência e do crime, ROLIM lista teorias e abordagens nas ciências sociais e em outros campos disciplinares, até a genética e a neurologia, que têm tomado os comportamentos violentos nas sociedades contemporâneas como objeto. E, assim, chega à conclusão de que “uma etiologia da disposicionalidade violenta deve ser [...] um projeto de longo curso que se sabe limitado por uma definição mínima de tendências e/ou probabilidades” (2014, p.25).

A limitação dessa etiologia está na multiplicidade de campos de saber nas quais ela deve se abrigar. Conhecer a origem da predisposição ao cometimento de violências e crimes pelo sujeito é o objetivo que necessita ser observado em estudos multidisciplinares, os quais perpassem, em análise, o sujeito e a sociedade, e a estrutura interna do indivíduo em contraposição à estrutura social na qual ele está inserido. Estudos que, com especificidades de método e de abordagem teórica, pois que em campos disciplinares vários, sejam especialmente conduzidos de modo a se complementarem para a compreensão da complexidade fenomenológica que têm como objeto, integrando-se quando e nos quesitos que forem razoáveis, e sem prejuízo de uma racionalidade interpretativa de conjunto.

ROLIM, então, listou as abordagens que se constituíram ao longo do tempo histórico em contribuições para a compreensão do que ele classificou como “projeto criminológico contemporâneo”, o qual em seu trabalho ele se esforça por levantar hipóteses etiológicas (de origem), conforme se avança na tese.

Aqui é útil apenas, antes de se passar às conclusões de ROLIM, que se afirme que as contribuições advêm tanto das ciências sociais e humanas, como a sociologia de Dürkheim, a filosofia moral, para a qual “o crime foi concebido como expressão do livre arbítrio e da capacidade de raciocínio” (VOLD & BERNARD, 1986 *apud* ROLIM, 2014, p.27), e a criminologia em suas escolas clássica, neoclássica e contemporânea, tendo Cesare Beccaria à frente; quanto das ciências naturais, em aspectos bio-psicológicos, sociobiológicos e de neurociência. Aliás, este campo do conhecimento, segundo ROLIM (2014, p.33), tem produzido “abordagens inovadoras na vanguarda da pesquisa científica contemporânea”, sendo uma delas “a noção a respeito de ‘livre arbítrio’ [que] tem sido relativizada pelas descobertas recentes da Neurociência e da Sociobiologia”. No entanto, ele adverte, “As relações entre as ciências naturais e a Criminologia produziram, desde sempre, controvérsias e equívocos”, principalmente nos primórdios, “pela ausência de conhecimentos básicos sobre o funcionamento cerebral e por perspectivas unidimensionais e simplificadoras” (ROLIM, 2014, p.33).

Em termos práticos e metodológicos, para identificar a disposição de alguns jovens para o cometimento de atos violentos e criminosos, enquanto outros optam por caminho diferente desse, ROLIM desenvolveu uma pesquisa que contou com a aplicação de questionários a grupos de jovens de características parecidas, com mesma idade, sexo, nível de escolaridade, classe social e residência em lugares próximos uns dos outros. Um desses grupos era composto de jovens em liberdade, estudando e sem apresentar envolvimento com questões criminais ou atitudes violentas. Já os demais, com indivíduos em estado de privação de liberdade, apreendidos ou presos pelo cometimento de atos infracionais ou crimes (conforme a idade), mas também com diferenciação entre si, constituindo-se em subgrupos. O primeiro subgrupo, dos que praticaram ações como roubos, receptação, ou seja: de ordem mais delincente. O segundo subgrupo, dos que cometeram atitudes criminais de caráter mais brutal, como homicídios.

Assim, ROLIM aplicou uma diferenciação-chave para a compreensão do fenômeno ao se perguntar o porquê de, mesmo entre os jovens do segundo grupo, que aderiram ao mundo do crime, fazendo dele inclusive o seu meio de sustento, nem todos desenvolveram a propensão ao cometimento de atos de violência ou brutalidade. Seu objetivo, com esse esforço, era o de “identificar o nível de disposicionalidade violenta entre os grupos do estudo e, dessa forma, quais os indivíduos mais afetados” (ROLIM, 2014, p.19). Ele classificou a experiência de “grupos pareados”.

Antes de ir às observações, é preciso conhecer a disposição teórica, tida como hipótese da tese de ROLIM, para assim clarear as possibilidades que ele vislumbrou ao realizar a experiência de seu projeto. Com suas palavras:

Ao tratar a disposicionalidade violenta como variável, assumimos a possibilidade de medi-la, o que significa também lidar com o pressuposto de que há pessoas com maior propensão à violência: vale dizer, pessoas que, por conta de arranjos sociais e de experiências determinadas, para além das importantes diferenças biológicas e genéticas, foram ao longo de suas vidas mais expostas à disposicionalidade violenta. Tal propensão não deve ser compreendida como condição suficiente para as práticas violentas, mas é provável que seja a condição necessária para pelo menos um tipo de violência, aquele que se materializa na ausência de provocações de qualquer tipo e que denominamos “violência extrema” (ROLIM, 2014, p.18).

Em resumo, ROLIM busca a origem mais profunda e primaz, “na ausência de provocações de qualquer tipo”, daquilo que conduz a alguns indivíduos para a realização de ações violentas. Ele julga que essa gênese se encontra na quantificação de níveis de disposicionalidade violenta a que esses indivíduos que praticam violência “sem propósito” foram expostos “ao longo de suas vidas”. Disposicionalidade violenta, então, para o pesquisador é uma variável, ou seja, algo que pode ser medido, aferido, contabilizado e que atua em contexto coletivo sobre a vida dos sujeitos, interagindo, reproduzindo-se, modificando, treinando e conduzindo ao ato violento. É importante ressaltar que a vontade de um indivíduo não é desprezada como componente da disposicionalidade violenta, porém deve ser tomada em análise estando em correlação com a coletividade do treinamento violento, porque submetida e condicionada, ao menos parcialmente, ao coletivo.

Valendo-se de contribuições sociológicas para a criminologia, ROLIM (2014, p.19) nomeou quatro campos etiológicos, ou o “modelo causal”, que poderiam ser tomados como elementos para a “aferição” teórica da disposicionalidade para a violência extrema, identificados nas respostas daqueles jovens questionados em grupos específicos, mesmo sendo eles de realidades aparentemente próximas. Os campos etiológicos: “brutalização, socialização familiar, socialização escolar e socialização comunitária”. Conforme o indivíduo, com suas especificidades, é submetido ao que se processa dentro desses quatro campos originários de socialização, e conquanto maior for o nível de violências verificado neles, mais elevadas as probabilidades de que venha a se predispor à realização de ações de cunho violento. Ações tão intensas quanto for a intensidade de sua experiência sofrida, embora esta última não se constitua em um determinismo obrigatório, mas “numa condição necessária à violência” (ROLIM, 2014, p.18).

Em outras palavras, ROLIM afirma, autorizado pela teoria sociológica contemporânea, que os indivíduos violentos agem conforme as condições de socialização em que foram formados e que...

[...] a ação, como atributo humano, realiza-se no âmbito das práticas corriqueiras, possuindo uma natureza, portanto, pré-reflexiva. [...] o sistema deliberativo – pelo qual os agentes tomam decisões refletidas – é caracteristicamente lento, dando conta de um tipo particular de respostas; enquanto o sistema prático é ‘rápido, automático e largamente inconsciente’ (VAISEY, 2009:1683)” (ROLIM, 2014, p.20).

Dessa forma, a brutalização, a socialização familiar violenta, a socialização escolar violenta e a socialização comunitária violenta, produziriam uma espécie de “treinamento violento” dos indivíduos, de suas capacidades cognitivas e operativas intelectuais, bem como de suas premissas de ação em sociedade, ocasionando que seu “sistema prático” atue de forma “automática” e “inconsciente”, como que numa reação instintiva, muito antes de qualquer possibilidade de reflexão lógica e racional, para a execução de atitudes de violência. Isso, em tese, seria a origem, a etiologia da disposicionalidade violenta dos jovens.

Antes, porém, de se prosseguir, é preciso que se especifique sinteticamente o que ROLIM escreveu acerca de cada um dos campos etiológicos que compõem a base mensurável da disposicionalidade violenta.

A “brutalização” (ROLIM, 2014, p.99) é a ação de tornar o ambiente em que se forma o indivíduo jovem tão extremamente desagradável e violento, a ponto deste não reconhecer outras formas de sociabilidade senão aquelas ditadas por aquele contexto perverso.

A “socialização familiar” diz respeito à maneira como as famílias, impactadas pela estrutura social, estabelecem ou deixam de estabelecer informalmente o controle social sobre os filhos. ROLIM (2014, p.100) afirma que quanto maiores e duradouros forem os vínculos afetivos, disciplinares e presenciais dos pais sobre os filhos, menores as chances destes últimos em optarem por ações de cunho criminal e violento. Inversamente, pais alcoólatras, condenados criminalmente, com disciplina errática ou que rejeitem os filhos, tendem a constituir famílias onde os filhos estarão mais propensos à delinquência.

No entanto, é necessário que se especifique que no texto de ROLIM (2014, p.101) não reside uma noção moralista acerca das ações paternas/maternas. Pelo contrário, há a conclusão de que os contextos econômicos e sociais aos quais pais e mães estão submetidos é que podem lhes conduzir, por exemplo, ao desemprego, à separação ou a cometimento de crimes, impondo que tenham atitudes hostis ou desconexas (erráticas) para com os filhos e, desta for-

ma, ocasionando o que já foi citado, a disposicionalidade da prole aos fatos violentos. Inclusive, com a prática de crimes e a estigmatização criminal podendo ter efeitos por mais de uma geração, ocasionando uma relação criminogênica “hereditária”, não no sentido genético/biológico, mas de transmissão social de pai para filho, sobretudo *do pai para o filho* (sexo masculino), confluindo para o que ZALUAR havia, segundo SILVA. F (2014) denominado de *etos* guerreiro entre jovens rapazes.

Destaque-se que entre os itens apresentáveis dos filhos, mais especificamente os do sexo masculino, quando criança, que denotam uma socialização familiar que pode conduzir à delinquência, estão o comportamento antissocial e irritadiço e a transgressão disciplinar constante. Comportamentos, aliás, que se perpetuam no espaço escolar e pelo futuro. E que, além de encaminharem à delinquência, levam grande parte desses jovens a não terem estabilidade empregatícia, emocional e conjugal, perpetuando o ciclo de famílias de socialização para violência e o crime (ROLIM, 2014, p.103).

Outro item a ser considerado em socialização familiar é com relação à pobreza e famílias numerosas, que tenderiam a afrouxar a capacidade disciplinar e presencial dos pais sobre a vida dos jovens, conduzindo-os à prática criminal. No entanto, conquanto as famílias consigam exercer controle disciplinar e relações sólidas afetivas e de cuidados, não necessariamente levam os jovens à violência, explicando porque, no caso da pesquisa em grupos desempenhada por ROLIM, alguns jovens – que em termos de classe social eram idênticos aos que estavam em situação de privação de liberdade – não optaram pela criminalidade e/ou pela violência. E, mesmo entre os que “escolheram” pelo crime, o porquê de não chegarem ao estágio brutal, como a prática de homicídios.

No caso da “socialização escolar”, ROLIM atribui papel fundamental à escola no quesito do controle disciplinar, por ser a escola parte interessada em disciplina e pelo fato dos professores, pelas condições do ofício docente, terem meios mais eficientes de identificarem situações de quebra disciplinar por parte dos alunos. Também porque a escola tem o poder de instituir punições. Ele afirma: “Há um conjunto muito amplo de evidências para a ideia de que quanto maior for o vínculo com a escola, menor será o envolvimento dos jovens com a delinquência” (ROLIM, 2014, p.102).

Portanto, conclui que o fracasso escolar do jovem (crianças e adolescentes inclusos) é diretamente ligado à delinquência, e que a socialização escolar depende do campo anterior, ou seja, da socialização familiar. Quanto maiores forem os dilemas familiares, como pais alcoó-

latras, mudanças constantes de endereço, tanto será o insucesso escolar e o encaminhamento dos jovens à delinquência, devido à falta de monitoramento da família sobre as atividades educacionais, sobre a capacidade de planejamentos de vida de longo prazo e da impossibilidade de construção razoável de perspectivas de futuro.

Por fim, no campo da “socialização comunitária”, ROLIM (2014, p.102) desmonta a tese das “más companhias” ao alertar que os estudos demonstram que os jovens propensos à atividade delinquente se associam a outros com a mesma predisposição por interesses previamente compartilhados, mas não se tornam criminosos por causa dos pares de mesma categoria. Não são as companhias as responsáveis pela disposicionalidade violenta. É processo que se desencadeou anteriormente à formação de grupos marginais.

Aqui é importante retomar a discussão iniciada no subcapítulo 2.3, quando se informou que muitos jovens que adentraram ao tráfico de drogas e à criminalidade em geral, em Taio-beiras, se iniciaram pelas mãos de traficantes adultos que os “adotaram” ainda crianças, em face de sua pobreza e falta de opções de lazer e projetos de vida, na primeira década do século XXI. Fazendo um raciocínio comparativo com a afirmativa de ROLIM, pode-se chegar à conclusão de que não foi a convivência com iguais que levou esses jovens taiobeirenses à delinquência. No entanto, a socialização familiar, marcada pela incapacidade disciplinar e de controle, que deixou esses jovens à deriva, nas ruas e fundões dos bairros periféricos, que os ligou afetivamente ao adulto-traficante, o qual substituiu o papel paterno-materno, treinando-os para a violência e o crime.

Por sua vez, é importante reconhecer que o papel paterno-materno ausente, insuficiente ou meramente violento, conforme já mencionado, é também condicionado processualmente pela estrutura social, aí incluída a divisão de classes, a ausência do Estado e as implicações de ordem cultural e educacional na sociedade.

Assim, conclui-se com o conceito de *habitus*, que ROLIM (2014, p.19–20) recuperou de Pierre Bourdieu, para especificar o resultado da pesquisa sobre a etiologia (origem) da disposicionalidade violenta dos jovens. O *habitus* seria um itinerário de vida que o indivíduo desenvolve, devido às condições em que foram formados seu caráter e sua prática. Esse indivíduo atua em sua conformidade, ainda que possa modificá-lo em parte, mas sob o peso de seus limites. Em outras palavras, o *habitus* é a forma durável, o *hardware* cognitivo-social do indivíduo, que estrutura suas formas de “pensar e agir”. Esse *habitus*, que neste caso é um *habitus* violento, segundo ROLIM, não é “eterno ou imutável”, mas um “um princípio não escolhido

de todas as escolhas” (BOURDIEU, 1990 *apud* WACQUANT, 2007 *apud* ROLIM, 2014, p.21), ou seja, é o modo violento de ação de indivíduos jovens que se formaram como seres humanos em campos de socialização violenta.

Afirma ROLIM sobre a disposicionalidade violenta dos jovens e *habitus* violento, ou como se formam os jovens violentos:

Ela corresponde a um conjunto de esquemas individuais de percepção e ação que foram construídos socialmente a partir de experiências concretas vividas pelos agentes e estruturadas pelas respostas por eles oferecidas a situações específicas e estruturantes. Neste sentido, a disposicionalidade violenta poderia ser compreendida com um *habitus* violento, mais do que isso, também um “campo” violento, para usar a nomenclatura de Bourdieu (ROLIM, 2014, p.21).

A teoria da disposicionalidade violenta de ROLIM trás a esta pesquisa uma noção que excede os limites hipoteticamente construídos no projeto de pesquisa. Para além de jovens como meros receptores ou não de políticas públicas e programas sociais, como se supunha, ou seja, de passivos cidadãos à espera de ações externas. Essa teoria permite perscrutar as relações de socialização na qual esses indivíduos “nasceram”, literal e socialmente, como sujeitos humanos e sociais, bem como favorece a análise do quanto as relações primeiras de suas existências contribuíram para a consolidação de suas propensões ao universo trágico que acabou por lhes vitimar a vida. E, ainda, a par dos campos etiológicos que se somam à quantificação da disposicionalidade violenta, ajuda a entender as falhas de determinadas políticas públicas – e programas sociais – sobre o Grupo de Vítimas da pesquisa, objetivo inicialmente proposto.

3.3 O Mapa da Violência e a juventude

Julio Jacobo Waiselfisz realiza pesquisas sobre violências no Brasil e reúne essas informações, anualmente, desde 1998, num documento denominado *Mapa da Violência*. Como o projeto que resultou nesta dissertação trouxe como delimitação o período temporal de 2013 a 2016, tomou-se a publicação do Mapa da Violência desse quadriênio como base de dados. Mais especificamente, a série de mapas da violência de 2013 e 2014 focaliza principalmente nos jovens brasileiros. Os demais, de 2015 e 2016, também trazem dados substanciais sobre a juventude. Espera-se com essas leituras, demonstrar estatisticamente o quanto a juventude é vítima de um sistema complexo que dela se serve, insere-a na delinquência e a descarta através de múltiplas violências, sendo os homicídios a principal. E, dentre a juventude, os jovens negros e pobres como o contingente maior de agredidos.

O objetivo, neste subcapítulo, não é o de buscar causas dos dados descritos por WAISELFISZ nos mapas da violência, porque se subentende que o esforço teórico, proporcionado pelas leituras dos diversos autores e trabalhos tomados como fontes interpretativas para esta dissertação, caminha nesse sentido. Os mapas da violência, mais especificamente o de 2013, que se fixa na violência que atinge a juventude, servem como complemento ilustrativo do quadro em que se insere a realidade dos jovens tomados como objeto deste estudo de caso.

WAISELFISZ (2013, p.6), ao realizar um balanço de 15 anos da série de mapas da violência que organizou, faz um balanço de como se situavam os principais indicadores medidos em seu trabalho, relativos ao início dos trabalhos (1996) e até o momento em que escrevia (2011). São os seguintes:

A taxa de homicídios da população total, que em 1996 – últimos dados desse primeiro mapa – era de 24,8 por 100 mil habitantes, cresceu para 27,1 em 2011. **A taxa de homicídios juvenis, que era de 42,4 por 100 mil jovens foi para 53,4.** A taxa total de mortes em acidentes de transporte que em 1996 era de 22,6 por 100 mil habitantes cresceu para 23,2. **A dos jovens, de 24,7 para 27,7.** Também os suicídios passaram de 4,3 para 5,1 na população total **e entre os jovens, de 4,9 para 5,1** (WAISELFISZ, 2013, p. 6, grifo nosso).

Ele conclui que não há o que comemorar, uma vez que praticamente todos os números oscilaram para cima. No campo específico da juventude, a taxa de homicídios e as mortes em acidentes de transporte, todas subiram em tendência bem maior do que as da população geral, em grupos de 100 mil pessoas. Apenas o item relativo aos números de suicídios, embora também tenha se elevado na série histórica, manteve-se igual, ao final, entre juventude e população total, com tendência maior de alta entre todas as pessoas, juntas, do que entre os jovens, em particular.

No entanto, a conclusão antecipada por esses dados é a de que, a despeito de nesse período o país ter passado de um modelo político de condução totalmente neoliberal (1996), para uma economia com forte presença da atuação do Estado como gestor de políticas públicas sociais e de redistribuição de renda (2011), o quadro da violência não se alterou no sentido da diminuição dos índices – exceto entre 2004 e 2005, como consequência da campanha do desarmamento –, mas pelo contrário, eles aparentam não terem se deixado afetar pela política social, mantendo a tendência de crescimento. E, tragicamente, tendo a juventude como maior destinatária de agressões fatais.

É importante destacar a informação de WAISELFISZ (2013, p.12) de que a taxa total de mortalidade violenta da população brasileira, apesar do pouco a comemorar, regrediu curta-

mente de 631 pessoas em 100 mil habitantes, no ano de 1980, para 608 em 2011. Esse sutil declínio permitiu melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano e naquele que mede a expectativa geral de vida da população nacional. No entanto, ele alerta para o descolamento da juventude em relação ao resto da população, afirmando que há “novos padrões da mortalidade juvenil”. Em termos numéricos, em linha contrária ao do restante, “a taxa de mortalidade juvenil” teve “leve aumento, passando de 127 em 1980 para 136 por 100 mil jovens em 2011”.

Para explicar “os novos padrões da mortalidade juvenil”, WAISELFISZ (2013, p.13) recorda historicamente que há seis décadas, as causas principais de morte de jovens eram epidemias e doenças infecciosas, enquanto que, no presente, elas mais decorrem do que se convencionou denominar nos meios técnicos de “causas externas”. Sendo estas, principalmente, acidentes de trânsito, homicídios e suicídios, ou seja, as mortes violentas.

Pelos três tipos de “causas externas” mais verificadas entre os motivos de mortalidade juvenil no Brasil, pode-se inferir que a juventude é destinatária principal, também para as tragédias da violência, dos avanços das relações sociais capitalistas, conforme já se detalhou em outras referências bibliográficas tomadas como embasamento teórico nesta dissertação, a saber: a) acidentes de trânsito: relacionados à ampliação da frota veicular nacional e do acesso a esses meios de transporte por conta do crédito para a obtenção desses bens, além da tendência juvenil à aventura e ao não dimensionamento real de riscos; b) homicídios: em relação ao tráfico de drogas e a outras atividades criminais e de delinquência, os quais se fortalecem com a interiorização dos modelos societários próprios das feições globalizantes que o sistema capitalista assumiu nas últimas décadas, após a queda do Muro de Berlim; e c) suicídios, muito em conta do processo de individualização da sociedade e da quebra dos antigos padrões de sociabilidade.

Mas, o fato central, é que as “causas externas” aferidas pelos setores técnicos das autoridades de saúde, seguindo as normas de catalogação da OMS, é que elas atingem principalmente a faixa etária da juventude, demonstrando que essa faixa geracional possui em si elementos culturais latentes que se interconectam com as problemáticas que conduzem à violência e ao extermínio. E, conforme já ficou patente em muitos dados, e ficará mais ainda quando se observarem o Grupo de Vítimas e o Grupo Espelho desta pesquisa, as especificidades da geração “juventude”, no tocante à violência, não excluem as características de classe social, racial e de gênero. É, pois, entre os jovens pobres, negros e do sexo masculino, onde se processam com

maior intensidade as “causas externas” que culminam por ceifar as vidas de muitos dentre essas pessoas.

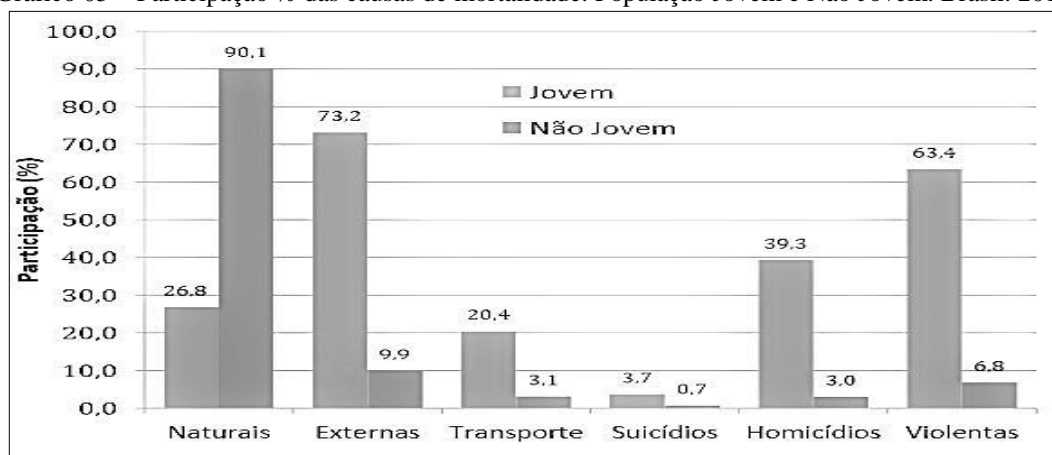
Ainda sobre as “causas externas” e sua preponderância crescente sobre o total de mortes de jovens, leia o que escreveu WAISELFISZ:

Em 1980 as causas externas já eram responsáveis por pouco mais da metade – 52,9% – do total de mortes dos jovens do país. Já em 2011, dos 46.920 óbitos juvenis registrados pelo SIM, 34.336 tiveram sua origem nas causas externas, fazendo esse percentual elevar-se de forma drástica: em 2011 quase 3/4 de nossos jovens – 73,2% – morreram por causas externas (WAISELFISZ, 2013, p.13).

Apenas a título explicativo, para facilitar o entendimento da citação direta anterior, SIM é o Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (MS), órgão responsável por centralizar e reunir nacionalmente as notificações de mortes ocorridas no país. Notificações originadas desde os Boletins de Ocorrência, passando pelas Certidões de Óbito e Laudos Cadavéricos realizados no Brasil a cada ano. O SIM segue padrões de catalogação utilizados na maior parte dos países do mundo, através do sistema classificatório de morbidade e mortalidade da OMS.

É importante trazer os números para que se compreenda a gravidade e a magnitude estatística do que as chamadas “causas externas” representam para o total de violências que atinge e ceifa a vida dos jovens.

Gráfico 05 – Participação % das causas de mortalidade. População Jovem e Não Jovem. Brasil. 2011



Fonte: Fonte: SIM/SVS/MS/Mapa da Violência 2013.

Entre os não-jovens, que segundo WAISELFISZ seriam toda a população fora da faixa de 15 a 24 anos de idade, pois quando escreveu esse estudo ainda não estava em vigor o Estatuto da Juventude que classifica jovens como pessoas entre 15 e 29 anos de idade, dos 90,1% que vieram a óbito em 2011, morreram de causas naturais. Enquanto que para os jovens, apenas 26,8%, naquele período, pereceram desse tipo de morte. Já as causas externas, aquelas que

englobam motivações violentas como acidentes em transporte, suicídios e homicídios, dos não-jovens, apenas 9,9% faleceram delas, enquanto que os jovens representam 73,2%. Quando se discriminam essas causas por itens específicos, se observará que a “causa externa homicídio” é a que mais mata jovens, totalizando 39,3% nessa faixa.

Para ficar em apenas um número, por si só assombroso, o percentual de jovens vítimas de homicídio no Brasil, entre 1980 e 2011, por grupo de 100 mil, de acordo com os dados coletados por WAISELFISZ (2013, p.18) é de 209,5%, enquanto que para a população em geral, também alarmante, é de 109,6%.

As palavras escritas por WAISELFISZ sobre os números da mortalidade brasileira, de causas externas, em contraposição aos maiores conflitos bélicos do mundo:

Os 12 maiores conflitos — que ocasionaram 81,4% do total de mortes diretas no total dos 62 conflitos — vitimaram 169.574 pessoas nos quatro anos computados. No Brasil — país sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamentos religiosos, raciais ou étnicos, conflitos de fronteira ou atos terroristas, foram contabilizados, nos últimos quatro anos disponíveis — 2008 a 2011 — um total de 206.005 vítimas de homicídios, número bem superior aos **12 maiores conflitos armados acontecidos no mundo entre 2004 e 2007**. Mais ainda, esse número de homicídios resulta quase idêntico ao total de mortes diretas **nos 62 conflitos armados desse período, que foi de 208.349** (WAISELFISZ, 2013, p.21, grifo do autor).

Comparativamente, se tomados países em áreas de guerra declarada, como o Iraque, o primeiro a figurar nessa lista, se verá que naquele país, entre 2004 e 2007, anos mais duros de seu conflito bélico, a taxa percentual de mortes de sua população geral, em grupo de 100 mil pessoas, ficou em 36,6%, enquanto que no Brasil, é de 27,4% para o período de 2007 a 2011. Maior do que os doze países mais populosos do mundo, parecido apenas com o índice mexicano, de 22,1% de homicídios para grupo de 100 mil.

[...] em julho de 1993 aconteceria a Chacina da Candelária, quando policiais abriram fogo contra um grande número de crianças que dormia no entorno da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Morrerem oito crianças e adolescentes entre 11 e 19 anos de idade. No Brasil de 2011 o SIM registrou 18.436 jovens assassinados: 51 a cada dia do ano. Isto é, acima de oito Chacinas da Candelária diária (WAISELFISZ, 2013, p.22).

Daí que se conclui que o Brasil vive guerra não declarada, atroz, verdadeira guerra civil, na qual as maiores baixas ocorrem entre os jovens e, destes, entre os mais pobres e os negros. Os números demonstram uma guerra geracional, de classe e racial. O Brasil é uma sociedade estruturalmente violenta, muito embora hipnotizada por ideologias históricas de que se trata de um povo cordial, hospitaleiro e gentil. Ideologia ou ilusão, as quais não encontram respaldo na realidade dos fatos e dados.

Com relação específica à violência contra jovens, no tocante à raça/cor, para confirmar que a juventude negra, aí incluídos os pardos e não-brancos, WAISELFISZ (2013) afirma:

Podemos verificar que na no conjunto da população: número de vítimas brancas caiu de 18.867 em 2002 para 13.895 em 2011, o que representou um significativo decréscimo: 26,4%. **Já as vítimas negras cresceram de 26.952 para 35.297 no mesmo período, isto é, um aumento de 30,6%%.** Assim, a participação branca no total de homicídios do país cai de 41% em 2002 para 28,2% em 2011. **Já a participação negra, que já era elevada em 2002: 58,6% cresce mais ainda, vai para 71,4%.** Com esse diferencial a vitimização negra passa de 42,9% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 42,9% mais vítimas negras que brancas – **para 153,4% em 2011, num crescimento contínuo, ano a ano, dessa vitimização** (WAISELFISZ, 2013, p.83, grifo nosso).

Os números revelam que as “causas externas” de mortalidade, principalmente no quesito homicídios, atingem elevadamente toda a população negra do país, descortinando o caráter racial da violência brasileira. No entanto, subtraídos os jovens desse conjunto populacional, é que se notará o quanto essa faixa é ainda mais cruelmente sacrificada. Conforme WAISELFISZ (2013):

Já na população jovem, a de 15 a 24 anos de idade, a evolução é semelhante, mas acontece de forma bem mais intensa: número de homicídios de jovens brancos cai de 6.596 em 2002 para 3.973 em 2011: queda de 39,8%, bem maior que a do conjunto da população que foi de 26,4%. Já as vítimas negras entre os jovens cresceram de 11.321 para 13.405, isto é, um aumento de 24,1%. Assim, a participação dos jovens brancos no total de homicídios juvenis do país cai de 36,7% em 2002 para 22,8% em 2011. Já a participação dos jovens negros, que já era muito elevada em 2002: 63% cresce ainda mais, indo para 76,9%. **Com esse diferencial de ritmos, a vitimização de jovens negros passa de 71,6% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 71,6% mais jovens negros que brancos – para 237,4% em 2011,** maior ainda que a pesada vitimização na população total que nesse ano foi de 153,4% (WAISELFISZ, 2013, p.85, grifo nosso).

Como se subtende que entre a população negra brasileira, há um contingente maior de pessoas em situação de pobreza e risco social, daí se denota o quanto o ambiente social, a periferia e os contextos socioeconômicos atuam nos cenários que possibilitam a ocorrência da violência entre as pessoas. E, do todo dessas pessoas, ceifando principalmente os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e geracional.

Também a questão de gênero é observada no quesito das causas externas de violência. De acordo com WAISELFISZ:

Os estudos existentes coincidem na afirmação de que a vitimização homicida no país é notada e fundamentalmente masculina. A feminina só representa aproximadamente 8% do total de homicídios, mas com características bem diferenciadas da mortalidade masculina (WAISELFISZ, 2013, p.69).

É preciso destacar, porém, que as jovens mulheres sofrem com a violência de caráter tipicamente relacionado à cultura patriarcal, machista e misógina vigente no país, ou, nas pala-

bras de WAISELFISZ (2013, p.76–77): “Em 43,4% dos casos, o agressor foi o parceiro ou ex da vítima (na faixa de 30 a 39 anos de idade, essa proporção se eleva a 70,6%)”, e continua: “Esses dados permitem inferir a forte carga doméstica desse tipo de violência contra a mulher, que atinge sua máxima expressão, [...] entre os 15 e os 37 anos de idade da mulher”.

WAISELFISZ (2013) também corrobora o que ENDLICH & FERNANDES (2014) depois convencionaram como “aumento da violência nas pequenas cidades”. Segundo ele, de 2000 a 2011, ocorreu um movimento de interiorização dos números de violências provocadas pelas “causas externas”, migrando das regiões metropolitanas para cidades de porte médio e pequeno, muito por causa da correlata interiorização dos mesmos elementos que antes estavam acessíveis apenas nas grandes cidades, como o tráfico de drogas e o acesso a veículos automotores.

Por conclusão, WAISELFISZ (2013, p.93–96) aponta como entraves institucionais que corroboram para a manutenção dos elevados índices de violência no país, os seguintes itens: “cultura da violência”, “impunidade” e “tolerância institucional”. Segundo ele, ao contrário do que se supõe, de que os números de violência, notadamente os de homicídios, decorrem do tráfico de drogas e do crime organizado, a maior parte das agressões e mortes no país se origina de motivações fúteis, discussões de caráter impensado e atos irresponsáveis, a demonstrar uma cultura de violência internalizada na sociedade brasileira. A impunidade também é fator chave para que os números superem os de países em conflito declarados e guerras. Afirma:

O índice de elucidação dos crimes de homicídio é baixíssimo no Brasil. Estima-se, em pesquisas realizadas, inclusive a realizada pela Associação Brasileira de Criminalística, 2011, que varie entre 5% e 8%. Esse percentual é de 65% nos Estados Unidos, no Reino Unido é de 90% e na França é de 80% (WAISELFISZ, 2013, p.95).

E, para negativamente coroar, há “limites culturalmente permitidos e tolerados de violência [...] de indivíduos e instituições [...]; tolerância que naturaliza e até justifica [...] violência silenciosa e difusa com os setores vulneráveis da sociedade” (WAISELFISZ, 2013, p.96).

Em síntese, os dados do conjunto da série de mapas da violência de 2013 a 2016, revelam que ser jovem, negro, pobre, de ambos os sexos, mas com predomínio do masculino, no Brasil, é um convite a fazer parte das estatísticas violentas, com forte destaque para a vitimização por homicídio.

3.4 Relatórios de CPIs correlatas à juventude

Entre os anos de 2000 e 2015, três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) foram instaladas, uma na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), outra no Senado da República e, uma terceira, na Câmara Federal, para apurarem temas relativos ao tráfico de drogas e ao extermínio de jovens pobres e negros. Ambos os temas tratados nas três CPIs versam sobre o objeto desta pesquisa e dissertação, por isso foram tomados como referência.

O tráfico de drogas, para além do problema puramente criminal, promove uma série de consequências sociais que afetam a saúde, a vida e a dignidade da juventude. O extermínio de jovens – e jovens negros, pelo tráfico ou pelos agentes policiais do Estado, por si só se converte em escândalo societário que demanda investigação, análise e construção de forças que debelem tal mal.

Neste subcapítulo, o objetivo é observar e apontar o contexto histórico em que tais CPIs ocorreram, os principais resultados que alcançaram e o desenho de concepções e/ou soluções, em matéria de compreensão dessa realidade, em particular, e de políticas públicas, no geral, que terminaram por suscitar e legar.

A CPI mineira do narcotráfico se instalou em face de denúncias de influência de traficantes renomados, como Fernandinho “Beira-Mar”, no sistema judiciário-policial-prisional de Minas Gerais, já naquela época revelando a apropriação das instituições de Estado pelo crime organizado. A comissão logrou realizar uma varredura nas instituições estaduais e na sociedade, descortinando o comprometimento dessas esferas pela modalidade criminal do tráfico de drogas, inclusive demonstrando cabalmente o quanto ela agredia a juventude mineira.

No Senado da República, mais de uma década depois, a CPI se desenrolou em 2015:

[...] para investigar o assassinato de jovens no Brasil. A ideia foi identificar as causas e os principais responsáveis pela violência letal que assaca nossa juventude, a fim de criar mecanismos para prevenir e combater este grave problema. A necessidade de se deflagrar a investigação foi apontada pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e por diversos movimentos sociais, que, ainda em 2013, já alertavam para o massacre da população de jovens negros no País. [...] Importante salientar que a vitimização apresenta padrões particulares: 53% das vítimas são jovens; destes, 77%, negros e 93% do sexo masculino (BRASIL. Senado, 2015, p.4–5).

Essa CPI, originalmente, alertou em seu relatório para aquilo que a série de mapas da violência de WAISELFISZ já estampava em suas páginas, no entanto, com o diferencial de apresentar tais dados na vitrine privilegiada do Parlamento brasileiro, bem próximo ao centro decisório de políticas públicas da Nação. No entanto, em 2015, o país já aparentava a onda de

polarização política que culminaria por instalar no Planalto um governo altamente regressivo em matéria de direitos humanos, no ano seguinte, 2016.

Entre as informações do relatório, conforme a citação direta acima deixa revelar, além do número de homicídios no Brasil ser idêntico ou mais elevado do que em países localizados em zonas de guerras declaradas, as maiores vítimas desse tipo de agressão violenta são os jovens, dentre esses, a maioria é de jovens negros e, por fim, mais elevado entre jovens e negros, a mortalidade dos jovens do sexo masculino. Fica explícito que há no Brasil um genocídio da população jovem, negra, pobre e masculina, fruto da segregação social, do racismo estrutural e daquilo que ZALUAR (1994) e ROLIM (2014), classificam respectivamente de *etos* guerreiro masculino e *habitus* violento.

De fato, o que a CPI do Senado sobre assassinato de jovens mais elucidou é que os homicídios ocorridos na faixa etária, grupo racial e conjunto de gênero citados acima são resultado da ação extralegal do Estado. Quer através de suas forças policiais que atuam apenas em repressão, e repressão aos pobres; quer na ausência ou ineficiência de políticas públicas de inclusão social. Fica claro que os princípios constitucionais de direito à vida, igualdade perante a lei, não-discriminação racial e responsabilidade pelo desenvolvimento humano adequado de todos os cidadãos brasileiros passam distantes ou despercebidos das instituições que deveriam zelar pelo combate à mortalidade de seus cidadãos mais vulneráveis. Automaticamente considerados, através do racismo estrutural, como os suspeitos preferenciais do tráfico de drogas e da prática de outras atividades criminais, os jovens negros e pobres das regiões periféricas do país tiveram no relatório dessa CPI um manifesto contra a violência policial que os atinge prioritariamente.

Na Câmara dos Deputados, também em 2015, e com tema análogo ao da CPI do Senado, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito com o tema: *Violência contra jovens pobres e negros*. Essa CPI, em seu relatório, confirmou o que a bibliografia alerta, especialmente os textos sobre violência escritos pela filósofa CHAUI (1999), para a condescendência social brasileira em relação aos homicídios de pobres, especialmente de jovens e negros.

A CPI da Câmara acusa a “cultura da morte e violência” no país (BRASIL. Câmara, 2015, p.12). Guardadas as devidas proporções, a violência não é vista como algo processual embora o seja, mas como algo efêmero, alienígena e extemporâneo, fruto da maldade de uns contra a bondade de outros. O relatório da CPI desnuda esta concepção primária ao demonstrar que estruturalmente a violência está impregnada nas relações sociais brasileiras, no formato da

divisão de classes e no *apartheid* racial que nos foi legado pelos séculos de escravidão. Eis o que está escrito nele:

De acordo com o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS), entre 2001 e 2011, ocorreram 547.490 (quinhentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e noventa) homicídios, vitimando 188.378 pessoas brancas (34,4% do total) e 354.435 pessoas negras (64,7% do total). Entre 2008 e 2011 ocorreram 206.005 homicídios. Isso significa que a média anual é de 51,5 mil ou 141 homicídios diários. Observe-se que os 62 maiores conflitos armados do planeta causaram, entre 2004 e 2007, um total de 208.349 mortes diretas. Ainda de acordo com o SIM/DATASUS, mais da metade (53,3%) dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens, dos quais 71,44% eram negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino. O Balanço de Gestão da Secretaria Nacional de Justiça cita dados de 2012, assim, em 2012, morreram 56.337 pessoas vítimas de homicídio, sendo 30.072 jovens – 53,4% do total. Destes jovens, 71,5% eram negros e 93,4% eram do sexo masculino (BRASIL. Câmara, 2015, p.15–16).

Os números apresentados pela CPI da Câmara corroboram os citados no relatório do Senado e os mapas da violência de WASELFISZ, haja vista que a fonte é a mesma, o SIM/DATASUS do Ministério da Saúde (MS). Mais uma vez destacando o contexto de guerra civil não política no país, muito mais fatal do que as guerras civis ou internacionais no resto do globo. Em estrito senso, não há grupos disputando o poder do Estado brasileiro pelas armas, mas civis se matando, ou sendo mortos por forças estatais (policiais), por conta de uma estrutura cultural, econômica, social e racial propícia a atos de agressão extrema. Enfim, por uma cultura de guerra em estilo de *apartheid*.

Antes de realizar os trabalhos propriamente de investigação do narcotráfico no território estadual, a CPI mineira, ainda que no longínquo ano 2000, buscou técnicos e especialistas para fazer um estudo acerca da discussão necessária sobre o sentido social e cultural do termo e do conceito de drogas na sociedade contemporânea. Discussão que se julgou necessária (e ainda é), justamente para aplainar o caminho da compreensão intelectual e social, muitas vezes submetido a obstáculos, ruídos de desinformação, senso comum e de preconceitos. Resíduos na estrada, os quais mais estigmatizam e vitimizam eventuais usuários – sobretudo os jovens e, dentre estes os pobres e negros – do que contribuem para a elucidação do problema ocasionado pelo tráfico e pela violência, correlatos ao universo dos entorpecentes.

O relatório afirma:

Interessa-nos aqui o conceito da chamada “droga de abuso”, assim definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS): “é uma substância que age nos mecanismos de gratificação do cérebro, provocando efeitos estimulantes, euforizantes e/ou tranquilizantes”. [...] Na verdade, vamos encontrar algumas dificuldades na aplicação dessa lei: o critério que distingue drogas lícitas das ilícitas é arbitrário. Não se leva em conta o dano biológico, porque, se assim fosse, o tabagismo seria ilícito. Tampouco são o dano psíquico ou o dano social que compõem esse critério. Nossa forma de re-

gulação, portanto deve ser repensada (MINAS GERAIS. Assembleia, 2001, p.17–19).

Ao utilizar critérios técnicos e clínicos para caracterizar as drogas e questionar o arbítrio na classificação dessas substâncias químicas quanto ao que é permitido por lei e ao que não é, os deputados mineiros adiantaram em quase duas décadas uma discussão que se processa na atualidade, além de já naquela quadra assinalarem a necessidade de novas formulações legais para dar conta do fenômeno humanitário moderno do uso de substâncias que alteram os mecanismos de funcionamento cerebral.

O que fica implícito naquele citado excerto do relatório da CPI do narcotráfico é o quanto a política pública de combate ao tráfico de drogas se baseia em premissas não técnicas, tornando algo que pertence ao universo da saúde pública, dos conhecimentos medicinais e, mesmo, da cultura como elemento construído socialmente (e, por este motivo, alvo de políticas sociais), um assunto apenas da criminologia e da ação policial.

Evidentemente que não se nega o caráter violento do universo relacionado às drogas. No entanto, o que subjaz no texto é que essa violência, muitas vezes, pode ser ocasionada justamente da forma como o Estado disciplina legalmente as intervenções, propiciando que um negócio capitalista lucrativo se organize nas sombras da informalidade, abocanhando pedaços de poder pertencentes ao mesmo Estado e corrompendo seu escopo e, por consequência, trazendo a vida de milhões de pessoas. Inclusive e, principalmente, de pessoas que deveriam estar protegidas por políticas públicas e programas de caráter social, educativo e de saúde, e não de sistemas punitivos, repressivos e policiais.

O fato é que há que se separar a questão humanitária e de saúde pública demandada pelo fenômeno do abuso de drogas na contemporaneidade da questão criminal, sociológica e econômica do tráfico de drogas. De tal modo que se observe a violência originada em ambos os fenômenos como o inimigo a ser combatido com políticas públicas sociais e de segurança, porém resguardando os indivíduos vulneráveis, aqueles que são infelicitados por se conectarem em ambos os contextos.

Evidentemente que os eixos teóricos nos quais se estruturam o debate acadêmico acerca da violência no Brasil, conforme SILVA. F (2014) foi resenhado no segundo capítulo desta dissertação, ou o “deserto teórico” acerca do que conduz os jovens à disposicionalidade violenta, de acordo com ROLIM (2014), neste capítulo, contribuem para entender os motivos de o Brasil investir mais na guerra contra os usuários de drogas, menos até do que no combate aos

promotores do tráfico, do que em políticas estruturais, que considerem inteligentemente (critério informacional) classe, raça e sexo. Há na guerra ao tráfico de drogas no Brasil uma subalterna visão, porém não marginal, de guerra aos pobres, à periferia e aos fracos.

É como se, ao lado do combate ao tráfico de drogas, valendo-se das forças punitivas do Judiciário, das forças policiais do Executivo e das forças legislativas materializadas em leis rigorosas, o Estado nacional se comporte como o verdadeiro promotor do massacre que os relatórios das três CPIs tomadas neste subcapítulo revelam: um genocídio. Em outros termos, é como se a guerra às drogas, ao tráfico e à criminalidade, fossem também a guerra contra as classes e raças inoportunas ao *establishment*. Ou seja, é um *delenda est Carthago* a quem não se enquadra na ordem política, ideológica e econômica que define o pensamento e as ações das elites da sociedade e do Estado brasileiros.

A julgar por quem morre de homicídio, por quem vai preso e por quem não tem assistência neste fenômeno de uso, tráfico e combate às drogas, os relatórios das CPIs revelam que, na verdade, a guerra é para exterminar essas pessoas: pobres, jovens e negras. É uma guerra que, seja pela omissão da sociedade estabelecida, ou pelo uso apenas do aparato repressivo do Estado, descuidando-se da efetividade de políticas públicas sociais, comprova este julgamento de quem se atém a pesquisar os fatos e os dados.

Fixando num desses relatórios, se se ainda insistir na ideia que prevalece na legislação nacional, um estado de coisas ideal para a repressão e a prevenção ao uso de drogas, para mitigar o poder do tráfico e restringir o uso de entorpecentes, sem atacar os pobres, os negros e os jovens, ocorreria se dadas as condições citadas no seguinte trecho do relatório da CPI mineira:

No valioso ensinamento do prof. Elias Murad, pesquisador que lida há muito tempo com a questão e é hoje referência nacional, “... nessa questão das drogas, acontece como se tivéssemos uma corrente ou canal. Em uma das pontas, temos a oferta da droga, sua produção, o tráfico, a ação dos traficantes, o contrabando. Essa é a oferta. Na outra ponta, temos a demanda, a procura, o uso, os dependentes que pagam pela droga. Evidentemente, enquanto houver demanda, consequentemente, haverá oferta. Portanto, para trabalhar bem essa área e para diminuir o abuso de drogas em nosso meio, temos que, ao mesmo tempo, reprimir a oferta – e esse trabalho é tipicamente policial e vem sendo realizado há muitos anos pela Polícia Federal, pelas polícias estaduais e pelos órgãos de fiscalização – e, na outra ponta, procurar reduzir a demanda. Como é que conseguiremos reduzir a demanda? Com um trabalho profundo de prevenção” (MINAS GERAIS. Assembleia, 2001, p.31–32).

Mas, note que, no trecho que trata da questão de “repensar nossa regulação” (MINAS GERAIS. Assembleia, 2001, p.19) para encarar o problema do “abuso de drogas”, e ainda seguindo um caminho razoavelmente correto, de “repressão e prevenção”, o destaque maior do especialista entrevistado pela CPI, inclusive digno de nota no relatório final, atém-se mais ao

caráter repressivo do que na segunda parte, a da prevenção. Provavelmente porque demandaria maiores esforços na formulação, desenvolvimento, destinação orçamentária e execução de políticas públicas, as quais, por certo, deveriam passar por outros setores de governo que não a segurança, como a saúde, a educação e os programas sociais.

Perdoe-se aquela visão antiquada e incompleta da CPI mineira, pois se situava, ainda, no contexto final do século passado. No entanto, quando se observa os relatórios recentes, de 2015, das CPIs afetas no Congresso Nacional, conclui-se que as instituições do Estado nacional pouco avançaram, pelo menos em termos de prática. Em quesitos de concepção, evidentemente, tentativas como a do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) do Ministério da Justiça (MJ) e os programas sociais para jovens, ou a aprovação e promulgação da lei do Estatuto da Juventude, se constituem em ilhas de qualidade no intrincado e burocrático oceano estatal brasileiro.

A contribuição maior da CPI sobre assassinato de jovens no Senado se situa justamente em desmascarar a política de repressão às drogas empreendida no Brasil, revelando seu caráter de correia de transmissão da estrutura de racismo e combate aos pobres no país. Ao invés de solucionar algo que a sociedade julga como fonte de violência: o tráfico de drogas, quer pela veracidade factual, em alguns casos, quer pela indução espetacularizada dos meios de comunicação, conforme já alertaram ENDLICH & FERNANDES (2014), a guerra contra as drogas se traduz em guerra contra uma parcela desde há muito excluída dos elementos básicos de cidadania, e amparando-se no que de mais cruel a sociedade brasileira produziu em seus pouco mais de quinhentos anos de existência. Diz o relatório:

O preconceito em sua dimensão maior, é também reconhecido como racismo institucional. O racismo institucional constitui a forma mais sofisticada e bem-acabada do preconceito, envolve o aparato jurídico-institucional, e está presente em todos os segmentos sociais. Tendo sua existência mais demarcada no plano macro, o racismo institucional é o principal responsável pela reprodução ampliada da desigualdade no Brasil. Estudos realizados nos últimos anos demonstram a perversa existência do racismo institucional, com destaque para as áreas de educação e saúde. O próprio Governo tem expressado o reconhecimento de que a presença do racismo institucional é responsável pela diferença de tratamento e de acesso a serviços públicos para negros e brancos no Brasil. Também no âmbito do judiciário a presença do racismo institucional é visível, seja pelas penas mais rigorosas impingidas aos réus negros, seja ainda pela contumaz desqualificação do crime de racismo por parte da maioria dos juízes. Com efeito, a conduta de revisão da acusação de crime de racismo, imprescritível e inafiançável, reclassificando os delitos como injúria, de penas bem mais brandas é uma prática recorrente entre nossos magistrados (BRASIL. Senado, 2015, p.29–31).

Demonstrado cabalmente o racismo estrutural nessa citação anterior, ainda é preciso des-trinchar como ele atua sobre a mortalidade de cidadãos pobres, jovens e negros no país.

Na ausência de políticas públicas:

As mortes por assassinato da juventude negra estão diretamente relacionadas à ação ou omissão do Estado. De um lado, a proliferação do tráfico de drogas nas comunidades de baixa renda, sobretudo nas favelas, é resultado, em última análise, da falta de segurança pública e da ausência dos órgãos de Estado. Em um ambiente onde a omissão do Poder Público suscita o aparecimento de grupos organizados de traficantes, bem como de milícias, os índices de violência contra a juventude negra atingem o paroxismo (BRASIL. Senado, 2015, p.31).

E na violência dos agentes do Estado, a quem, em última fileira, caberia a defesa dos cidadãos:

De outro lado, o crescimento da violência policial contra esses jovens também é uma chocante realidade. Situações envolvendo a morte de jovens negros, sobretudo aquelas cujas justificativas da ação policial se apoiam nos chamados autos de resistência. Segundo depoimentos colhidos por esta CPI, junto a estudiosos, especialistas e ativistas, o expediente dos autos de resistência tem sido utilizado de forma recorrente pelos policiais para justificar a morte daqueles jovens (BRASIL. Senado, 2015, p.31).

A julgar pelo que o relatório da CPI do Senado expressa nas citações acima, tomar como exemplo e levar em consideração o contexto específico de Taiobeiras, como se verá no capítulo seguinte, mais especificamente no subcapítulo que tem como título “O Grupo de Vítimas”, se notará que os homicídios de jovens apurados na localidade, tratando-se inclusive de jovens do sexo masculino, pardos e negros em maioria, não contou com a ação de órgãos policiais como executores. No entanto, ficará evidente que o item da ausência de políticas públicas de cunho inclusivo para aquele público, por parte dos órgãos e poderes de Estado presentes no município, é sim uma das causas ou motivos da mortalidade daqueles indivíduos.

Ademais, há uma forte percepção social que incentiva a indiferença para com aqueles jovens que morrem vítimas da violência ocasionada pelo tráfico de drogas. Essa indiferença, forte na classe média e naturalizada nas classes pobres, é fruto do medo e da ignorância. Têm-se medo do usuário de drogas, sobretudo se ele for negro e pobre. Ele é confundido com o traficante e com a violência, em si. Justifica-se sua morte como culpa pessoal por ele, como indivíduo, ter “escolhido” a vida que levou. Tal indiferença social tem o caráter de amortecer responsabilidades e de acirrar posições de ódio. Desresponsabiliza os órgãos de Estado de suas obrigações em políticas públicas. Acirra os órgãos de repressão a responderem apenas com a violência das armas.

A ignorância que confunde o jovem pobre e negro com a face do tráfico de drogas, inclusive, é cabalmente desafiada pelo próprio relatório da CPI mineira do narcotráfico. No capítulo em que os deputados relataram as investigações na região de Montes Claros, no Norte de Mi-

nas Gerais, apuraram que os responsáveis pelos negócios da venda de entorpecentes na região eram figuras do meio empresarial, com relações comerciais com os grupos de mídia do estado, portadores de diplomas universitários, donos de lojas, haras, fazendas e agências de locação de veículos, andavam sempre acompanhados de segurança particular com forte aparato em armamentos, além de terem graus de parentesco muito próximo até mesmo com deputados estaduais da própria Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Políticos, os quais, acusados de tentativa de obstrução dos trabalhos da referida CPI. Inclusive, os parlamentares da comissão escreveram que, à época, suspeitaram da promoção de armadilhas para sua desmoralização política e, até mesmo, policial, como o “plantio” de quantidades de drogas em gabinetes, pertencentes de assessores e em residências dos deputados que promoviam as investigações.

No campo das propostas, a CPI mineira do narcotráfico sugeriu o indiciamento de uma grande lista de empresários, políticos e pessoas comuns acusadas de tráfico de drogas. No setor estritamente preventivo e social, sugeriu uma série de medidas que não chegaram a se constituir em elementos de uma política pública. No entanto, figuraram como o primeiro sinal de alerta da sociedade mineira acerca da dramaticidade que só aumentaria nas décadas seguintes. Dentre elas, se destacam: “3. Implementação de programas de preparação de professores e demais agentes que militam na prevenção do uso de drogas...” e “desenvolvimento de projetos de prevenção que se utilizem de recursos culturais, esportivos e recreativos, com participação dos diversos segmentos da sociedade, da escola e da família” (MINAS GERAIS. Assembleia, 2001, p.83–84). Nenhuma palavra sobre destinação orçamentária para a construção de políticas públicas para as jovens vítimas do tráfico.

A CPI da Câmara dos Deputados sobre a violência contra negros e pobres terminou por propor uma série de medidas legais – vários projetos de lei foram apresentados pelos membros da comissão – objetivando coibir o abuso, por partes dos agentes de segurança do Estado, nas abordagens repressivas e nas incursões por territórios de periferia, de modo a resguardar a dignidade das pessoas jovens e negras, principais vítimas de abuso policial, dado constatado nas estatísticas e nos depoimentos colhidos pela comissão.

Já a CPI do Senado terminou por propor um Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, cujo o corpo do projeto de lei argumenta o seguinte em seu artigo 2º:

Art. 2º Fica instituído o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens.
§ 1º As ações do plano devem dar prioridade absoluta à população negra e pobre e à oferta de políticas públicas adequadas e suficientes em seus territórios. § 2º O plano de que trata o caput terá a duração de dez anos e será coordenado e executado, de forma compartilhada, pelos órgãos do Poder Executivo Federal responsáveis pela ar-

ticulação dos programas e projetos de juventude e de igualdade racial, na forma a ser definida em regulamento, tendo como metas: I – Redução do índice de homicídios para o padrão de um dígito por 100 mil habitantes; II – Redução da letalidade policial; III – Redução da vitimização de policiais; IV – O aumento da elucidação de crimes contra vida para 80% dos casos; e V – A implementação de políticas públicas afirmativas nas localidades com altas taxas de violência juvenil. § 3º A partir das diretrizes desta Lei, a União deverá elaborar os objetivos, as ações estratégicas, as metas, as prioridades, os indicadores e definir as formas de financiamento e gestão das políticas de enfrentamento ao homicídio de jovens (BRASIL. Senado, 2015, p.134–135).

A proposta desse plano representa um avanço em relação às demais discussões sobre violência, criminalidade e tráfico de drogas. Ela é um esforço no sentido da construção de um plano nacional, a exemplo do que já ocorre em setores como Saúde, Educação e Cultura, para enfrentar a mortalidade juvenil e racial. Os planos nacionais carregam em si a qualidade de articular as estruturas de governo em torno de metas e de obrigar a alocação orçamentária de recursos, nas três esferas, para a sua efetivação. É um esboço progressista de uma visão de estado, acerca da violência, que supera os debates de mera repressão na política antidrogas. Tem o mérito de conceber os jovens, dentre esses os pobres e os negros, como vítimas de uma conjuntura que favorece a disposicionalidade violenta e, como Estado, se propõe a intervir com política pública fundamentada e não apenas com poder de polícia.

No entanto, na atual quadra regressiva de direitos humanos na política brasileira, o projeto de lei que cria o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens se encontra pronto para votação no Senado da República, desde 09 de março de 2017, após percorrer o caminho burocrático das comissões parlamentares permanentes, mas sem previsão para ser colocado em pauta no plenário da casa.

* * *

Este capítulo privilegiou debater as juventudes, desde a sua conceituação em diferentes campos do conhecimento até o seu envolvimento direto com a temática/realidade das violências. A juventude é uma fase do desenvolvimento humano carregada de ambiguidades, potencialidades e capacidades, diferentes de qualquer outro momento do percurso vital. Contudo, não se pode deslocar o “Ser Jovem” dos contextos sociais, de classe, de gênero, raciais e culturais. No campo da violência, viu-se que os aspectos de classe social, gênero e raciais impactam mais na vitimização dos jovens. No Brasil, a violência dos homicídios escolhe preferencialmente os jovens pobres, negros, do sexo masculino e que vivem na periferia. As políticas públicas de combate à violência devem ser erigidas com foco no combate à pobreza e ao racismo, bem como à agressiva cultura machista que ainda permeia a formação da juventude.

Mãe,

*Todo ser humano tem um destino na vida. Tem uns bons e outros ruins, mais (sic) cada um de nós sempre teve um direito de escolher em qual seguir, e, infelizmente, eu escolhi um caminho onde só nos dá dores e sempre nos causa problemas. [...] Do seu filho * que te ama e sempre vai amar. Fica com Deus.*

** Rapaz vítima de homicídio em Taiobeiras, quando tinha 25 anos de idade, em carta, da cadeia, à mãe.*

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Desde que o ser humano deixou o modo de produção primitivo, através da “divisão social do trabalho”, e organizou-se em civilizações, inventando o Estado e atribuindo a ele o poder de normatizar e regular a vida social, que a definição de política, no sentido de tomada de decisão sobre o “interesse coletivo”, ganhou relevo, ainda que Karl Marx e Friedrich Engels considerem tal interesse uma ilusão, porque desvinculado “dos reais interesses singulares e gerais” da comunidade (MARX & ENGELS, 2007, p.37). Em outras palavras, a política é o processo de tomada de decisões, escolhendo o que fazer e o que não fazer, para quem e como, conforme os interesses das classes sociais melhor posicionadas na escala estrutural de poder, acerca daquilo que interferirá, a pleno gosto ou a contragosto, na vida de todos os membros de uma coletividade: comunidade, cidade, região, nação, etc.

A despeito das diferentes formas que assumiu, enquanto expressão do poder do *homo sapiens*, a política deixou de ser elemento exclusivamente privado, ainda que conduzida por um déspota, tirano – representante da classe dominante, alcançando a esfera pública, pois que é para o povo, o conjunto público, que se vocaciona e dirige. Ao longo da história, mesmo que como linha auxiliar do poder econômico, conforme o pensamento marxista, representando a normatividade dos que exploram os bens e recursos materiais sobre aqueles que são explorados e servem, a política se organizou na produção de leis e no planejamento das ações de Estado, cabendo a ela o papel visível de dirigente dos grupos humanos.

No entanto, a partir dos contratualistas, como Hobbes e Locke, e da filosofia iluminista que surge na passagem da modernidade para o período contemporâneo, quando as multidões se constituíram em cidadãs através das revoluções burguesas e, nos séculos seguintes, por força das doutrinas e revoluções proletárias, passando de súditas a sujeitas de direitos, é que a política assumiu o papel relevante de formuladora e garantidora de benefícios sociais. Concorrer ao controle do Estado, para assumir um governo, passou a significar quais grupos teriam o poder de decidir, planejar e executar os rumos de toda a sociedade, inclusive de quando, como e onde gastar os recursos produzidos coletivamente e acumulados através da arrecadação de tributos e impostos. O sentido mais próximo de política pública se inaugura neste conjunto histórico de fatos.

A emergência política e constitucional dos sujeitos de direitos deu à esfera pública um caráter novo, ou seja, voltado para a garantia, ainda que mínima, do bem estar social coletivo. Nesse contexto, as políticas públicas ganharam *status* e sentido maiores do que o poder de

repressão pela força, que caracterizou todas as experiências de Estado até então. Ainda que tal poder repressivo, quer de defesa externa de um país, quer de segurança pública interna, ou mesmo de controle da hegemonia narrativa imposta a um povo, também vieram a se constituir num tipo específico de política pública.

Como sinal da diversificação de intervenções do Estado e de suas esferas de governo sobre variados setores da vida social, políticas públicas – no plural – passaram a ser sinônimo de ação governativa, quer no disposto em artigos e dispositivos constitucionais e na legislação ordinária, ou nos planejamentos e planos públicos. Em outros termos, política pública é também o conceito desenvolvido sobre algo, um tema, uma especificidade, para depois se materializar em programas a serem dirigidos pelos grupos políticos que se revezam no exercício do poder em uma democracia.

BRANCALEON ET AL (2015) distingue as políticas públicas por conta de duas vocações básicas que as motivam, a saber:

A Política Pública possui dois elementos fundamentais: a) Intencionalidade pública – motivação para o estabelecimento de ações para tratamento ou para resolução de um problema; b) Problema público – diferença entre uma situação atual vivida (*status quo*) e uma situação ideal possível à realidade coletiva (BRANCALEON ET AL, 2015, p.2).

Em ambas as características, elas significam a obrigação e a capacidade da esfera pública de interpretar dados concretos da sociedade, da população e da economia, de planejar, construir projetos, alocar recursos, de executar ações e de avaliar programas feitos com dinheiro do povo. Também significam a condição fundamental ideal sob a qual se ergue o Estado moderno e os governos, a de ordenar situações através de leis específicas, cujo propósito principal é a garantia de direitos a todos ou a categorias de cidadãos, conforme as necessidades inerentes a cada grupo social.

Em resumo, política pública envolve tanto a tomada de decisão do que fazer – inclusive proporcionando participação a setores variados da sociedade, sem poder de Estado, nas decisões políticas – quanto o processo administrativo de gestão de atividades e programas que um governo executa.

Também é necessário destacar que, para além das políticas públicas, os programas sociais, em geral, existem como as expressões concretas de algumas delas, ou como a materialização de determinadas leis. Enquanto que as políticas públicas, ainda que específicas, se situam de forma ampla no caráter conceitual de um determinado tema ou área, instituindo uma lógica de

planejamento e a intersecção de ações, os programas sociais são focados e estritos, atuando diretamente nos alvos de atenção das políticas. Simplificadamente, as políticas públicas têm caráter mais amplo e de longo prazo, podendo até mesmo ser atemporais na substância, como Educação, Saúde e Segurança, enquanto que os programas sociais têm a marca da periodicidade definida, sendo fortemente vinculados à consecução imediata dos objetivos propostos nos planos de ação que os norteiam; embora ambos, políticas públicas e programas sociais, não tenham a capacidade de fugir à cronologia dialética da sociedade humana.

Neste último capítulo, uma política pública, a da Educação (municipal e estadual), e os programas de transferência de renda sob administração do DTASC/CRAS/Taiobeiras, terão maior destaque na análise. Também, os dados do Grupo de Vítimas, do Grupo Espelho e de algumas visões subjetivas dos familiares das jovens vítimas de homicídio em Taiobeiras serão descritos e interpretados à luz da execução de tal política pública, dos referidos programas sociais e da bibliografia que se empregou neste limitado esforço processual da dissertação, de modo a dar uma conclusão ao estudo proposto no projeto de pesquisa.

4.1 Grupo de Vítimas

Originalmente, no projeto, pretendia-se abarcar, para a constituição do Grupo de Vítimas, apenas os dados relativos aos homicídios acontecidos de 2013 a 2016. No entanto, metodologicamente, as informações apuradas até o mês de maio de 2017 puderam ser incluídas, uma vez que até aquela data a pesquisa ainda se encontrava em estágio de coleta de informações. Dessa forma, o projeto de pesquisa se viu alterado em termos de período de abrangência, passando de 2013 a 2016 para 2013 a maio/2017.

Entre o início de 2013 e o mês de maio de 2017, o Sistema Informatizado Eletrônico de Registro de Ocorrências da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais (REDS) registrou vinte e oito homicídios no município de Taiobeiras. Em tal período, o ano com maior número de casos foi 2013: oito vítimas. Em 2014, diminuiu para seis. Já 2015, o menor: três homicídios. Posteriormente, em 2016, houve tendência de aumento, alcançando sete assassinatos. E, embora a pesquisa se atenha, por razões práticas, até maio de 2017, com quatro homicídios registrados nos cinco primeiros meses, sabe-se que foi o ano mais trágico desses informados, de acordo com dados da 11ª RPM (Tabela 01, subcapítulo 2.1), alcançando nove mortes violentas, pela causa externa de homicídio, até 26 de dezembro. Obviamente, por força dos obje-

tivos e problemas traçados no projeto de pesquisa, não se citam aqui outras formas de mortes ocasionadas por “causas externas”, conforme categoria citada por WAISELFISZ (2013, p.13), apenas aquelas descritas pelos dados como “homicídios” e, mais especificamente, correlacionados ao tráfico de drogas na cidade de Taiobeiras.

Ainda acerca de homicídios de jovens, é necessário esclarecer que os dados deste estudo de caso não se encontram desconectados de um fenômeno maior, nacional e até mesmo global, de vitimização de adolescentes e jovens por essa forma violenta de morte. O relatório da OMS “*Prevenindo a violência juvenil: um panorama de evidências 2015*”, traduzido e publicado no Brasil pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP) aponta para a seguinte conclusão:

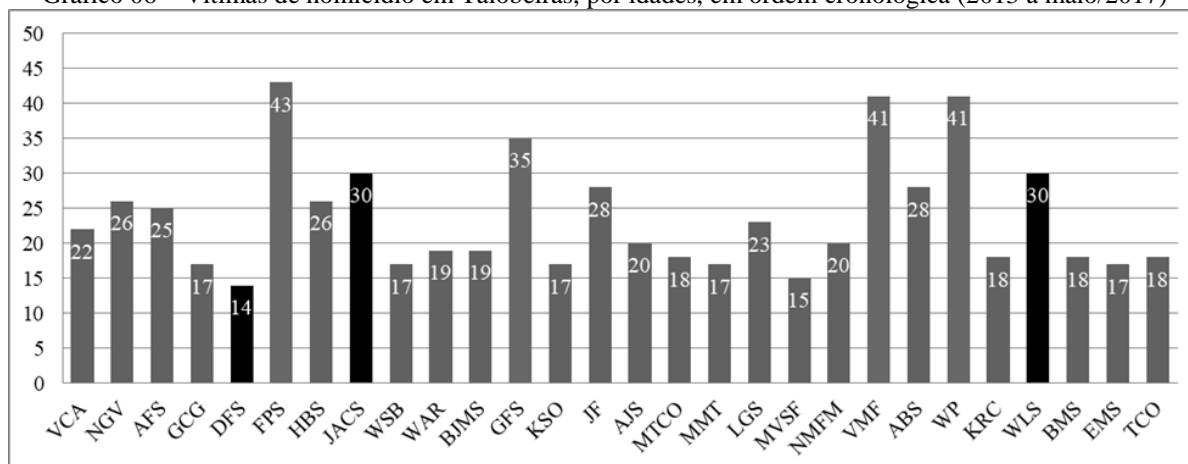
Estima-se em 200 mil o número de jovens entre 10 e 29 anos de idade que são vítimas de homicídio a cada ano. Desse total, 83% são homens, e quase todas essas mortes ocorrem em países de renda média ou baixa. Em termos globais, o homicídio é a quarta principal causa de morte em meio aos jovens (OMS/NEV, 2016, p.6).

Os dados a seguir comprovam pelo menos duas informações básicas dessa conclusão da OMS: a prevalência desse tipo de morte violenta de jovens em regiões de baixa ou média renda, como é o caso da cidade de Taiobeiras, e o predomínio de vítimas do sexo masculino. O estudo assinala, ainda, que em outras faixas etárias diferentes daquelas que englobam a adolescência, a juventude e a primeira fase da vida adulta, os números de causas de mortes entre os sexos são praticamente os mesmos, denotando que há uma particularidade etária e de gênero no fenômeno violento dos homicídios juvenis.

Idade

No caso do Grupo de Vítimas é necessário alertar para a tendência à prematuridade das mortes entre os jovens, concentrando-se, principalmente, nas faixas inferiores aos 20 anos de idade, ou adolescente-jovem, conforme categoria de ABRAMOVAY & CASTRO (2015b), bem como a quase exclusividade no sexo masculino, com apenas um homicídio feminino, confirmando a cultura estigmatizada do “*etos de guerreiro*” verificada na masculinidade (ZALUAR, 1994 *apud* SILVA. F, 2014) e os dados da OMS/NEV (2016). O Gráfico 06, a seguir, oferece um panorama etário das mortes de jovens em Taiobeiras, entre 2013 e maio de 2017.

Gráfico 06 – Vítimas de homicídio em Taiobeiras, por idades, em ordem cronológica (2013 a maio/2017)



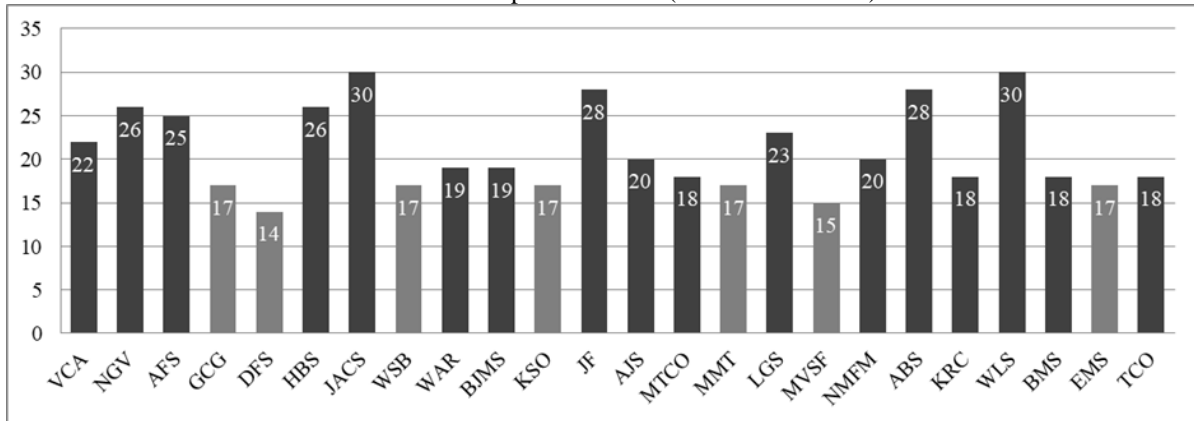
Fonte: REDS/Boletins de Ocorrência da PMMG. Elaboração do autor.

Desses homicídios ocorridos no período especificado (Gráfico 06), seis foram de homens adultos, com idades entre 30 e 43 anos, e um de adolescente, de 14 anos. No entanto, embora tome o Estatuto da Juventude como base, que define jovem como o cidadão brasileiro entre 15 e 29 anos, esta pesquisa decidiu somar ao seu Grupo de Vítimas, para análise e observação, também três indivíduos entre aqueles sete que não se encaixariam na conceituação legal de juventude, a saber: o adolescente de 14 anos e os dois homens assassinados aos 30 anos de idade.

Tal escolha procedimental se deveu por motivação teórica, uma vez que, nos estudos sobre juventudes, em ABRAMOVAY & CASTRO (2015b, p. 9), ficou claro que não há uma linha rígida acerca do termo “jovem”, uma categoria sociológica, assim como são tênues as fronteiras etárias, não cabendo apenas a numeração matemática como elemento delimitador. Dessa maneira, entendeu-se que um adolescente de 14 anos de idade e homens adultos de 30 anos, que faleceram de homicídio em situações análogas às dos demais componentes do Grupo de Vítimas, poderiam evidentemente ser encaixados nesta análise, tanto pela proximidade etária, quanto pela similaridade processual de suas trajetórias.

Assim, a princípio, decidiu-se que o Grupo de Vítimas seria constituído de vinte e quatro indivíduos, todos vítimas de homicídio em Taiobeiras entre 2013 e maio/2017, de 14 a 30 anos, cuja média de idade em que foram assassinados é de 20,9 anos de idade, conforme mostra o Gráfico 07. Esta definição mudará quando se observar a observação policial acerca da morte da única representante do sexo feminino que consta no Grupo de Vítimas.

Gráfico 07 – Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)

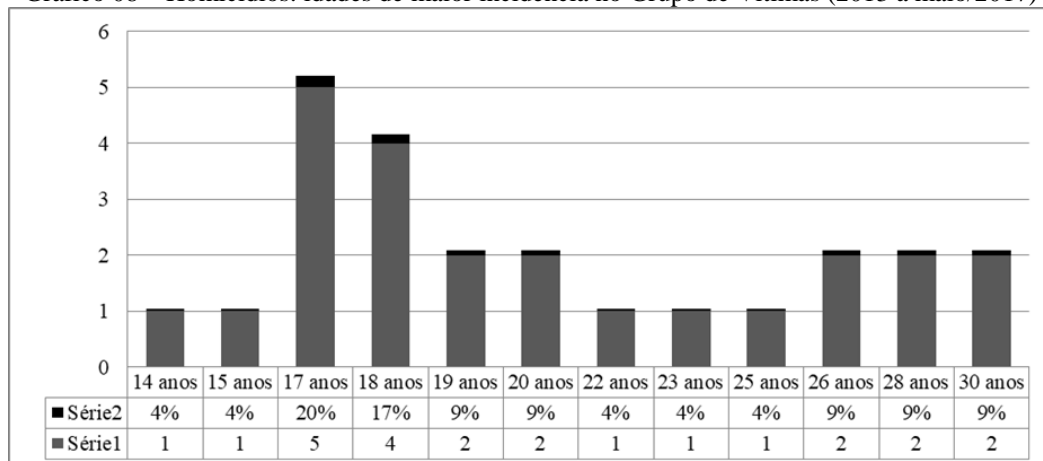


Fonte: REDS/Boletins de Ocorrência da PMMG. Elaboração do autor.

Note-se que entre os componentes do Grupo de Vítimas, no gráfico imediatamente anterior, sete eram legalmente inimputáveis, ou seja, menores de 18 anos. Isto equivale a quase um terço do total ou exatamente 29%. Inclusive, a moda da idade de homicídio entre os membros são os 17 anos. Nada menos do que cinco jovens, ou um quinto do total. Associando-se a isto, verifica-se também que há quatro indivíduos de 18 anos, ou seja, que tinham acabado de chegar à maioridade. Portanto, mesmo que já imputáveis criminalmente, presume-se que ainda eram naturalmente próximos da parcela de 17 no tocante ao desenvolvimento cognitivo, ao tipo de maturidade alcançada e aos típicos anseios/desejos/atitudes dessa faixa de idade.

Tomadas as idades de maior incidência de morte, têm-se dos 17 aos 20 anos como a fase mais letal para o grupo. Somam mais da metade, ou 55%. (Gráfico 08). É dado a ser explorado, inclusive, para a reflexão da política pública de educação, justamente porque nessa faixa (17 a 20) se encontra o ponto no qual, dadas as condições ideais, esses jovens estariam a cursar e concluir o Ensino Médio e a adentrarem e/ou iniciarem os estudos universitários, caso tivessem oportunidades ou as conjunturas sociais/pessoais lhes permitissem.

Gráfico 08 – Homicídios: idades de maior incidência no Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)



Fonte: REDS/Boletins de Ocorrência da PMMG. Elaboração do autor.

Dos 17 aos 20 anos, normalmente, é o período de intensas transformações e escolhas na vida do jovem: primeiro usufruto do direito ao voto, chegada iminente à maioridade, conclusão da Educação Básica, escolha da profissão, início de relações sexual-afetivas mais consolidadas, conquista do primeiro emprego no mercado de trabalho, etc (ABRAMOVAY & CASTRO, 2015a, p.10–13). Pelo que se pode aferir através dos dados do Grupo de Vítimas, também é o momento mais crítico e de ebulição da disposicionalidade violenta e de demonstração social do *habitus* violento, dos quais ROLIM (2014) trata em sua tese.

A julgar pelo histórico de passagens policiais desses jovens, em tal fase eles são preferencialmente tragados pela criminalidade, menos tocados pelas instituições tradicionais da sociedade (família, escola, religião, polícia, etc.), mais audaciosos e extravagantemente dispostos a incorrer no perigo violento, no cometimento de violências, na exposição inconsequente ao risco de morte; mais do que em outras circunstâncias da vida, ou da própria juventude.

É de se supor que, a par de todas as conjunturas já citadas nas bibliografias estudadas, que tratam da condução à disposicionalidade violenta e ao agrupamento em atividades criminais, é justamente nesta faixa (17 aos 20) que os apelos consumistas da sociedade capitalista, que estimulam a vaidade juvenil e fantasiosamente incutem dilemas de afirmação da personalidade, fazem-se sentir com maior intensidade, provavelmente direcionando os indivíduos/grupos jovens aos riscos extremos, contribuindo também para a fatalidade homicida que lhes vitima. ABRAMOVAY & CASTRO (2015) confirmam essa suposição quando tratam das concepções e tipos de juventude:

Existe na nossa sociedade uma cultura da violência, alimentada pelo individualismo, consumismo e competição exacerbada. A cultura da violência expõe os indivíduos a constantes danos físicos e morais, pressupõe que somente a força resolve os conflitos do cotidiano. Assim se parte da ideia de que a violência é um fenômeno inevitável e faz parte de nossas vidas (ABRAMOVAY & CASTRO, 2015a, p.22).

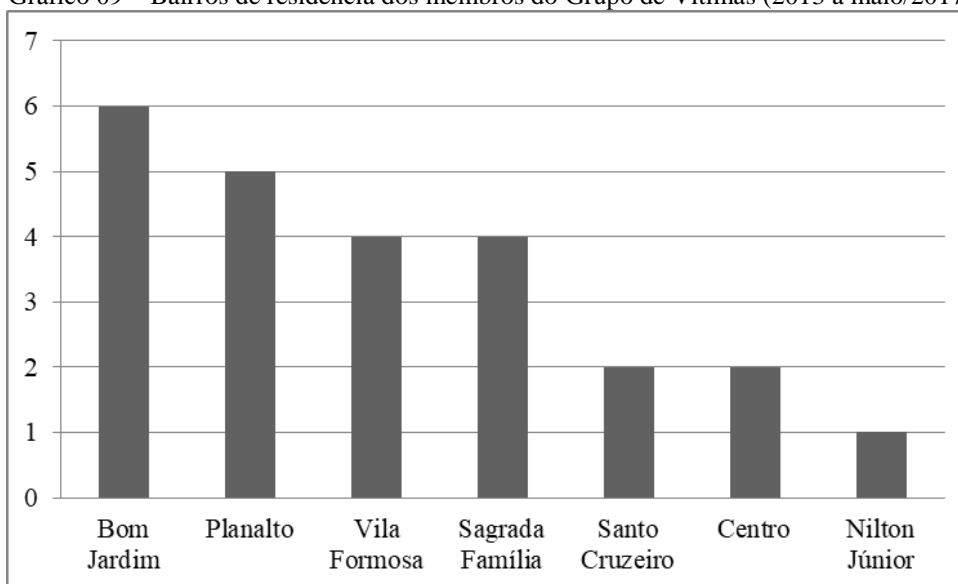
Localização geográfica

Em termos geográficos, a localização residencial dos membros do Grupo de Vítimas segue a lógica da periferização e da pobreza que alimenta o fenômeno violento, correlacionando-se com a reflexão que parecia esta análise à historiografia dos sertões mineiros em SILVA, C (2007, p.49), embora isso não defina tal fenômeno por inteiro, como ficou claro nos demais recortes analítico-bibliográficos. A maioria das vítimas residia em regiões pobres e afastadas do centro da cidade de Taiobeiras, conforme o Gráfico 09, mas há casos também na região

central, que possui melhor infraestrutura urbana, social e econômica. Ainda assim, sabe-se que a totalidade pertencia a famílias cadastradas no CadÚnico de Programas Sociais do Governo Federal e beneficiárias do Programa Bolsa Família.

O maior número de vítimas jovens se encontrava no bairro Bom Jardim, com seis homicídios entre os moradores. Em seguida, o bairro Planalto: cinco mortes. Posteriormente, empatados, cada um com quatro assassinados, os bairros Vila Formosa e Sagrada Família. Bom Jardim, Planalto e Vila Formosa formam a maior massa populosa da cidade de Taiobeiras, com quase a metade da população. São bairros mais afastados do centro e, em geral, onde se concentra a população mais pobre e com menor acesso a serviços públicos.

Gráfico 09 – Bairros de residência dos membros do Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)



Fonte: REDS/Boletins de Ocorrência da PMMG. Elaboração do autor.

Destaque-se, no caso da Vila Formosa, que as vítimas de homicídio daquela região residiam todas muito próximas umas das outras, numa área conhecida como “antigas casas populares”, primeiras construções do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) no município, composta de vielas e de sinais de favelização e miserabilização. Inclusive, dois jovens moradores de uma mesma casa foram vitimados. É um setor que se situa na interseção entre o Planalto e o Bom Jardim, identificando-se mais com estes do que com o restante do bairro que integra. Frise-se que a Vila Formosa é socialmente intermediária, contendo tanto uma parte de melhor infraestrutura, moradia e renda, quanto a já mencionada região periférica onde residiam os jovens assassinados.

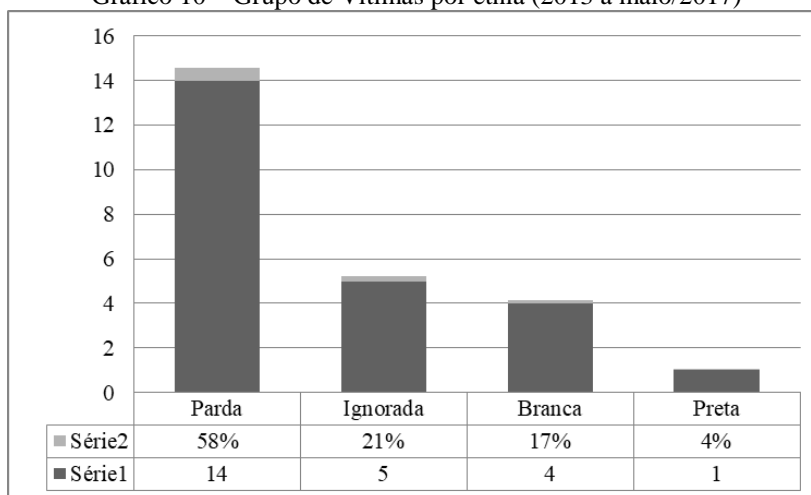
O caso do bairro Sagrada Família, assim como o do Centro, revela também a necessidade de outra abordagem, menos focada na miséria ambiental e mais ligada a outros elementos, tais

como o consumismo e dominação de territórios promovida por facções. São regiões melhor urbanizadas, com residências de padrão superior à média municipal e de renda maior do que as de outras áreas do município. Juntos, representam oito homicídios, ou 1/3 do total. Os bairros Santo Cruzeiro e Nilton Júnior são, igualmente ao Bom Jardim e ao Planalto, periféricos e pobres.

Raça/cor

Os dados raciais dos componentes do Grupo de Vítimas estão aqui registrados, assim como as outras informações, em conformidade com o que foi lavrado pela autoridade policial no ato de preenchimento do Boletim de Ocorrência, quando do encontro dos corpos das vítimas. Os casos marcados como “Ignorada”, no Gráfico 10, que somam 21% do total, são aqueles em que houve a omissão de informação no respectivo Boletim de Ocorrência, ou seja, espaço não preenchido. Os demais itens raciais revelam ampla similitude com a tabela de autodeclaração de cor ou raça daqueles indivíduos que são cadastrados no CadÚnico em Taiobeiras (Tabela 02), possibilitando a interseção de informações e interpretações. Enquanto entre os membros do Grupo de Vítimas, 58% foi dado como de cor “Parda”, no CadÚnico, 65% se autodeclararam com essa mesma característica. 17% são identificados com a cor “Branca” no Grupo de Vítimas e, no CadÚnico, 23%. Por fim, 4% são descritos como da cor “Preta” entre as jovens vítimas de homicídio e igualmente 4% na lista do CadÚnico. A similaridade também se estabelece com os dados referentes à vitimização de não-brancos conforme WAISELFISZ (2013, p.83) relata no Mapa da Violência.

Gráfico 10 – Grupo de Vítimas por etnia (2013 a maio/2017)



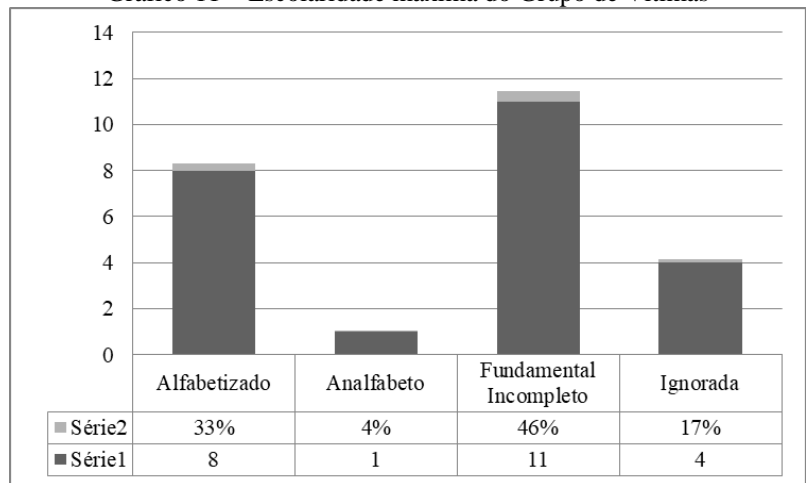
Fonte: REDS/Boletins de Ocorrência da PMMG. Elaboração do autor.

Essa aparência, em si, aponta para duas constatações bastante específicas e graves. i) Há uma população mestiça, não branca, que é ampla maioria, vítima tanto do empobrecimento e da miséria, quanto da violência e da criminalidade/criminalização. Situações/condições que terminam por vitimar principalmente os jovens que se encontram na interseção dessas condicionantes. O assassinato/extermínio, mais do que de jovens, é de jovens pobres e mestiços, principalmente. Nos dados específicos de cada componente do Grupo de Vítimas se poderá observar que a família estava cadastrada no CadÚnico à época de sua morte, e isto confirma essa tese. ii) O cadastro no CadÚnico e, por consequência, o recebimento (cobertura) de programas sociais não surtiu efeitos de diminuição da disposicionalidade violenta para os membros do Grupo de Vítimas, de um modo geral. Pode-se intuir que as necessidades alimentares talvez tenham sido aplacadas, mas não conduziram a um processo educativo amplo que lhes retirasse do jugo do fenômeno violento/criminal.

Escolaridade

Nos Boletins de Ocorrência (B.O.) também há um espaço para registro de escolaridade máxima presumida para as vítimas (Gráfico 11). Embora o B.O. seja fruto de um contexto de tumulto e conflagração, pois que diante do féretro encontrado, ainda assim, é passível de crédito relativo, uma vez que a maioria das vítimas já possuía ficha policial, sendo conhecida de outras passagens pela Polícia, Ministério Público, Conselho Tutelar, Judiciário e sistemas de informação. Os dados revelam aquilo que já se suponha e que serão descritos no quadro que detalha os registros policiais pregressos de cada indivíduo do Grupo de Vítimas.

Gráfico 11 – Escolaridade máxima do Grupo de Vítimas



Fonte: REDS/Boletins de Ocorrência da PMMG. Elaboração do autor.

No Gráfico 11, a parcela denominada como “Ignorada”, para o item “escolaridade”, é aquela cujo espaço não foi preenchido nos respectivos Boletins de Ocorrência. Três outras especificações aparecem. São elas: “Alfabetizado”, “Analfabeto” e “Ensino Fundamental Incompleto”. O termo “Alfabetizado”, que consta como 33% dos componentes do Grupo de Vítimas, é de difícil mensuração, a princípio, uma vez que tanto pode designar o sujeito que mal aprendeu a escrever o nome e a ler poucas palavras, quanto a alguém que possuía níveis elevados de escolaridade. No entanto, a julgar pelo contexto em que as vítimas viveram, os ambientes que se imiscuíam, as passagens policiais e as situações de violência que enfrentaram/atuaram, supõe-se que realmente frequentaram pouco a escola, mal dominando habilidades de comunicação pela escrita ou pela leitura. Há um caso taxativo, descrito como “Analfabeto”, ou seja, de indivíduo que não chegou a frequentar a escola.

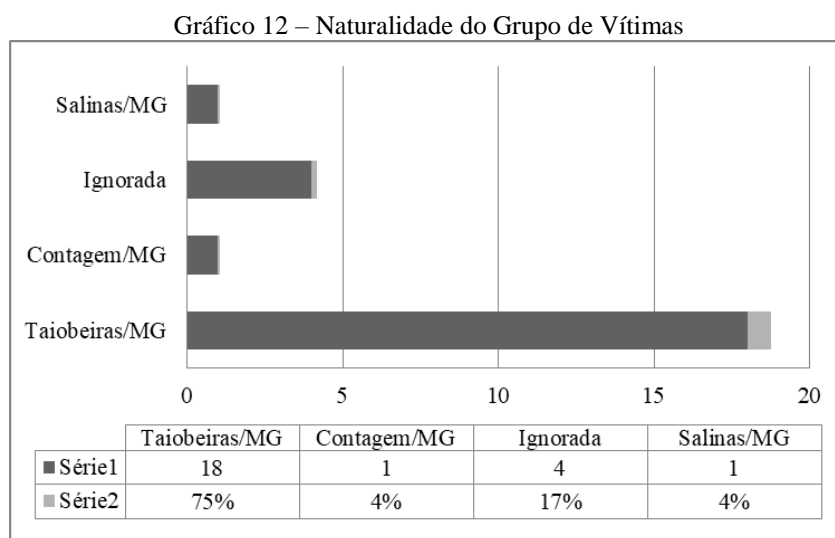
Porém, é no item “Ensino Fundamental Incompleto” que reside o maior contingente, ou seja, de 46%, ou quase metade do Grupo de Vítimas. Aqui está outra chave para a análise da Política Pública de Educação, uma vez que, somados os “alfabetizados” com aqueles que tiveram apenas o “Ensino Fundamental Incompleto”, chega-se à quase totalidade das jovens vítimas fatais. Isto revela a inadequação desses indivíduos à escola pública, ao ensino nela ofertado e a seus propósitos socialmente julgados superiores. Inadequação tal, por motivos diversos que a teoria contribui para explicar, bem como os contextos de suas vidas. A escola pública não atingiu, positiva e satisfatoriamente, o jovem em situação de criminalidade e violência em Taiobeiras. Pode se supor que seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP) não lograram êxito em atrair, manter e contribuir na transformação de vida desses indivíduos. Porém, no Quadro 1, em que os dados de passagem por políticas públicas de cada vítima são descritos, inclusive a de Educação, este item da escolaridade será elucidado com maior segurança.

A propósito comparativo, o Censo de 2010 do IBGE apontou que 16.496 pessoas em Taiobeiras não tinham qualquer instrução ou apenas o Ensino Fundamental incompleto. Isto equivale à metade da população do município, algo semelhante ao que é relatado pelos Boletins de Ocorrência do Grupo de Vítimas. Desses 50% com baixa escolaridade, o IBGE aponta a composição racial da seguinte forma: Amarela: 106 pessoas; Branca : 5.156 pessoas; Parda: 10.342 pessoas; e Preta: 892 . Mais especificamente, o Censo de 2010 também aponta que 7.038 taiobeirenses são analfabetos, ou pouco menos de 1/4 da população.

Concluiu-se, da observação comparativa entre os dados do censo e os do Grupo de Vítimas, que há similaridade de parte a parte. Isso contribui para a dedução de que a formação

violenta dos jovens (ROLIM, 2014) ou o grau de vitimização a que esses são expostos (WAI-SELFISZ, 2013) também se correlacionam estreitamente com o nível de acesso à escolarização, mesmo que este último possa não vir a ser determinante. Essas informações serão retomadas no subcapítulo que analisa a política pública de educação (4.4).

Procedência migratória



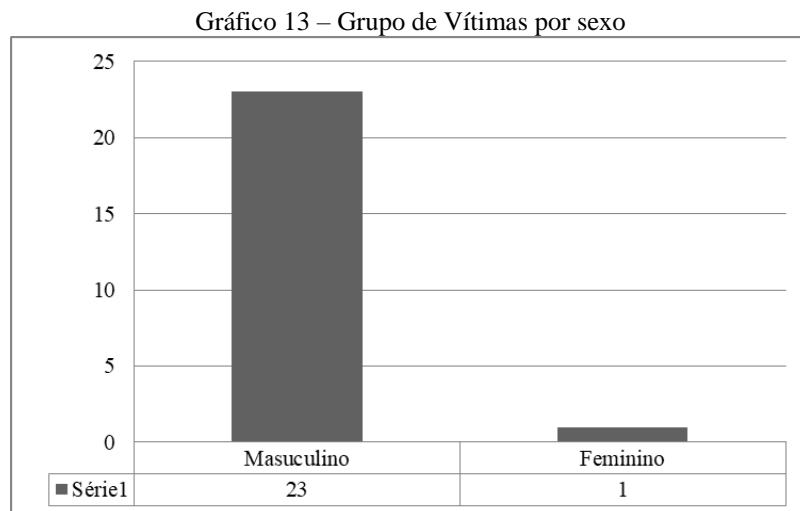
Fonte: REDS/Boletins de Ocorrência da PMMG. Elaboração do autor.

Um dos itens citados nos procedimentos metodológicos do projeto de pesquisa, ao lado de etnia e escolaridade máxima das vítimas, foi o da procedência migratória. Sabe-se que o município de Taiobeiras, anualmente, lida com a sazonalidade de uma porção mais pobre de sua população, aquela mais treinada para trabalhos de natureza rural (o que não exclui outros tipos de atuação profissional), a qual geralmente emigra para as regiões Sul de Minas e interior paulista, retornando quando terminam lavouras ou para festividades como as de “São João” e Natal. Há, inclusive, conforme entrevista com autoridades policiais, indícios de que esse trânsito contribuiu para a iniciação no uso e no tráfico de drogas por parte dos jovens que compõem tal população e para o restante da sociedade. Muito embora, outros dados corroborem que a tal iniciação se efetiva mesmo é nas periferias da cidade, desassistidas de equipamentos públicos e de atenção social. O provável é que se associem a sazonalidade e o trânsito inter-regional, a promoverem os primeiros contatos com as drogas e o tráfico. Ato contínuo, a vulnerabilidade periférica da cidade promove a extensão do contato aos demais adolescentes e jovens.

Os dados obtidos nos Boletins de Ocorrência acerca do Grupo de Vítimas (Gráfico 12) demonstram que 75% das jovens vítimas fatais do tráfico de drogas em Taiobeiras nasceram no município. 17% têm naturalidade ignorada no campo específico dos respectivos boletins, o que faz crer que podem tanto ser naturais de Taiobeiras, se seguida a tendência geral, quanto migrantes da sazonalidade. Um indivíduo é natural de Salinas, cidade que dista 48 Km de Taiobeiras. Outro é de Contagem, município da Grande Belo Horizonte. Neste caso, porém, entrevista realizada com a mãe revela que a família é taiobeirense há gerações, tendo o indivíduo nascido naquela cidade metropolitana devido às já mencionadas migrações sazonais.

Tendo nascido e se criado em Taiobeiras, a maioria do Grupo de Vítimas, tem-se a confirmação de que os contextos que produzem a violência, a prática da criminalidade e a letalidade que abate jovens se processam no interior do município, apesar das interferências e influências externas, conforme ENDLICH & FERNANDES (2014) e ROLIM (2014) explicitaram em seus estudos, respectivamente resenhados no 2º e 3º capítulos desta dissertação.

Masculino e Feminino



Fonte: REDS/Boletins de Ocorrência da PMMG. Elaboração do autor.

A se averiguar mais profundamente os Boletins de Ocorrência, as observações policiais contidas neles e as *causa mortis*, descobriu-se que, nesse universo, um dos homicídios não estava diretamente vinculado ao tema desta pesquisa – as mortes relacionadas ao tráfico de drogas. Trata-se justamente do caso da única representante do sexo feminino no grupo. Ela foi vítima de “crime passional”, o qual se designa, conforme a lei, de feminicídio. Assim, o Grupo de Vítimas propriamente dito passou a se constituir de vinte e três indivíduos, todos eles

do sexo masculino. No entanto, não foram descartadas as informações referentes à vítima mulher (Gráfico 13).

Aqui retoma-se o que ZALUAR (1994), SILVA. F (2014) e ROLIM (2014) denominam, cada um a seu modo, de “*etos* de guerreiro” e “treinamento violento dos jovens”, especificamente de jovens do sexo masculino. Acredita-se que a cultura machista brasileira, ela própria, em si, uma violência histórica, estimula nos indivíduos homens a tendência a perpetuar situações de controle social/grupal/territorial reservadas a uma narrativa guerreira de honra da masculinidade. Isso através do exercício, cada vez maior, de ações violentas e criminosas, de modo a conquistar e resguardar espaços para o bando e garantir a liderança.

No caso do Grupo de Vítimas, todo constituído de homens naqueles contextos em que as mortes foram provocadas por “envolvimento com drogas” ou “ação de gangues/tráfico de drogas”, fica nítido o quanto uma situação antiga, historicamente estrutural, a do poder machista, se associa a uma realidade nova, a da interiorização da violência através do tráfico (ENDLICH & FERNANDES, 2014), em processo de retroalimentação, possibilitando consistências e roupagens que unem o antigo e o novo, porém com igual ou superior letalidade.

É uma análise de violência e criminalidade, bem como do “ser jovem” (ABRAMOVAY & CASTRO, 2015a), que se estende para além dos elementos socioeconômicos de pobreza e miserabilização, que pode ser verificada nas classes sociais não-subalternas (SILVA. F, 2014). No entanto, pelos estudos realizados, acredita-se que se conjugam na situação deste estudo de caso, pois o Grupo de Vítimas é composto, em sua totalidade, de pessoas oriundas das classes pobres, vítimas também da miséria e da inefetividade das políticas públicas. Conclui-se que, neste caso, a exclusão ocasionada pela pobreza e a histórica cultura machista se consubstanciaram numa espiral violenta.

Causa mortis

A entrar nas formas de homicídios das quais foram vítimas os componentes do Grupo de Vítimas, tomando a *causa mortis* e as observações policiais, tem-se o painel claro dos porquês da violência contra jovens. Além do mais, para se chegar ao cume do fenômeno violento, ou seja, ao ato final do cometimento dos homicídios, investigou-se se as vítimas possuíam vida pregressa correlacionada à criminalidade. A maioria, efetivamente, detinha ficha corrida. Donde se conclui que se vitimaram não somente com a morte, mas também anteriormente, em

toda a sua vida, e vitimando a outros além de si: os familiares e a sociedade taiobereense como um todo.

Tabela 04 – Causa *mortis* e observação policial acerca do Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)

	Causa mortis	Observação policial*	Causa mortis		
VCO	Homicídio com Arma de Fogo	Ação de Gangues/ Tráfico de Drogas	Homicídio com Arma de Fogo	22	92%
NGV	Homicídio com Arma de Fogo	Envolvimento com Drogas	Homicídio com Arma Branca	1	4%
AFS	Homicídio com Arma de Fogo	Motivo ignorado	Homicídio com meio ignorado	1	4%
GCG	Homicídio/Meio ignorado	Ação de Gangues/ Tráfico de Drogas		24	100%
DFS	Homicídio com Arma de Fogo	Envolvimento com Drogas			
HBS	Homicídio com Arma de Fogo	Outros			
			Observação prolicial		
JACS	Homicídio com Arma de Fogo	Ação de Gangues/ Tráfico de Drogas	Ação de Gangues/ Tráfico de drogas	5	21%
WSB	Homicídio com Arma de Fogo	Envolvimento com Drogas	Envolvimento com Drogas	10	42%
WAR	Homicídio com Arma Branca	Outros	Outros/ Ignorado	7	29%
BJMS	Homicídio/Meio ignorado	Envolvimento com Drogas	Passional/ Femicídio	1	4%
KSO	Homicídio com Arma de Fogo	Ação de Gangues/ Tráfico de Drogas	Reação policial	1	4%
JF	Homicídio com Arma de Fogo	Passional/ Femicídio		24	100%
AJS	Homicídio com Arma de Fogo	Ignorado			
MTCO	Homicídio com Arma de Fogo	Envolvimento com Drogas			
MMI	Homicídio com Arma de Fogo	Ignorado			
MVSF	Homicídio com Arma de Fogo	Ignorado			
LGS	Homicídio com Arma de Fogo	Policial repelindo injusta agressão			
NMFM	Homicídio com Arma de Fogo	Envolvimento com Drogas			
ABS	Homicídio com Arma de Fogo	Ignorado			
KRC	Homicídio com Arma de Fogo	Ação de Gangues/ Tráfico de Drogas			
WAS	Homicídio com Arma de Fogo	Envolvimento com Drogas			
BMS	Homicídio com Arma de Fogo	Envolvimento com Drogas			
EMS	Homicídio com Arma de Fogo	Envolvimento com Drogas			
TCO	Homicídio com Arma de Fogo	Envolvimento com Drogas			

Fonte: REDS/Boletins de Ocorrência da PMMG. Elaboração do autor.

A Tabela 04 revela o quanto é banal a morte de um indivíduo na coluna “Observação policial”, onde, em tese, estão as causas antecedentes para o cometimento dos homicídios. Prevalencem o genérico “Envolvimento com Drogas”, alcançando 42% do Grupo de Vítimas, em associação do o termo “Ação de Gangues/Tráfico de Drogas”, que representa 21%. Juntos, chegam a mais de 60% dos casos.

Ora, o “envolvimento com drogas” da “observação policial” tanto pode designar o jovem que se viciou e fez uso comum de entorpecentes, tornando-se devedor de traficantes, quanto àquele que realmente se entregou à atividade criminal do tráfico de drogas, unindo-se politicamente a uma gangue/facção. No entanto, o que se apura em entrevistas e na análise das passagens policiais desses indivíduos, é que, muito provavelmente, as suas vidas pregressas se desenrolaram numa sucessão de não-oportunidades em termos de direitos, conduzindo-os aos braços de traficantes experientes, que os seduziram, mobilizaram, formaram e os transformaram em agentes, inclusive vingadores, a serviço das facções territoriais de crime, mais especificamente do crime de traficar drogas ilícitas, transmutando-os em alvos de grupos rivais.

Ainda na coluna da “observação policial”, presente na Tabela 04, há que se registrar que um dos homicídios se dá por ação da polícia, que o justifica como “policial repelindo injusta agressão”. Situação que pode levantar o questionamento se se trata de “auto de resistência” ou de desobediência aos agentes da polícia.

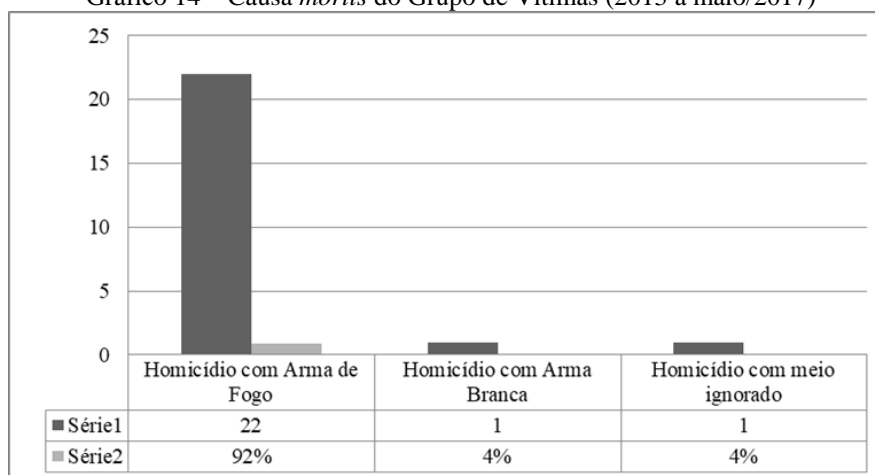
Também na Tabela 04, na coluna “*Causa mortis*”, toma-se consciência do quanto a atividade própria dos serviços de segurança pública tem falhado no controle da entrada de armas de uso ilícito (armas de fogo) em Taiobeiras. A quase totalidade dos componentes do Grupo de Vítimas, 92% ou 22 indivíduos, morreu através desse tipo de instrumento letal, demonstrando cabalmente a banalização do armamento de fogo, bem como o fácil acesso a que os grupos do tráfico, principalmente os jovens, têm a ele. Aliás, esta é uma tendência nacional, conforme assinalou WAISELFISZ no Mapa da Violência de 2016, que abordou justamente o tema das armas de fogo no Brasil. Ele informa:

Não podemos deixar de mencionar que essas 44.861 mortes, em 2014, representam 123 vítimas de arma de fogo a cada dia do ano, cinco óbitos a cada hora. Número bem maior do que temos notícia de grandes chacinas e cruentos atentados pelo mundo, como os acontecidos na Palestina, ou no Iraque, ou na Bélgica em março do corrente ano, quando morrem, nos atentados, 31 vítimas. Ainda pior: praticamente, temos, a cada dia, o equivalente aos massacres de Paris de novembro de 2015, quando morrem 137 pessoas, incluindo sete dos agressores (WAISELFISZ, 2016, p.70).

O relatório da OMS de 2015, sobre prevenção à violência baseada em evidências, também aponta, em caráter mundial, a especificidade das armas de fogo como elemento potencializador para o incremento do número de mortes por homicídios, especialmente entre os jovens. Diz o texto:

Em todo o mundo, armas de fogo foram responsáveis por cerca de 48% de todos os homicídios ocorridos em 2012. Quando utilizadas em atos de violência, armas de fogo aumentam a probabilidade de morte e de ferimentos graves, e são frequentemente utilizadas para ameaçar indivíduos em embates violentos. Diversos estudos de controle de casos, séries temporais ecológicas e estudos transversais realizados em vários países indicam que a disponibilidade de armas é um fator de risco para homicídios (OMS/NEV, 2016, p.53).

O gráfico a seguir, acerca do Grupo de Vítimas de Taiobeiras, corrobora proporcionalmente as citações acima, de WAISELFISZ (2016) e da OMS/NEV (2016), para o microcosmo em que se insere o estudo de caso. Ele também demonstra a falha das forças de segurança na aplicação da lei brasileira do desarmamento; e fortalece a demanda por ações de desmonte da comercialização ilegal e de fiscalização da entrada desse tipo de armamento no espaço territorial do município.

Gráfico 14 – Causa *mortis* do Grupo de Vítimas (2013 a maio/2017)

Fonte: REDS/Boletins de Ocorrência da PMMG. Elaboração do autor.

Há, também, o caso de dois homicídios registrados como “meio ignorado” e outro, por “arma branca”. Sondagens qualitativas, através dos jornais da cidade e de conversas do pesquisador com parentes e policiais, revelam que esses três jovens sofreram torturas antes de virem a óbito, tais como apedrejamento⁵⁴, mutilação de membros e sendo arrastados vivos por veículo automotor, inclusive inalando os gases tóxicos dos canos de escapamento, não na mesma ordem e nem todas as formas cruéis de tortura a ambos. Um desses corpos, inclusive, foi encontrado semicarbonizado⁵⁵. Tais atos de barbárie evocam a cobrança de dívidas do tráfico e a vingança dos bandos por terem seus territórios invadidos por rivais, de certa forma confirmando a permanência estrutural do terror setecentista dos Gerais mineiros, de acordo com SILVA, C (2007), no contexto da sociedade contemporânea, além de configurarem a expressão macabra do *habitus* violento desenvolvido pelas facções do tráfico.

Vida pregressa

À busca de investigar a vida pregressa desses jovens que compõem o Grupo de Vítimas, inclusive de suas passagens policiais, de forma a elucidar o comportamento destrutivo e violento do qual foram partes e vítimas, contou-se com a colaboração da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), corporação instituída em Taiobeiras através da Delegacia da Comarca e da

⁵⁴ Jovem foi morto durante a madrugada. Suspeitos detidos confessaram ter apedrejado a vítima. Disponível em: <<http://aconteceunovale.com.br/portal/?p=38142>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

⁵⁵ *Parcialmente carbonizado, corpo de jovem é encontrado em Taiobeiras*. “Vítima de 19 anos foi encontrada no Bairro Nilton Júnior. Segundo a PM, ele pode ter sido vítima de homicídio”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2014/06/parcialmente-carbonizado-corpo-de-jovem-e-encontrado-em-taiobeiras.html>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

Delegacia Regional de Polícia Civil do Alto Rio Pardo, que franqueou o acesso a seu banco de dados.

Tabela 05 – Passagens policiais dos membros do Grupo de Vítimas

	IDADE*	BAIRRO	AMEAÇA	HOMICÍDIO	DISPARO ARMA FOGO	PORT. ILEGAL ARMA FOGO	LESÃO CORPORAL	USO DE DROGAS	TRÁFICO DE DROGAS	ADULTERAÇ ÃO VEÍCULO	RECEPTAÇÃO	FURTO	ROUBO	FORAGIDO DA JUSTIÇA	ACID. TRÁNS. COM VÍTIMA
2013															
VCO	22	Vila Formosa	Vítima	Vítima	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
NGV	26	Vila Formosa	Autor	Vítima	Vítima	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
AFS	25	Vila Formosa	Autor	Autor/ Vítima	Autor/ Vítima	Autor	Autor	X	X	X	X	X	X	X	X
GCG	17	Centro	X	Vítima	X	X	X	X	Autor	X	X	X	X	X	X
DFS	14	Vila Formosa	Autor	Autor/ Vítima	Autor/ Vítima	Autor	X	X	X	X	X	X	X	X	X
HBS	26	Planalto	X	Vítima	X	X	Autor	X	Autor	Suspeito	X	X	X	X	X
JACS	30	Bom Jardim	X	Vítima	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2014															
WSB	17	Planalto	X	Vítima	X	X	X	Autor	Autor	Autor	Autor	Autor	Suspeito	X	X
WAR	19	Santo Cruzeiro	Autor	Vítima	X	X	Testem.	X	Autor	X	Autor	Autor	Autor	X	X
BJMS	19	Sagrada Família	Autor	Vítima	X	X	Suspeito	X	Autor	X	X	X	X	X	X
KSO	17	Sagrada Família	X	Vítima	X	X	X	X	X	X	X	Autor	X	X	X
JF	28	Santo Cruzeiro	Vítima	Vítima	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2015															
AJS	20	Sagrada Família	Vítima	Vítima	X	X	Autor	X	X	Autor	X	X	X	X	X
MTCO	18	Nilton Júnior	X	Vítima	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
MMT	17	Planalto	X	Vítima	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2016															
LGS	23	Bom Jardim	X	Vítima	X	Autor	X	X	Autor	X	X	X	X	Autor	Autor
MVSF	15	Santo Cruzeiro	X	Vítima	X	X	X	Autor	X	X	X	X	X	X	X
NMFM	20	Bom Jardim	X	Vítima	X	X	X	X	Autor	X	Autor	X	X	X	X
ABS	28	Planalto	X	Vítima	X	X	X	X	X	X	X	X	X	Autor	X
KRC	18	Bom Jardim	Vítima	Autor/ Vítima	X	Autor	Autor	Autor	Autor	X	X	Autor	X	X	X
2017															
WAS	30	Bom Jardim	Vítima	Vítima	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
BMS	18	Bom Jardim	Vítima	Vítima	X	X	Autor	X	X	X	Autor	X	X	X	X
EMS	17	Centro	X	Vítima	X	X	Autor	X	X	X	X	X	X	X	X
TCO	18	Planalto	X	Vítima	X	X	Autor	X	X	X	X	Autor	X	X	X

* Idade no momento do homicídio.

Fonte: Delegacia da Polícia Civil de Minas Gerais – Comarca de Taiobeiras. Elaboração do autor.

Com esses dados, montou-se a Tabela 05, contendo os crimes/atos infracionais mais comuns cometidos por aqueles que se tornariam vítimas de homicídio e comporiam o Grupo de Vítimas. Por questões práticas, não se notifica a quantidade de vezes nas quais se incidiu em um mesmo crime ou infração, apenas registra-se que o indivíduo teve, em algum momento, contato com tal situação, seja como vítima ou autor.

As informações revelam uma vida conflituosa com a lei e com outros indivíduos. Dos vinte e quatro membros do Grupo de Vítimas, apenas 1/4 ou seis pessoas, aparecem com passagens apenas na condição de vítima, justamente do homicídio que lhes ceifou o direito à vida. O restante, dezoito indivíduos, teve extensa ficha policial por práticas diversas, sendo as mais comuns, respectivamente, o “tráfico de drogas”, “lesões corporais” ocasionadas por brigas ou tentativas de homicídio e “furtos/receptação”.

Esses dados, por si mesmos, confirmam a primeira hipótese deste trabalho, a de que esses jovens que compõem o Grupo de Vítimas realmente tiveram suas mortes ocasionadas por conta da guerra de gangues (facções) intimamente originadas e/ou ligadas ao tráfico de entorpecentes na cidade. Tais facções disputam o espaço da Justiça. Elas próprias possuem os códigos de julgamento e execução sumária das penas que impõem aos desafetos, concorrentes e devedores.

Acesso a Políticas Públicas e Programas Sociais

Acerca do tema central desta pesquisa, buscou-se também levantar a passagem dos membros do Grupo de Vítimas pelas Políticas Públicas e pelos Programas Sociais que cobrem o município. A seguir, num quadro geral, será apontada para cada um dos componentes, a relação pessoal ou familiar com políticas e programas. As informações constantes do quadro têm como fonte o DTASC, no tocante aos programas sociais de transferência de renda ou ao cumprimento de MSEs; e as escolas públicas, onde os componentes já estiveram matriculados. Os nomes serão omitidos para resguardar as famílias, apresentando-se apenas as iniciais. No caso específico do acesso à escola, elucidam-se as dúvidas levantadas no subtítulo “Escolaridade”, neste subcapítulo.

Quadro 01 – Passagem dos membros do Grupo de Vítimas pelas Políticas Públicas e Programas Sociais

VCO
<ul style="list-style-type: none"> • Desde o ano de 2009, já possuía idade superior à que se enquadra no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁵⁶. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • As unidades de Assistência Social do município não têm registros de passagem desse jovem por seus equipamentos e serviços ofertados.
NGV
<ul style="list-style-type: none"> • Desde o ano de 2007, já possuía idade superior à que se enquadra no SCFV. • Família não referenciada ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • “É do conhecimento dos profissionais da rede (SUAS/DTASC) de que o jovem era traficante que dominava a área em que vivia e, por isso, a equipe tinha receio de acessar e manter contato. Aparentava uso abusivo de drogas, além do tráfico” (Observação da Equipe de Assistência Social do município). • Iniciou a 1ª série do Ensino Fundamental na Escola Estadual Dona Beti, em Taiobeiras. Fez a 2ª série na Escola Municipal São Vicente, na zona rural do município vizinho de Rio Pardo de Minas. Retornou e concluiu a 3ª e a 4ª séries na Escola Estadual Dona Beti. Sempre apresentou notas baixas em todas as matérias, mas nenhuma observação, em especial, além das notas escolares. No Boletim de Ocorrência do homicídio, consta apenas como “Alfabetizado”.
AFS
<ul style="list-style-type: none"> • Família referenciada ao CRAS desde 29/07/2011. Família já procurou o CRAS do bairro Planalto para solicitar o Benefício Eventual de Auxílio Funeral. • Desde o ano de 2006, já possuía idade superior à que se enquadra no SCFV. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • “Foi morto em decorrência de ter mandado o irmão mais novo assassinar NGV. Uso abusivo de drogas, além do tráfico” (Observação da Equipe de Assistência Social). • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar⁵⁷. No Boletim de Ocorrência do homicídio, sua escolaridade é dada como “Ignorada”.
GCG
<ul style="list-style-type: none"> • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. Família acompanhada pelo CRAS desde 2006, com encaminhamentos para serviços psicológicos. • O jovem não quis aderir às oficinas e grupos do SCFV, apesar de ter idade compatível e da mãe realizar várias tentativas. • Uso abusivo de drogas, além do tráfico. • A mãe já foi vítima de violência doméstica por vários anos. • Família solicitava recorrentemente benefícios eventuais, especialmente cesta básica de ali-

⁵⁶ O autor solicitou ao DTASC um levantamento da passagem de todos os membros do Grupo de Vítimas pelos Programas Sociais desenvolvidos por aquele órgão da administração municipal. A sistematização de informações no DTASC é recente, a partir de 2013. Portanto, não encontrou referência a qualquer um dos membros, geralmente porque no período de cobertura informacional o indivíduo já não tinha mais idade ou outro pré-requisito para fazer jus ao benefício/programa, a equipe do DTASC lançou a seguinte nota explicativa, que é reproduzida no Quadro 01: “já possuía idade superior à que se enquadra no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”.

⁵⁷ As informações obtidas através da vice-direção da Escola Estadual Professora Dona Preta vieram com a mesma observação protocolar, transcrita literalmente no Quadro 01, nas observações de cada membro do Grupo de Vítimas que estudou naquela instituição, a saber: “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle”.

mentos.
<ul style="list-style-type: none"> • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar.
DFS
<ul style="list-style-type: none"> • Família referenciada ao CRAS desde 29/07/2011. • Família já procurou o CRAS do bairro Planalto para solicitar o Benefício Eventual de Auxílio Funeral. • Apesar da idade compatível, o jovem se recusou a aderir às oficinas e grupos do SCFV. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • Uso abusivo de drogas e tráfico. • Acusado de matar NGV a mando do irmão AFS. • Participou do PROERD, da PMMG. • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar. No Boletim de Ocorrência do homicídio sua escolaridade é dada como “Alfabetizado”.
HBS
<ul style="list-style-type: none"> • Desde o ano de 2007, já possuía idade superior à que se enquadra no SCFV. • As unidades de Assistência Social do município não têm registros de passagem desse jovem por seus equipamentos e serviços ofertados. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar.
JACS
<ul style="list-style-type: none"> • Não há dados sobre esse jovem no DTASC/CRAS. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar. No Boletim de Ocorrência do homicídio sua escolaridade é dada como “Ignorada”. • Teve passagem pela Escola Estadual Dona Beti antes de ingressar na Escola Estadual Professora Dona Preta, porém não há maiores informações sobre este período de estudos.
WSB
<ul style="list-style-type: none"> • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • Houve descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, devido à infrequência escolar. Para superação, realizou-se acompanhamento familiar pela equipe técnica do CRAS-Planalto. • Chegou a participar de oficinas de Informática e Violão ofertadas pelo CRAS. • Família solicitava com frequência o Benefício Eventual de Cesta Básica ao CRAS. • A família era negligente e o jovem evadiu da escola em 2012. • Histórico familiar de negligência, alcoolismo dos pais, violência intrafamiliar. Por este motivo, a família foi encaminhada ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para acompanhamento familiar pelo Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAIF). • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas

<p>nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar. No Boletim de Ocorrência do homicídio sua escolaridade é dada como “Alfabetizado”.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cursou a 1ª série (1º ano) do Ensino Fundamental, na fase de alfabetização, na Escola Estadual Dona Beti.
WAR
<ul style="list-style-type: none"> • A mãe se recusou a aderir às oficinas do PAIF e os demais filhos também não aderiram. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. Família solicitava com frequência o Benefício Eventual de Cesta Básica ao CRAS. • As unidades de Assistência Social do município não têm registros de passagem desse jovem por seus equipamentos e serviços ofertados.
BJMS
<ul style="list-style-type: none"> • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. Com histórico de violência intrafamiliar. A mãe relatou, em 2013, que o marido era violento devido ao uso abusivo de bebidas alcoólicas. • Era do conhecimento da equipe do CRAS de que o jovem era usuário de drogas ilícitas. • As unidades de Assistência Social do município não têm registros de passagem desse jovem por seus equipamentos e serviços ofertados.
KSO
<ul style="list-style-type: none"> • As unidades de Assistência Social do município não têm registros de passagem desse jovem por seus equipamentos e serviços ofertados, apesar da idade compatível para o SCFV. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família.
JF
<ul style="list-style-type: none"> • Desde o ano de 2004, já possuía idade superior à que se enquadra no SCFV. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • As unidades de Assistência Social do município não têm registros de passagem desse jovem por seus equipamentos e serviços ofertados. • A mãe da jovem foi atendida constantemente no CRAS com benefícios eventuais. • A jovem foi vítima de violência doméstica, que ocasionou sua morte. • Estudou até a 3ª série do Ensino Fundamental na Escola Estadual Dona Beti. As informações constantes nos documentos escolares revelam que tinha bom aprendizado, comportamento adequado e bom desenvolvimento das habilidades estimuladas pela educação escolar.
AJS
<ul style="list-style-type: none"> • Desde o ano de 2003, já possuía idade superior à que se enquadra no SCFV. • Família inscrita no CadÚnico. Foi beneficiária do Programa Bolsa Família e, posteriormente, passou a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC). • Nem o jovem e nem a mãe aceitaram participar das oficinas e grupos do CRAS. • Família solicitava recorrentemente benefícios eventuais. • Equipe do CRAS tem consciência que a morte do jovem se deveu ao tráfico de drogas. • O jovem foi acompanhado pelo extinto Programa Sentinela, devido ter sofrido abuso sexual na infância. • Consta apenas a matrícula para o 1º ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Dona Beti e nenhuma outra informação escolar.
MTCO
<ul style="list-style-type: none"> • Mãe inscrita no CadÚnico e beneficiária do Programa Bolsa Família, mas o jovem sempre morou com a avó paterna e o pai, que não recebiam tal benefício. • A Equipe do CRAS tinha ciência de que o jovem era envolvido com o tráfico de drogas. • As unidades de Assistência Social do município não têm registros de passagem desse jovem por seus equipamentos e serviços ofertados. • Há registros de que cursou o 1º e o 2º ano do Ensino Fundamental, relativos à alfabetização e introdução básica à matemática, na Escola Estadual Dona Beti. Do 3º ano em diante, há a matrícula, mas nenhum registro de que tenha frequentado a escola. Também não há formulário de transferência. Não há outras observações escolares.

MMT
<ul style="list-style-type: none"> • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. Referenciada ao CRAS desde 2011, inclusive sendo encaminhada para acompanhamento neurológico pela Política de Saúde. • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar. No Boletim de Ocorrência do homicídio sua escolaridade é dada como “Alfabetizado”.
MVSF
<ul style="list-style-type: none"> • Em 2015, foi acompanhado pelo CREAS, devido ao uso de drogas ilícitas pelo adolescente. Foi encaminhado para também ser acompanhado pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-I) da cidade de Salinas, porém não houve adesão e prosseguimento de tratamento proposto, nem pelo adolescente e nem vontade da família. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • O adolescente nunca aderiu às oficinas e grupos do SCFV, apesar de possuir idade compatível. • Estudos até o 7º ano (6ª série) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, não tendo concluído este último ano de escolaridade devido à evasão. • Participou do PROERD, da Polícia Militar de Minas Gerais.
LGS
<ul style="list-style-type: none"> • Desde o ano de 2013, já possuía idade superior à que se enquadra no SCFV. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família, porém o jovem não se encontrava listado no cadastro da família. • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar. No Boletim de Ocorrência do homicídio sua escolaridade é dada como “Ignorada”.
NMFM
<ul style="list-style-type: none"> • Desde o ano de 2014, já possuía idade superior à que se enquadra no SCFV e, antes disso, não quis aderir às oficinas. • Família da mãe inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. Porém, o jovem morava com o pai, que não era beneficiário. • Passou a ser acompanhado pelo CREAS para o cumprimento de MSE, porém durante o período de cumprimento houve pouco comprometimento com a medida aplicada, como por exemplo, não tendo aceitado participar dos cursos profissionalizantes do SENAI, ofertados à época. • Há registros de que cursou até o 2º ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Dona Betty. A única observação negativa é quanto à escrita mal desenvolvida, contendo vários erros ortográficos.
ABS
<ul style="list-style-type: none"> • Família referenciada pelo CRAS desde 2011, quando o jovem já tinha 23 anos de idade, portanto não compatível com as oficinas do CRAS. Na época, ele cumpria pena na Penitenciária de Unaí/MG e a mãe não visita-lo devido a dificuldades financeiras. Inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • A Equipe conhecia seu envolvimento com o tráfico de drogas. Inclusive, cumpria pena por tal crime. • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar. No Boletim de Ocorrência do homicídio sua escolaridade é dada como “Analfabeto”.

KRC
<ul style="list-style-type: none"> • No ano de 2014 o Poder Judiciário impôs ao jovem a inclusão em Medida Sócio-Educativa (MSE) de Liberdade Assistida, porém não houve adesão. Em seguida, o adolescente foi internado no Centro de Ressocialização Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Montes Claros/MG. • Conclui até o 3º ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual Dona Beti. Não há maiores informações sobre a passagem do aluno pela escola. No Boletim de Ocorrência do homicídio consta como escolaridade “Ignorada”. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • O jovem nunca aderiu às oficinas e grupos do SCFV, apesar da idade compatível. • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar. No Boletim de Ocorrência do homicídio sua escolaridade é dada como “Ignorada”.
WAS
<ul style="list-style-type: none"> • Não há dados sobre esse jovem no DTASC/CRAS • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • Estudou até a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Dona Beti. A documentação da escola revela dificuldades de aprendizagem em todos os conteúdos, bem como distúrbios de comportamento, lentidão na linguagem e há recomendações de professoras para que o aluno fosse encaminhado para avaliação psicológica. No Boletim de Ocorrência do homicídio sua escolaridade é dada como “Ignorada”.
BMS
<ul style="list-style-type: none"> • Família referenciada ao CRAS-Planalto desde 2013. • Desde que a Equipe Técnica do CRAS identificou que a mãe negligenciava os filhos e de que o irmão mais novo do jovem estava envolvido com drogas e outros atos infracionais, houve diversas tentativas de acompanhamento no âmbito do PAIF, além do uso de várias estratégias para convencer a progenitora nas oficinas ofertadas pelo sistema, bem como de inserir o jovem e os irmãos nos programas do SCFV, porém todos se recusaram a participar. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família. • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar. No Boletim de Ocorrência do homicídio sua escolaridade é dada como “Ignorada”.
E.M.S.
<ul style="list-style-type: none"> • O jovem nunca aderiu às oficinas do SCFV, apesar de possuir idade compatível. • Família inscrita no CadÚnico. Beneficiária do Programa Bolsa Família.
TCO
<ul style="list-style-type: none"> • Família referenciada ao CRAS-Planalto desde o ano de 2010. Inscrita no CadÚnico, com dois Benefícios de Prestação Continuada (BPC), sendo um para idoso e outro para pessoa com deficiência. • Ocorrência de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família reiteradas vezes, desde 2011, devido à infrequência escolar. • Família solicita com frequência Benefício Eventual de Cesta Básica. • A mãe frequentou oficinas produtivas do PAIF, porém os filhos nunca aderiram. • Concluiu a 4ª série (5º ano) do Ensino Fundamental na Escola Estadual Professora Dona Preta, no bairro Planalto. “Era aluno com alguma dificuldade de aprendizagem, mas que apresentava atitudes normais como os demais alunos. Apenas um pouco mais de indisciplina, mas nada fora de controle” – informa a vice-direção da instituição escolar. No Boletim de Ocorrência do homicídio sua escolaridade é dada como “Ignorada”.

Fonte: DTASC/Prefeitura de Taiobeiras/Escolas Públicas de Taiobeiras. Elaboração do autor.

Considerações

A primeira observação a se assinalar, a partir das informações constantes neste quadro, é com relação ao item escolaridade apresentado no Gráfico 11, relativo ao que as autoridades policiais deixaram de preencher nos Boletins de Ocorrência dos homicídios, dando como “ignorada” ou, quando preencheram, simplesmente apresentando as expressões “alfabetizado” ou “analfabeto”. Pelos dados obtidos, todos tiveram acesso, pelo menos, ao Ensino Fundamental incompleto.

O Programa Bolsa Família está universalizado. 100% das famílias das jovens vítimas de homicídio recebiam o benefício na ocasião da fatalidade, ainda que alguns desses jovens não vivessem com as mães, beneficiárias diretas do programa. Se por um lado é positiva a cobertura do Programa Bolsa Família nos bolsões de maior miserabilidade, por outro lado evidencia o grau de pobreza extrema dos ambientes familiares em que esses jovens foram criados, uma vez que dependiam desse benefício e, em muitos casos, de benefícios eventuais, como a cesta básica, para complementar as necessidades fundamentais de alimentação. Também abre a possibilidade de se interpretar o quadro de violências que essas vítimas sofreram e a criminalidade a que aderiram como motivos/consequências e/ou respostas aos seus contextos de extrema carência material, sem desprezar outros elementos como o treinamento violento, o *habitus* violento e o “*etos*” guerreiro masculino, mas interligando-os numa espiral sistêmica.

Outro item a se destacar é que há um sistema de proteção social no município, no entanto ele não é totalmente eficaz no convencimento às famílias que se assemelham às do Grupo de Vítimas, para que participem das atividades coletivas ofertadas, como as oficinas e os grupos do SCFV. O que se nota, ainda, é que essas famílias demandam apenas atenção individualizada, sobretudo na busca dos Benefícios Eventuais de Cesta Básica, recusando interação coletivizada e educativa.

A educação escolar pública não alcançou os jovens dessas famílias marcadas pela miserabilização e violência na fase em que se tornaram adolescentes. O máximo de presença desses indivíduos na escola até as últimas séries dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), ou em alguma série introdutória dos anos finais (6º e 7º anos). Também é notório que as escolas públicas não dispõem de um sistema coordenado de registro de sinais precoces de comportamento de risco, os quais conduzam ao diagnóstico rápido da possível inserção dessas crianças e adolescentes no universo das violências, do uso e do tráfico de drogas ou de abusos sexuais. Os registros escolares consultados não possuíam qualquer diferenciação de informa-

ção que pudesse, em tenra idade, permitir que aquelas futuras vítimas fossem encaminhadas a ações, programas e políticas preventivas, de modo a se evitar as abduções pelo fenômeno violento.

O Grupo de Vítimas reúne em si todos os elementos que os teóricos apontam nas bibliografias tomadas como referência: situação de pobreza e miséria, famílias violentas, alcoolizadas ou negligentes, ausência da figura paterna disciplinadora, treinamento violento em bandos de vizinhança, uso de drogas como iniciação para atividades do tráfico, atitudes de violência extrema por parte de indivíduos do sexo masculino, associação em gangues/facções para o cometimento de atividades criminais, afastamento precoce da vida escolar, acesso facilitado a armas de fogo e desconfiança para com as ações do Estado, mínimas que fossem (como oficinas e grupos do SCFV, do CRAS e do CREAS), sobre sua situação social.

Há, evidentemente, informações que não são passíveis de mensuração. Não são verificáveis, o perfil psicológico de cada indivíduo do grupo, a maior ou menor propensão de cada um para o cometimento de ações violentas ou a incapacidade pessoal de defesa. No entanto, o que se observa pelos dados objetivos coletados é que todos, inclusive a vítima feminina, se encontravam numa realidade rodeada pelo *habitus* violento, cujo cenário era a pobreza, e desconectada de uma visão pacífica/progressista de oportunidades de futuro, haja vista o afastamento precoce do espaço escolar. Uma tentativa de preencher essa lacuna se deu com a pesquisa do Grupo Espelho, no subcapítulo a seguir.

4.2 Grupo Espelho

Para fazer uma tentativa de compreensão da forma como pensavam e agiam os membros do Grupo de Vítimas enquanto desfrutaram do direito à vida, ainda que nas condições adversas já percebidas pelos dados levantados, este estudo realizou um processo de entrevista, por meio de questionário, aplicado a um grupo de vinte e três adolescentes e jovens estudantes de Taiobeiras. A escolha desse número de pessoas se deu justamente por ser o mesmo de vítimas de homicídio relacionadas ao tráfico de drogas, as quais compõem o Grupo de Vítimas.

A pesquisa com esses adolescentes e jovens foi realizada na Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, situada no bairro Nossa Senhora de Fátima, em Taiobeiras, que oferta os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e uma telessala de ensino especial para jovens com defasagem na idade escolar (6º ao 9º ano em um único período anual). A opção

por essa instituição escolar se deveu ao fato de ela receber um público diversificado, tanto em idade quanto em origem geográfica do município, de diferentes bairros e da zona rural.

O questionário aplicado foi designado de *Pesquisa sobre a percepção dos adolescentes e jovens acerca de violência e outras temáticas*. A data em que responderam às questões foi 23 de novembro de 2017. O universo da pesquisa é denominado Grupo Espelho, justamente por se pretender ver nele alguns elementos afins e explicativos daquilo que consta no perfil do Grupo de Vítimas. Muito embora, os respondentes da pesquisa tenham escolaridade mais elevada do que as vítimas de homicídio.

Em termos de referência técnica, o questionário aplicado ao Grupo Espelho seguiu algumas orientações fundadas nas práticas da OMS no que se refere à medição de dados, em todo o mundo, acerca da violência juvenil. A citação a seguir, do já referido relatório dessa organização sobre a prevenção de violência juvenil com base em evidências, de 2015, explicita a forma como foi organizada a coleta de dados.

Levantamentos especializados baseados em pesquisa domiciliar e nas escolas podem ser adequados para levar a uma compreensão mais profunda da violência juvenil e de comportamentos a ela relacionados, que, como se sabe, são precariamente representados em estatísticas coletadas como rotina. Esses comportamentos incluem *bullying*, porte de arma, envolvimento em brigas físicas, envolvimento com gangues, e consumo de bebidas alcoólicas e drogas (OMS/NEV, 2016, p.67).

Dessa maneira e seguindo tais orientações, as questões versaram sobre temas variados, dos gostos culturais ao contato com as políticas de saúde, por exemplo. No entanto, a concentração se debruçou sobre as experiências dos respondentes com violências, drogas, criminalidade e condições socioeconômicas de vida.

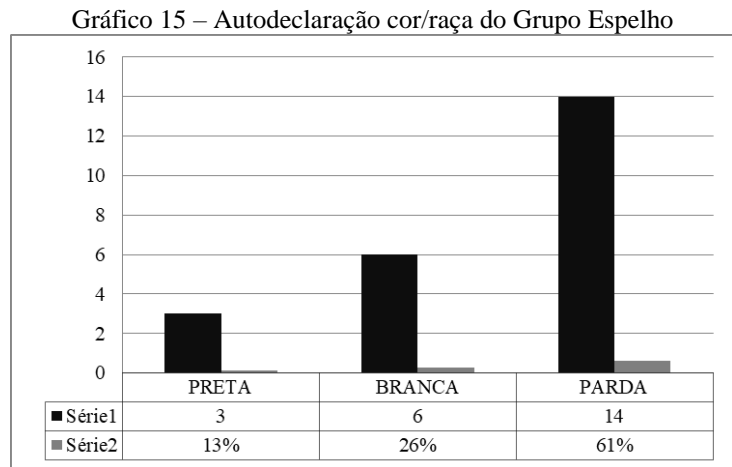
A seguir, os dados colhidos serão apresentados. Ao final, algumas considerações preliminares que, associadas às considerações sobre o Grupo de Vítimas, servirão de aporte às conclusões finais deste trabalho.

Perfil, identidade e localização

Responderam aos questionários 23 pessoas, sendo 12 do sexo feminino (52%) e 11 do sexo masculino (48%), seguindo a proporção apontada para Taiobeiras no Censo de 2010 pelo IBGE e diferenciando-se do Grupo de Vítimas, no qual a predominância era quase absoluta de

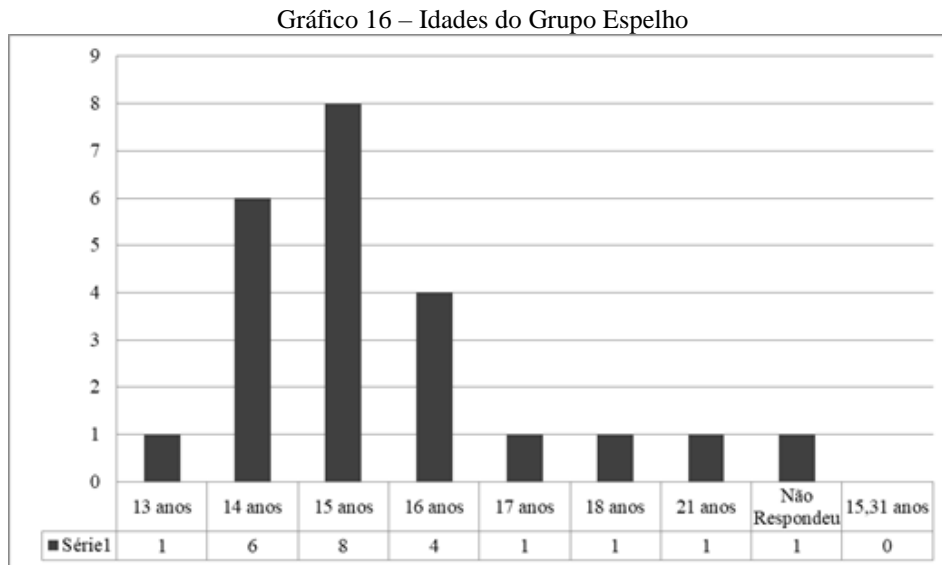
indivíduos do sexo masculino. Desses, com relação à orientação sexual, 21 declararam-se heterossexuais (92%), 01 homossexual (4%) e 01 indefinido (4%).

Em termos raciais, segue a similaridade das proporções, tanto de cadastrados no CadÚnico de Programas Sociais do Governo Federal no município, quanto dos membros do Grupo de Vítimas. 14 pessoas se autodeclararam pardas (61%), 06 brancas (26%) e 03 pretas (13%). Conforme o gráfico a seguir.



Fonte: Questionário. Elaboração do autor.

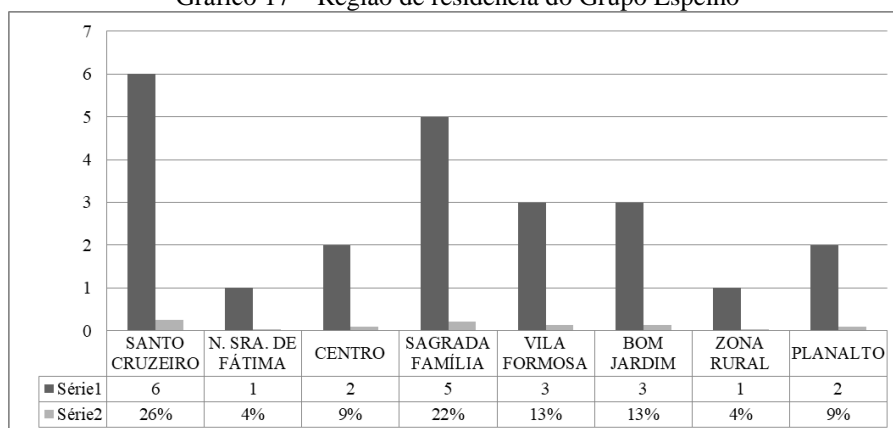
A idade dos respondentes em 2017 representou uma média de 15,31 anos. A moda foi a dos 15 anos. A linha etária variou dos 13 aos 21 (Gráfico 16). A concentração é entre 14 a 16 anos de idade, representando 75% do total de respondentes.



Fonte: Questionário. Elaboração do autor.

Geograficamente, os respondentes provêm de quase todos os bairros da cidade e também da zona rural, conforme o Gráfico 17.

Gráfico 17 – Região de residência do Grupo Espelho

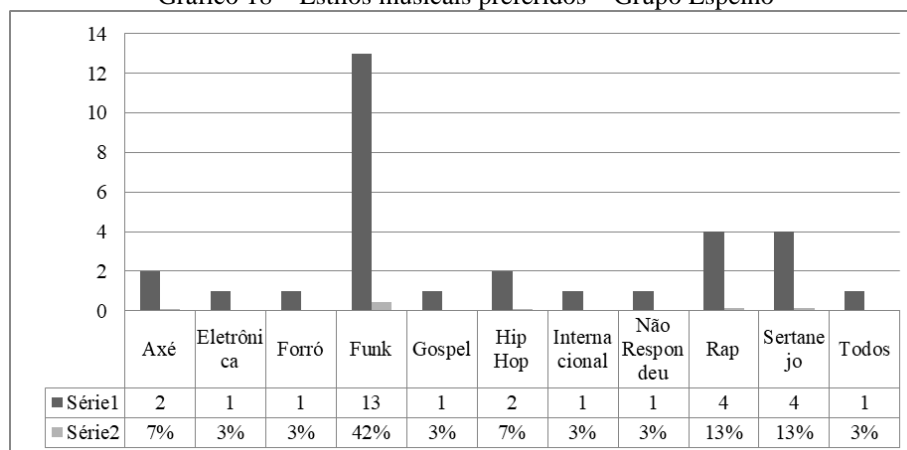


Fonte: Questionário. Elaboração do autor.

Perguntados sobre a confissão religiosa, 14 respondentes se declararam católicos (61%), 04 evangélicos (18%), 04 disseram não frequentar nenhuma religião (18%) e 01 membro da comunidade adventista (3%).

Em termos de gosto cultural e entretenimento, a pesquisa perguntou sobre qual o estilo de música que os respondentes mais gostavam de ouvir. As respostas foram livres, sem opções previamente apontadas. Os pesquisados puderam anotar quantos itens quiseram. Os números quantificam quais os estilos mais citados, conforme o Gráfico 18. Dentre todos os *funk* predomina, seguido distantemente pelo *rap* e *sertanejo*.

Gráfico 18 – Estilos musicais preferidos – Grupo Espelho



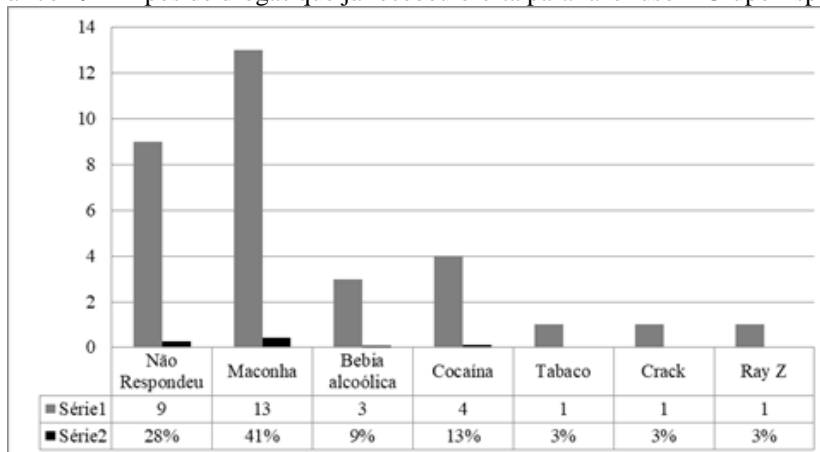
Fonte: Questionário. Elaboração do autor.

Relação com as drogas

Sobre drogas, 12 afirmaram já terem recebido oferta fora da escola (52%), enquanto 10 nunca receberam qualquer oferta (44%) e 01 (4%) não sabia. Dentro da escola, 05 já tinham

recebido sugestão (oferta) para usar drogas ilícitas (22%), 17 (74%) nunca e 01 (4%) não sabia.

Gráfico 19 – Tipos de drogas que já recebeu oferta para fazer uso – Grupo Espelho



Fonte: Questionário. Elaboração do autor.

Sobre o tipo de droga que foi oferecida ao respondente, dentro ou fora da escola, os mais citados são a maconha (41%) e a cocaína (13%). Nesta questão não havia opções prévias, podendo ser escritos vários tipos, conforme o Gráfico 19.

Perguntados se já consumiram drogas, 10 responderam que sim (43%) e 13 disseram que não (57%). Entre os que assumiram o consumo de drogas, os tipos mais comuns são a maconha, apontada 22% das vezes, a cocaína, citada 13% e, em seguida, bebidas alcoólicas e tabaco. Como a resposta para essa questão não apontava opções, substâncias como bebidas e cigarros foram citadas pelos respondentes, mesmo não se configurando como ilícitas.

Questionados sobre se já participaram do Programa de Enfrentamento e Resistência às Drogas (PROERD), da PMMG, 65% responderam que sim e 31% disseram que não.

Percepção de violência

Para a questão “*Você já presenciou algum tipo de violência fora da escola?*”, 17 responderam que sim (74%) e 06 disseram que não (26%). Esses números, por si mesmos, revelam o quanto a sensação de violência é presente na vida desses jovens. Em sequência, para essas violências avistadas fora do espaço escolar, as físicas somaram 52%, as psicológicas 26%, morte (homicídio) 4% e brigas de casal 4%. 15% disseram nunca terem tido contato com nenhum tipo fora do universo da escola.

Dentro da escola, 20 responderam que sim (87%), número maior do que o apontado para o exterior, que já viram algum tipo de violência, enquanto 03, ou 13%, nunca. As violências físicas, neste caso, somaram 61%, psicológicas 25%, violência sexual 4%, brigas 3% e nenhuma violência, 7%.

A mesma questão, sobre ter visto algum tipo de violência, também foi correlacionada ao espaço doméstico onde reside o respondente. 26%, ou 06 pessoas, disseram que há violência em suas casas, enquanto 17 indivíduos, ou 74%, afirmaram que não há violência onde moram. Entre os que disseram sim, as duas formas citadas de violência são, em primeiro, a psicológica, e em segundo, a física.

Questionados se já sofreram eles próprios algum tipo de violência, os respondentes apontaram 06 vezes para o sim (26%) e 17 vezes para o não (74%). Entre os que disseram que já foram vítimas, 05 direcionaram para a violência psicológica, 05 para a violência física, 01 para disparo de arma de fogo e 01 para violência sexual.

Mudando o foco do fenômeno violento para a prática pessoal da violência, o Grupo Espelho foi questionado se já praticou algum ato de violência. Responderam sim 12 pessoas (52%), ou seja, um pouco mais da metade. O não alcançou 11 respostas, 48%. Os que assumiram a prática de atos violentos assinalaram em primeiro a violência física, em segundo a violência psicológica e, por último, brigas, que tanto podem ser físicas ou psicológicas.

Sobre o contato com armas de fogo, 12 pessoas já viram pessoalmente alguém utilizando tais artefatos (52%), enquanto 11 indivíduos responderam que não (48%). 13% afirmaram já terem manuseado ou utilizado uma arma de fogo. 87%, não.

Compreendendo que questões comportamentais como o racismo, a homofobia e o *bullying* (constrangimento moral) são também formas de violência social/psicológica, seis questões sobre esses tipos de preconceito foram apresentadas aos respondentes.

Para a questão “*Você já foi vítima de homofobia (preconceito contra gays ou lésbicas)?*” 13% disseram que sim e 87% responderam que não. Sobre *Você já foi vítima de racismo por ser negro(a)?*” 13% afirmaram que sim e 87% que não. Sobre “*Você já fez racismo contra pessoas negras?*” 9% responderam afirmativamente, enquanto 87% negaram e 4% não deram resposta. Acredita-se que a questão de assumir se já sofreu racismo ou homofobia também passa por se assumir como negro ou como homossexual, situações ainda tabus no contexto interiorano/sertanejo de Taiobeiras.

Para a pergunta “*Você já foi vítima de bullying?*” 52% confirmaram que sim e 48% que não. Entre os que responderam que já foram vítimas, os motivos mais comuns para a chacota são: “por ser negro” (vê-se aqui o racismo), “por ser gordo”, “por ser feia”, dentre outros de menor citação. Nota-se que nessa fase da vida, a aparência física/corporal é intensamente explorada pelos adolescentes e jovens como instrumentos de prática de depreciação, provavelmente por se tratar da faixa etária em que a vaidade estética é mais aflorada e, por tal motivo, permitir o exercício de poder e subjugação sobre os demais indivíduos.

Trazendo a questão do *bullying* para a prática pessoal, apenas 01 pessoa (4%) afirmou que já praticou contra alguém. 96%, ou 22 indivíduos, disseram nunca terem realizado zombaria contra outras pessoas.

Vida escolar

Perguntados se foram reprovados alguma vez na escola, quase a metade disse que sim, 11 pessoas ou 48%, enquanto 12 indivíduos, ou 52%, negaram. Entre os que já reprovaram, quanto maior o ano de escolaridade mais alto o índice de reprovação, sendo que o 7º e o 8º ano do Ensino Fundamental receberam 30% das indicações como as séries mais difíceis para os respondentes. Coincidem, justamente, com a fase de transição da infância para a adolescência, com a conseqüente mudança de interesses e o despertar de novas e diferentes atenções.

Questionados sobre “progressão parcial”, quando o aluno avança de série sem ter sido aprovado em todas as disciplinas do ano anterior, 57% afirmaram já terem experimentado tal situação, enquanto 43% negaram. Daqueles, 35% já progrediram parcialmente uma vez e 17% duas vezes.

Para a questão “*Você considera que tem alguma dificuldade para aprender o conteúdo ensinado na escola?*” 13 pessoas (57%) responderam afirmativamente. Negaram, 10 respondentes (43%). A disciplina escolar considerada mais difícil é matemática, citada 59% das vezes e evidenciando a dificuldade de desenvolvimento de raciocínio lógico e factual dos entrevistados.

Vinte respondentes, ou 87% dos entrevistados, consideraram que ir à escola e realizar o que é orientado pelos professores faz alguma diferença qualitativa em suas vidas nos dias atuais. Para três indivíduos, 13%, não faz qualquer diferença ir à escola.

Sobre reforço escolar ou ajuda para estudar, apenas 17% dizem receber, enquanto 83% não têm qualquer ajuda. Dos que recebem ajuda para os estudos, todos citaram apenas o professor de apoio e nenhum familiar.

Saúde e sexualidade

Dos entrevistados, 16 pessoas ou 70%, disseram que já utilizaram algum tipo de medicamento contraceptivo ou preservativo por orientação de algum profissional de saúde (médico, enfermeira, pessoal do “postinho” de saúde, etc.), enquanto 07 indivíduos nunca utilizaram (30%). Entre os métodos contraceptivos mais citados pelo Grupo Espelho estão respectivamente a pílula anticoncepcional, a camisinha e a pílula do dia seguinte. Entre os que usam métodos contraceptivos, 80% são do sexo feminino e 55% do sexo masculino.

Perguntados se conheciam alguém que já teria praticado um aborto, 35% disseram que sim, 52% negaram e 13% não souberam responder. Sobre se a pessoa conhecida, que realizou o aborto, teve orientação de um profissional de saúde para tal prática, entre os que conheciam 4% disseram que sim, 44% afirmaram que não e 52% não souberam dizer se sim ou não.

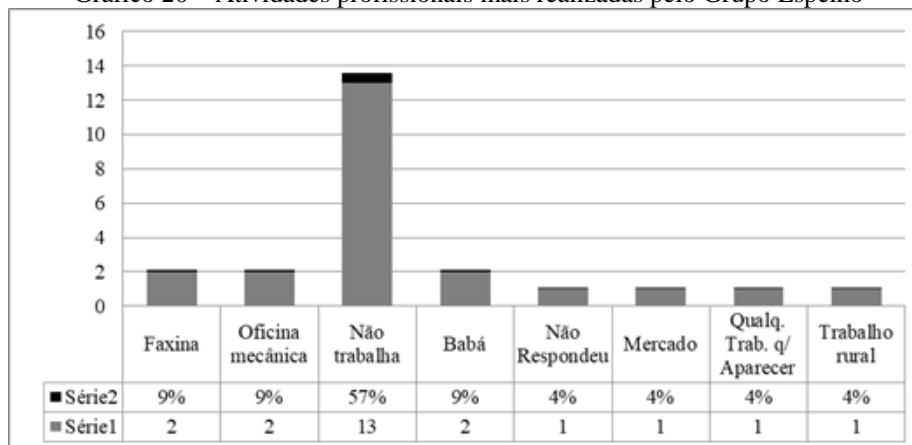
Trabalho e renda

Para “*Você trabalha fora do horário escolar?*” 48% disseram que sim e 52% afirmaram que não. Entre os que trabalham, as atividades mais comuns são faxina, oficina mecânica e babá (Gráfico 20).

Sobre os adultos que moram com os respondentes do Grupo Espelho, os entrevistados disseram que 85% trabalhavam e 17% não. Esse número de adultos sem trabalho correlacionado

aos entrevistados do Grupo Espelho é superior à taxa de desempregados de 2017, que fechou em 12,7%, segundo o IBGE⁵⁸.

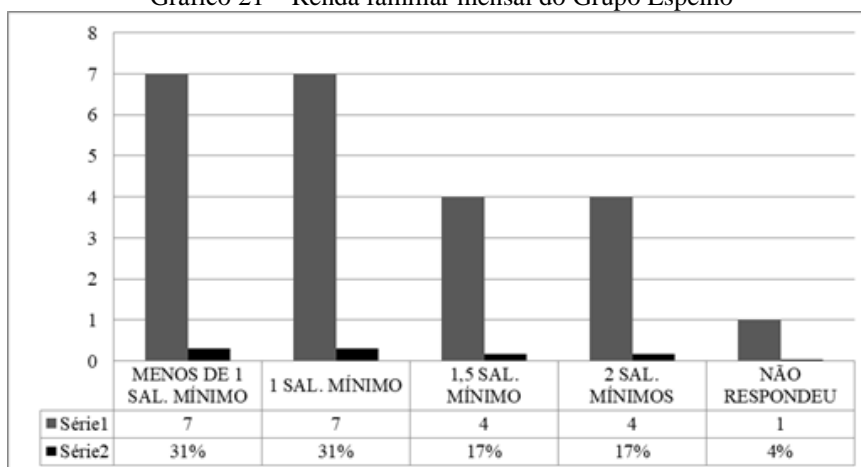
Gráfico 20 – Atividades profissionais mais realizadas pelo Grupo Espelho



Fonte: Questionário. Elaboração do autor.

Acerca da renda do grupo familiar, a situação geral do Grupo Espelho reforça as informações de extrema pobreza da população de Taiobeiras (Gráfico 21). 31% recebiam menos de um salário mínimo e outros 31%, apenas um salário mínimo mensal.

Gráfico 21 – Renda familiar mensal do Grupo Espelho



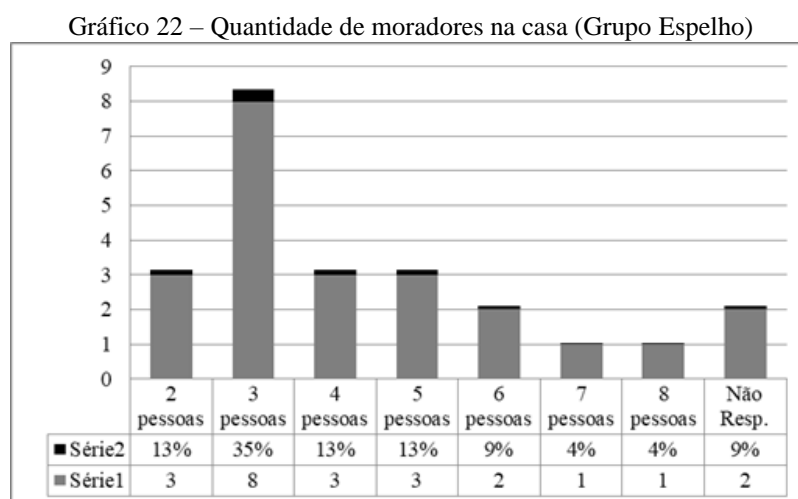
Fonte: Questionário. Elaboração do autor.

Para a questão “Alguém da sua casa recebe Bolsa Família ou algum outro programa social?” o Grupo Espelho respondeu sim em 48% dos questionários, não em 48% e não respondeu em 4%.

⁵⁸ Taxa de desemprego no país fecha 2017 em 12,7%. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/taxa-de-desemprego-no-pais-fecha-2017-em-127>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

Moradia, infraestrutura urbana e qualidade de vida

Entre os membros do Grupo Espelho, 61% moram em casa própria, 26% de aluguel, 9% em casa cedida e 4% não soube responder. Quanto ao número de pessoas, incluindo o entrevistado, que residem na casa, o menor número foi de dois moradores e o maior de oito indivíduos, conforme o Gráfico 22.



Fonte: Questionário. Elaboração do autor.

Em todas as moradias (100%), segundo os entrevistados, há oferta de energia elétrica.

Oitenta e três por cento das residências são servidas de água tratada pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA-MG) ou pela COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (COPANOR), esta última que atende às residências do meio rural do semiárido mineiro, enquanto 17% não possuem serviços de água tratada.

A rede de tratamento e esgotamento sanitário, também administrada pela COPASA-MG atende apenas às residências do meio urbano de Taiobeiras, estando presente em 65% das casas dos entrevistados do Grupo Espelho e ausente em 35%.

Em 100% das residências do Grupo Espelho há geladeira e aparelho de televisão. 87% dos entrevistados possuem aparelho de telefonia celular do tipo *smartphone*, enquanto 13% não o detêm. Do total que possui *smartphone*, todos (100%) afirmam acessar a Rede Mundial de Computadores (Internet) através do aparelho.

Considerações

A informação mais relevante é aquela que demonstra que o contato com situações que levam à violência ou que produzem sensação de insegurança é uma realidade para a maioria dos entrevistados, praticamente um fato banalizado. E isto é algo precoce na vida desses adolescentes-jovens. Diferentes tipos de violência, físicas, morais (psicológicas, *bullying*, racismo e homofobia), são anotados por eles. É alarmante a visualização/utilização de arma de fogo por mais da metade do Grupo Espelho.

Também o contato do Grupo Espelho, cuja moda de idade é de 15 anos, seja ele físico ou visual, com o universo das drogas lícitas (para maiores de idade) ou ilícitas, é bastante comum. Percebe-se que o uso de álcool é considerado culturalmente normal para menores de idade. A maconha, entre as ilegais, é a porta de entrada dos usuários.

Não há, por parte das famílias, qualquer envolvimento com o processo de educação escolar dos filhos além da realização da matrícula numa instituição pública. Pelas respostas, a totalidade não recebe qualquer apoio educacional para as tarefas escolares dentro das casas. Não por acaso, é grande a quantidade de entrevistados que já repetiram de ano escolar ou que foram aprovados através do sistema de progressão parcial, quando há a promoção para a série seguinte mesmo sem a aprovação em todas as disciplinas do ano anterior. A dificuldade apontada principalmente para com a disciplina de matemática revela os contextos de falta de familiaridade com planejamentos pessoais ou familiares e, também, do pouco costume em realizar raciocínios socialmente considerados lógicos e coordenados.

O processo de educação sexual e o acesso a políticas públicas desse setor também se demonstraram preocupantes para essa faixa etária e grupo social. Um percentual elevado desconhece ou não tem acesso a preservativos ou orientação sobre anticoncepcionais, tampouco a noções de planejamento familiar ou de risco de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS.

A renda da maioria é gravemente baixa, levando a metade dos respondentes a trabalharem, mesmo que a maioria esteja abaixo dos 16 anos (definidos por lei como a idade para o início da vida profissional oficial), confirmando os dados do CadÚnico quanto à extrema pobreza de 50% dos habitantes de Taiobeiras. O acesso do Grupo Espelho ao Programa Bolsa Família é de apenas pouco menos da metade dos pesquisados. Luz e água são praticamente universalizados. O déficit se encontra na cobertura da rede de esgotamento sanitário.

Em termos de moradia, a maioria reside em imóvel próprio da família e tem acesso a bens como geladeira e aparelho de televisão. O acesso à internet, por meio de *smartphones*, também é praticamente total. O consumo de cultura de massa, explicitado nos gostos musicais e nos modernos modelos de aparelhos telefônicos celulares, ocupa o espaço educativo que a escola representa marginalmente nas vidas dos entrevistados. Ainda assim, a maioria dos respondentes acredita que aquilo que é ensinado no território escolar representa alguma significação positiva para suas existências. O uso de tais aparelhos, também demonstra o papel da interiorização do consumo em todos os espaços territoriais e sociais do país, independentemente da renda.

4.3 As mães

Um dos momentos de caráter qualitativo da pesquisa foi o das entrevistas informais com duas mães de membros do Grupo de Vítimas. Conforme MINAYO (2015, p.21), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

A primeira das mães teve dois filhos assassinados em um período de pouco mais de sessenta dias entre um homicídio e outro, no ano de 2013. A última, mais jovem, teve o filho morto em 2016. A fim de resguardar a identidade delas e das vítimas, serão denominadas de “Mãe 1” e “Mãe 2”. A “Mãe 1” é a progenitora da “Vítima A” e “B”. A “Mãe 2” é progenitora da “Vítima C”.

A “Mãe 1”⁵⁹

A primeira entrevista ocorreu na casa da “Mãe 1”, em 15 de janeiro de 2018, no bairro Vila Formosa, um dos de maior incidência de homicídios no período coberto por esta pesquisa. A residência é pequena, composta de dois quartos, um banheiro e uma sala conjugada com a cozinha, ocupada de um antigo empreendimento de casas populares do extinto BNH, sem propriedade oficial documentada, mas sem pagamento de aluguel ou qualquer outra forma de aferição de valores monetários. No momento da entrevista, por volta das 18 horas, a “Mãe 1”

⁵⁹ As frases e expressões entre aspas nesta seção se referem, quase sempre, às falas literais da “Mãe 1”, da “Vítima B”, ou a trechos de cartas escritas pela “Vítima A”, que serão facilmente entendidas, conforme a construção e o encadeamento do texto.

acabara de chegar do emprego. Ela trabalha como empregada doméstica em casa de terceiros, sem qualquer registro profissional. Fez questão de frisar que nunca teve carteira assinada e de que não sabe como se aposentará, mesmo estando na idade de 57 anos. É registrada no CadÚnico, mas não recebe Bolsa Família porque não tem mais nenhum filho menor de idade ou em idade escolar em casa.

Mora com ela o filho mais velho, que a “Mãe 1” fez questão de frisar que não trabalha e é alcoólatra, estando na faixa dos 35 anos de idade. Também, é presença constante a única filha do sexo feminino, segunda em idade, juntamente com duas crianças, filhos dela, portanto, netos da “Mãe 1”.

Questionada sobre os filhos que foram vítimas de homicídio, a “Mãe 1” começou por defendê-los, afirmando que eram “pessoas boas”, mas que “se perderam” por com conta “de amizades e desgostos com a vida”. A “Vítima A” tinha 25 anos de idade quando foi assassinada e seu irmão, a “Vítima B”, sofreu homicídio cerca de dois meses depois, aos 14 anos.

Segundo a “Mãe 1”, as “Vítimas A e B” sofreram homicídio por conta de rixas com traficantes que moravam (e ainda moram) em sua vizinhança. De acordo com ela, os conflitos foram relacionados a assassinatos anteriores, nos quais seus filhos tiveram participação, disputa pelo tráfico de drogas e ciúmes por conta de mulheres.

Em nenhum momento a “Mãe 1” negou que seus filhos estivessem envolvidos com o uso de drogas e o tráfico, nem mesmo que já tivessem alguma relação com outros assassinatos acontecidos na cidade. O remorso ou sentimento que ela demonstrou é quanto aos motivos que levaram seus dois filhos a este universo. Em sua fala, não houve muita clareza sobre esses possíveis motivos e circunstâncias. No entanto, o discorrer de sua narrativa proporcionou o levantamento de algumas hipóteses pelo entrevistador.

Ela queixou-se muito da ausência afetiva, moral e financeira do pai de seus quatro filhos. Em todo momento, alegou que sempre teve de trabalhar fora e de ganhar pouco para sustentar as necessidades básicas de alimentação, vestuário, água e luz para os filhos, enquanto que o pai deles, num primeiro momento, se absteve de trabalhar, praticava pequenos delitos, inclusive sendo várias vezes detido pela polícia e, ao final, abandonou a família.

A narrativa da “Mãe 1” foi entremeada de sentimento de revolta contra o antigo companheiro, pai de seus quatro filhos. Relatou, inclusive, em tom de lamento, que várias vezes o

viu portando armas de fogo em casa e emulando brincadeiras com elas junto aos filhos, quando esses eram crianças.

Segundo a “Mãe 1”, o fato de ela sempre estar fora de casa, trabalhando para garantir o sustento, também a fez ausente, deixando os filhos à própria sorte em casa ou na rua.

Perguntada sobre a vida escolar dos filhos, demonstrou pouco conhecimento a respeito, resignação quanto à infrequência deles e nenhuma noção de que considera o que é ofertado no espaço escolar como algo necessário e importante. Notou-se que a vida escolar dos filhos foi pontilhada pela infrequência, reprovação e nenhuma intervenção familiar significativa.

Sobre a “Vítima A”, seu filho mais velho, a “Mãe 1” não soube responder se ele entrou na escola quando a família ainda morava em Taiobeiras ou se quando foram viver, sazonalmente, no município de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. Fato incerto, conforme suas memórias, é o de que a “Vítima A” teria concluído apenas a “4ª série” (atual 5º ano do Ensino Fundamental).

Quanto ao filho mais novo, a “Vítima B”, ela relatou que ele foi à escola até o 9º ano do Ensino Fundamental, “oitava série”. Porém, descobriu que ele havia parado de frequentar a escola quando foi “chamada pela professora” para ser comunicada de que tinha tempo que ele não comparecia à sala de aula. Ela concluiu, então, que a “Vítima B” saía de casa, todos os dias, uniformizado e carregando os materiais de estudo, mas que não adentrava à escola e à sala de aula. A “Mãe 1” relatou, ainda, que teve uma conversa com a “Vítima B” sobre esse assunto da evasão escolar. Segundo ela, que o filho disse que “poderia até voltar”, mas que “não faria mais nada” na sala de aula, porque “não tinha mais cabeça” para a escola. Ainda conforme a narrativa da “Mãe 1”, o filho teria prometido que no ano seguinte (2014) iria se esforçar para retomar os estudos, mas foi assassinado em dezembro de 2013.

Questionada sobre o comportamento dos filhos que foram vítimas de homicídio, mais uma vez a “Mãe 1” defendeu o “bom caráter” deles. Quanto à “Vítima A”, o mais velho, disse que ele não “trazia essas porqueiras aqui pra casa”, referindo-se às drogas, e que também não era de “trazer amiguinhos aqui pra dentro”, em relação aos colegas usuários/traficantes do filho. Afirmou que a “Vítima A” começou a praticar pequenos delitos, “roubinhos”, quando a família morava em Contagem/MG. Que desde menor de idade ele teve várias passagens pela polícia, “que apanhou muito da polícia” e que havia menos de duas semanas que tinha saído do

Presídio Estadual de Unai/MG quando ocorreu seu assassinato. Segundo a “Mãe 1”, o filho foi vítima de uma armadilha “dos amigos”, mas que “não devia nada”.

Em contraposição, as investigações da Polícia Civil revelam que de dentro da cadeia a “Vítima A” deu ordens para que o irmão, menor de idade, que se tornaria a “Vítima B”, assassinasse o chefe do tráfico da região, morador da mesma rua de ambos, porque este estaria tendo relações afetivas com sua “esposa”. O crime se concretizou. O jovem que morreu nesse homicídio também está incluído entre os membros do Grupo de Vítimas.

Várias cartas e artesanatos, escritas e confeccionados pela “Vítima A” na prisão, estavam sobre uma estante na pequena sala da “Mãe 1”. O entrevistador teve acesso a esses objetos, principalmente às cartas. Em resumo, as mensagens escritas pela “Vítima A” narravam arrependimento, discurso religioso, uma vez que a família é evangélica, pedidos de perdão à mãe e frases de autocrítica quanto às suas atitudes de “sempre envolver com problemas que fazem a gente sofrer”.

Quanto à “Vítima B”, a “Mãe 1” resguarda ainda mais sentimentos de remorso. Segundo ela, tratava-se de “um menino quieto e caseiro”, que ela deixava na residência para ir trabalhar e que ele, inclusive, a ajudava muito nas tarefas domésticas, como, por exemplo, limpar a casa e arrumar os poucos pertences da moradia. No entanto, de “uma hora para outra”, ela começou a chegar em casa e a encontrá-lo sempre em conversas com várias companhias, rapazes e moças da mesma idade dele ou um pouco mais velhos, em situações “estranhas” e utilizando substâncias que ela julgou serem drogas. De acordo com a narrativa, sempre que a “Mãe 1” chegava em casa, a “Vítima B” dispensava os colegas que até então estavam reunidos com ele.

A “Mãe 1” conta que chegou a conversar com o filho (“Vítima B”) sobre isso, mas que ele, embora não fosse agressivo com ela, não aceitava orientação e sempre repetia a cena de envolvimento com “os colegas”. A “Mãe 1” admite que a “Vítima B” assassinou o vizinho, chefe do tráfico na região, mas não aceita a versão de que foi a mando do irmão, a “Vítima A”. Quando a “Vítima A” foi assassinada, semanas após sair da prisão, a “Vítima B” abandonou a casa da mãe, já com discurso de vingança, passando a morar em lugar que ela diz desconhecer, até também ser assassinado cerca de dois meses depois.

A “Mãe 1” é evangélica. Durante a entrevista ela agregou à narrativa diversas expressões que pertencem à visão de mundo desse grupo religioso. Lamentou-se por não ter condições de

ter dado uma formação religiosa, segundo os “padrões da igreja”, aos filhos. Também queixou-se por ser separada do marido, o “pai ausente”, segundo ela, o que em sua concepção feria a “vontade de Deus”. Por essa razão, ela entende que os homicídios de seus dois filhos mais novos seriam uma espécie de “castigo de Deus” por não levarem uma vida “de acordo com o Evangelho”, usando de suas próprias palavras.

Ao final da entrevista, a “Mãe 1” pediu contribuição ao entrevistador e à pessoa que o acompanhava para concluir o acabamento de reboco, piso e porta do quarto em que vive o filho mais velho, uma vez que seu salário mensal de empregada doméstica, de R\$ 600,00 (seiscentos reais), abaixo do mínimo nacionalmente instituído e única fonte de renda da família, não lhe permite concluir a obra de reparo da residência.

Considerações

Ausência da figura paterna, como provedor ou como educador, durante a maior parte da infância das duas vítimas de homicídio, num contexto cultural em que se espera do pai que exerça tais funções.

Relação de “socialização familiar violenta”, a utilizar um conceito de ROLIM (2014), sendo a figura do pai o elemento violento, com uso irresponsável de arma de fogo dentro da casa e na presença dos filhos menores ou na prática de delitos e crimes que o levaram ao conflito com a polícia, favorecendo desde cedo a formação violenta das crianças que se tornariam alcoólatras, viciados em drogas ilícitas, traficantes, acusados de assassinato e vítimas de homicídio consumado.

Ainda, tomando conceito de ROLIM (2014), há uma socialização violenta por pares violentos, demonstrada na relação que ambas as vítimas, “A” e “B”, tiveram com os “amigos” ligados ao uso e ao tráfico de drogas.

A figura da “Mãe 1” representa a mulher que tem de se tornar provedora da família, em meio a uma cultura (e a uma postura da própria mulher) em que não se entende ser esse o papel dela, deixando a casa e os filhos para trabalhar, e sem representar figura expressiva de autoridade que possibilitasse identificar os primeiros sinais de criminalidade neles e algum esboço de tentativa de coibi-los.

Ela própria, a “Mãe 1”, viu-se com a responsabilidade de prover a subsistência econômica, por ausência do companheiro, abdicando, por força externa, da responsabilidade objetiva de educar os filhos para a vida em sociedade.

Houve um processo de complacência e de leniência da família para com os pequenos delitos, ainda na infância, daqueles que viriam a se tornar as “Vítimas A e B”, talvez por conta de dois motivos: i) histórico de criminalidade paterno; ii) questões imperativas de sobrevivência que açambarcaram a preocupação da “Mãe 1”, debilitando o processo educativo familiar para a convivência.

A cultura religiosa presente na família serviu como elemento de cultivo de culpabilidade na figura materna.

As relações econômicas de trabalho impuseram um contexto de carência material e alheamento dos entes familiares acerca de uma convivência efetiva e harmônica.

As relações com as políticas públicas e os programas sociais do Estado são incipientes, descredenciadas e esporádicas. Segundo a “Mãe 1”, a “Vítima B” chegou a frequentar o Programa de Enfrentamento às Drogas (PROERD), da Polícia Militar, quando estava na “quarta série” (5º ano do Ensino Fundamental).

A escola e a escolarização não se fazem representar significativamente no universo de expectativa de futuro da família.

As rixas, ciúmes, cobranças, vinganças e homicídios seguem, também, o padrão cultural histórico sertanejo (SILVA. C, 2007), da honra masculina (SILVA. F, 2014) e da socialização familiar violenta (ROLIM, 2014).

A “Mãe 2”⁶⁰

A entrevista com a “Mãe 2” foi realizada em 28 de fevereiro de 2018. É uma mulher de 32 anos de idade e que mora com o pai, avô da “Vítima C”, numa casa antiga afastada do centro de Taiobeiras, numa região que já foi considerada espaço rural, mas que nos últimos dez anos foi engolfada pelo crescimento da cidade. Ela se tornou mãe aos 15 anos de idade, adolescen-

⁶⁰ As frases e expressões entre aspas nesta seção se referem, quase sempre, às falas literais da “Mãe 2”, e serão facilmente entendidas, conforme a construção e o encadeamento do texto.

te, e nunca viveu com o pai da “Vítima C”, que por sua vez atualmente é casado e reside na cidade Montes Claros/MG.

A “Mãe 2” trabalha esporadicamente, principalmente como balconista no comércio da cidade. Sem vínculo empregatício duradouro, sobrevive da aposentadoria do pai, que é viúvo, quando não está trabalhando. Antes do homicídio, a “Vítima C”, um adolescente que morreu em 2016 aos 15 anos de idade, também residia na casa do avô, inclusive praticando furtos na própria residência e na vizinhança para sustentar o vício em maconha e *crack*, de acordo com a “Mãe 2”.

Na entrevista, ela admite que não foi “presente” na vida do filho, principalmente até os oito anos de idade, deixando-o sem atenção e com a criação à cargo dos avôs – a avó da “Vítima C” faleceu de câncer quando ele tinha entre oito e nove anos de idade – e de suas irmãs. Segundo ela, engravidou “cedo demais” e não tinha maturidade para “cumprir o papel de mãe”. Também apontou a ausência do pai da “Vítima C” na criação do filho.

Disse que percebeu que o filho estava usando drogas ilícitas quando ele tinha 11 anos de idade. Também demonstrou que não acompanhava a vida escolar do filho, que repetiu o 6º ano do Ensino Fundamental duas vezes e evadiu da escola no meio do 7º ano.

A “Mãe 2” conta que, “logo depois” de descobrir que o filho usava drogas e furtava a residência e a vizinhança, o enviou para morar com o pai na cidade de Montes Claros. Ele permaneceu naquela cidade norte-mineira por apenas dois meses. Ainda, segundo a narrativa da “Mãe 2”, durante o período em que esteve com o pai, a “Vítima C” não teria “dado problemas”, “foi um bom menino” e “obedecia tudo”. No entanto, segundo ela, o pai o mandou de volta para Taiobeiras porque a esposa dele estava grávida e o parto seria em breve. Como moravam num pequeno apartamento, não haveria espaço para a “Vítima C” continuar a morar com a família paterna.

Questionada sobre se a “Vítima C” chegou a participar de algum projeto social da cidade ou se ela havia buscado ajuda externa, a “Mãe 2” informou que ele se recusava a participar de qualquer atividade, que sempre foi “muito fechado”, que “não gostava de ir para a escola”, e que ela buscou ajuda no CRAS do Centro e também junto à psicóloga do Posto do Programa de Saúde da Família do bairro em que mora, mas que a “Vítima C” não quis comparecer às sessões marcadas. Mas que ela não insistiu para que ele fosse.

A “Mãe 2” contou, também, que tentou mandar o filho para a casa de uma irmã, tia dele, em Barueri/SP, quando soube que ele estava sofrendo ameaças por conta de dívidas com o tráfico de drogas da cidade. De acordo com ela, os traficantes foram até a casa da família, ameaçá-la e ao avô, idoso, da “Vítima C”, para que pagassem o que o adolescente devia pelas drogas consumidas. Perguntada sobre se denunciaram as agressões à polícia, disse que não, por medo de retaliações.

A tia do adolescente não pode recebê-lo porque, além de morar em uma casa pequena no interior paulista, cuidar do próprio filho e trabalhar fora, ainda lidava com um irmão (dela e da “Mãe 2”), também usuário de drogas.

A “Vítima C” desapareceu de casa dois dias antes de ser encontrado, assassinado por arma de fogo, em um terreno rural nas imediações de Taiobeiras.

Considerações

A “Vítima C” é claramente fruto de um caso de gravidez na adolescência de sua mãe, sendo que ela assume que não estava emocionalmente preparada e socialmente educada para o papel materno, o que fica demonstrado nas diversas tentativas dela em transferir as responsabilidades sobre a criação e os problemas do filho a outros entes familiares.

A situação demonstra também o quanto as famílias antigas, no caso representada pelo avô, ainda que na pobreza ou na velhice, têm de arcar com os cuidados e sustento de netos. Muitas vezes, esses cuidados são anacrônicos para com o contexto novo, de uso de drogas e criminalidade, uma vez que a educação dos membros mais velhos da família não lhes preparou para lidar com esses fenômenos recentes em cidades do interior (ENDLICH & FERNANDES, 2014).

A ineficiência da família de acompanhar a vida escolar da “Vítima C” reforça a quebra da “socialização escolar”, que conduz à “formação violenta”, segundo ROLIM (2014).

A não responsabilização familiar direta de figuras como a própria “Mãe 2” – pela própria debilidade de sua formação para o exercício das responsabilidades maternas, do pai e de parentes próximos sobre os rumos educativos e de cuidados, até mesmo emocionais, para com a “Vítima C”, também contribuiu para o processo que culminou com o adolescente entrando no universo do uso de drogas e da prática de pequenos delitos e infrações para sustentar o vício.

Os sistemas de Assistência Social e de Ensino não foram capazes de contribuir efetivamente com a família no processo de assistência ao adolescente envolvido com o uso de drogas e com participação infrequente no espaço escolar.

4.4 Educação Pública em Taiobeiras

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Federal Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, normatiza o que o capítulo III, Seção I, da Constituição de 1988 já havia consagrado como um dos direitos fundamentais da pessoa humana no Brasil, a Educação. E, a despeito de repetir o texto constitucional quanto aos atores a quem cabe o dever de educar, como sendo a família, a sociedade e o Estado, transforma esse último na personagem principal da execução da tarefa de ofertar educação institucional aos cidadãos. Em síntese, a educação tornou-se uma Política Pública social, inclusive com rubrica orçamentária própria e a instituição de um amplo sistema estatal que perpassa os três níveis de governo da República brasileira.

Destaca-se, ainda, que por emenda constitucional de 2006 (EC nº 53/2006) e lei federal de 2013 (Lei nº 12.796/2013), ocorreu a extensão da gratuidade do ensino escolar público para todo o período denominado de Educação Básica, que compreende o pré-escolar (04 e 05 anos de idade), os nove anos do ensino fundamental (06 a 14 anos de idade) e o ensino médio (15 a 17 anos de idade) ou a educação de jovens e adultos, para aqueles que não concluíram a Educação Básica na idade formalmente considerada normal.

Dessa forma, as competências de organização e oferecimento da política pública de educação cabem ao Estado nacional, preferencialmente subdividas pelos três níveis federativos da seguinte maneira: a educação infantil e o ensino fundamental, prioritariamente aos municípios; o ensino médio, aos estados; e a educação superior, à União.

A organização dos sistemas de ensino em cada respectivo nível se dá em regime de colaboração, respeitando a autonomia, mas seguindo padrões definidos tecnicamente através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (TEIXEIRA, 2010, p.2) e, atualmente, através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No caso específico do sistema de ensino do estado de Minas Gerais, foram instituídos os CBCs (Conteúdos Básicos Comuns), para cada nível escolar e disciplina, pela Resolução SEE/MG, Nº 666, de 07 de abril de 2005.

Através de leis ordinárias, nos três níveis federativos, diretrizes pedagógicas são incluídas nos planos curriculares dos sistemas de ensino, a exemplo da Lei Federal Nº 10.639, de 2003, que determinou o ensino e a valorização da história da África e da cultura indígena nos currículos do Ensino Fundamental brasileiro.

Em termos de financiamento, a União deve aplicar, minimamente, conforme determina a Constituição Federal, 18% para a educação. Aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, o mínimo é de 25% das receitas líquidas dos impostos e de transferências constitucionais (BRASIL. Constituição, Art. 212).

Através da Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, regulamentada pela Lei n.º 9.424/1996, e pelo Decreto n.º 2.264/1997, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)⁶¹, que começou a ser implantado a partir de 1º de janeiro de 1998.

Atendendo à histórica reivindicação dos setores sociais ligados à Educação, organizados em torno das Conferências Nacionais de Educação realizadas pelo Governo Federal desde 2003, foi promulgada a Emenda Constitucional n.º 53/2006, regulamentada pela Lei n.º 11.494/2007 e pelo Decreto n.º 6.253/2007, que substituiu o FUNDEF pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Com esse fundo, de natureza contábil, organizou-se a partição dos recursos para toda a Educação Básica, incluído o Ensino Médio, passando-se a constituir nacionalmente um valor de investimento público em educação, por aluno, através de fundos estaduais e do Distrito Federal, com a possibilidade de suplementação, por parte da União, sempre que alguma unidade federativa não consegue cobrir a sua parte na cota. Além disso, o FUNDEB garantiu recursos para a constituição de planos de carreira e de valorização salarial dos profissionais brasileiros do magistério.

Outro fruto das Conferências Nacionais de Educação foi a elaboração, com ampla participação social, da lei que estabelece para cada dez anos o PNE (Plano Nacional de Educação).

⁶¹ De acordo com o Ministério da Educação (1998), “A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), ao subvincular a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação. A Constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação. Com a Emenda Constitucional n.º 14/96, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios) ficam reservados ao Ensino Fundamental. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização de 15% dos principais impostos de Estados e Municípios, promovendo a sua partilha de recursos entre o Governo Estadual e seus municípios, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino”. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

O atual PNE, sancionado em 2014 e válido até 2024, estrutura-se em vinte metas para a Educação Nacional. As metas desse plano versam principalmente sobre educação inclusiva, o aumento da taxa de escolaridade média dos brasileiros, a capacitação e o plano de carreira dos professores, aspectos sobre a gestão e o financiamento dos sistemas de ensino.

O monitoramento dos resultados brasileiros em educação se dá por diversos instrumentos estabelecidos pelos respectivos sistemas públicos de ensino. As avaliações externas se constituem nos itens para composição de índices balizadores, como a Prova Brasil, para escolas e municípios, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para os estados e o país, ambos de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e, no caso de Minas Gerais, as provas do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação (SIMAVE). O principal deles, para a Educação Básica (que perfaz até o Ensino Médio) é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado pelo Decreto Presidencial nº 6.094, de 24 de abril de 2007, e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao MEC.

O IDEB é composto através das médias da Prova Brasil e do SAEB, postas em contraposição ao fluxo de aprovação escolar, constituindo um número que varia numa escala de 0 a 10, sendo que a nota 6 é considerada a mínima satisfatória⁶², seja para a escola, nível de escolaridade, município, estado, Distrito Federal e país. Quanto maior a nota, presume-se que melhor a taxa de aprendizado por parte dos estudantes e menor o número de reprovações.

A despeito de todos esses avanços constitucionais, legais e institucionais, a educação básica pública brasileira amarga índices bastante negativos em comparação aos países desenvolvidos e, mesmo, em relação a países do mesmo porte de desenvolvimento socioeconômico.

Tabela 06 – IDEB/Metas País, Anos Iniciais, Rede Pública

ANO	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IDEB	4	4,4	4,7	4,9	5,3			
META	3,6	4	4,4	5	5	5,2	5,5	5,8

Fonte: INEP/MEC. Elaboração do autor.

A evolução do IDEB para os anos iniciais (1º a 5º ano do Ensino Fundamental), de 2007 a 2015, foi lenta, pouco acima da meta estipulada e revelou tendência à desaceleração a partir de 2013, estando ainda abaixo da nota 6 desejada à educação de países desenvolvidos.

⁶² De acordo com o MEC: “As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.” Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

Tabela 07 – IDEB/Metas País, Anos Finais, Rede Pública

ANO	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IDEB	3,5	3,7	3,9	4	4,2			
META	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5	5,2

Fonte: INEP/MEC. Elaboração do autor.

Os números relativos aos anos finais (6º ao 9º ano do Ensino Fundamental) foram ainda piores, mais baixos, tanto nas metas quanto nos resultados, do que os dos anos iniciais; sendo o IDEB, de 2013 e 2015, inferior à meta estabelecida pelo MEC e distante quase dois pontos da nota 6.

Tabela 08 – IDEB/Metas País, Ensino Médio, Rede Pública

ANO	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IDEB	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5			
META	3,1	3,2	3,4	3,6	4	4,4	4,7	4,9

Fonte: INEP/MEC. Elaboração do autor.

Porém é no Ensino Médio que a situação da aprendizagem das escolas públicas se descortina e apresenta o maior gargalo ao desenvolvimento humano, social e econômico do país. Os números do IDEB permaneceram estacionários, desde que começaram a ser medidos, e abaixo das metas, desde 2013. Distantes, em 2015, 2,5 pontos da nota 6 mínima dos países desenvolvidos.

É necessário destacar que os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio compreendem a cobertura escolar das faixas etárias mais expostas aos danos da criminalidade e da violência no país e, também, no município deste estudo de caso. A julgar pelos números do IDEB, a crise no processo educativo público brasileiro, que é originada em diversos fatores, impacta sobretudo em adolescentes e jovens pobres, população preferencial da escola pública.

A Educação em Taiobeiras

De acordo com o IBGE, a par de dados do INEP/MEC, em 2010 o município de Taiobeiras tinha a satisfatória taxa de escolarização de 98,3% da população de 6 a 14 anos de idade (Ensino Fundamental).

O IDEB dos anos iniciais, em 2015, superou a meta de 6 pontos verificada em países desenvolvidos, alcançando a nota 6,6 e superando o país em 1,3 ponto. Já nos anos finais, em 2015, a nota foi 5, abaixo em 1 ponto da média 6, mas maior do que a do país em 0,8 ponto. O IDEB de Ensino Médio municipal não é divulgado por questões técnicas do INEP.

Tabela 09 – Educação em Taiobeiras

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	98,3 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental [2015]	6,6
IDEB – Anos finais do ensino fundamental [2015]	5
Matrículas no ensino fundamental[2015]	4.693 matrículas
Matrículas no ensino médio [2015]	1.526 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2015]	250 docentes
Docentes no ensino médio [2015]	98 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2015]	11 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2015]	4 escolas

Fonte: IBGE/INEP/MEC.

Também de acordo com O IBGE/INEP/MEC, em 2015 houve 4.693 matrículas no Ensino Fundamental e 1.526 matrículas no Ensino Médio. Naquele mesmo ano, havia 44 docentes na Educação Infantil, 250 docentes atuando no Ensino Fundamental e 98 professores trabalhando com o Ensino Médio; 11 escolas ofertando o Ensino Fundamental e 4 o Ensino Médio, entre públicas e privadas. Não há instituição presencial de Ensino Superior pública ou privada em Taiobeiras.

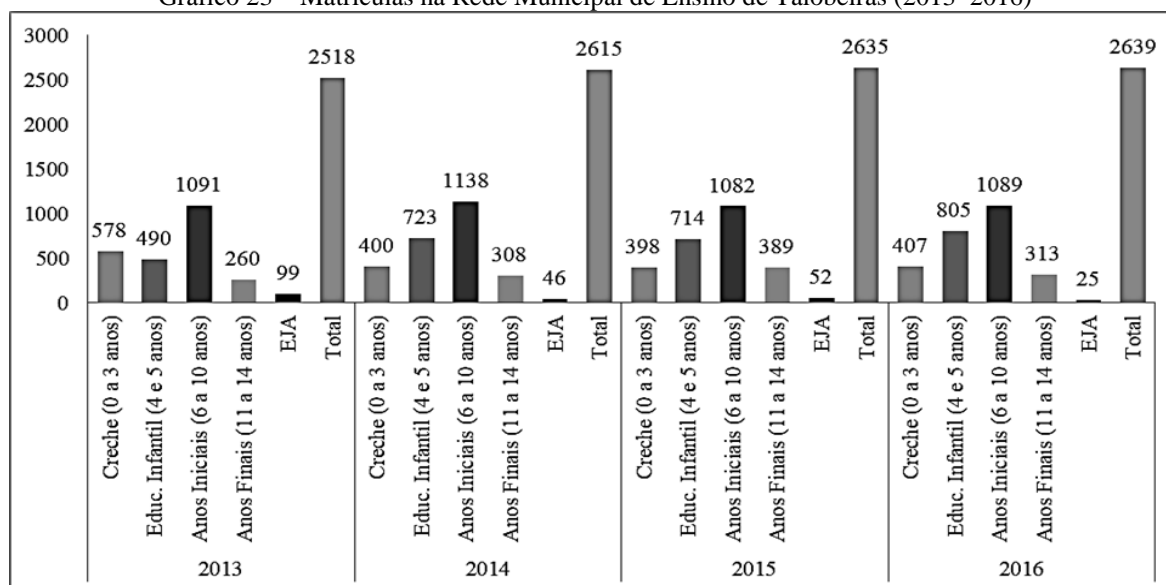
Tabela 10 – Docentes em Taiobeiras (2015)

DOCENTES	
ENSINO PRÉ-ESCOLAR	44
Escola pública municipal	33
Escola pública estadual	0
Escola privada	11
ENSINO FUNDAMENTAL	250
Escola pública municipal	74
Escola pública estadual	124
Escola privada	52
ENSINO MÉDIO	98
Escola pública municipal	0
Escola pública estadual	61
Escola privada	37

Fonte: IBGE/INEP/MEC.

As tabelas e gráficos a seguir, frutos de pesquisa direta do autor deste trabalho junto às instituições escolares públicas (municipais e estaduais) de Taiobeiras, realizando a cobertura dos anos de 2013 a 2016, demonstram com maior nitidez o quadro geral da oferta de educação pública no município.

Gráfico 23 – Matrículas na Rede Municipal de Ensino de Taiobeiras (2013–2016)



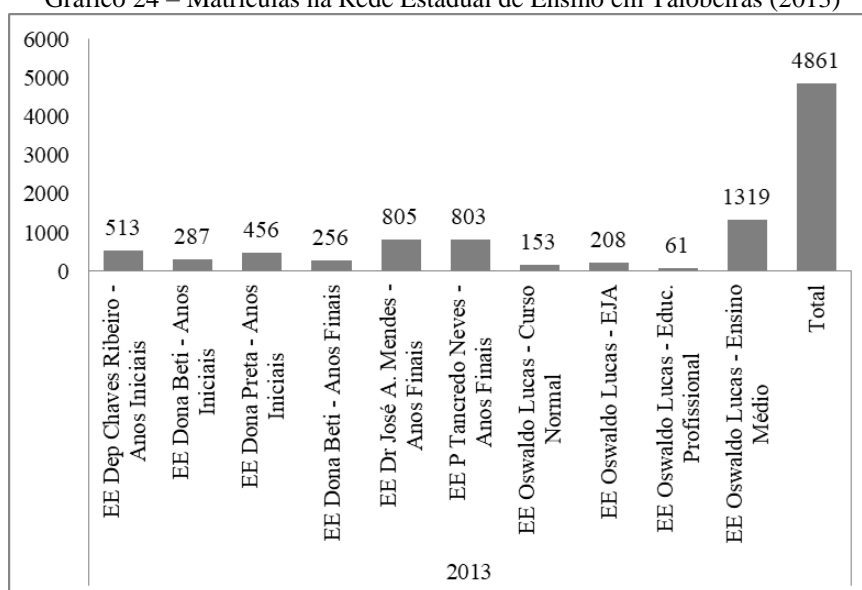
Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Taiobeiras. Elaboração do autor.

A Rede Municipal de Ensino de Taiobeiras atendeu 10.407 alunos em quatro anos (Gráfico 23), entre 2013 e 2016, da creche (0 a 3 anos) até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), perfazendo uma média de 2.601,75 estudantes/ano. Comparativamente à população que o Censo de 2010 apontava como tendo de 0 a 14 anos de idade (Tabela 03), na faixa de ser acolhida por serviços escolares de Creche, Educação Infantil e Ensino Fundamental, composta de 7.856 pessoas, essa média de atendimento da Rede Municipal de Ensino equivale a 33% desse público, ou 1/3. No entanto, a Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras, além das escolas privadas, abarca também o Ensino Fundamental.

As instituições que compõem a Rede Municipal de Ensino de Taiobeiras estão organizadas em quatro escolas que ofertam o Ensino Fundamental (6 a 14 anos) e a EJA, uma escola de pré-escolar (4 e 5 anos de idade) e seis Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs) que acolhem crianças de 0 a 5 anos. Essas unidades escolares estão espalhadas, proporcionalmente, pela sede, povoados e comunidades rurais.

Em 2013 (Gráfico 24), a Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras, que é composta por seis escolas situadas na sede da cidade, atendeu a um total de 4.861 alunos, a partir dos anos iniciais do Ensino Fundamental até a Educação Profissional em nível técnico. Todo o Ensino Médio público de Taiobeiras é ofertado por uma única escola estadual, a qual funciona em dois endereços, o central, na sede, e a extensão, no povoado de Mirandópolis. Também é nessa escola que a Educação Profissional em nível técnico é desenvolvida, quando a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais autoriza. O maior contingente de serviços de educação pública presente em Taiobeiras está centrado nessa rede.

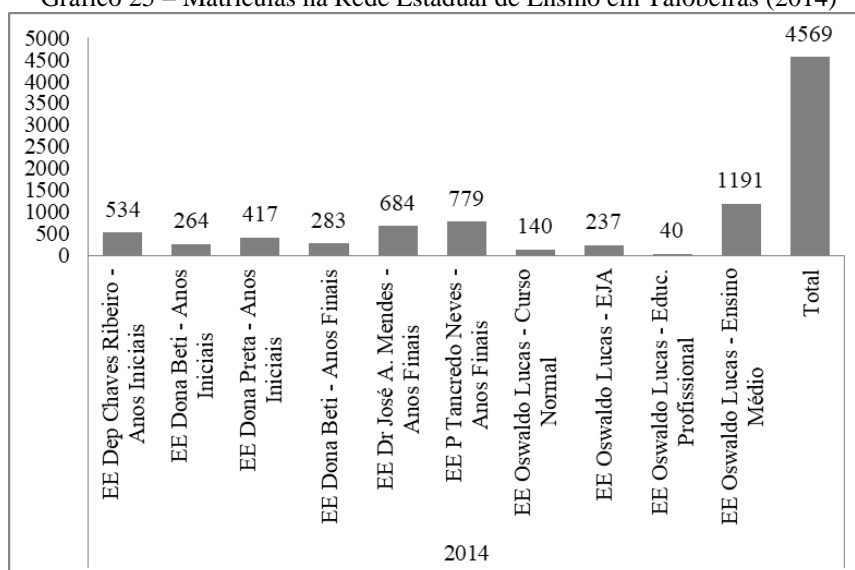
Gráfico 24 – Matrículas na Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras (2013)



Fontes: Escolas Estaduais em Taiobeiras. Elaboração do autor.

No ano de 2014 (Gráfico 25), o total de alunos atendidos foi de 4.569, menor do que no ano anterior. Destaques para a diminuição de matrículas no Ensino Médio e na Educação Profissional.

Gráfico 25 – Matrículas na Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras (2014)

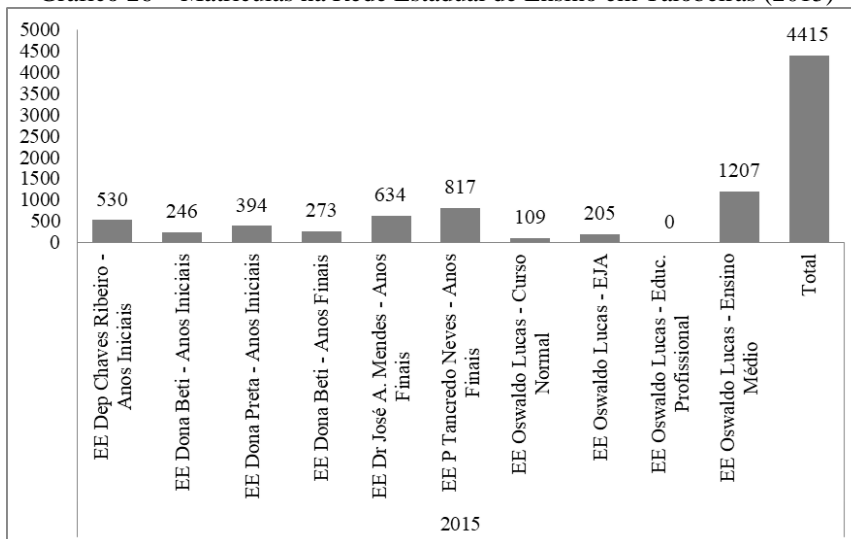


Fontes: Escolas Estaduais em Taiobeiras. Elaboração do autor.

Em 2015 (Gráfico 26), nova queda, ainda que leve, no número total de alunos atendidos pela Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras. O Ensino Médio manteve-se estável em relação ao ano anterior, com curva ascendente. O destaque fica por conta da Educação Profissionalizante que não foi autorizada pelo órgão diretivo estadual. Entre 2014 e 2015, há também uma oscilação entre as duas maiores escolas de anos finais do Ensino Fundamental, a saber: EE Dr. José Americano Mendes e EE Presidente Tancredo Neves. Entrevistas qualitativas confirmam

que isso se deveu à maior incidência de ações violentas no espaço territorial em que a primeira escola está inserida, forçando as famílias a deslocarem seus filhos para espaços que julgavam “menos violentos”.

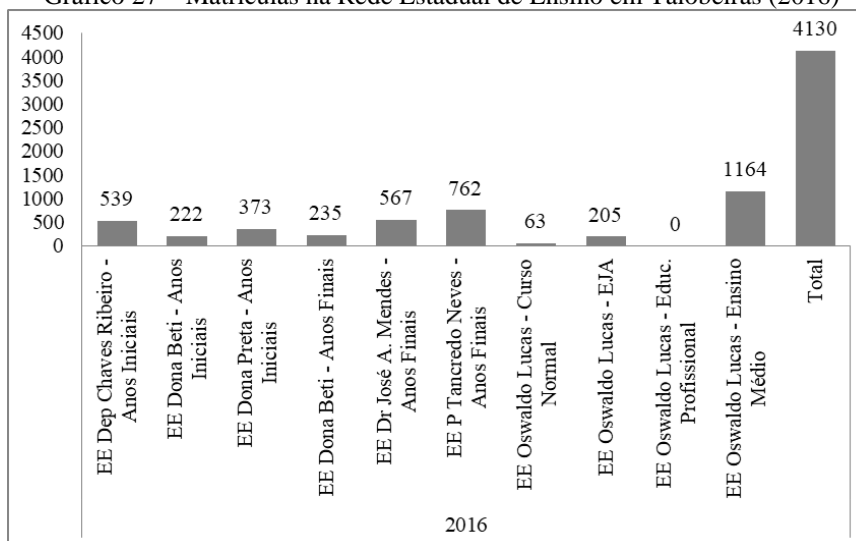
Gráfico 26 – Matrículas na Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras (2015)



Fontes: Escolas Estaduais em Taiobeiras. Elaboração do autor.

Em 2016 (Gráfico 27), acentua-se a diminuição de matrículas, que se tomadas ao ano inicial da série histórica observada (2013), chega a uma subtração de 731 alunos. As maiores perdas são nos cursos profissionalizantes de nível técnico, que deixaram de ser ofertados pelas escolas estaduais, no Curso Normal, gradativamente diminuindo as matrículas, e no Ensino Médio, com oscilações de ano para ano, chegando ao final em tendência de queda.

Gráfico 27 – Matrículas na Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras (2016)



Fontes: Escolas Estaduais em Taiobeiras. Elaboração do autor.

Durante esse período observado (2013–2016), o número de matrículas na Rede Estadual de Ensino em Taiobeiras atingiu a marca de 17.975 alunos. Uma média de atendimento de

4.494,75 estudantes/ano. Comparativamente à população que o Censo de 2010 apontava como tendo de 5 a 19 anos de idade (Tabela 03), na faixa de ser acolhida por serviços escolares de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissionalizante, composta de 8.708 pessoas, essa média de atendimento da Rede Estadual de Ensino equivale a 52% desse público, ou pouco mais da metade.

Somados os públicos atendidos pelas duas redes e desconsiderados os números da educação particular, por irrisórios que são, o total é de 28.382 matrículas nos quatro anos observados. Uma média de 7.095,50 alunos/ano.

De acordo com o Censo de 2010, Taiobeiras teria 10.952 pessoas em idade entre 0 e 19 anos (Tabela 03), ou seja, nas faixas etárias próprias para a cobertura escolar que essas duas redes de ensino públicas deveriam atingir. Fazendo um esforço comparativo e tendo em mente de que se trata de momentos levemente diferenciados – tanto os dados do censo relativos a 2010, quanto o número de matrículas das escolas públicas, referentes ao período de 2013 a 2016 – chegar-se-á às informações e conclusões de que a cobertura de educação pública ofertada em Taiobeiras para as faixas etárias típicas ao recebimento de tais serviços (da Creche ao Ensino Médio e Profissionalizante) efetivou-se a apenas 65% dessa população. Outros 35%, ou porque em escolas particulares, números irrisórios, ou fora da escola, hipótese mais provável, não tiveram acesso à política pública de educação no período de 2013 a 2016. Não se deve confundir esses números com a taxa de escolarização apontada pelo IBGE para o ano de 2010, em 98,3%, porque ela se referia apenas ao Ensino Fundamental (6 a 14 anos de idade).

Crê-se que o gargalo de oferta de ensino público a esses 35% de taiobeirenses em idade escolar se encontra nas extremidades das faixas etárias, nos que demandam de creches, as crianças filhas da classe trabalhadora, e de Ensino Médio, período em que os jovens empobrecidos são marcados pela necessidade de adentrar ao mercado de trabalho, pela sazonalidade do trabalho, por indução ao uso e tráfico de drogas ou pela criminalidade em geral e violência.

No primeiro caso, a falha é quanto às instituições de oferta de creche e educação infantil, ainda inadaptadas à universalização dessa política. Quanto ao Ensino Médio, aventa-se outra dificuldade, posto que há oferta de vagas. Aquela que toca à capacidade pedagógica e operacional da educação pública em se fazer atraente, eficaz e eficiente aos adolescentes e jovens, justamente na faixa em que mais estão suscetíveis às transformações sociobiológicas e socioculturais, conforme ABRAMOVAY & CASTRO (2015a) apontaram em seus estudos sobre o “Ser Jovem”. Da mesma forma, de acordo com ENDLICH & FERNANDES (2014), o pro-

cesso de interiorização das dinâmicas globalizadas, dentre elas a criminalidade e a violência, impactam justamente aos adolescentes e jovens na faixa em que deveriam estar cursando os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. ROLIM (2014, p.102) também enfatiza o quanto o processo de formação violenta dos jovens é tributário da quebra do vínculo com a escola. No caso específico, é nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio que isso mais ocorre em Taiobeiras, coincidindo com o bloco etário de maior vulnerabilidade à vitimização por homicídio no Grupo de Vítimas.

O Projeto Político Pedagógico

Em tese, segundo VEIGA (2002, p.1) “todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária”. No entanto, em entrevistas informais com pedagogos, professores e gestores das escolas públicas de Taiobeiras, além da observação textual de alguns documentos e relatórios escolares, percebeu-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP) dos educandários é construído de forma tributária a várias correntes de pensamento pedagógico, desde o campo freiriano⁶³, até práticas que remontam a modelos mais tradicionais. Os projetos e planos de ensino se organizam muito em conformidade à formação do professorado, o que não chega a trair o ideário de se constituir num projeto democrático e afeito aos interesses da “população majoritária”.

Aliás, em termos formativos, a maioria dos docentes concluiu a graduação superior nas duas últimas décadas, principalmente através de programas de Educação à Distância (EAD), ofertados em modalidade semipresencial por faculdades privadas e universidades públicas com atuação na região norte-mineira. Da mesma forma, as especializações, em modalidade de pós-graduações “*lato sensu*” também se deram no formato de EAD. Dessa maneira, o PPP costuma ser uma colcha de retalhos, às vezes ligada à realidade, noutras, uma composição abstrata, desvinculada do contexto histórico, ao sabor das deficiências da formação docente.

É comum que as escolas se debatam anacronicamente com forte diferenciação entre o que está escrito em seus PPPs, também moldados a partir de instruções pré-fabricadas pelas respectivas Secretarias de Educação, e com a prática de ensino ainda amparada em antigos mo-

⁶³ Referência ao método de educação para a consciência política, inspirado pelos escritos e ideias do célebre educador brasileiro Paulo Freire (1921–1997).

delos tributários dos tempos em que os docentes passaram pela educação básica, resguardando pouca similaridade com o que é planejado.

Não obstante essas deficiências, os materiais de ensino adotados são os dos programas de livros didáticos do MEC. As bibliotecas escolares contam com títulos dos programas de paradidáticos do Ministério da Educação. Os projetos interdisciplinares, muitos deles, correlacionam-se à defesa dos direitos humanos, à educação sexual, à preservação da água e do meio ambiente. Temáticas como homofobia, racismo, machismo e feminismo ainda são marginalmente abordadas. A criminalidade, o uso e o tráfico de drogas e a violência, mesmo cada dia mais presentes nos espaços escolares, são observadas por vários gestores, pedagogos e professores entrevistados como assuntos de polícia ou passíveis de punição dentro do universo educativo das escolas. Há queixas quanto a uma suposta leniência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para com os “menores de idade”. Aliás, o ECA é visto pela maioria da amostra de educadores entrevistados pela pesquisa como um inimigo da disciplina escolar e não como o marco de avanço civilizatório no tratamento do público-alvo de sua profissão.

Nesta década, tem ganhado muita força na prática de planejamento das escolas públicas a referência e a apreciação dos índices de avaliação externa, mesmo que sob indução das instâncias superiores do município e do estado, como o IDEB e os números de aprovação de alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Há uma pressão por resultados, inclusive com alguns governos pagando prêmios de produtividade às escolas que alcançam as metas. Em Minas Gerais, durante o governo de 2011 a 2014, o prêmio de produtividade da Rede Estadual de Ensino chamou-se “14º salário”. Era pago em proporcionalidade à nota alcançada no SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação). Alguns gestores reclamavam de que não havia clareza e transparência quanto aos quesitos do pagamento desse prêmio, afirmando que o resultado prático nada mais era do que a competição entre as escolas de um mesmo nível de escolaridade, no município, sobre qual “aprovava mais alunos” ao final do ano letivo. O governo estadual de 2015 a 2018 extinguiu o prêmio de produtividade e diminuiu a exigência de resultados a partir de tais indicadores.

Educadores também são críticos a essa forma de estruturação dos projetos pedagógicos baseados em índices externos, uma vez que detectam a imposição de modelos empresariais e industriais à prática do ensino, que demandaria mais sensibilidade, conhecimentos específicos e imersão na realidade do educandos, do que a padronização imposta pelo que consideram a “ditadura dos indicadores”.

Aliás, a pesquisa com o Grupo Espelho revela claramente o quanto a educação ofertada na escola pública encontra-se em descompasso, sem a tal “imersão na realidade”, com o universo cultural e de demanda de conhecimentos que os adolescentes e jovens almejam para si e suas vidas. Contribui para isso, em somatória, o ensino impactado pela política de mensuração de qualidade por índices externos, uma certa concepção anacrônica de educação escolar ainda em voga e as deficiências na formação docente. Nota-se que a tecnicidade da escola, focalizada em conteúdos teóricos e impermeáveis à experimentação objetiva dos alunos, não satisfaz à curiosidade e aos anseios por descobertas que a juventude atual expressa, ora pelo desinteresse e deserção da escola, noutras vezes pela rebeldia e prática de violências escolares.

Outra conclusão que se pode inferir, acerca da prática de violências pelos jovens na escola ou fora dela, é que mesmo quando os indicadores de qualidade do ensino estão altos, ou pelo menos satisfatórios, isso não necessariamente impacta na redução dos índices violentos, pois a prevenção está associada ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais para as quais a escola ainda não parece estar apta a desenvolver, talvez porque esse conteúdo não esteja presente no processo formativo do corpo docente.

Considerações

As Redes Municipal e Estadual de Ensino em Taiobeiras não cobrem toda a população em faixa etária própria para a educação escolar, com índice de não atendimento em torno de 35%.

Essa população não atendida concentra-se nos extremos das faixas etárias, ou seja, na não oferta de creches aos filhos das famílias trabalhadoras e no Ensino Médio, este último, desinteressante e anacrônico aos interesses dos adolescentes e jovens.

Os Projetos Políticos Pedagógicos, com seus respectivos planos de ação, ainda não atingem satisfatoriamente aos interesses dos adolescentes e jovens, especialmente, dos jovens pobres, negros, das mulheres e das minorias.

A violência juvenil é vista no espaço da educação pública como assunto alienígena, de política, instigador de medos e sem reações profissionais-pedagógicas de enfrentamento.

A política pública de educação em Taiobeiras é abrangente. Porém, ainda não atinge quantitativa e qualitativamente toda a juventude, de modo a contribuir para o refreio do fenômeno violento.

4.5 Transferência de Renda em Taiobeiras e outros programas

Em 2016, o setor de Vigilância Socioassistencial do Departamento Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania (DTASC) da Prefeitura de Taiobeiras lançou um documento denominado *Diagnóstico Socioterritorial de Taiobeiras 2016: Uma análise dos serviços de Assistência Social do município frente às situações de vulnerabilidades e riscos sociais configuradas no território*, de autoria da socióloga Thiara Márcia Mendes.

Em síntese, esse diagnóstico se constituiu em um dos primeiros esforços de que se tem notícia no município para avaliar o quadro socioeconômico da população, a rede de assistência social, os equipamentos públicos de prestação de serviços e os programas sociais desenvolvidos. Isso, com o objetivo claramente deliberado no corpo do texto, para fundamentar tecnicamente o planejamento das ações sociais municipais.

O diagnóstico está dividido em três partes principais, tomadas para fundamentação nesta subseção da dissertação: 1) Panorama Geral do Município de Taiobeiras; 2) Vulnerabilidades e Riscos Sociais; e 3) Padrões e Serviços.

Na primeira, são descritos os aspectos históricos do território, a linha temporal das políticas de Assistência Social na localidade, a localização, os aspectos demográficos, o desenvolvimento humano municipal, os serviços de educação e de saúde, dados sobre trabalho e produção econômica, estrutura de segurança pública, e informações sobre pobreza, desigualdade e renda.

Secundariamente, explanam-se as principais demandas por direitos que o setor de Assistência Social municipal absorve, especialmente os assim denominados riscos e vulnerabilidades sociais. Estão organizados em: i) “a pobreza como principal fator de vulnerabilidade”; ii) “outras vulnerabilidades além da renda: idosos e pessoas com deficiência”; iii) “fragilidades de vínculos familiares – os casos da Procuradoria Jurídica”; e iv) “quando as vulnerabilidades se agravam e se tornam riscos e violações de direitos”.

Na última parte, descrevem-se os padrões e os serviços prestados, a partir dos seguintes elementos: i) “a gestão do SUAS⁶⁴ pelo Departamento Municipal de Assistência Social” e ii) “a Proteção Social Básica”.

⁶⁴ Sistema Único de Assistência Social.

É com base, principalmente, nas informações relativas aos programas sociais e, dentre esses o Programa Bolsa Família, apresentadas no diagnóstico de MENDES (2016) que se organizará este subcapítulo.

Informações básicas de Taiobeiras

Taiobeiras é um município atípico na microrregião do Alto Rio Pardo, a quantidade de população urbana é bem superior à rural. Sua taxa de urbanização era de 79,70% em 2000, passando a 81,06% em 2010, conforme o Censo do IBGE. De uma década para a outra, o aumento populacional se deu quase que exclusivamente no meio urbano, variando de 3.570 habitantes, em 2000, para 3.265, em 2010.

Levando-se em consideração os três indicadores que são utilizados para a composição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que são renda, longevidade e educação, o município de Taiobeiras, de 1991 a 2010, apresentou uma série histórica evolutiva. De acordo com o IPEA, em 1991, o IDHM era de 0,363; em 2000, 0,519; em 2010, 0,670; quase dobrando num espaço temporal de duas décadas.

Destaque-se que, mesmo como esse crescimento significativo no IDHM, não houve resultado de baixa nos índices de violência. Pelo contrário, eles cresceram. Isso demonstra que a hipótese que originou esse projeto de pesquisa, a de que há uma ligação direta entre pobreza e violência, é frágil ou incompleta.

Tabela 11 – IDHM e componentes, Taiobeiras, 1991–2010

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,138	0,321	0,578
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	13,68	20,12	39,06
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	18,40	61,26	92,49
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	19,86	56,17	92,54
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	8,17	29,79	63,33
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	8,73	15,11	32,24
IDHM Longevidade	0,688	0,783	0,815
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,29	71,95	73,90
IDHM Renda	0,504	0,557	0,639
Renda per capita (em R\$)	184,08	256,46	426,91

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

De acordo com a Tabela 11, verifica-se que apenas o quesito educação contribuiu para o salto qualitativo do IDHM de Taiobeiras, passando de 0,138 em 1991 para 0,578 em 2010,

embora ainda não sendo o necessário para um IDHM/Educação desenvolvido. E, dentro desse quesito, destacam-se os avanços nos percentuais de alunos de 5 a 6 anos frequentando a escola (74,09%) e de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental (72,68%). Nessa área, a menor variação de indicador foi justamente a de Ensino Médio completo (18 a 20 anos), de apenas 23,51%. Nos demais quesitos, a evolução foi tímida. Na renda, embora se tenha mais do que dobrado de 1991 para 2010, há que se levar em conta a instabilidade econômica nacional dos anos 1990 e seu impacto sobre os rendimentos médios dos trabalhadores brasileiros, o que pode ter deteriorado o poder de compra das famílias pobres.

Em termos de trabalho e emprego, os dados do IPEA, de 2000 e de 2010, revelam que a taxa de atividade da população economicamente ativa (18 anos ou maior) variou de 64,36% para 67,56%. No mesmo período, a desocupação, ou o percentual da população economicamente ativa desocupada, caiu de 11,58% (2000) para 4,80% (2010). Isso coincide com um tempo de amplo crescimento da economia brasileira, de 2005 a 2012. Ainda assim, a violência cresceu na cidade nessa mesma época, novamente demonstrando que o fenômeno violento não é predeterminado por dados da economia relacionados à ocupação, emprego ou pobreza apenas.

Também entre 2000 e 2010, conforme o IPEA, os rendimentos de até Um Salário Mínimo, caíram de 73,85% para 45,56%, enquanto que os de Dois Salários Mínimos até Cinco Salários Mínimos permaneceram estáveis. Nota-se que, apesar da diminuição dos que ganhavam apenas Um Salário Mínimo, o perfil de renda manteve-se em ocupações de baixo valor remuneratório.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em Taiobeiras se manteve com índices positivos entre 2005 e 2012, coincidindo com a expansão econômica nacional. “O número de vagas criadas neste período foi de 967. Nesse período foram registradas 2.140 contratações, contra 2.079 demissões”, segundo MENDES (2016, p.24). Igualmente, acompanhando também a recessão e a depressão econômica brasileiras, o diagnóstico de MENDES (2016) cita:

[...] no ano de 2016, até o mês de agosto, tem-se observado um saldo negativo na geração de empregos, sendo possível constatar, através dos dados do CAGED maior quantidade de pessoas que foram desligadas de seus empregos, em detrimento das que foram admitidas, considerando aqui somente os empregos formais (MENDES, 2016, p.24).

O CAGED, para agosto de 2016, informou que foram admitidas formalmente ao trabalho em Taiobeiras 794 pessoas, enquanto que foram demitidas 820.

No entanto, é necessário destacar que quase um terço da população municipal consegue sobreviver é através da informalidade. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, naquele ano 5.492 moradores de Taiobeiras trabalhavam sem carteira assinada, outros 3.242 por conta própria (sem se especificar se contribuía para algum tipo de plano previdenciário que lhes garantisse uma cobertura mínima de direitos), 188 em trabalhos não remunerados e 981 se declaravam como trabalhadores para o próprio consumo. Apenas 2.951 trabalhavam com carteira assinada, 1.166 eram servidores públicos estatutários e 299 empregadores. A dinâmica econômica era essencialmente informal no período de *boom* econômico. Na depressão, infere-se que esse quadro se agrava.

Em 2013, o PIB de Taiobeiras, conforme o IBGE, foi de R\$ 319.085.450,00, enquanto que o PIB *per capita* apresentou o valor de R\$ 9.758,56. Em termos setoriais, a agropecuária representou 15,4%, a indústria 14,1% e os serviços 70,6%. Números que revelam uma população de caráter eminentemente urbano em um município sem tradição industrial, gradativamente formada no campo, porém o abandonando vertiginosamente.

Em termos de pobreza e desigualdade, MENDES (2016) afirma:

Conforme dados do Censo IBGE 2010, da a população total do município que era de 30.917 residentes, 1.729 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Do total de extremamente pobres, 725 (41,9%) viviam no meio rural e 1.004 (58,1%) no meio urbano. Em relação à distribuição da população extremamente pobre por faixa etária, tem-se que as idades entre 6 e 14 anos, 18 a 39, e 40 a 59, são as que mais estavam expostas à extrema pobreza [...] (MENDES, 2016, p.27).

De fato, é entre o público-alvo desta pesquisa, principalmente na parcela de maior incidência de homicídios entre 2013 e 2017, que reside o maior índice de pessoas submetidas à situação de extrema pobreza. De acordo com as informações disponibilizadas no relatório de MENDES (2016), 35,3% das pessoas em extrema pobreza em Taiobeiras, em 2016, eram pessoas entre 6 e 17 anos de idade.

Também a desigualdade entre ricos e pobres, demonstrada na escala do Índice de Gini, que varia de 0 a 1, apesar dos bons indicadores econômicos da década de 2000, manteve-se estável em Taiobeiras. De acordo com MENDES (2016, p.28): “[...] foi de 0,58 em 1991, para 0,59 em 2000, e para 0,51 em 2010, significando uma tímida queda [...] na última década, e uma desigualdade de renda ainda considerável”.

A Política de Assistência Social

A Constituição de 1988 assegurou a Seguridade Social como direito do povo brasileiro e dever do Estado. Dentro da ideia de seguridade se incluíram a previdência, a assistência social e a saúde. Nos artigos 203 e 204 da Carta Magna, a Assistência Social começou a ser redefinida como direito estendido a todo cidadão que por ela demandar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Em sequência, com a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, iniciou-se a longa trajetória de regulamentação, com base em três objetivos: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos, os quais superaram a antiga visão de que assistência social é ação caritativa de fundo assistencialista e clientelista.

A partir das discussões das conferências nacionais de assistência social, que se tornaram comuns a partir do governo que tomou posse em 2003, foi criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que abriu caminho para a estruturação e implantação do que viria a ser o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), de 2005. Assim, as ações socioassistenciais preconizadas na LOAS, tornaram-se materializadas no SUAS (Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011). A ideia básica dessa trajetória constitutiva da Proteção Social é, segundo MENDES (2016, p.62), a de que o “processo de transformação social só pode se dar mediante uma atuação contínua, estável e comprometida, que considere a autonomia e a participação dos usuários”. E, ainda, “o direito socioassistencial [...] é viabilizado por meio de acesso a serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais, voltados ao atendimento das demandas de proteção social”.

Constituiu-se, dessa maneira, uma política pública configurada em um conjunto de serviços, programas e projetos, os quais, financiados e comandados pelos governos, formam um modelo participativo, através de conselhos, conferências e participação popular direta no planejamento, além da ação de organismos como os CRAS, os CREAS e de outros serviços do próprio SUAS.

Organograma da prestação de serviços de Assistência Social em Taiobeiras

Antes de se observar a estrutura da assistência social em Taiobeiras, é preciso assinalar que não é possível afirmar a qualidade desses serviços e nem mesmo se funcionam em rede, pois isso não foi objeto da pesquisa.

Gráfico 28 – Organização dos Serviços de Assistência Social em Taiobeiras/MG



Fonte: DTASC/Taiobeiras/MG.

Em Taiobeiras, a gestão da proteção social se encontra organizada conforme o organograma do Gráfico 28.

O município é responsável, dentre outros, pela gestão básica do SUAS, manutenção do comitê funcional do Programa Bolsa Família e de registros no CadÚnico. Segundo MENDES (2016, p.66), “o DTASC não se constitui como uma Secretaria Municipal, trata-se de um departamento subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito (o qual, inclusive, é o ordenador das despesas do FMAS)”. DTASC é o Departamento de Trabalho, Assistência Social e Cidadania da Prefeitura de Taiobeiras, criado pela Lei Municipal nº 983, de 1º de fevereiro de 2006, e FMAS é o Fundo Municipal de Assistência Social.

Na área da Proteção Social básica, tem os serviços prestados nos CRAS do Centro e do Bairro Planalto, o Serviço de Proteção e Atendimento Integrado à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), os Benefícios Eventuais (cestas básicas, contas de luz e água, etc.), acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família e pela orientação dos requerimentos de Benefícios de Prestação Continuada (BPC).

Tabela 12 – Atendimentos e serviços prestados pelo DTASC/Taiobeiras (jun. 2015 a jun. 2016)

DTASC	Total	Média mensal
Fluxo de pessoas acolhidas	3216	268
Visitas Domiciliares	417	35
Atendimentos Social (outros)	264	12
Benefícios		
Cesta Básica	149	12
Kit bebê	27	2
Auxílio Funeral e ajuda de custo	17807,77	1484,00
Solicitação de 2ª via	34	3
Encaminhamentos para o Sindpasse	20	2
Casamento	4	*
BPC	44	7
Declaração Idoso	14	1
Material de construção		
Areia branca	4	*
Terra	1	*
Areia Mista	0	*
Padrão Monofásico	0	*
Cimento	14	*
Conjunto de banheiro	4	*
Areia Preta	0	*
Jurídico		
Atendimentos jurídicos e informações	1539	128
Processos	160	13
Petição simples	265	22
Comitê do PBF		
Inclusão no CadÚnico	264	22
Recadastramento	2705	255

Fonte: DTASC/Taiobeiras/MG.

Na Proteção Social Especial, em média complexidade, presta atenção através do CREAS, com o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade (MSE). Em alta complexidade, o município assume Serviço de Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes (Abrigo Municipal), para onde são encaminhadas as crianças e adolescentes órfãs ou em extrema vulnerabilidade familiar e social.

Também, em conformidade com MENDES (2016, p.68), o DTASC atende diretamente aos usuários, inclusive com outros serviços que não apenas aqueles ligados ao SUAS, como a concessão de “benefícios eventuais”, tais como materiais de construção a famílias de baixa renda, orientação jurídica, “kit bebê” e etc. A Tabela 12 explicita as demandas que esse órgão municipal atendeu em junho de 2015 e junho de 2016.

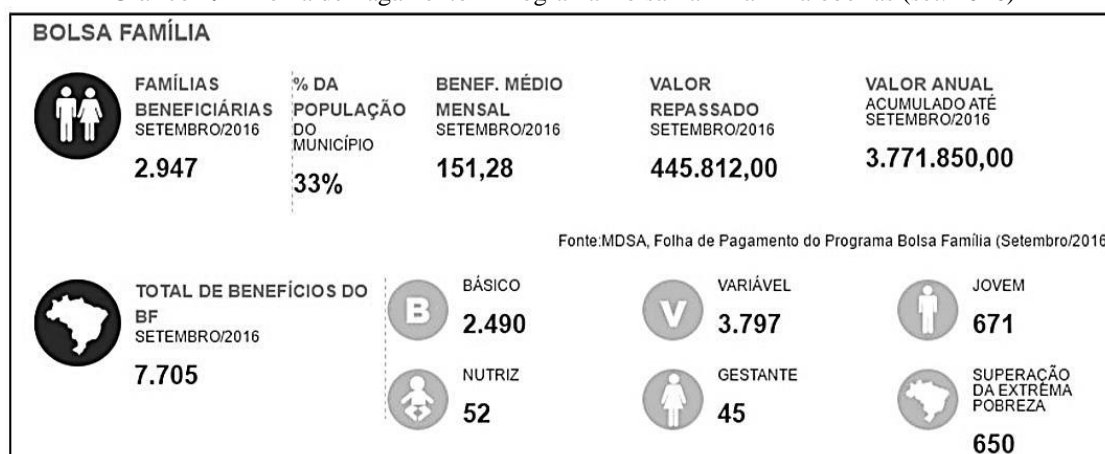
O CadÚnico e o Programa Bolsa Família

O Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal “identifica e caracteriza famílias de baixa renda”, segundo MENDES (2016, p. 70), “aquelas que têm renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários mínimos”. E arremata informando que “em maio de 2016 haviam 5.138 famílias inscritas no CadÚnico, representando metade da população taiobeirense”, confirmando informações anteriores nesta dissertação de que a metade dos taiobeirenses sobrevive em situação de pobreza, ou cerca de 16.277 pessoas (Tabela 02).

A respeito do Programa Bolsa Família, MENDES (2016, p.71) escreve que “é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres inscritas no Cadastro Único”. Em termos de dados, em setembro de 2016 “havia 2.947 famílias beneficiadas, equivalendo a um total 7.705 benefícios, que corresponderam a 151,28 reais de benefício médio mensal”.

De acordo com o Gráfico 29, um terço das famílias de Taiobeiras recebia benefício do Programa Bolsa Família em setembro de 2016, o que revela a importância da cobertura desse programa social. Desse total, 671 famílias recebiam o Benefício Variável Jovem (BVJ), que é concedido a todas as unidades familiares com “presença de adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola”, segundo MENDES (2016, p.72). Cada família pode receber até dois BVJs.

Gráfico 29 – Folha de Pagamento – Programa Bolsa Família – Taiobeiras (set. 2016)



Fonte: MDSA.

O Programa Bolsa Família possui condicionalidades relativas ao acesso a serviços de saúde e de educação, sob responsabilidade da família, a manutenção atualizada da vacinação de crianças de 0 a 5 anos de idade e a frequência nos sistemas de ensino básico de pessoas entre 6 e

17 anos. O descumprimento dessas condicionalidades pode reservar aos beneficiários os institutos da advertência, da suspensão e do cancelamento do benefício.

Tabela 13 – Descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, Taiobeiras (jul. 2016)

Efeitos por descumprimento de condicionalidades		
Total de Efeitos por descumprimento das condicionalidades (PBF saúde e educação) (sem BVJ)	65	07/2016
Total de advertências	43	07/2016
Total de bloqueios	14	07/2016
Total de suspensões	-	-
Total de cancelamentos	0	07/2016
Total de Efeitos por descumprimento de condicionalidades (BVJ)(16 e 17 anos)	21	07/2016
Total de advertências	7	07/2016
Total de bloqueios	10	07/2016
Total de suspensões	4	07/2016
Total de cancelamentos	0	07/2016
Recursos OnLine registrados no Sistema de Condicionalidades (SICON)		
Total de recursos cadastrados e avaliados	27	05/2016
Total de famílias com recursos avaliados e deferidos	17	05/2016
Total de famílias com recursos avaliados e indeferidos	10	05/2016
Total de famílias com recursos não avaliados	1	05/2016
Acompanhamento Familiar		
Total de famílias em fase de suspensão	38	05/2016
Total de famílias com registro de acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades (SICON)	26	05/2016
Total de municípios que utilizam o acompanhamento familiar do Sistema de Condicionalidades (SICON)	-	-

Fonte: DTASC/Taiobeiras/MG.

A Tabela 13 revela que houve 21 casos de descumprimento de condicionalidade em relação ao Benefício Variável Jovem (16 e 17 anos de idade), ocasionando sete advertências, dez bloqueios e quatro suspensões. Esta pesquisa averiguou os motivos de descumprimento. Todos eles relacionados à infrequência no ensino básico. É importante destacar que essa informação se correlaciona a três outras descobertas: i) é nessa faixa de 16 e 17 anos a maior incidência de homicídios entre os membros do Grupo de Vítimas; ii) é na etapa do Ensino Médio, que perfaz de 15 a 17 anos como a faixa ideal, que ocorrem os maiores números de evasão escolar ou de não-matrículas; iii) A quantidade de advertências, bloqueios e suspensões do BVJ é extremamente pequena, perto dos dados de evasão escolar, demonstrando problemas na forma de controle da frequência escolar.

Ainda sobre o Programa Bolsa Família, de acordo com os dados do DTASC, em junho de 2016 havia 3.278 crianças e adolescentes sem cobertura.

No Quadro 01, em que se analisa o acesso dos membros do Grupo de Vítimas aos serviços prestados pelo DTASC em Taiobeiras, a única unanimidade é o acesso das famílias de todas as jovens vítimas de homicídio entre 2013 e maio de 2017 ao Programa Bolsa Família. De

modo que sua abrangência se configura numa realidade entre os mais pobres e também entre os extratos que sofreram ou se envolveram em algum tipo de violência ou de atos de criminalidade. A evasão escolar de muitos membros do Grupo de Vítimas não produziu a suspensão do benefício, revelando mais uma vez as dificuldades de controle no programa. Já entre os membros do Grupo Espelho, 48% das unidades familiares recebe o auxílio do Programa Bolsa Família, conforme as respostas do questionário aplicado.

Outros programas

Mesmo que não estando sob responsabilidade do órgão municipal de Assistência Social do município de Taiobeiras, outros programas são aqui também descritos. A rigor, se deterá sobre dois deles, o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) e o PRONAF-Jovem (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Os dados acerca do PROERD foram obtidos junto à Assessoria de Comunicação da 2ª Companhia Independente de Polícia Militar de Minas Gerais em Taiobeiras. Os do PRONAF-Jovem junto à sede da EMATER-MG no município.

O PROERD, segundo seus organizadores, “objetiva prevenir o uso indevido de drogas e combater a violência entre jovens” (PMMG, 2017, p.1), sendo uma iniciativa da Polícia Militar de Minas Gerais, com base no Projeto D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education), implantado inicialmente em Los Angeles/EUA, em 1983, e atualmente presente em 58 países.

O programa é desenvolvido em parceria com as escolas das redes estadual, municipal e particular de ensino. É estruturado na aplicação de “10 lições” a crianças e adolescentes do 4º ao 6º ano do Ensino Fundamental (9 a 11 anos de idade), em encontros semanais.

As aulas são ministradas por policiais militares voluntários, orientados por material didático específico. Os alunos participantes, ao final do programa, são certificados em cerimônia pública que conta com a presença da comunidade familiar e escolar.

De acordo com a PMMG, o corpo docente do PROERD, além da mencionada voluntariedade, é composto de policiais militares selecionados pelo comando segundo critérios de “conduta moral, ética e profissional”. O voluntário também é treinado para a utilização de “ferramentas didático-pedagógicas específicas para a aplicação do programa” (PMMG, 2017, p.3),

além de ser apoiado através de um grupo de trabalho composto de profissionais ligados à área de prevenção às drogas, tais como médicos, psicólogos e pedagogos.

O PROERD se iniciou em Taiobeiras no ano de 2008, durando até 2015, tendo atendido a uma média de 500 alunos/ano. Segundo a PMMG, atualmente o programa não se encontra estruturado na cidade devido à falta de policiais instrutores voluntários.

Acerca dos custos/investimentos para a execução do PROERD em Taiobeiras, a assessoria de comunicação da PMMG informou que:

O custo médio do programa não tem como calcular, pois o Estado fornece os materiais, a PM disponibiliza o instrutor. Na solenidade de Formatura em Taiobeiras sempre a Prefeitura comprava camisetas para todos os alunos, ficava sendo responsável pela ornamentação e prêmios para alunos no concurso de redações (PMMG, 2017, p.3).

Acerca dos resultados práticos do PROERD sobre os adolescentes e jovens em Taiobeiras, a mesma circular, respondendo a questionamento desta pesquisa, afirma:

Já houve casos de ex-alunos do PROERD envolvidos com atos ilícitos, um percentual muito pequeno, mas infelizmente não temos uma ferramenta para aferir e acompanhar a incidência de alunos cadastrados no PROERD, bem como autoria de delitos. A percepção quanto à qualidade do Programa verificamos ser muito boa, mas é perceptível que falta sim um acompanhamento por parte da família aos alunos. Os professores são os atores essenciais no cenário onde os jovens atuam, pois podem detectar um futuro problema com os jovens alunos e compartilhar com os órgãos responsáveis (PMMG, 2017, p.3).

Em conclusão, o PROERD é um programa que, embora gerido pela Polícia Militar, se constitui num esforço educativo, dentro do espaço escolar, no sentido de sensibilização contra a entrada de crianças e adolescentes no universo do uso de drogas ou da criminalidade e do tráfico. Percebe-se que é um esforço da PMMG em praticar atividades que fogem ao seu padrão típico e legal, de força ostensiva e repressiva, adentrando ao espaço da prevenção. Uma vez que a participação dos agentes policiais é voluntária, o comando da PM não pode garantir a efetividade e assiduidade do programa. Também, a inexistência de recursos financeiros específicos, dificulta a execução das ações programadas, fazendo-o mais uma iniciativa de cunho filantrópico do que partícipe de uma política pública antidrogas.

Entre os membros do Grupo de Vítimas, há registros de dois jovens que passaram pela formação proporcionada pelo PROERD, ou 9% do total. Entre os membros do Grupo Espelho, o número sobe para 65% dos respondentes. Contudo, como assinalou a própria PMMG, não há instrumentos para a medição dos efeitos reais e práticos sobre a vida dos participantes. Fato é que a maioria dos membros do Grupo de Vítimas praticamente não teve qualquer en-

volvimento com o programa ou com outras ações escolares de sensibilização contra o uso de drogas ou de formação para a prática da cidadania.

* * *

O PRONAF-Jovem é um “financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que os beneficiários sejam maiores de 16 e menores de 29 anos de idade, entre outros requisitos”, de acordo com o técnico da EMATER-MG entrevistado para a pesquisa.

Para essa linha de crédito, pode-se liberar ao jovem agricultor familiar até R\$ 16.500,00 sem a exigência de garantias. Os juros são de 2,5% ao ano, a carência é de três anos e o prazo final para o pagamento de 10 anos. O risco operacional do empréstimo é assumido pela União Federal. Para isso, é exigido apenas que o jovem seja detentor de uma Declaração de Aptidão às Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (DAP) que esteja vinculada a um grupo familiar do qual ele seja dependente.

A EMATER-MG, em Taiobeiras, entende que há uma demanda reprimida para a concessão de empréstimos do PRONAF-Jovem para os alunos egressos da Escola Família Agrícola Nova Esperança (EFA-NE), situada na zona rural de Taiobeiras e dirigida pelo coletivo de sindicatos de trabalhadores rurais da microrregião do Alto Rio Pardo, e também para os estudantes taiobeirenses que se formam nos cursos técnicos ligados ao campo pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Campus de Salinas/MG, há 48 km de Taiobeiras.

No entanto, o resultado do PRONAF-Jovem entre 2013 e 2016 foi irrisório. Apenas quatro projetos apresentados e somente um aprovado. No presente, o Governo Federal suspendeu a análise de novos projetos alegando contenção de gastos.

Embora a população rural de Taiobeiras esteja em aproximadamente 20% do total municipal, entende-se que a cultura e a vocação principal originária do município é a agricultura familiar. Inclusive, o êxodo do campo para a cidade é fruto da falta de perspectivas econômicas naquele espaço e nas atividades próprias da produção alimentar. A sazonalidade da população da periferia da cidade rumo ao Sul de Minas e ao interior de São Paulo, a realizar trabalhos tipicamente rurais nessas regiões, revela a necessidade de implementação de linhas de crédito como o PRONAF-Jovem.

Considerações

Há um sistema municipal de assistência social e gestão dos programas sociais em funcionamento, muito embora esta pesquisa não se propôs a medir a qualidade dos serviços prestados, desse modo não podendo afirmar se realmente funciona em rede, conforme é explicitado em seu organograma.

Metade da população municipal se encontra em situação de pobreza, apesar da evolução acentuadamente positiva do IDHM nas duas últimas décadas e da redução da desocupação durante o auge do crescimento econômico brasileiro verificado entre 2007 e 2012. O CadÚnico revela a necessidade da intensificação de ações de promoção da dignidade humana e social para essa parte da população.

O Programa Bolsa Família atua sobre um terço da população e é a única ação de política pública com 100% de cobertura sobre as famílias que tiveram membros incluídos entre o Grupo de Vítimas observado nesta pesquisa. A incidência de interrupções no Programa Bolsa Família foi mínima sobre os beneficiários, mesmo com a demonstração de um alto índice de evasão escolar entre adolescentes e jovens, sobretudo quando é estabelecido que a frequência na escola é uma das condicionalidades mais importantes do programa, revelando uma grave deficiência no controle dessa ação da política de transferência de renda.

O PROERD, enquanto programa específico de atuação na problemática do uso de drogas e prevenção à criminalidade, depende de voluntariedade e não tem meios efetivos de análise sobre sua eficácia junto aos destinatários. É fato que não teve nenhuma influência direta sobre os membros do Grupo de Vítimas. No geral, os impactos do PROERD são de difícil mensuração, haja vista que seus executores admitem que não contam com uma ferramenta apropriada de avaliação de resultados.

O PRONAF-Jovem poderia se constituir numa ação de política pública a garantir meios de trabalho, renda e subsistência aos jovens do campo, que lidam com a agricultura familiar. No entanto, ele é praticamente inexistente no município.

Em termos críticos, fica em relevo que a melhoria de índices socioeconômicos como renda, longevidade e ocupação, medidos no IDHM ou nos dados do CAGED, ou de indicadores sociais, como acesso e aprovação escolar, mensurados no IDEB, no SAEB, ou mesmo o acesso a programas como o Bolsa Família, não atuaram para a redução dos números de violência e de homicídios entre os jovens. Pelo contrário, enquanto se revelaram melhorias em educação e

qualidade de vida, acesso a programas de transferência de renda e emprego, concomitantemente a violência criminal e os homicídios se avolumaram.

Essas informações, conforme já mencionado, aludem à constatação de que não apenas as questões correlacionadas à economia, à pobreza e à luta de classes, uma tese cara aos acadêmicos e políticos progressistas, conforme SILVA. F (2014) apontou no segundo eixo teórico de discussão sobre segurança pública e violência, podem ser tomadas como condicionantes exclusivos para o acontecimento dos fenômenos violentos/criminais e dos crimes de homicídio. Isso se revela na incapacidade das políticas públicas e dos programas sociais de transferência de renda e de educação, mesmo com abrangência relativamente satisfatória sobre as classes mais desfavorecidas, de produzirem efeitos de saneamento pacificador, principalmente entre a juventude.

Abre-se a necessidade de uma correta política pública, especialmente desenvolvida a partir de evidências, para a prevenção à violência.

*Na minha cara trago a lida,
na fala trago meu canto,
na pele o cheiro de terra,
nos sonhos, alegria e pranto.*

Milton Pena Santiago.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o início do ano de 2013 e o mês de maio de 2017, ocorreram vinte e oito homicídios na cidade de Taiobeiras. Desses mortos, vinte e quatro eram pessoas com idades entre 14 e 30 anos, sendo uma mulher vítima de feminicídio e vinte e três homens cujos registros policiais associaram suas vidas e mortes às disputas do tráfico de drogas no município. Além disso, através do balanço do número de mortes violentas no Norte de Minas Gerais, organizado pela PMMG, observou-se que entre 2016 e 2017, a cidade de Taiobeiras ficou em quinto lugar no ranking de homicídios, tendo representando 29% de aumento de um ano para o outro, enquanto que as quatro primeiras colocadas apresentaram indicadores de queda.

Buscando interpretar o quadro da tragédia do extermínio de jovens no presente contexto, este trabalho optou, inicialmente, por uma abordagem historiográfica que resgatou alguns elementos do passado do município, justificadamente dos fatos correlacionados a diferentes tipos de violência: mandonismo, pistolagem, machismo, feminicídio, exploração sexual de crianças e adolescentes, exploração do trabalho análogo ao escravo, corrupção política, abuso de autoridade, dentre outras formas.

Constatou-se que a violência é historicamente estrutural e que colaborou na constituição do modelo de sociedade em que Taiobeiras se tornou. Sobretudo as ações violentas ligadas à desigualdade social e à subjugação da parcela pobre aos ditames da classe dominante. Por outro lado, notou-se que a violência é enxergada pelas narrativas hegemônicas como algo alienígena, externo, extemporâneo e, por conseguinte, é acatada de forma fatalista (CHAUÍ, 1999). Pelas classes dominantes, como fruto do contexto do tempo presente, do progresso, ou de uma suposta falta de rigidez das leis para com os criminosos. Pelas vítimas e pelos pobres, em geral, como um sinal dos tempos, punitivo e amedrontador, fatal e incontornável.

O drama dos homicídios de jovens em Taiobeiras aponta para a complexidade do fenômeno violento para além de questões legais e econômicas, mas também levando em consideração a cultura (SILVA. C, 2007), as éticas (SILVA. F, 2014), os contextos sociais em que ocorrem os crimes, os tipos de socialização violenta dos jovens (ROLIM, 2014), além do processo de interiorização da violência (ENDLICH & FERNANDES, 2014). Significativamente, aparece claramente a figura do *etos* de guerreiro masculino (ZALUAR, 1994), sobretudo quando se tem como membros do Grupo de Vítimas, nesta pesquisa, uma totalidade de homens, naqueles casos em que os homicídios ocorreram por conta do tráfico de drogas. Da mesma forma, é

preocupante a vitimização de jovens por armas de fogo no Brasil (WAISELFISZ, 2015), e em Taiobeiras, em particular.

Possíveis respostas ao problema

A problemática central, posta em discussão, diz respeito à incidência de políticas públicas e de programas sociais sobre o desenvolvimento humano desses jovens, enquanto vivos. Para isso, uma série de subquestionamentos foram acrescidos, de modo a viabilizar a atividade de investigação. São eles:

1. Quem são esses jovens, levando-se em consideração as características de renda familiar, etnia, nível de escolaridade e procedência migratória?
2. De quais políticas públicas ou programas sociais esses jovens foram alvos?
3. Tais políticas públicas e programas sociais foram tecnicamente adequados às características de renda familiar, etnia, religião, nível de escolaridade e procedência migratória do público-alvo desta pesquisa?
4. Essas políticas e programas surtiram os efeitos objetivados sobre o desenvolvimento humano desses jovens ou não?
5. Há relação entre a ausência ou falha de políticas públicas e de programas sociais e o envolvimento do público-alvo com a criminalidade que vitimou suas vidas? Qual (is) relação (ões)?

Ao longo do trabalho, nem todas essas questões puderam ser respondidas, algumas em parte e outras foram relativamente. Objetivamente, há poucos registros sobre a passagem dos membros do Grupo de Vítimas nas estruturas que disponibilizam os serviços ligados às políticas públicas e aos programas sociais escolhidos para averiguação. Por esse motivo, optou-se por uma abordagem teórica acerca do fenômeno da violência e da criminalidade em meio aos jovens, de certa maneira também já prevista no projeto de pesquisa, como forma de suprir os esforços demandados pela busca de compreensão sobre o que pode ter contribuído para o caso dos membros do Grupo de Vítimas.

A pesquisa em si, bem como a leitura das abordagens teóricas, tiveram como intenção principal a tentativa de entendimento sobre o que está por detrás da morte precoce da juventude, de modo a fornecer uma compreensão, por certo incompleta e insuficiente, dado o grau de complexidade do fenômeno, que sirva ao Estado e à sociedade, a partir das evidências, para a

construção e execução de políticas públicas que permitam prevenir o extermínio de jovens nas guerras intestinas do tráfico de drogas.

Quanto ao primeiro subquestionamento do problema, acerca da identidade do Grupo de Vítimas, descobriu-se que as jovens vítimas fatais do tráfico de drogas na cidade de Taiobeiras são oriundas daqueles 50% de famílias mais pobres do município, de acordo com os dados do CadÚnico e pelo fato de todas serem beneficiárias do Programa Bolsa Família, cuja renda *per capita* familiar era de, no máximo, R\$ 154,00 em maio de 2016. Logo, pode-se afirmar: os jovens que morreram em Taiobeiras entre 2013 e maio de 2017 eram todos pobres e sob extrema vulnerabilidade social e familiar.

Racialmente, mais de 60% das vítimas eram pessoas não-brancas, ou seja, pardas e negras, em correlação estreita com os dados de homicídios de pessoas negras no país, mais precisamente, de jovens negros mortos no Brasil, e em proporção ao contingente racial majoritário no município. Acrescenta-se: eram jovens pobres, vulneráveis e pardos/negros (não-brancos).

Em termos escolares, nenhuma das jovens vítimas fatais do tráfico de drogas em Taiobeiras chegou a cursar o Ensino Médio, revelando evasão altíssima do espaço escolar ainda em torno da metade do curso do Ensino Fundamental. Registre-se: eram jovens pobres, vulneráveis socialmente, pardos/negros e com baixa escolaridade.

Em termos migratórios, verificou-se que a maioria das vítimas foi nascida no próprio município de Taiobeiras, porém moradora das regiões mais pobres e desservidas de estrutura urbana da cidade, das periferias, e amplamente desassistida dos bens e direitos que a população de classe média e alta usufrui. Saliente-se: jovens pobres, vulneráveis, pardos/negros, com baixa escolaridade e da periferia urbana.

Em termos de gênero, essencialmente os que morreram em decorrência dos conflitos do tráfico de drogas ou do envolvimento com a criminalidade correlata ao tráfico, eram todos do sexo masculino, contribuindo para uma interpretação teórico-prática embasada no Mapa da Violência e em outras estatísticas, de que as probabilidades de serem vítimas de violências, inclusive fatal, são muito mais altas entre indivíduos do sexo masculino. Isso encontra reflexo também na teoria do “*etos*” de guerreiro masculino, ou numa cultura historicamente machista presente no país e, mais precisamente, nos sertões geraizeiros em que se fixa o *locus* da pesquisa. Portanto: jovens pobres, vulneráveis, pardos/negros, de baixa escolaridade, moradores da periferia e do sexo masculino.

O assassinato/extermínio, mais do que de jovens, é principalmente de jovens pobres, vulneráveis, do sexo masculino, de baixa escolaridade e pardos/negros.

Uma vez composto esse perfil do Grupo de Vítimas investigado, passou-se ao segundo subquestionamento, qual seja, sobre de quais políticas o grupo foi alvo.

Essencialmente, escolheu-se a Educação Pública, pela sua abrangência, e alguns programas de transferência de renda ou de proteção social, a cargo do órgão municipal gestor da assistência social. Todas as vítimas tiveram algum grau de atendimento pelas estruturas que ofertam essas políticas e serviços. O que ficou evidente é que foram contatos esporádicos, no tocante a cada indivíduo, paliativos e insuficientes para lhes demoverem do envolvimento com atividades de uso de drogas ou de aprofundamento na criminalidade.

Acerca dos demais subquestionamentos (terceiro ao quinto), sobre adequação técnica às características das vítimas, efeitos e possíveis falhas das políticas públicas e dos programas sociais investigados, é necessário afirmar que, em face da carência de dados registrados, não se pode afirmar categoricamente uma assertiva. No entanto, da parte específica da educação pública, verifica-se que não houve uma adequação de conteúdos, estruturas de ensino e práticas curriculares que motivassem a permanência dos membros do Grupo de Vítimas no usufruto do direito à educação. Com relação ao Programa Bolsa Família, com cobertura na totalidade das famílias das vítimas, depreende-se que não foi suficiente para suprir carências correlatas à uma socialização familiar que prevenisse a entrada daqueles jovens no uso de drogas e na criminalidade do tráfico.

O cadastro no CadÚnico e, por consequência, o recebimento (cobertura) de programas sociais, não surtiu efeitos de diminuição da disposicionalidade violenta para os membros do Grupo de Vítimas, de um modo geral. Pode-se intuir que as necessidades alimentares talvez tenham sido aplacadas, mas não conduziram a um processo educativo amplo que lhes retirasse do jugo do fenômeno violento/criminal.

Quanto ao PROERD, como programa direto de sensibilização de crianças e adolescentes acerca dos riscos do uso de drogas, ficou comprovado que não alcançou de maneira significativa os membros do Grupo de Vítimas.

A explicitar mais agudamente o problema que certamente aflige outras parcelas da juventude, a conclusão a que se chega é a de que, para as jovens vítimas fatais do tráfico de drogas em Taiobeiras, de 2013 a maio de 2017, as políticas públicas e os programas sociais escuti-

nados não as alcançaram a contento, revelando que não estão servindo à prevenção da violência como um todo.

A mera suposição economicista de que o empobrecimento por si é causador de violência revelou-se equivocada ou incompleta – talvez um limite teórico do pensamento progressista por detrás das políticas e dos programas, a ser devidamente superado através de avaliação e reflexão; muito embora não se possa negar os caracteres classista e racial da vitimização violenta, que como tais estão essencialmente ligados à pobreza no Brasil. É preciso avançar na análise dos tipos de socialização em que crianças e adolescentes se formam como seres sociais para o entendimento da disposicionalidade violenta. Os homicídios aqui descritos se abate-ram sobre jovens da classe pobre e, majoritariamente, não-brancos.

Em que pese o viés fortemente social dos governos de esquerda (2003–2016) no país, da implementação de programas sociais de redistribuição de renda e dos avanços em emprego e renda, inclusive em Taiobeiras, a violência geral e juvenil não diminuiu com as melhorias socioeconômicas gerais. Do contrário, cresceu e se intensificou (WAISELFISZ, 2013; 2014).

Objetivamente, o que se pode afirmar é que o acesso à política pública de educação e ao Programa Bolsa Família ocorreu para os jovens do Grupo de Vítimas. A oferta da educação foi franqueada, mas utilizada de maneira irregular pelos jovens, provavelmente devido aos dilemas da socialização que já enfrentavam na vida familiar. Porém, tomado em conjunto, isso não foi suficientemente capaz ou eficiente, a ponto de mudar a trajetória de vida – impactada pela interiorização da violência (ENDLICH & FERNANDES, 2014) e marcada pelos sinais sociais da pobreza, da discriminação racial (WAISELFISZ, 2014), da periferização, da cultura fatalista e de gênero (SILVA. F, 2014) – dessas vítimas. Logo, depreende-se de que precisam ser repensadas, levando em consideração essas constatações e outras nuances, inclusive a histórica cultura violenta do território em que a cidade de Taiobeiras está inserida (SILVA. C, 2007) e os tipos de socialização que formam os jovens para a disposicionalidade violenta (ROLIM, 2014), como elementos balizadores da formulação e execução de novas políticas públicas e programas sociais. Essa reflexão necessária, inclusive, deve se ater ao desenvolvimento de políticas públicas específicas para a prevenção à violência juvenil, com foco em evidências (OMS/NEV, 2016) e resultados práticos.

Logo, a política pública de educação e os programas sociais, sobretudo os implementados nacionalmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores, de viés acentuadamente social e redistributivos, tiveram insuficiência relativa perante as demandas suscitadas durante

a luta pela sobrevivência empreendida pelas famílias do Grupo de Vítimas, além de não estarem adequados às características sociais, econômicas, étnicas e de gênero dos jovens que morreram de homicídio em Taiobeiras entre 2013 e maio de 2017, confirmando a segunda alínea proposta como hipótese no projeto de pesquisa, e de não contribuírem para o refreio da violência juvenil. A relatividade da insuficiência se ampara no fato de que houve a oferta de serviços a todos os observados, porém sem que se verificassem resultados satisfatórios no quesito de prevenção à violência para o Grupo de Vítimas.

Essa inadequação constatada demanda uma reflexão profunda sobre políticas públicas específicas para a prevenção à violência juvenil, atitude não tomada durante os governos progressistas do país, além de um alargamento conceitual e teórico que supere os estereótipos teóricos e redefina a ação para resultados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Programa de Prevenção à Violência nas Escolas Ser Jovem Hoje, no Brasil: Desafios e Possibilidades*. Rio de Janeiro: Flacso-Brasil, 2015.

_____. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. *Cadernos Adenauer: Juventudes no Brasil*, Rio de Janeiro, ano 16, nº 1, 2015. p.13–26.

ADORNO, S. *Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea*. In: Miceli, S. et alli (Org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo: Sumaré, 2002, v. IV, p.267-307 apud SILVA, Fábio de Sá e. *Violência e Segurança Pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. (Coleção o que saber, 3).

ÂNGELIS, Cônego Newton de. *Efemérides Riopardenses*. Salinas: R&S Arte Gráfica, 1998. (Volume III).

ATENTADO a Ronaldo continua misterioso. *Folha Regional*, Taiobeiras, abr. 2007. p.8.

BALA perdida acerta cabeça de criança em Taiobeiras. *Folha Regional*, Taiobeiras, mai. 2014. p.1–12.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009 apud ENDLICH, A. M; FERNANDES, P. H. C. *Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social*. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 13., 2014, Barcelona. *Artigo...* Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014. p.1-21.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Acidente de trabalho, morte e fatalismo. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, 17 (1), p.17–28; jan./abr. 2005.

BRANCALEON, Brígida Batista. et al. *Políticas Públicas: conceitos básicos*. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/303682/mod_resource/content/1/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%202015.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Relatório Final: Comissão Parlamentar de Inquérito Homicídios de Jovens Negros e Pobres*. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361419>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. Congresso Nacional. Senado da República. *Relatório Final da CPI do Assassinato de Jovens*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. *Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias*. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. *Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências*. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. *Altera Lei no. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social*. Brasília: 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm>. Acesso em: 09 abr. 2018.

____. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. *Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Brasília: 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 22 mar. 2018.

____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. *Estatuto da Juventude.* Brasília: 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 31 jan. 2017.

____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.* Brasília: 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

____. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. *Dispõe sobre as terras devolutas do Império.* Rio de Janeiro: 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 14 fev. 2018.

____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.* Brasília: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 12 jan. 2018.

____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.* Brasília: 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em: 09 abr. 2018.

____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diretrizes e bases da educação nacional.* Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 mar. 2018.

____. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. *Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.* Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

____. Presidência da República. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. *Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das*

famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: 2007.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Secretaria Geral da Presidência da República. *Guia de Políticas Públicas de Juventude.* Brasília: 2006.

BRUNIERI, Celina M. *Guia Básico para Elaboração de Referências Bibliográficas: Segundo a ABNT.* São Paulo: Unifesp, 2014. Disponível em <http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2017.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil.* Brasília: IPEA, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 mar. 1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_4.htm>. Acesso em: 14 fev. 2018.

CIVIL prende quadrilha de traficantes. *Folha Regional*, Taiobeiras, abr. 2009. p.8.

COLIGAÇÃO TAIOBEIRAS MERECE MAIS – VAMOS JUNTOS. *Plano de Governo.* Taiobeiras: 2012. 44 p.

CRIME bárbaro choca Taiobeiras. *Folha Regional*, Taiobeiras, jun. 2006. p.10.

CRIMINALIDADE assusta Taiobeiras. *Folha Regional*, Taiobeiras, jan. 2007. p.1.

CRIMINÓGENO. *Priberam Dicionário.* Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/crimin%C3%B3geno>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

DAHLBERG, L. L; KURG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde.* Genebra/Suíça: OMS, Organização Mundial de Saúde, 2002. p.1163–1178.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais.* 1998. 182 f.

Dissertação (Maestria em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible) – Universidade Internacional de Andalucía, Sede Ibero Americana de La Rábida.

DEPOIS do susto, sociedade de Taiobeiras debate Segurança Pública. *Folha Regional*, Taiobeiras, nov. 2013. p.1–5.

ELEITORES cobram apuração das denúncias. *Folha Regional*, Taiobeiras, out. 2012. p.9.

ENDLICH, Angela Maria; FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 13., 2014, Barcelona. *Artigo...* Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014. p.1–21.

ESCOLA é arrombada pela 5ª vez no ano. *Folha Regional*, Taiobeiras, nov. 2013. p.12.

ETIOLOGIAS. *Priberam Dicionário*. Disponível em: <<https://priberam.pt/dlpo/etiologias>>. Acesso em: 09 fev. 2018

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Brasil Em Síntese: Taiobeiras*. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/taiobeiras/panorama>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

_____. *Brasil Em Síntese: Salinas*. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/salinas/panorama>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

FUNDEB. *Ministério da Educação*. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

GALINDO. Bruna Castelane. *Universalização do ensino médio: Lei nº. 12.061/09*. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2348/1843>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971 apud SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

HOMEM acusado de abusar de crianças é preso. *Folha Regional*, Taiobeiras, ago. 2014. p.12.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. *Ministério da Educação*, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resultados e metas do IDEB. Brasília: 2017. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

JOEL é acusado de estupro. *Folha Regional*, Taiobeiras, abr. 2016. p.8.

JOEL é condenado por abuso sexual de crianças. *Folha Regional*, Taiobeiras, dez. 2016. p.8.

JOVEM de 20 anos detalhou o assassinato do fazendeiro Gilmar Ferreira Santana, que foi esquartejado e queimado. *Folha Regional*, Taiobeiras, 13 nov. 2014. Disponível em: <<http://jornalfr.blogspot.com.br/2014/11/wanderson-confessou-o-crime.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

JOVEM é executado em Taiobeiras. *Folha Regional*, Taiobeiras, set. 2012. p.12.

MÁFIA do carvão falsificava documentos. *Folha Regional*, Taiobeiras, abr. 2009. p.8.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Carvini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, Thiara Márcia. *Diagnóstico Socioterritorial de Taiobeiras 2016: Uma análise dos serviços de Assistência Social do município frente às situações de vulnerabilidades e riscos sociais*. Taiobeiras: Departamento Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania – DTASC, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MINAS GERAIS (Estado). Assembleia Legislativa. *CPI do narcotráfico: relatório final*. Belo Horizonte: 2001.

_____. Secretaria de Estado de Educação. *Resolução N° 666, de 07 de abril de 2005*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2005.

MIRANDA, Avay. *Taiobeiras: seus fatos históricos*. Brasília: Thesaurus, 1997. (Volume I).

_____. *Taiobeiras: seus fatos históricos*. Brasília: Thesaurus, 1997. (Volume II).

MULHER denuncia agressão do marido. *Folha Regional*, Taiobeiras, jan. 2009. p.7.

NOVO flagrante de prostituição infantil. *Folha Regional*, Taiobeiras, mar. 2006. p.1.

O QUE É FUNDEF. *Departamento Nacional de Educação Básica*. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências 2015*. Tradução de Núcleo de Estudos da Violência. São Paulo: NEV-USP, 2016.

OUTRA execução à queima roupa. *Folha Regional*, Taiobeiras, abr. 2009. p.8.

PAI tratava filha como esposa. *Folha Regional*, Taiobeiras, out. 2010. p.11.

PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO DE TAIOBEIRAS. *Documento do 1º Concílio Paroquial de Taiobeiras*. Taiobeiras: 2008. 80 p.

PMMG. *Ofício Circular Nr. 5.039/2017 da 2ª Cia. Ind. Polícia Militar*. Taiobeiras: 2017. 3 p.

POLÍCIA anuncia prisão de empresário de Taiobeiras. *Folha Regional*, Taiobeiras, 11 fev. 2018. Disponível em: <http://jornalfr.blogspot.com.br/2018/02/policia-anuncia-prisao-de-empresario-de_11.html>. Acesso em: 12 fev. 2018.

POLÍCIA Civil desvenda crime contra Ronaldo. *Folha Regional*, Taiobeiras, 1ª quinzena set. 2007. p.1.

POLÍCIA Federal investiga Denerval. *Folha Regional*, Taiobeiras, set. 2013. p.1–5.

POLÍCIA prende estelionatária em flagrante. *Folha Regional*, Taiobeiras, nov. 2006. p.8.

PROJOVEM. *Secretaria de Governo da Presidência da República*, Brasília, set. 2007. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2007/09/not02_05092007>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PROMOTORA de Taiobeiras afirma que em processo eleitoral que houve compra de votos. *Folha Regional*, Taiobeiras, dez. 2016. p.1.

RIBEIRO, Luiz. *Corpos à venda: um relato sobre a prostituição infanto-juvenil e suas causas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2001.

ROLIM, Marcos. *A formação de jovens violentos: Para uma etiologia da disposicionalidade violenta*. 2014. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ROPER, Matt. “We ate candy and played with toys. Then he took us to his bedroom one by one”: Brazilian schoolgirl, 10, raped by paedophile mayor who gave girls he abused pink bikes. *Daily Mail*, Londres, 15 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3359310/We-ate-candy-played-toys-took-bedroom-one-one-Brazilian-schoolgirl-10-raped-paedophile-mayor-gave-girls-abused-pink-bikes.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SANTIAGO, Milton Pena. *A menina e o poeta*. Salinas: Academia de Letras de Salinas, 2017.

SANTIAGO, Roberto Carlos Morais. “Octaciliada: Uma odisséia do Norte de Minas” registra história da região de Salinas. *Blog História de Salinas*, Salinas, 14 abr. 2014. Disponível em: <<http://salinasmg.blogspot.com.br/2009/12/octaciliada.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SANTOS, Fernanda F; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. *Entrelaçando: Revista Eletrônica de Culturas e Educação*, Cruz da Almas/BA, n. 10, ano V, 2016. Disponível em: <<http://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/component/phocadownload/category/249-artigos?download=255:1-a-luta-dos-camponeses-do-alto-rio-pardo-norte-de-minas-gerais-pelo-direito-ao-territorio-e-a-educacao-do-campo-fernanda-f-santos-e-rosineide-pereira-mubarack-p-1-15>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

SILVA, Fábio de Sá e. *Violência e Segurança Pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 108 p. (Coleção o que saber, 3).

SOUZA, Jessé. *A Cegueira do debate brasileiro sobre as classes sociais*. Revista Interesse Nacional. Ano 7 – n. 27, outubro-dezembro 2014, p.35–57 apud GUERRA, Alexandre et. al. *Brasil 2016: recessão e golpe*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008 apud ENDLICH, A. M; FERNANDES, P. H. C. *Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social*. In:

COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 13., 2014, Barcelona. *Artigo...* Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014. p.1–21.

TAIOBEIRAS (Câmara Municipal). *Lei Municipal nº 983, de 01 de fevereiro de 2006*. Taiobeiras, 2006.

TAIOBEIRAS (Comarca). Juizado da Infância e da Juventude. *Portaria nº 04/2009*. Taiobeiras, 2009. 7 p.

_____. Juizado da Infância e da Juventude. *Portaria nº 05/2009*. Taiobeiras, 2009. 3 p.

_____. Juizado da Infância e da Juventude. *Portaria nº 08/2009*. Taiobeiras, 2009. 1 p.

_____. Juizado da Infância e da Juventude. *Portaria nº 01/2010*. Taiobeiras, 2010. 1 p.

TAIOBEIRAS pede mais segurança pública. *Site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 4 mai. 2012. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2012/05/04_taiobeiras_direitos_humanos.html>. Acesso em: 15 jan. 2018.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, mar. 2004 apud SILVA, Fábio de Sá e. *Violência e Segurança Pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. (Coleção o que saber, 3).

TAXA de desemprego no país fecha 2017 em 12,7%. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, jan. 2018. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/taxa-de-desemprego-no-pais-fecha-2017-em-127>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto. Parâmetros Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação e a Autonomia da Escola. Juiz de Fora: Anped-UFJF, 2010. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_05_02.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível*. 14ª ed. São Paulo: Papirus, 2002. Disponível em: <<http://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/PPP-uma-constru%C3%A7%C3%A3o-coletiva.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

VIOLÊNCIA explode em Taiobeiras. *Folha Regional*, Taiobeiras, jan. 2017. p.1.

VOLD, George; BERNARD, Thomas J. *Theoretical Criminology*. New York: Oxford University Press, 1986 apud ROLIM, Marcos. *A formação de jovens violentos: Para uma etiologia da disposicionalidade violenta*. 2014. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o Habitus. *Educação & Linguagem*, São Paulo, ano 10, nº 16, p.63–71, jul./dez. 2007 apud ROLIM, Marcos. *A formação de jovens violentos: Para uma etiologia da disposicionalidade violenta*. 2014. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

WASEFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, Flacso-Brasil, 2013.

_____. *Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014.

_____. *Mapa da Violência 2015: Mortes Matadas por Armas de Fogo*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2015.

_____. *Mapa da Violência 2016: Homicídios por Armas de Fogo no Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso-Brasil, 2016.

_____. *Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010 apud ENDLICH, A. M; FERNANDES, P. H. C. *Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social*. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 13., 2014, Barcelona. *Artigo...* Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014. p.1–21.

_____. *Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO/Instituto Ayrton Senna, 1998.

ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ e Revan, 1994 apud SILVA, Fábio de Sá e. *Violência e Segurança Pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. (Coleção o que saber, 3).

ZANELLA, Andréa Vieira. et al. Jovens, juventude e políticas públicas: Produção acadêmica em periódicos científicos brasileiros (2002 a 2011). *Estudos de Psicologia*, Natal, RN, v. 18, n. 2, p.327–333, abr./jun. 2013.

APÊNDICE A – Ficha de dados do (a) jovem vítima de homicídio em Taio-beiras, de 2013 a maio de 2017 – Com o Grupo de Vítimas

Ficha preenchida com os possíveis dados contidos no Boletim de Ocorrência lavrado no local do homicídio ou no hospital e através de contatos com parentes e autoridades policiais.

NOME DA VÍTIMA: _____

NOME DA MÃE: _____

NOME DO PAI: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____

DATA DO HOMICÍDIO: _____

ENDEREÇO DA VÍTIMA: _____

NATURALIDADE: _____

ETNIA/RAÇA/CÚTIS DA VÍTIMA: _____

NARRATIVA DA FAMÍLIA: _____

NARRATIVA DA POLÍCIA: _____

ESCOLARIDADE PRESUMIDA NO B.O.: _____

CAUSA MORTIS: _____

OBSERVAÇÕES E OCORRÊNCIAS: _____

APÊNDICE B – Pesquisa sobre a percepção dos adolescentes e jovens acerca de violência e outros temas – Com o Grupo Espelho

Data: ____/ ____/ 2017.

Prezada jovem, prezado jovem:

As respostas deste questionário fazem parte de uma pesquisa científica para a produção de estudos e análises sobre a juventude, as políticas públicas e os problemas sociais do município de Taiobeiras. O seu nome será mantido em total sigilo.

1. Qual o seu sexo?

(1) Masculino (2) Feminino

2. Qual a sua orientação sexual?

(1) Heterossexual (2) Homossexual (3) Transexual (4) Bissexual (5) Indefinido

3. Qual a sua cor?

(1) Preta (2) Branca (3) Parda (4) Amarela (5) Não sabe

4. Quantos anos de idade você completou ou completará até o fim de 2017?

5. Você mora em qual região de Taiobeiras?

(1) Santo Cruzeiro (2) N. Sra. de Fátima (3) Centro (4) Sagrada Família (5) Vila Formosa
(6) Bom Jardim (7) Nilton Júnior (8) Planalto (9) Zona Rural

6. Qual a sua religião?

(1) Católico (2) Evangélico (3) Espírita (4) Ateu (5) Não frequento nenhuma religião
(6) Outra: Qual? _____

7. Já lhe ofereceram algum tipo de droga proibida fora da escola?

(1) Sim (2) Não

8. Já lhe ofereceram algum tipo de droga proibida dentro da escola?

(1) Sim (2) Não

9. Qual o tipo de droga proibida que já lhe ofereceram na escola ou fora da escola?

10. Você já consumiu drogas proibidas?

(1) Sim (2) Não

11. Qual (is) drogas proibidas você já consumiu?

12. Você já presenciou algum tipo de violência fora da escola?

(1) Sim (2) Não

13. Qual tipo de violência fora da escola?

(1) Física (2) Psicológica, com palavras e gestos (3) Sexual (4) Outra: Qual?

14. Você já viu algum tipo de violência na escola?

(1) Sim (2) Não

15. Qual tipo de violência na escola?

(1) Física (2) Psicológica, com palavras e gestos (3) Sexual (4) Outra: Qual?

16. Você já viu algum tipo de violência em casa?

(1) Sim (2) Não

17. Qual tipo de violência em casa?

(1) Física (2) Psicológica, com palavras e gestos (3) Sexual (4) Outra: Qual?

18. Você já sofreu algum tipo de violência?

(1) Sim (2) Não

19. Qual tipo de violência você já sofreu?

(1) Física (2) Psicológica, com palavras e gestos (3) Sexual (4) Outra: Qual?

20. Você trabalha fora do horário escolar?

(1) Sim (2) Não

21. Qual o tipo de trabalho que você faz?

22. Você já praticou algum ato de violência?

(1) Sim (2) Não

23. Qual (is) atos de violência você já praticou?

24. Você já viu alguém manuseando ou utilizando uma arma de fogo?

(1) Sim (2) Não

25. Você já manuseou ou utilizou uma arma de fogo?

(1) Sim (2) Não

26. Você já participou do PROERD?

(1) Sim (2) Não

27. Se já participou, qual a importância do PROERD para a sua vida?

28. Você já utilizou algum medicamento contraceptivo ou preservativo por orientação de algum profissional de saúde (médico, enfermeira, pessoal do postinho de saúde)?

(1) Sim (2) Não

29. Em caso de sim, qual (is) medicamentos contraceptivos e/ou preservativos?

(1) Anticoncepcional em pílula (2) Camisinha (3) DIU (4) Pílula do Dia Seguinte

30. Você já foi reprovado na escola em algum ano?

(1) Sim (2) Não

31. Em qual (is) série(s) você já foi reprovado?

32. Você já “passou de ano” devendo matéria(s)?

(1) Sim (2) Não

33. Quantas vezes você já “passou” devendo matéria(s)?

(1) Uma vez (2) Duas vezes (3) Três vezes ou mais

34. Você considera que tem alguma dificuldade para aprender o conteúdo ensinado na escola?

(1) Sim (2) Não

35. Em qual (is) matérias você tem mais dificuldades?

36. Você conhece alguém que já tenha praticado aborto?

(1) Sim (2) Não (3) Não sabe

37. Essa pessoa que abortou recebeu alguma orientação de profissional da saúde para a prática do aborto?

(1) Sim (2) Não (3) Não sabe

38. Essa pessoa que abortou recebeu ajuda de alguém que não era profissional da saúde?

(1) Sim (2) Não (3) Não sabe

39. Vir à escola e fazer o que é orientado pelos professores faz alguma diferença na sua vida nos dias de hoje?

(1) Sim (2) Não faz diferença (3) Não sabe

40. Você recebe algum tipo de reforço escolar ou de ajuda para estudar?

(1) Sim (2) Não

41. Quem o ajuda a estudar?

(1) Professores de apoio (2) Familiares em casa (3) Amigos (4) Ninguém

42. Alguém da sua casa recebe Bolsa Família ou algum outro programa social?

(1) Sim (2) Não

43. A casa em que você mora é da sua família, alugada ou cedida por outra pessoa sem cobrar aluguel?

(1) Própria (2) Aluguel (3) Cedida

44. Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você?

45. Onde você mora tem energia elétrica?

(1) Sim (2) Não

46. Onde você mora tem água da COPASA ou COPANOR?

(1) Sim (2) Não

47. A sua casa está ligada à rede de esgoto sanitário da COPASA?

(1) Sim (2) Não

48. Em sua casa tem geladeira?

(1) Sim (2) Não

49. Em sua casa tem televisão?

(1) Sim (2) Não

50. Você tem smartphone (celular)?

(1) Sim (2) Não

51. Você tem acesso à internet no seu smartphone ou por outro meio?

(1) Sim (2) Não

52. Qual o estilo de música que você mais gosta?

53. Você já foi vítima de homofobia (preconceito contra gays ou lésbicas)?

(1) Sim (2) Não

54. Você já foi vítima de racismo por ser negro (a)?

(1) Sim (2) Não

55. Você já fez racismo contra pessoas negras?

(1) Sim (2) Não

56. Você já foi vítima de *bullying*?

(1) Sim (2) Não

57. De qual tipo de *bullying* você foi vítima?

58. Você já praticou *bullying* contra alguma pessoa?

(1) Sim (2) Não

59. Qual o tipo de *bullying* que você praticou contra outra pessoa?

60. Juntando todas as pessoas que moram na sua casa, mais ou menos quanto é a renda (dinheiro) que vocês ganham por mês?

(1) Menos de um salário mínimo (2) Um salário mínimo (3) Um salário mínimo e meio
(4) Dois salários mínimos (5) Mais de dois salários mínimos.

61. Os adultos que moram em sua casa trabalham?

(1) Sim (2) Não

APÊNDICE C – Roteiro informal da entrevista com as mães de vítimas de homicídio relacionados ao tráfico de drogas em Taiobeiras

1. Apresentação pessoal do pesquisador (nome, profissão, tipo de trabalho que pretende com a entrevista, etc.).
2. Questionar sobre o fato trágico com o (a) filho (a).
3. Questionar sobre as memórias acerca do (a) filho (a).
4. Questionar sobre frequência na escola.
5. Questionar sobre frequência em algum programa social
 - 5.1.PROERD.
 - 5.2.Saindo das Ruas.
 - 5.3.Capoeira no CRAS.
 - 5.4.Corte e Costura no CRAS ou na UAITEC.
 - 5.5.PEAS na escola.
 - 5.6.Etc.
6. Questionar sobre a questão do uso de drogas.
 - 6.1.Em que idade começou.
 - 6.2.Se a família percebeu de imediato ou se demorou.
 - 6.3.Como era o relacionamento interfamiliar.
 - 6.4.Como era o relacionamento com amigos e vizinhos.
7. Questionar sobre o relacionamento do filho com a polícia.
 - 7.1.Se praticou pequenos delitos.
 - 7.2.Se esteve preso ou apreendido.
 - 7.3.Se sofreu algum tipo de violência policial.
 - 7.4.Se praticou algum tipo de violência contra policial.
8. Conversa informal, deixando a mãe livre para tecer os comentários ou recordar as memórias que julgar relevantes.